

PPGCS-UNISINOS

UMA TRAJETÓRIA DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Marilia Verissimo Veronese
Monika Dowbor
Carlos A. Gadea
(Organizadores)

O livro é a expressão de um grupo de pesquisadores e pesquisadoras do PPG em Ciências Sociais da Unisinos que se congregou, no limiar do encerramento de suas atividades, para uma expressão vigorosa do grito de alguém que diz: “PRESENTE!”, porque está repleto de futuro e jamais poderá virar só passado. Gestado próximo à virada do milênio, o PPGCS acumulou 26 anos de um amplo e variado acervo de produções sociológicas, fecundadas por abordagens interdisciplinares e transdisciplinares, das quais o presente livro é um registro. Ele constitui um testemunho de sua “não despedida”.

Prof. Dr. José Ivo Follmann
Professor da Unisinos, um dos fundadores do PPGCS

PPGCS-UNISINOS

UMA TRAJETÓRIA DE ENSINO E PESQUISA
EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Marilia Verissimo Veronese
Monika Dowbor
Carlos A. Gadea
(Organizadores)

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues	Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani	Prof. Dr. Juan Droguett
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi	Profa. Dra. Ligia Vercelli
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna	Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Carlos Bauer	Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha	Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida	Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista	Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Fábio Régio Bento	Prof. Dr. Romualdo Dias
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira	Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa	Profa. Dra. Thelma Lessa
	Prof. Dr. Víctor Hugo Veppo Burgardt

©2026 Marília Verissimo Veronese; Monika Dowbor; Carlos A. Gadea (orgs.)

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P899

PPGCS-Unisinos: uma trajetória de ensino e pesquisa em Ciências Sociais/
Organização de Marília Verissimo Veronese, Monika Dowbor, Carlos A. Gadea. -- 1. ed. -- Jundiaí, SP : Paco Editorial, 2026.
308 p. ; 16x23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-462-3172-0

1. Ciências sociais - Miscelânea. I. Veronese, Marília Verissimo (Organizadora). II. Dowbor, Monika (Organizadora). III. Gadea, Carlos A. (Organizador). IV. Título.

26-105048.0

CDD: 300.2
CDU: 30

Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal.

Este livro é dedicado à memória de nosso colega **José Rogério Lopes** (07/10/1961 - 23/08/2023). Paulista de nascimento, adotou o Rio Grande do Sul e devotou parte importante de sua vida ao desenvolvimento do PPGCS, colaborando de modo significativo para a sua qualidade como projeto de formação de quadros em nível de pós-graduação, deixando sua marca nas sociedades gaúcha e brasileira.

SUMÁRIO

**À GUIA DE INTRODUÇÃO: HISTÓRICO DO
PPGCS-UNISINOS** **9**

*Marília Veríssimo Veronese
Monika Weronika Dowbor
Carlos A. Gadea*

LP1 - IDENTIDADES E SOCIABILIDADES

**O IMPACTO DA HERANÇA COLONIAL NAS RELAÇÕES
DE GÊNERO EM CABO VERDE/ÁFRICA: PROCESSOS DE
DOMINAÇÃO, RESISTÊNCIAS E AGÊNCIAS** **17**

Janáína Perez Reis

**RACISMO NAS PRÁTICAS OPERACIONAIS DE POLICIAIS
MILITARES: UM DESAFIO À SEGURANÇA CIDADÃ** **35**

Jamil Amorim de Queiróz

**CRIMES DO SENTIR: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS
POLICIAIS EM TORNO DOS CRIMES RACIAIS NA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE COMBATE À INTOLERÂNCIA
DE PORTO ALEGRE/RS** **51**

Vanessa Silva da Cunha

**FESTAS RELIGIOSO-POPULARES NA CONSTRUÇÃO
DE SUBJETIVIDADES SOCIAIS NA PEREGRINAÇÃO DE
NOSSA SENHORA DO CISNE (EQUADOR) E NAS
PARRANDAS DE REMÉDIOS (CUBA)** **67**

César Miguel Salinas Ramos

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: (RE)ARRANJOS NAS
RELAÇÕES FAMILIARES** **77**

Vânia Marquez Saraiva

**EM DEFESA DA SOCIOLOGIA DIGITAL COMO
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: DESAFIOS EM REDE ENTRE
BOLHAS SOCIAIS E BOLHAS DIGITAIS** 91
Cláudio Freitas

***LP2 - ATORES SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS
E CIDADANIA***

**REDES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL ENTRE INDIVÍDUOS
EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL:
REFLEXÕES TEÓRICO-ANALÍTICAS** 105
Marcia da Silva Cezar Gadea

**OS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO DOS WEBSITES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS E OS CONTROLES
DEMOCRÁTICOS NÃO ELEITORAIS: UMA
RELAÇÃO POSSÍVEL?** 121
Licemar Vieira Melo

**A BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO E O ESPORTE
UNIVERSITÁRIO** 137
Erasmu Braz dos Santos

**A (IN)EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
PROTEÇÃO ÀS PESSOAS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA): CENÁRIOS E INCERTEZAS** 155
*Diego Duque de Carvalho
Márcio Pereira Dias*

**A DEMISSÃO DO ESTADO E O AVANÇO DO
NEOLIBERALISMO: SEBRAE COMO (CON)FORMADOR
DE NOVOS SUJEITOS** 169
Cristian Andrei Tisatto

**O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS COMO
INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO
HUMANO À EDUCAÇÃO** 179
Márcio Pereira Dias

**A NOVA DIREITA FRANCESA E A INVENÇÃO DO
“GRAMSCISMO DE DIREITA”**

199

Dorian Moreira Filho

LP3 - ECONOMIA, SOCIEDADE E EMANCIPAÇÃO

**VIVENDO E PENSANDO O DIFERENTE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES NOS
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS** **221**

Aline Mendonça dos Santos

**DOS VÍNCULOS SOCIAIS À LIDERANÇA SOLIDÁRIA
COMPARTILHADA NAS PRÁTICAS COOPERATIVAS E
AUTOGESTIONÁRIAS** **239**

Robinson Henrique Scholz

**RECONNECTAR ECONOMIA E POLÍTICA: REFLEXÕES
CRÍTICAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA,
AUTOGESTÃO E AUTONOMIA** **257**

Gustavo M. de Oliveira

**DESCREVENDO O “SUMAK KAWSAY” COMO
ALTERNATIVA AOS MODOS DE VIVER CAPITALISTAS:
UMA ANÁLISE DO *BUEN VIVIR* AMERÍNDIO** **275**

Lorena de Sousa Ribeiro Calderon Arrueta

Ivan Osvaldo Calderon Arrueta Ribeiro

**PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO COLONIZADAS –
PANC ANCESTRAIS: UM ENSAIO SOBRE MEMÓRIA,
ANCESTRALIDADE E CONTRACOLONIZAÇÃO** **287**

Bruna Pedroso Thomaz de Oliveira

SOBRE OS AUTORES **303**

À GUIA DE INTRODUÇÃO: HISTÓRICO DO PPGCS-UNISINOS

Cabe-nos, nesta introdução, uma importante – embora dolorosa – tarefa. Trata-se de uma despedida, no ano em que o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), está sendo encerrado. Foram 26 anos de um projeto de vida para seus fundadores, professores(as), secretária e estudantes aqui formados, que chega ao fim.

Este livro tem como objetivo reunir textos de egressos do PPGCS (aqueles(as) que quiseram e conseguiram participar, enviando textos inéditos) para deixar um legado em nosso nome, de todos e todas que por aqui passaram, compondo uma comunidade ampliada que hoje se espalha pelo Brasil e que é um testemunho vivo da importância de uma formação crítico-reflexiva em Ciências Sociais. A Unisinos ofereceu essa formação durante décadas, iniciando com o curso de graduação em Ciências Sociais (infelizmente também encerrado), mas que contribuiu para a formação de cientistas sociais ao longo de seus sessenta anos de existência.

O programa manteve seu foco na área de concentração “Políticas e Práticas Sociais”, o que refletiu a tradição de investigar concepções, propostas e iniciativas oriundas do Estado e da Sociedade, atinentes à *questão social*. Esta última era compreendida, primordialmente, a partir da investigação dos processos, políticas, ações e práticas em torno das desigualdades. As três linhas de pesquisa do PPGCS – 1) “Identidades e sociabilidades”, 2) “Atores sociais, políticas públicas e cidadania” e 3) “Sociedade, economia e emancipação” – articulavam-se ao vetor analítico definido pela área de concentração, complementando-se entre si e abordando suas tematizações pelo prisma das três áreas das ciências sociais.

A missão do programa consistiu, desde o início, em formar pesquisadores com capacidade de investigar as diversas realidades, atendendo às necessidades sociais com base numa visão crítico-transformadora e em produzir conhecimento voltado para o entendimento dos processos de reprodução e de superação das desigualdades.

Entre os objetivos relacionados à formação, destacavam-se: 1) desenvolver a capacidade de investigar as realidades sociais em que se configuram, ou nas quais incidem os processos de produção ou de superação das desigualdades; 2) proporcionar domínio dos fundamentos teóricos e metodológicos das ciências sociais, bem como os relacionados à área de concentração “Políticas e Práticas Sociais” e a uma ou mais linhas de pesquisa; 3) fomentar a capacidade crítica e reflexiva do seu próprio entorno, bem como a com-

petência da aplicação da bagagem teórico-metodológica para suas questões de pesquisa; 4) oferecer a possibilidade de integrar núcleos investigativos, alinhados aos objetivos institucionais de qualidade analítica na pesquisa, atendendo às necessidades sociais com visão crítico-transformadora.

No que se refere à produção do conhecimento, os objetivos centrais definiam-se como: 1) desenvolver as pesquisas em parcerias nacionais e internacionais, incluindo as redes da sociedade civil e de gestores públicos; 2) fomentar as agendas de pesquisa voltadas para a superação de desigualdades e a busca de alternativas políticas, sociais e culturais.

Tratou-se, portanto, de um programa de pós-graduação cujo projeto pedagógico se caracterizou como inter e transdisciplinar na sua área de concentração e pela articulação do núcleo comum com as especialidades atinentes às linhas de pesquisa. Sempre buscou a integração entre mestrado e doutorado, resguardados seus objetivos e níveis acadêmicos específicos. O horizonte temático do programa e os estudos relativos à identidade, à cidadania e ao desenvolvimento socioeconômico pelo prisma dos mecanismos de reprodução e rompimento das desigualdades seguem sendo relevantes do ponto de vista acadêmico, social, cultural e político.

A organização deste livro segue a estruturação do PPGCS em torno das três linhas de pesquisa que o compuseram, historicamente. Estas dividiam-se nas seguintes tematizações: pesquisas focadas na cultura em sua dimensão vivida e lógicas identitárias operantes nos processos de pertencimento social, de desfiliação e de exclusão, de grupos e indivíduos, no caso da **LP1 - Identidades e Sociabilidades**. Nas relações entre a sociedade e o Estado, considerando o processo de emergência, organização e mobilização dos atores políticos e sociais, a produção de políticas públicas, as transformações nas instituições do Estado e as condições para a universalização da cidadania, na **LP2 - Atores sociais, Políticas Públicas e Cidadania**. E nas práticas e políticas sociais relacionadas ao desenvolvimento e a inovações sociais, com ênfase no seu sentido alternativo e emancipatório, privilegiando as experiências associativas e cooperativas, os sistemas de intercooperação, as formas de empreendedorismo coletivo e as iniciativas baseadas na reciprocidade, bem como movimentos, organizações da sociedade civil e políticas correspondentes, no caso da **LP3 - Economia, Sociedade e Emancipação**.

O programa formou 126 doutores (restam 4 a defenderem suas teses, provavelmente chegaremos a 130) e 205 mestres. Nossos egressos hoje ocupam funções relevantes na sociedade brasileira, na Universidade, nas políticas públicas, no terceiro setor, no mercado de trabalho. As teses e dissertações aqui produzidas, muitas vezes, transformaram-se em livros, capítulos

de livros e artigos científicos publicados em periódicos de referência e certamente tiveram impacto significativo na vida de quem as produziu e defendeu, obtendo o título de mestre ou doutor em Ciências Sociais.

A proposta pedagógica que mobilizou o currículo do PPGCS esteve sempre centrada na pesquisa. Isto significa que mestrandos e doutorandos, além de realizarem os seus estudos individuais, participavam de grupos de pesquisa, coordenados pelo(a) professor(a) orientador(a), nos quais exercitaram a investigação científica em grupo e a busca cooperativa de resolução de problemas. Com tal inserção e comprometimento, puderam desenvolver uma postura ética e solidária, de contribuir com a formação de seus pares, o que sempre foi muito incentivado pelo corpo docente. Nas aulas de Metodologia da Pesquisa, por exemplo, a intersubjetividade era apresentada como uma importante ferramenta de pesquisa e as trocas entre estudantes e destes com seus orientadores era sempre estimulada.

A proposta de formação centrada na pesquisa exigia que as ofertas curriculares fossem estruturadas e propostas com a finalidade de subsidiar os estudantes na construção de seu percurso investigativo e de formação acadêmica, bem como mirava uma contribuição com o desenvolvimento regional. Pensamos que atingimos estes objetivos e a prova viva disso é o carinho com que nossos egressos se referem ao programa.

Este livro se divide em três partes, conforme a linha de pesquisa a que o(a) autor(a) esteve vinculado(a).

Na primeira parte, da LP1 - Identidades e Sociabilidades, temos cinco textos. No capítulo “O impacto da herança colonial nas relações de gênero em Cabo Verde/África: processos de dominação, resistências e agências”, a autora analisa o impacto da herança colonial nas relações de gênero no país africano. Aborda o processo de dominação das mulheres no período colonial, bem como as suas capacidades de resistências e agências, até o dia de hoje. Em seguida, temos o capítulo “Racismo nas práticas operacionais de policiais militares: um desafio à segurança cidadã”, no qual o autor reflete sobre os significados intersubjetivos e os símbolos significantes que os policiais militares compartilham em suas práticas operacionais, no contexto das ações junto às pessoas negras. Conclui revelando evidências da ativação de atos de racismo nas impressões dos policiais sobre este indivíduo “estrangeiro”. O próximo texto, “Crimes do sentir: uma análise das práticas policiais em torno dos crimes raciais na Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância de Porto Alegre/RS”, trata-se de uma etnografia realizada no interior da referida instituição, que examina a dificuldade de as reclamações de racismo resultarem em indiciamento e punição, por falta de materialidade e/ou autoria definida. Na sequência, temos o trabalho “Festas religioso-populares na construção de subjetividades sociais na Peregrinação de

Nossa Senhora do Cisne (Equador) e nas Parrandas de Remédios (Cuba)”, no qual o autor traça linhas metodológicas e teóricas para o estudo das festas religiosas e populares na América Latina, através de uma etnografia multissituada levada a cabo nos dois países em foco. No texto “Gravidez na adolescência: (re) arranjos nas relações familiares”, investiga-se as principais causas e consequências da gravidez precoce, especialmente nas classes populares, que mobilizam as jovens e suas famílias no evento de uma gestação, impactando em suas identidades e modos de vida. Fechando, “Em defesa da sociologia digital como transformação social: desafios em rede entre bolhas sociais e bolhas digitais” nos apresenta o ainda pouco explorado conceito de bolhas sociais e trata dos reflexos da participação sociodigital no atual cotidiano hiperconectado.

A próxima seção reúne textos escritos no âmbito da LP2 (Atores sociais, Políticas Públicas e Cidadania). Abre a seção o texto “Redes sociais e capital social entre indivíduos em situação de vulnerabilidade social: reflexões teórico-analíticas”, no qual a autora reflete sobre as redes de relações entre indivíduos, especialmente acerca do conceito de capital social, de modo que transcenda enfoques economicistas ou exclusivamente ligados às políticas públicas, na busca da redução das desigualdades. Na sequência, apresenta-se o capítulo “Os canais de participação dos *websites* das assembleias legislativas e os controles democráticos não eleitorais: uma relação possível?”, no qual a autora conclui que, embora os canais disponibilizados nos portais legislativos sejam informativos e possibilitem o acompanhamento das atividades dos deputados estaduais, não permitem a responsabilização e a sanção dos referidos representantes políticos, não constituindo efetivo controle social por parte da população. O próximo capítulo é intitulado “A burocracia de médio escalão e o esporte universitário”, que procede a uma análise da implementação do esporte universitário em uma universidade federal, especialmente focada na figura dos sujeitos que formam a Burocracia de Médio Escalão, que se movimentam em um campo com pouca legislação. Em seguida, temos o texto “A (in)efetividade das políticas públicas de proteção às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA): cenários e incertezas”, no qual os autores debatem como os elevados custos da reabilitação, com tratamentos multidisciplinares, vêm se tornando um desafio para o Estado, sobretudo pela inexistência de tratamento adequado para grande parte da população atingida, que não acessa plenamente seus direitos. Na sequência, temos o trabalho “A demissão do Estado e o avanço do neoliberalismo: Sebrae como (con)formador de novos sujeitos”, uma reflexão sobre a crescente influência de atores privados na educação pública brasileira, tomando o Sebrae como caso emblemático desse processo. O próximo texto é intitulado “O Programa Universidade para Todos como instrumento de efetivação do direito humano

à educação” e tem como objeto o Programa Universidade para Todos (Prouni), analisando-o como ferramenta de conformação do direito humano à educação. Fechando a seção, temos o capítulo “A Nova Direita Francesa e a invenção do ‘gramscismo de direita’”, no qual o autor analisa a apropriação do pensamento de Antonio Gramsci pela Nova Direita Francesa, utilizando o grupo francês Grece, composto por intelectuais de orientação política conservadora, como caso significativo do fenômeno.

A última seção reúne trabalhos orientados no âmbito da LP3 - Sociedade, Economia e Emancipação. O primeiro texto apresentado denomina-se “Vivendo e pensando o diferente: Representações Sociais (RS) dos trabalhadores nos Empreendimentos Econômicos Solidários”, no qual a autora revisita os resultados da pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado concluída em 2003, voltando ao tema de como se produzem e compartilham as RS por parte de quem adere ao trabalho autogestionário. Na sequência, temos o capítulo “Dos vínculos sociais à Liderança Solidária Compartilhada nas práticas cooperativas e autogestionárias”, uma reflexão acerca dos modelos de gestão em que as responsabilidades são redistribuídas nos grupos cooperativos de geração de trabalho e renda, com foco na interação social e no desenvolvimento coletivo, levando à elaboração da Liderança Solidária Compartilhada, conceito derivado de sua tese doutoral. O próximo texto é intitulado “Reconectar economia e política – reflexões críticas sobre economia solidária, autogestão e autonomia” e nele o autor explora os sentidos da autogestão e da autonomia. Ele se pergunta e tenta responder às seguintes questões: quais são as principais características das abordagens mais conhecidas sobre a economia solidária na América Latina? Qual é a contribuição das abordagens de inspiração anticolonial? O que dizem ambas as abordagens à autogestão e à autonomia? Suas respostas giram em torno da reconexão dos mundos que foram apartados, o da economia e o da política. Dando sequência, vem o texto “Descrivendo o ‘Sumak Kawsay’ como alternativa aos modos de viver capitalistas: uma análise do *buen vivir* ameríndio”. Nesse trabalho, os autores propõem-se a entender a revalorização da epistemologia e da ética indígenas na pesquisa social, mediante uma análise do Sumak Kawsay, que traz na sua essência a ideia de bem viver. Investigam como o conceito tem sido mobilizado na literatura das Ciências Sociais e áreas afins, historicizando este uso. Para fechar a terceira parte, temos o texto “Plantas Alimentícias Não Colonizadas - PANC ancestrais: um ensaio sobre memória, ancestralidade e contracolonização”. A autora reflete criticamente sobre o termo PANC, demonstrando que essas plantas eram de uso corrente entre comunidades indígenas e quilombolas; portanto, o termo assu-

me contornos de colonialidade do saber, produzido no contexto da pesquisa universitária por pesquisadores brancos e de classe média urbana.

Esta coleção de trabalhos tem aqui um significado maior do que as próprias contribuições para o campo acadêmico. É a materialização de uma memória coletiva que se ativa em um momento por demais especial. É um documento que atesta que fizemos parte dos inquestionáveis avanços das ciências sociais no Brasil das últimas décadas, reflexo da dedicação de professores(as) e corpo discente para trazer ao debate temas relevantes para o combate às desigualdades, a ampliação da democracia e uma vida solidária e que respeite as diferenças. Que seja esta a melhor despedida que todos(as) poderíamos ter imaginado, lembrando-nos de colegas queridos que já não estão entre nós, dos que passaram e hoje continuam por outros caminhos, mas sobretudo lembrando-nos sempre dos momentos de alegria juntos, para sempre presentes em nossa memória afetiva.

O PPGCS agradece aos(às) que, de muitas formas, contribuíram com a sua existência, e aos(às) que nunca esquecerão das marcas certamente deixadas ao ter passado pelas portas das suas salas de aula.

Marília Verissimo Veronese
Monika Weronika Dowbor
Carlos A. Gadea

LP1 - IDENTIDADES E SOCIABILIDADES

O IMPACTO DA HERANÇA COLONIAL NAS RELAÇÕES DE GÊNERO EM CABO VERDE/ÁFRICA: PROCESSOS DE DOMINAÇÃO, RESISTÊNCIAS E AGÊNCIAS

Janáina Perez Reis

Introdução

Com um legado e uma larga história colonial de opressão em relação à raça e às hierarquias “onde tudo e todos têm um lugar”, Portugal e Espanha promoveram nos países colonizados seus moldes estruturais, não havendo espaço para igualdade (Gonzalez, 1988). Assim, a penetração colonial portuguesa nas ilhas de Cabo Verde não fugiu à regra da dominação dos povos colonizados e, tal qual aconteceu com outras colônias, foram impostos o seu povoamento, sua rentabilização, sua gestão e a consequente interpenetração do sistema colonial e patriarcal naquela sociedade.

A narrativa ocidental que dá centralidade ao corpo posicionado e hierarquizado na sociedade, construindo categorias sociais, foi estabelecida, trazendo consigo a dicotomia homem/mulher como duas categorias em oposição. A sociedade, então, passou a ser vista como um reflexo da biologia e aqueles que detivessem uma biologia “superior” estariam inevitavelmente e “naturalmente” em posições sociais superiores (Oyèwùmí, 2021).

A miscigenação e a emergência de formas de cultura mista em Cabo Verde produziram-se por meio de relações de poder, nas quais desigualdades de raça, classe e gênero estavam presentes, não sendo, portanto, resultado de relações horizontais ou decisões políticas (Monteiro, 2016). Diante desse contexto, a mulher cabo-verdiana no período colonial foi triplamente subjugada: por ser mulher, escrava e preta. Enfrentava a exploração compensando as insuficiências da mão de obra ao lado dos homens; mas também era explorada sexualmente pelos homens brancos. A desigualdade entre homens e mulheres se manteve após a abolição da escravatura, até as vésperas da independência, pois elas passaram a ser albergadas por legislações e costumes sexistas coloniais que não permitiam o acesso à educação formal e a diversas profissões, além de serem tratadas de forma diferente de acordo com seu status civil.

Estas situações deixaram marcas profundas, visíveis nas desigualdades de gênero existentes atualmente. Este texto é embasado na importância de examinar esses processos de dominação colonial, mas também se concentra em exa-

minar processos de resistência e agência dessas mulheres, para compreender as relações de gênero (racistas e sexistas) pelo viés relacional na sociedade cabo-verdiana contemporânea, a fim de lançar luzes nos apagamentos epistêmicos e nos diferentes posicionamentos em relação às histórias e relações de poder.

Processos de dominação, resistências, agências das mulheres em Cabo Verde

Enquanto principal agente de socialização durante os três primeiros séculos de povoamento de Cabo Verde, a Igreja Católica disseminou suas concepções acerca do homem, da mulher e de suas relações, gerando implicações socioculturais e reforçando a dominação masculina, como aponta a bibliografia histórica.

Por exemplo, Lopes Filho (1996) considera que no início da colonização houve, no comportamento dos moradores das ilhas, uma tendência à união livre, tolerada apenas aos homens (sendo eles brancos ou pretos), como uma espécie de “poligamia de fato” contrária aos costumes e às leis da época, que previam a monogamia como regime matrimonial. Segundo Monteiro, ainda que houvesse um “modelo ideal”, como no caso da família nuclear e patriarcal imposta pelo modelo católico, “o sistema escravocrata teria sido, paradoxalmente, complacente com práticas transgressivas no tocante aos preceitos religiosos e morais”, tornando esse ideal distante da realidade (Monteiro, 2016, p. 992).

Como razões que justifiquem tal fenômeno, foram apontados a mentalidade portuguesa da época, o poder dos senhores de terra, as vastas liberdades gozadas no arquipélago, um deficiente controle institucional por parte da Coroa, Igreja e Família, a condição da mulher escrava, e mais de uma vez salientamos a relação que João Lopes Filho (1996) estabeleceu entre a dominação masculina na sociedade cabo-verdiana e a crença na inferioridade da mulher, fundamentada nas passagens bíblicas, crença defendida e trazida pelos teólogos e pela população laica masculina (Semedo, 2009, p. 48).

A dominação masculina se revelou pela prática da miscigenação ter sido em grande parte fruto do abuso sexual. Com efeito, apesar de considerados filhos ilegítimos, alguns acessaram os privilégios da educação e do recebimento de bens dos seus pais brancos tornando-se “brancos da terra” e “algumas mulheres assumiram posições de destaque ainda no tempo colonial, seja no âmbito do tráfico negreiro seja com a morte dos maridos/companheiros” (Silva; Oliveira, 2019, p. 50).

Neste ponto, Iva Cabral (2011), por meio do estudo intitulado “A representação das mulheres, casadas e viúvas, da ilha de Santiago nos documentos dos séculos XVI-XVIII”, evidencia alguns casos de mulheres casadas, oriundas de famílias pobres e de viúvas ricas que atuavam como comerciantes e administradoras das produções agrícolas de suas terras¹. A pesquisadora revelou que essas mulheres conseguiram extrair grande autoridade de suas relações de parentesco para desafiar as regras de uma sociedade dominada por homens, embora essa possibilidade se constituísse somente após a morte de seus maridos.

Porém, por estarem imersas em relações patriarcais, a autora demonstrou também alguns impedimentos sofridos pelas mulheres, como no caso de uma filha solteira que não podia usufruir dos bens herdados, pois deveriam ser dados como dote ao seu futuro marido. Ou ainda no caso das viúvas, que necessitavam se casar novamente para poderem participar da vida pública e “garantir a reconstrução de redes de proteção baseadas no domínio do poder local” (Cabral, 2011, p. 33). Já com relação à ascensão social dos “filhos ilegítimos” considerados “mulatos”, pela reivindicação de privilégios provindos da sua filiação, segundo a revisão bibliográfica proposta por Monteiro (2016), não ocorreu de forma expressiva.

Esses estudos sugerem que em termos de relações de poder, as categorias de classe, gênero e raça se configuravam como marcadores, embora a última não apareça de forma explícita em estudos sociológicos (Furtado, 2012). Ademais, em termos relacionais, os estudos demonstram que havia uma certa capacidade de agência, como aborda Giddens (2003), ou seja: capacidade de agir contra o poder hierárquico do colonizador de forma autônoma por parte daquelas mulheres que se encontravam subjugadas pela opressão colonial.

É cediço que na tradição colonial havia nítida separação entre os domínios e competências dos homens e das mulheres, sendo os primeiros considerados superiores. Essa valorização e predominância dos papéis exercidos pelo homem dentro e fora da família se sobrepujaram às ações das mulheres que eram menosprezadas e subvalorizadas, pois voltadas aos trabalhos domésticos, os quais usufruíam de pouco reconhecimento social (Lopes Filho, 1996).

1. A autora explica que o recorte da sua pesquisa foi limitado, pois “os poucos dados existentes sobre as mulheres dizem respeito às atinentes à elite. Isto porque as mulheres das classes sociais inferiores (escravas e forras), quase não emergem nas fontes escritas, quando encontrados “os dados sobre as mulheres, estão quase sempre relacionados com os dos homens, porque elas aparecem, essencialmente, como esposas, filhas ou viúvas e, por isso, seus percursos só podem ser analisados quando constituímos séries sobre a trajetória dos homens a elas ligados” (Cabral, 2011, p. 2).

A virilidade imperial ou a hipermasculinidade do Colonizador alcançou uma proporção alarmante, por fixar a Colônia e o Colonizado como meros objetos efeminizados e racializados, estabelecendo a diferença colonial. A autoridade colonial impunha, por inflexão, a dupla lógica de inferiorização. Assim, tal como o racismo colonial, também o sexismo colonial se concebia como mecanismo de dominação (Monteiro, 2016, p. 984).

As características do povoamento das ilhas e suas dinâmicas sociais aliadas à situação escravocrata impactaram, em termos históricos e estruturais, na formulação da família cabo-verdiana e na subestimação do valor social da mulher.

Apesar das transformações significativas ocorridas em 1878 com o fim do tráfico de pessoas escravizadas em Cabo Verde, a emancipação da mulher manteve-se restrita à atuação no setor da produção doméstica. No campo, a situação se agravou devido ao peso da emigração. Ante a ausência do homem e à parca produção provinda de sua parcela de terra que não satisfazia as necessidades básicas da família, as mulheres passaram a trabalhar na construção de estradas, onde também sofreram discriminações salariais.

A legislação sexista portuguesa do período colonial reforçava ainda mais as relações de poder entre homens e mulheres. A mulher era tratada de forma diferenciada a depender da sua condição em relação ao seu estado civil: casada, viúva ou solteira. “Esta última categoria só abrangia as mulheres da camada pobre e desprovida de proteção familiar, não incluindo as mulheres brancas” (Monteiro, 2016, p. 989). Os filhos das mulheres solteiras também sofriam discriminação, pois não tinham o direito de serem reconhecidos, registrados ou sustentados pelo pai quando este era casado.

A lei portuguesa até 1852 autorizava o marido a agredir a mulher, e o Código Penal de 1886 dispunha como atenuante de homicídio o adultério da mulher; porém, em seu favor, essa atenuante seria aplicada somente quando o marido a tivesse obrigado à coabitação com a amante no domicílio conjugal (Lourenço; Lisboa; Pais, 1997). O Código Civil português de 1867 delimitava o papel destinado aos progenitores, cabendo à mulher casada e à mãe o papel subsidiário no seio familiar.

Com relação à educação as mulheres também sofriam limitações. A maioria dos pais, sobretudo nas regiões rurais, não mandavam as suas filhas à escola sequer para aprender a ler e escrever, como se pode depreender pelo número de alunos no ano de 1899-1900 que era de 4.527, dos quais apenas 663 eram mulheres, correspondendo a 14,6% dos efetivos escolares (Carreira, 1984).

As tensões entre colonizados e colonizadores seguiram ao longo da história da sociedade cabo-verdiana, as resistências em formas de oposição ou de

agências se deram em muitas vias. Devido à recusa da dominação portuguesa, ocorreram “fugas” de pessoas escravizadas autolibertadas ao interior da Ilha de Santiago, bem como diversas revoltas populares, nomeadamente: Engenhos (1822), contra a carga tributária imposta aos camponeses e a ideia da federação de Cabo Verde ao Brasil, a revolta de Achada Falcão (1841) contra o pagamento das rendas aos proprietários, ambas na Ilha de Santiago. Outras aconteceram nas ilhas do Barlavento, como as revoltas em Paúl/Santo Antão (1894), contra as injustiças a que estavam submetidos, como a sobrecarga da contribuição predial; e ainda a Revolta de São Vicente (1929 e 1934), contra a crise do emprego, reunindo trabalhadores, estudantes e professores.

As mulheres também participaram dessas revoltas camponesas, porém na Revolta de Ribeirão Manoel em 1910, foram as protagonistas. Nesse período, a exploração de terras estava nas mãos de uns poucos proprietários (denominados morgados) que cediam à população para explorar a agricultura e o pastoreio, mediante pagamento de rendas exorbitantes. Devido às condições deploráveis, alguns indivíduos explorados não mais pagaram as rendas e passaram a colher o fruto das purgueiras² de forma ilegal, aos olhos do poder colonial. Assim, acusações contra as mulheres da região por “assaltos” às purgueiras foram levadas às autoridades de Portugal, sendo 37 mulheres presas. Esse quadro desencadeou a Revolta de Ribeirão Manuel, protagonizada e organizada por Ana Veiga, conhecida por Nhanha Bombolom. Com o fim de liberar as mulheres que foram presas, a população marchou até a Prisão de Cruz Grande e o confronto dos manifestantes com as tropas ficou conhecido como “Omi faka, mudjer matxadu, mosinhos tudu ta djunta pedra”³. A resistência alcançou a libertação das mulheres e se tornou uma das revoltas sociais mais marcantes da Ilha de Santiago (Gonçalves, 2021).

Estes exemplos evidenciam a capacidade de reação à estruturação do domínio colonial, pois “mesmo os considerados ‘não sujeitos’ e não ‘atingidos pelo direito’, tinham alguma agência na construção do processo histórico do país” (Silva, 2018).

Anjos (2011, p. 58) reforça ainda que o esquecimento historiográfico da presença feminina nas lutas de contestação colonial faz parte do “processo de construção da metanarrativa máscula da vitória nacionalista”. Assim, segundo o autor, face às limitações de fontes e de perspectivas analíticas, o mais provável seria que as mulheres fossem a força propulsora de todas as rebeliões

2. A purgueira (*Jatropha curcas*) é um arbusto que produz pequenos frutos conhecidos por pinhão-manso ou pinhão-de-purga, usado na fabricação de sabões e velas e como óleo de iluminação (Correia, 2009).

3. “Os homens com facas, mulheres com machados e os meninos todos a juntar pedras”.

camponesas, pois, em um espaço rural, eram “a principal força de trabalho e a principal força moral de articulação e territorialização das redes de parentelas”.

Nos anos de 1933 até 1974, vigorou o Estado Novo português, liderado pelo chefe de governo Antônio de Oliveira Salazar. Instaurada por meio de um golpe militar, a ditadura de extrema-direita salazarista findou somente com a Revolução dos Cravos, em 1974.

A aliança do Estado Novo português com a Igreja Católica, com o objetivo de assegurar a dominação da colônia, levou à reordenação doutrinária da Igreja em Cabo Verde, com o envio de padres da Consagração do Espírito Santo, em 1941, para substituir os padres locais. Estes já vinham sendo ordenados desde fins do século XVII, em virtude da carência de evangelizadores europeus. Os novos padres se vestiam de branco e falavam português, em oposição aos padres da terra que se vestiam de preto, falavam crioulo e eram muito próximos das comunidades. Diante dessa alteração, alguns grupos de fiéis se rebelaram, ficando conhecidos como rabelados⁴, passando a exercer as suas antigas tradições na clandestinidade e se refugiando principalmente nas zonas montanhosas do interior de Santiago, nos concelhos do Tarrafal e de Santa Cruz (Silva, 2016; Leistner, 2020). Este processo se deu de forma similar ao ocorrido com as comunidades quilombolas no Brasil.

Em que pese o “Estatuto dos Indígenas” ter vigorado nas Províncias da Guiné, Angola e Moçambique até 1961, o qual não reconhecia direitos de cidadania dessas populações, em Cabo Verde, por meio da revisão da Carta Orgânica do Império Colonial Português, no ano de 1945 foi conferido aos habitantes nascidos no país o status de cidadãos portugueses. Esta diferença jurídica não significou que o regime do Estado Novo estabeleceu uma cidadania efetiva aos cabo-verdianos, ao contrário; a aprovação de leis e medidas discriminatórias e racistas entre cidadãos português e cabo-verdianos continuaram a ser promulgadas, como já vinham sendo desde o período da Ditadura Militar (1926-1933) (Coutinho, 2020).

Nesse contexto, as mulheres cabo-verdianas passaram a ser abrigadas pela legislação sexista portuguesa⁵, que não as considerava cidadãs efeti-

4. O termo “Rabelados” é equiparado semanticamente à palavra em crioulo “rebelados” correspondendo às práticas de resistência às determinações da Igreja Católica e do Estado realizadas por esse grupo. Viviam em situação de quase total isolamento, preservando sua cultura, tradições religiosas e modos ancestrais de vida. Porém, com a liderança dos mais novos, atualmente o seu estilo de vida foi flexibilizado, permitindo a conexão com o mundo exterior. Em 2016 formavam um grupo de cerca de 450 pessoas (Silva, 2016).

5. A legislação portuguesa desse período perdeu até 1967, quando passou a vigorar o novo Código Civil que manteve disposições que consideravam a mulher como “uma menor perante a lei” ainda sob os domínios do homem chefe do agregado familiar ao qual ela pertencesse (Coutinho, 2020, p. 3).

vas. Elas dependiam da autorização dos seus maridos (ou do homem que “chefiasse” o agregado familiar) para estudar, trabalhar, adquirir ou hipotecar bens. Eram, também, proibidas de exercer algumas profissões e de se divorciarem por livre vontade (Coutinho, 2020).

A desigualdade entre homens e mulheres manteve-se após a abolição da escravatura até as vésperas da independência nacional, já que continuaram a sofrer discriminação salarial. Seus filhos continuaram sem direito de serem reconhecidos pelo pai (quando casado), o número de escolas continuava baixo e a frequência das meninas às escolas era reduzida em comparação aos meninos.

Em 1951, depois da revogação do Acto Colonial e da sua integração na Constituição Política da República Portuguesa, Portugal concedeu o estatuto de Província Ultramarina ao arquipélago, como estratégia política para a manutenção da sua dominação com o intuito de enfraquecer o nacionalismo crescente.

A exemplo das elites comerciais e intelectuais do século XVI, que se “vincularam ao empreendimento imperialista de Portugal na África negra como mediadores do contato entre as sociedades tradicionais e os portugueses” (Anjos, 2003, p. 588), a elite intelectual da época também reforçava o tom do “caráter português” da população cabo-verdiana e seu laço cultural com Portugal. Segundo Anjos (2003, p. 588), “é a condição de mediadores dessas elites que produz a identidade mestiça enquanto identidade de um grupo”.

A circulação de ideias desses intelectuais, nomeadamente Manuel Lopes, Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e João Lopes, ocorriam por meio da publicação *Claridade, Revista de Artes e Letras* editada na Ilha de São Vicente entre os anos de 1936 e 1960. Eram difundidos textos sobre questões locais do arquipélago, os aspectos físicos, a relação com Portugal e com o Brasil. Tal movimento ficou conhecido como “movimento claridoso”, amplamente apoiado pelos veículos de imprensa e pela propaganda salazarista, que exaltavam os intelectuais ajudando a fomentar “a imagem do arquipélago como o grande paradigma da colonização portuguesa” (Resende, 2014, p. 190).

A concepção de luso-tropicalismo de Gilberto Freyre foi fundamental para as bases da construção do mito português benevolente, empático com os colonizados e não racista, cujo pilar inicial se deu com a publicação da obra *Casa-Grande e Senzala* em 1933. Segundo Freyre, Portugal tinha arraigada em suas raízes a natureza multirracial advinda do contato dos mouros e judeus na Península Ibérica e devido a isso tinha aptidão para o equilíbrio e a democracia, marcada sobretudo por sua tolerância social e religiosa. Esta seria manifestada, principalmente, através do processo de miscigenação e da interpretação da cultura dos povos colonizados (Medina, 2000).

Ao mesmo tempo que os intelectuais cabo-verdianos e Gilberto Freyre eram bajulados e agraciados com benesses em Portugal pelos seus posicionamentos ideológicos favoráveis ao colonialismo, críticas eram-lhes dirigidas por cabo-verdianos e africanos do continente, fomentando argumentos em prol da independência. A geração Claridade como um importante mediador cultural entre as demandas locais e o sistema colonial, por meio de uma intensa produção em nome da “cultura” e quase sem atividades exibidas como “políticas” fez emergir o imaginário de Cabo Verde como comunidade.

Essa narrativa, que trata a mestiçagem como identidade e que teria por característica uma definição racial homogênea, “demarca as fronteiras entre a comunidade imaginada – Cabo Verde – e as referências de contraposição: a África e Portugal”, servindo de modelo estratégico para a importação de bens simbólicos estrangeiros e para relações clientelísticas (Anjos, 2003, p. 600).

Ocorre que a contínua negligência de Lisboa com a colônia, os períodos de fome, seca e os impostos abusivos fortaleceram ainda mais o movimento pela independência de Cabo Verde, encabeçado por outro grupo de intelectuais. Amílcar Cabral, Onésimo da Silveira e Manuel Duarte foram figuras que estabeleceram a agenda nacionalista em Cabo Verde com bases no panafricanismo, rejeitando definitivamente as políticas coloniais de assimilação cultural e tratando o arquipélago como um caso de regionalismo africano.

Amílcar Cabral, o principal teórico, defendia a equiparação de Cabo Verde à situação das demais colônias do continente africano, considerando necessária a sua “reafricanização” incentivando os cabo-verdianos a “pensar com suas próprias cabeças” e “caminhar com seus próprio pés” (Filicie *et al.*, 2024). Ainda que com tensões, Cabral irmanou historicamente o povo cabo-verdiano aos povos da Guiné com o projeto de unidade Guiné-Cabo Verde. Este, posteriormente, resultou na fundação do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956, e também para a condução da luta de libertação em ambos os países.

De modo análogo a Fanon (1961), que defendia a ideia de que uma população colonizada se liberta pela violência, Amílcar Cabral também estabeleceu o uso da violência como método para desarticular o colonialismo português, mas compreendia o fator cultural como uma manifestação vigorosa de contestação, levando à estruturação e ao desenvolvimento do movimento de libertação. Para ele, a cultura, por ser um elemento da história de um povo, tem como base material o nível das forças produtivas e o modo de produção (Cabral, 2020). Com esse ideário, a luta pela independência nacional ganhou força na década de 1960, culminando com a luta armada no continente africano, contra a metrópole.

No que tange à participação ativa das mulheres na luta pela independência, há um apagamento histórico tanto no cenário pós-independência, como de forma geral, nos arquivos históricos; porém nos últimos anos, a história vem sendo descortinada. Autoras como Patrícia Gomes (2016) e Ângela Coutinho (2020), apoiadas em bases documentais e em história oral e de vida de antigas combatentes/militantes, verificaram que as mulheres cabo-verdianas e guineenses atuaram ativamente junto aos homens. As mulheres aderiram ao partido desde os encontros clandestinos (Silá, 2023) e na luta armada atuaram junto aos homens nas frentes de batalha contribuindo, também, em outros domínios. Elas foram responsáveis pelas políticas de frentes de combate, transportando armas à cabeça em longa distância, além de desempenharem diversas funções, como enfermeiras, telegrafistas, secretárias, redatoras e locutoras (Gomes, 2016; Coutinho, 2020).

As análises dos manifestos e discursos de Amílcar Cabral e, também, dos relatos de muitas mulheres que conviveram com ele na guerrilha, demonstram o seu incentivo pessoal para ações que buscavam a equidade de gênero e a difusão da relevância das mulheres para a construção da sociedade. Introduziu o debate sobre a discriminação positiva em favor da inserção das mulheres na Escola-Piloto, considerada um estabelecimento de ensino de alto nível do PAIGC, estimulando a equidade entre homens e mulheres.

Cabral argumentava sobre a necessidade do reconhecimento da sobrecarga das jovens mulheres em virtude de tarefas domésticas, impostas pelas suas famílias (Coutinho, 2020), e também defendia as mulheres contra os ataques dos companheiros que as abusavam (Silá, 2023). Buscava estabelecer uma configuração menos centralizadora e mais paritária entre homens e mulheres em termos políticos-administrativos.

Ainda na década de 1960, durante a guerra de libertação nacional, nas zonas libertadas das matas da Guiné-Bissau, o PAIGC criou vilas, chamadas Tabankas (que em crioulo significa aldeia). Nestas, por orientação de Amílcar Cabral, a participação das mulheres nos comitês de comando deveria ser obrigatória. Dos cinco membros dos “Comitês de Tabanka”, pelo menos dois deveriam ser mulheres e se fossem três cargos um deveria ser destinado à mulher (Assunção, 2018).

Em que pese a participação ativa da mulher nas lutas de libertação, Coutinho (2020) e Gomes (2016, 2021) defendem que este fator não correspondeu a uma adequada representação política na hierarquia do PAIGC no contexto da independência. Todavia, colaboraram para a concretização da Proclamação de Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde, ocorrida após onze anos de luta armada no território guineense, bem como para a criação de um ambiente propício à consciência política entre as mulheres

[...] seja através do processo de mobilização e de formação política e ideológica dentro das estruturas do movimento, seja atuando como mobilizadoras e formadoras dos mais jovens nas áreas rurais (Gomes, 2021, p. 15).

Para Amílcar Cabral, o principal fundamento para o sucesso da luta pela libertação nacional era manter “os pés fincados no chão, na realidade concreta da nossa terra” (Cabral, 2020, p. 22), reforçando a necessidade de se livrar das amarras colonialistas. Porém, devido à sua morte prematura ocorrida em 20 de janeiro de 1973, vítima de assassinato, não pode acompanhar a concretização de seu maior objetivo: a Proclamação da Independência de Guiné em 24 de setembro de 1973 e de Cabo Verde em 5 de julho de 1975, esta última fomentada pela Revolução dos Cravos em Portugal – que depôs o regime ditatorial de extrema direita do Estado Novo vigente desde 1933, abrindo caminho ao início das negociações com o PAIGC.

O período pós-independência trouxe consigo novas discussões sociopolíticas, como a construção nacional, o desenvolvimento do país de forma autônoma e a abertura cultural marcada pela descentralização do ensino e pela valorização do *batuko*⁶, *funaná*⁷ e da *tabanka*⁸. Foram reconhecidas como parte das manifestações culturais identitárias cabo-verdianas, alavancadas pelo ideário de Amílcar Cabral que enfatizava o papel central da cultura como forma de resistência ao domínio estrangeiro.

Com a elaboração e aprovação da Constituição de 1980, a primeira Constituição de Cabo Verde, marca-se o início da segunda legislatura do PAIGC em regime único partidário. Ele passou a se chamar, devido ao golpe de estado na Guiné em 1980, Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV). Verificou-se um abrandamento da atuação do partido, na medida em que a sociedade civil passou a exercer liberdades e garantias, o que implicou na mudança de estrutura das oportunidades políticas e de mobilizações consideradas como atividades lícitas.

6. O *batuko* é uma manifestação dos africanos escravizados que se desenvolveu na Ilha de Santiago, atualmente é reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como patrimônio imaterial da humanidade.

7. O *funaná* é um gênero musical e uma dança de origem da Ilha de Santiago que utiliza acordeon, possui um ritmo binário (semelhante ao merengue) e dança a dois. Durante muitos anos o *funaná* foi relegado para o contexto popular rural, sendo proibido na capital. Outras práticas musicais mais europeizadas teriam se afirmado: entre as quais, a *Morna*, música nostálgica de ritmo lento acompanhada por instrumentos de corda (violão, violino, viola e cavaquinho) que gozava de prestígio em todo o arquipélago (Semedo, 2009).

8. A *tabanka* é uma espécie de cortejo ou procissão sincrética, que mistura dança, música e encenação que surgiu no século XVI, sendo proibida por lei no século XIX, tornando-se uma festa clandestina e símbolo de resistência colonial.

Em 1990, com a abertura política, Cabo Verde apresentou mudanças em diversos âmbitos, como mudanças constitucionais, a exemplo da instauração do Estado democrático de Direito. O partido no poder, de cunho liberal, governou o país de 1991 a 2001. O período foi marcado pela difusão da globalização neoliberal que, aliada ao contexto de escassez de recursos naturais do país, o levou à dependência de recursos financeiros internacionais, principalmente de países europeus.

Cabral defendia que a principal finalidade do movimento de libertação seria ultrapassar a conquista da independência política para se situar no plano superior da libertação total das forças produtivas e da construção do progresso econômico, social e cultural do povo. Em outras palavras, o movimento de libertação deveria impedir a passagem do colonialismo para o neocolonialismo no pós-independência; contudo, tais diretrizes não foram concretizadas.

A demanda por importação de símbolos políticos do ocidente e a dependência econômica do exterior sustentaram, parafraseando Maria Meneses (2021), “pequenas Europas” no país, constituídas com a presença das elites locais que mantiveram seu status mesmo no período pós-independência. Foram essas elites que se beneficiaram da dominação capitalista construída com modelos de exportação europeu e com a manipulação de códigos e símbolos ocidentais dominantes (Anjos, 2003).

A consequência dos processos de violência física e simbólica, promovidos pelo racismo/sexismo epistêmico (Grosfoguel, 2016) aniquilou grande parte do conhecimento das pessoas escravizadas, influenciando na inferiorização do conhecimento oriundo das experiências sócio-históricas e concepções de mundo do Sul Global, também conhecido como mundo “não ocidental”.

O pensamento feminista que se relaciona com as epistemologias de resistência ao sexismo, colonialismo e patriarcalismo, nas últimas décadas, vêm apoiado em um giro decolonial/pós-colonial em relação às lutas das mulheres autóctones durante a colonização e escravidão. Trata-se de suas antepassadas, das mulheres negras que lutaram pela libertação nacional. Assim, veem e questionam postulados hegemônicos dos feminismos anteriores (Vergès, 2020), como a ideia do patriarcado universal e a não inclusão do racismo como base em suas teorias e práticas. Essa perspectiva decolonial/pós-colonial, também, está inscrita na proposta do “colonialismo discursivo” desenvolvido por Chandra Talpade Mohanty (2008) e Gayatri Chakravorty Spivak (2010). Na análise do racismo no Brasil, por Lélia Gonzalez (1988) e nas bases do feminismo comunitário proposto por Julieta Paredes (2018), dentre outras.

Atualmente, em Cabo Verde, verificamos pontos de resistência ao apagamento epistêmico, como a busca pelo reconhecimento do protagonismo das

mulheres nas lutas pela independência. Ela vem se descortinando por meio de pesquisas acadêmicas que utilizam a história oral para construir a história (Gomes, 2016; Coutinho, 2020) ainda em tempo de ouvir das próprias combatentes. Abordam também as divergências no debate sobre a colonialidade/neocolonialidade e relações de gênero. Aparecem, ainda, os temas da maternidade, da monoparentalidade e de uma possível matricentralidade em Cabo Verde, embasados pelos estudos realizados por Andreia Lobo (2014), Maria Ivone Tavares Monteiro (2016) e Celestes Fortes (2015).

Segundo Lobo (2014), Silva (2018) e Fortes (2015), o contexto familiar em Cabo Verde tem relação com a matricentralidade, pois as mulheres exercem a gestão financeira da casa e da vida dos filhos em todos os seus aspectos, “o que nos obriga a problematizar a ideia e a definição da sociedade cabo-verdiana como uma sociedade patriarcal e do homem como o provedor da casa”, além de permitir “uma discussão menos naturalizada e singular de família” (Fortes, 2015, p. 153 e 154).

Segundo Celestes Fortes (2015) a matrifocalidade no país não é absoluta, pois inconstâncias são reveladas, na medida em que

é uma condição negociável e espera-se que seja passageira, se considerarmos que o quadro que determina essa condição é o mesmo que enaltece a procura de um ideal de família nuclear e patriarcal (Fortes, 2015, p. 163).

Este quadro de idealização em busca de uma família patriarcal e nuclear fomenta retóricas morais e políticas que categorizam como “famílias desestruturadas” os arranjos familiares que não contam com a presença do homem no seio familiar (Lobo, 2012; Fortes, 2015). A autora assim evidencia que as dinâmicas familiares em Cabo Verde são marcadas por paradoxos entre as negociações que resultam da fluidez quotidiana de um contexto marcado pela pobreza, migração, poligamia informal, violências baseadas no gênero e convenções que buscam a manutenção de uma família nuclear “ideal”, ocidentalizada.

Carmelita Silva, em seus estudos, buscou evidenciar que a categoria patriarcado,

[...] bastante usada pelas ONGs de promoção da igualdade de gênero no país para justificar a dominação masculina, por si só não é suficiente para dar conta das hierarquias de gênero, e, por conseguinte, das violências na conjugalidade [...] [em Cabo Verde] (Silva, 2018, p. 242).

Com isso, defende a mudança do ponto de vista metodológico e conceitual do patriarcado no país, devido à baixa carga do peso desta categoria, pois muitas mulheres chefiam suas famílias, sendo esse, também, um aspecto histórico.

Ainda que se reconheça a relativização do patriarcado e, com isso, que a questão passe a ser analisada pelo viés relacional (que se evidencia pelo deslocamento de poder entre os envolvidos), para que a problemática das violências seja realmente compreendida, segundo Silva (2018) é necessário adotar uma abordagem pós-colonial e interseccional também no levantamento de dados, que cruze os vários marcadores de desigualdade social (classe social, gênero, conjugalidade e marcadores geográficos) como forma de visibilização dos contextos endógenos que envolvem a violência baseada no gênero no país.

Monteiro (2016) argumenta que em termos históricos e estruturais, as ilhas cabo-verdianas ficariam marcadas por uma espécie de “plasticidade parental”, constatando-se no geral, ainda hoje, uma fraca presença da figura do pai na vida familiar e, conseqüentemente, a subestimação ou relativa valorização do papel e do valor social das mulheres, mormente pela via da sua excessiva sobrecarga no que respeita às responsabilidades relativamente à gestão e manutenção da família.

Da mesma forma, foi por meio de estudos etnográficos recentes, publicados nas últimas duas décadas, que a dimensão étnico-racial em Cabo Verde passou a ser descortinada. Os estudos realizados por Eufémia Rocha (2017, 2022) e José Carlos Gomes dos Anjos (2003, 2022) abordando a persistência das rivalidades entre badius (habitantes da Ilha de Santiago) e sampadjudus (habitantes das outras ilhas, com exceção da ilha de Santiago) e entre cabo-verdianos e mandjakus, demonstraram traços de antinegitude⁹ em Cabo Verde, mesmo sem a presença de brancos no arquipélago.

Assim, a análise realizada por eles das posicionalidades do “idioma da antinegitude” utilizado por parte dos caboverdianos, demonstrara o cunho pejorativo e homogeneizante da definição de mandjaku, atribuída aos imigrantes oriundos de países da costa ocidental africana (como Senegal, Guiné-Bissau, Mali e Nigéria). O termo se “tornou o outro nome do negro (e/ou do africano)”, marcado como indesejável e selvagem em contrapartida ao ideário branco como algo positivo (Rocha; Anjos, 2022, p. 110). Este processo de racialização atinge duplamente as mulheres negras, em virtude da interseccionalidade entre os marcadores raça e gênero.

9. Os autores, utilizam a categoria antinegitude, pois “explica, como um dado permanente do mundo moderno, a aversão e o ódio às pessoas negras” (Vargas, 2020, p. 22), e, portanto, demonstra por meio da categorização “pessoas negras/pessoas não negras” que as primeiras ocupam uma posição única na constituição das subjetividades.

As dimensões étnicas e as relações familiares em Cabo Verde são temas que comportam diversas análises, mas não é possível nesse momento aprofundá-las, devido ao espaço limitado deste capítulo. Contudo, com certeza se apresentam como um rico campo de compreensão sobre o impacto da colonialidade/neocolonialidade nas relações de gênero, no contexto atual da terceira década do século XXI.

Considerações finais

Ao longo da história de Cabo Verde (colonialismo, partido único e democracia) uma visão de mundo se estabeleceu, sobretudo a partir das dimensões de raça e gênero, por uma

[...] hipotética superioridade cultural de uns e inferioridade de outros, resultante de uma maior proximidade ao mundo euro-ocidental, para uns, e ao continente africano, para outros (Furtado, 2016, p. 883).

Isso, em termos de simbolismos e relações de poder. A demanda por importação de símbolos políticos do ocidente e a dependência econômica internacional (de países do Norte Global) continuam influenciando a construção das crenças sobre os papéis e as expectativas de gênero embasados em perspectivas eurocêntricas, na sociedade cabo-verdiana.

As epistemologias feministas e as perspectivas analíticas pós-coloniais há muito questionam as narrativas globalmente aceitas, construídas em torno da “cegueira” relativa ao gênero, eurocêntrica. Do mesmo modo, têm confrontado as perspectivas androcêntricas e visões exclusivamente brancas do mundo, e ao fazê-lo estimulam novos interesses de pesquisa sobre a história, desde o âmbito local.

Com base nisso, o tema sobre o apagamento histórico da participação das mulheres nas lutas pela independência em Cabo Verde, promovido pelas autoras Patrícia Gomes (2016) e Ângela Coutinho (2020), bem como os temas da maternidade, da monoparentalidade e de uma possível matricentralidade em Cabo Verde emergiram nas últimas décadas, sendo embasados pelos estudos realizados por pesquisadoras como Andreia Lobo (2014), Maria Ivone Tavares Monteiro (2016) e Celestes Fortes (2015).

Do mesmo modo, as dinâmicas familiares e a questão da emigração foram temas abordados por Celestes Fortes (2015) e Andreia Lobo (2014). A relativização da categoria patriarcado no país, defendida por Carmelita Silva (2018) em suas análises sobre as relações de gênero nas conjugalidades e sua relação dinâmica com a violência baseada no gênero contribuí-

ram para um afastamento da visão eurocêntrica de mundo e propiciaram o direcionamento a uma perspectiva contra hegemônica.

Não se pretende esgotar as abordagens possíveis, porém as aqui citadas são imprescindíveis para demonstrar que há uma indissociabilidade entre aquilo que se considera e o que se apaga da história, bem como entre a cultura e a produção de conhecimento. O resultado dessa confluência tem instigado a compreensão de mundo da atual sociedade cabo-verdiana em termos das (des) igualdades de gênero, ampliando sua capacidade de reflexão e crítica.

Referências

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, p. 579-596, 2003.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Da Revolta de Ribeirão Manuel ao Devir-Mulher de um povo. In: SILVA, Carmelita; FORTES, Celeste (orgs.). **As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas**. Praia: Edições Uni-CV, 2011, p 50-65.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; VIEIRA, Miriam Steffen. Gênero e raça: trânsitos do Sul em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 24, n. 59, p. 16-23, jan./abr. 2022.

ASSUNÇÃO, Maria Gomes. **Representação Política das Mulheres na Guiné-Bissau**. 2018. 88f. Dissertação (Mestrado em Estudos Internacionais) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

CABRAL, Iva. A Representação das Mulheres, Casadas e Viúvas, da Ilha de Santiago nos Documentos dos Séculos XVI-XVIII (Um Estudo Prosopográfico). In: SILVA, Carmelita; FORTES, Celeste (orgs.). **As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas**. Praia: Edições Uni-CV, 2011, p. 19-37.

CABRAL, Iva. “Pensar para agir, agir para pensar melhor”: descolonização e soberania intelectual africana. In: JESUS, Leandro Santos Bulhões de; BARROS, Miguel de; FILICE, Renísia Cristina Garcia (orgs.). **Tecendo redes antirracistas II: contrarcolonização e soberania intelectual**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020, p. 17-26.

CARREIRA, António. **Cabo Verde: aspectos sociais**. Secas e fomes do século XX. Lisboa: Ulmeiro, 1984.

CORREIA, Maria de Jesus Semedo. **Avaliação do potencial de jatropha curcas I para produção de biodiesel** (Santiago - Cabo Verde). 2009. 92f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrônômica – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. “Militantes invisíveis: as cabo-verdianas e o movimento independentista (1956-1974)”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e68316, 2020.

FILICIE, Regina Cristina Garcia *et al.* “Caminhar com seus próprios pés” e “pensar com sua própria cabeça”: trilhas da história, resistência(s) e emancipações. *In: FILICIE, Regina Cristina Garcia et al.* (orgs.). **Tecendo redes antirracistas III: entre resistências e emancipações.** Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

FORTES, Celeste. “Casa sem homem é um navio à deriva”: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal. **Anuário Antropológico**, Brasília: UnB, v. 40, n. 2, p. 151-172, 2015.

FURTADO, Cláudio Alves. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: As marcas do silêncio. **Afro-Ásia**, p. 43-17, 2012.

FURTADO, Cláudio Alves. Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 855-877, set.-dez. 2016.

GIDDENS, Antony. **A Constituição da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES, Patricia Godinho. “As outras vozes”: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Revista Odeere**, v. 1, n. 1, p. 121-145, 2016.

GOMES, Patrícia Godinho. Mindjeris di Guiné, ka bô m’pina, Ka bô burgunhu1: narrativas de mulheres na/sobre a luta de libertação na Guiné-Bissau (trajetórias, construções e percursos). **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, n. 6, p. 81-106, out. 2021.

GONÇALVES, Ivanilda Rosa Tavares. **A emancipação da mulher: o papel da mulher na polícia Nacional de Cabo Verde.** 2021. 173f. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Policiais) – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

LEISTNER, Rodrigo Marques. Identidades Negociadas, Autenticidades Redefinidas: Políticas do patrimônio e turismo cultural entre os Rabelados de Cabo Verde. **Revista Antropológicas**, ano 24, v. 2, n. 31, p. 289-317, 2020.

LOBO, Andréa de Souza. **Tão longe tão perto: famílias e “movimentos” na ilha da Boa Vista de Cabo Verde.** Brasília: ABA Publicações, 2014.

LOPES FILHO, João. **Ilha de S. Nicolau Cabo Verde: Formação da sociedade e mudança cultural.** Lisboa, Portugal: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1996.

LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel; PAIS, Elza. Violência contra as mulheres. **Cadernos Condição feminina**, Lisboa: [s.n.], 1997. Disponível em: <https://bit.ly/4bEZti9>. Acesso em: 2 nov. 2024.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como alibi colonial do salazarismo. **Revista USP**, São Paulo, n. 45, p. 48-61, mar./maio 2000.

MENESES, Maria Paula. Diálogo de saberes e pedagogias decoloniais: entrevista com Maria Paula Meneses. *In*: BARBOSA, Alessandro Tomaz; CASSIANI, Suzani (orgs.). **Cadernos CIMEAC**, v. 11, n. 1, p. 12-31, 2021.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de Occidente: feminismo académico y discursos coloniales. *In*: SUÁREZ, Liliana; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (orgs.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Cátedra, 2008, p. 112-162.

MONTEIRO, Maria Ivone Tavares. Família e gênero na perspectiva de mulheres kumbossas em Santa Catarina. *In*: SILVA, Carmelita de Afonseca; VIEIRA, Miriam Steffen (orgs.). **Gênero e sociabilidades no interior de Santiago**. Praia: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 109-150.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

RESENDE, Taciana Almeida Garrida. Colonialismo e Cabo Verde: discussões sobre a colonização portuguesa na África (1950 e 1960). **Temporalidades**, v. 6, n. 2, p. 184-199, maio/ago. 2014.

ROCHA, Eufémia Vicente. O imigrante oeste-africano como o indesejável? acerca do processo de racialização em Cabo Verde. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 105-129, 2017.

ROCHA, Eufémia Vicente; ANJOS, José Carlos Gomes dos. Traços de antinegitude em Cabo Verde. **Sociologias**, v. 24, n. 59, p. 108-136, 2022.

SEMEDO, Carla Indira Carvalho. **Mara sulada e dá Ku torno**: performance, gênero e corporeidades no Grupo de Batukadeiras de São Martinho Grande (Ilha de Santiago). 2009. 147f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILÁ, Aua. Participação política das mulheres na Guiné-Bissau (1956-1973): A perspectiva de Amílcar Lopes Cabral. **Revista Três Pontos**, v. 2, n. 1, p. 45-53, 2023.

SILVA, Carmelita de Afonseca; FURTADO, Clementina; VIEIRA, Miriam Steffen. Laboratório de Investigação em Gênero: contribuição à pesquisa e às políticas. *In*: SILVA, Carmelita de Afonseca; VIEIRA, Miriam Steffen (orgs.). **Gênero e sociabilidades no interior de Santiago**. Praia: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 11-16.

SILVA, Carmelita de Fonseca. **A rede sol e a lei especial contra violência baseada no gênero**: processos institucionais e narrativas de mulheres e homens em situação de violências conjugais em Cabo Verde. 2018. 322f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Clara; OLIVEIRA, Gertrudes Silva de. Família e dinâmicas sociais em Cabo Verde: fortalezas e vulnerabilidades. **Rivista Italiana di Educazione Familiare**, n. 2, p. 43-62, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VARGAS, João H. Costa. Racismo não dá conta: antinegritude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 16-26, 2020.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

RACISMO NAS PRÁTICAS OPERACIONAIS DE POLICIAIS MILITARES: UM DESAFIO À SEGURANÇA CIDADÃ

Jamil Amorim de Queiróz

Introdução

O presente capítulo apresenta uma análise de significados subjetivos e inter-subjetivos, assim como os símbolos significantes que os policiais militares, em suas práticas operacionais, no contexto das relações raciais, atribuem às atividades de abordagem operacional, cuja finalidade é compreender a realidade dessas práticas que os profissionais constroem, diante das ações junto ao indivíduo negro.

As práticas operacionais de policiais militares sob o nome de “policia-mento ostensivo”, ainda não possibilitaram uma concepção plena de cidadania que seja aceita pela sociedade. Os critérios das abordagens policiais apresentam lacunas que resultam em ambiguidades nas práticas operacionais junto à população negra, pois ainda se percebe deficiência nessas práticas policiais. Isso por conta de confusões adotadas por policiais militares na interpretação das leis resultando em abordagens estereotipadas sob o nome de “legitimidade normativa”, bem como práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais baseadas em concepções arbitrárias.

O policiamento ostensivo e as práticas operacionais de policiais militares são atividades profissionais conceitualmente diferentes; o policiamento ostensivo é o policial militar isolado ou em grupo que pode ser reconhecido de relance pelo fardamento, armamento e viaturas. Já as práticas operacionais são a aproximação para verificação, que se chama de *abordagem* e se define como um encontro entre a polícia e o público, cujos procedimentos adotados variam de acordo com as circunstâncias e com a avaliação feita pelo policial sobre a pessoa com quem interage, podendo estar relacionada ao crime ou não.

Por outro lado, teoricamente, o pensamento de George Herbert Mead (1993) afirma que a sociedade não é apenas o meio pelo qual a personalidade se desenvolve, como também é sua fonte e sua origem. Dessa forma, esse pensamento sugere que a contradição social percebida em um “desvio de pensamento” pode causar estereótipos nas práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais. De acordo com Berger e Luckmann (2012), a sociedade é uma construção social que as instituições apresentam ao indivíduo como objetiva.

A socialização se efetua por meio da interação social e da construção de significados com os outros indivíduos, nas instituições sociais, tais como polícia militar, família, escola, igreja, entre outras. Portanto, a socialização é um processo em que os indivíduos aprendem e interiorizam as normas e os valores de uma determinada cultura específica com a finalidade de construir um espaço social.

Entretanto, nesse cenário social, provavelmente há perda de legitimidade face à complexidade das relações raciais, diante das práticas operacionais policiais. Até porque, Bauman (2007) assevera que Freud enfrentou essa espécie de quebra-cabeça “emocional” e sugeriu que a solução devia ser procurada no firme desafio da psique humana à pura “lógica dos fatos”. O sofrimento humano

[...] provém do poder superior da natureza, da fragilidade de nossos corpos e da inadequação dos regulamentos que ajustam as relações dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade (Bauman, 2007, p. 59-60).

Esse “medo emocional” proporciona um cenário, paradoxal, pois, na sociedade, há indivíduos negros, brancos, amarelos e outros, onde a “lei e a ordem” devem ter o tratamento equitativo para todos.

No entanto, a legitimidade social fica “subordinada” mais ao interesse das práticas operacionais do policial militar do que pelo âmbito social. Fica a impressão de um “racismo institucional” que vem a corroer a legitimidade dos processos de socialização e a normalização cidadã, mesmo com a intenção de um desenho policial militar no Estado Democrático de Direito. Além desses laços sociais, que os policiais militares construíram, foram complementados por uma espécie de “hábito das ruas”, isto é, os policiais militares há muito tempo como profissionais militares, são ouvidos e acatados pelo policial com menos experiência, sem questionamentos.

O texto considera que os fenômenos das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, estão presentes na formação e no desenvolvimento operacional urbano, sob o nome de policiamento preventivo/repressivo. Dessa forma, as mudanças históricas do “corpo guerreiro”, que se desdobra em uma carga simbólica, que confere estabilidade ontológica ao policial militar e que depende do mito, do ritual e, também, do controle social para se tornar uma nova configuração imaginária do guerreiro, onde suas expressões são vivenciadas no cenário das práticas operacionais como imagens que argumentam, a redescoberta do seu potencial simbólico, cuja característica também se manifesta na violência e no medo.

Por outro lado, as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais foram interpretadas com características mais laborais do

que sociais, enfatizando que o vínculo social está relacionado ao grau de pertencimento do grupo social ao qual o policial pertence, imprimindo, nessas abordagens operacionais, atitudes culturais de socialização institucional, com significados de ações pautadas nas fontes da instituição de como agir em relação ao indivíduo negro, ofertando evidências da ativação de atos de racismo nas impressões sobre esse indivíduo “estrangeiro”.

Procedimentos metodológicos

O desenho teórico metodológico utilizado para esta investigação foi o da pesquisa qualitativa, sob a ótica do interacionismo simbólico, com base no pensamento de George Herbert Mead (1993), transmitido por Herbert Blumer (1982). Os participantes do estudo em referência são policiais militares, desde a formação até o momento de aplicar os conhecimentos recebidos em suas ações operacionais nos espaços públicos da sociedade.

O interacionismo simbólico tem suas raízes no pragmatismo americano, herança da denominada Escola de Chicago, e, de forma particular, na obra de George Herbert Mead (1993, p. 23), de quem deriva o conceito “assumir o papel de outrem”. Tal conceito se refere à compreensão das ações dos outros; essa compreensão possui o princípio de que os significados tornam a vida social possível quando o indivíduo, por meio deles, “assume” os papéis dos outros e regula seu comportamento em termos dessa assunção de papéis.

Como afirma Coulon (1995, p. 17), o interacionismo simbólico sublinhou a natureza simbólica da vida social – os significados sociais devem ser considerados como “[...] produzidos pelas atividades interativas dos agentes”. A interação é, portanto, um processo interpretativo no qual os atores negociam o significado que atribuem à situação social. Fora desse processo interpretativo, a realidade social careceria de sentido para os atores que dela participam.

Flick (2009, p. 31) menciona que o ponto de partida do interacionismo simbólico “são os significados subjetivos que os indivíduos atribuem às suas atividades e aos seus ambientes”. De acordo com essa percepção, os significados para o interacionismo simbólico são o produto das interações entre as pessoas de um grupo, ao mesmo tempo que são produzidas as realidades pelas quais se dá o cotidiano dos indivíduos.

Os elementos que compõem o esquema teórico do interacionismo simbólico, que são definidos e discutidos, com a finalidade de esclarecê-los conceitualmente, estão enfatizados em Blumer (1982, p. 45), que propõe os seguintes elementos conceituais para estudar o social: “a) o self - a noção de self ou ‘si mesmo’”, em uma perspectiva pós-metafísica, destaca-se como um dos

principais temas do pensamento de Mead (1993); b) o ato - o ato ou ação é construído através dos processos de interação social que o ser humano sustenta consigo mesmo e com os outros; c) a interação social - explica regularmente que a realidade social pode ser determinada e generalizada sob princípios de controle metodológico e experimental; d) os objetos - as pessoas vivem em um mundo material repleto de objetos e suas atividades são configuradas a partir deles – Mead (1993) define um objeto como qualquer coisa que as pessoas possam apontar –; e) ação conjunta - é a capacidade dos indivíduos de articularem suas ações entre si, diante de uma situação social comum. Ela pode evoluir de uma colaboração entre dois indivíduos, até uma organização complexa realizada por instituições de qualquer tamanho ou dimensão.

A ordem que se define no processo de interpretação é primeiramente orientada para identificar os significados que são partilhados pelos policiais militares sobre suas práticas operacionais, que são definidos por Blumer (1982) como significados intersubjetivos, e posteriormente são descritos os significados particulares que esses policiais militares atribuem em suas práticas junto à população negra, que, conforme Mead (1993), são chamados de símbolos significantes.

Coleta de dados

O método de coleta de dados foi organizado e sistematizado sob os critérios da observação participante, no aspecto documental e na entrevista semiestruturada. Os procedimentos de coleta de dados iniciaram-se pela observação participante, na Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – Cuiabá/MT, no segundo semestre do ano de 2019, no 31º Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar.

É importante ressaltar que levando-se em consideração a carga horária total do Curso de Formação (de 1775 horas/aula), a disciplina Direitos Humanos e Relações Étnicas Raciais, tiveram apenas 30 horas/aula. Por outro lado, notou-se que a Ordem Unida e a Educação Física Militar foram utilizadas em todos os momentos disponíveis, estabelecendo uma pedagogia de desempenho na internalização do *ethos* militar.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 30 policiais militares, todos em atividades operacionais. A coleta de dados se concretizou através da análise documental, analisando os boletins de ocorrências, atendidos pelo 1º Batalhão de Polícia Militar e, a técnica da observação participante, aconteceu também nos policiamentos ostensivos motorizados, efetuados junto aos 1º e 3º batalhões da Polícia Militar de Mato Grosso.

A análise de conteúdo – como técnica de análise, foi entendida, neste texto, como o procedimento de interpretação de conteúdos discursivos, sejam eles de observação participante, de entrevistas e de documentos.

A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 2010, p. 40).

Após as codificações, as unidades de análise foram sistematizadas em figuras gráficas que foram ordenadas e integradas, enquanto texto descritivo, que representa o que é real que foi interpretado até construir uma racionalidade sobre o real. Há um processo de racionalização sobre a subjetividade das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, a fim de interpretar o significado que essas ações práticas têm para esses profissionais e, dessa forma, compreender a realidade operacional que eles constroem.

O processo de sistematização, análise e interpretação iniciou-se desde o acesso ao campo de trabalho, onde foram elaboradas as operações até chegar a um procedimento específico de sistematização e análise mais condizentes com a perspectiva teórica do interacionismo simbólico. Foram elaborados quadros como unidades de análises: Sistema de codificação de significados; Conceitualização dos códigos da coleta de dados; Formulação das categorias; Agrupamento das unidades de análise em categorias e subcategorias; Atribuição do nome à categoria teórica de acordo com o significado intersubjetivo; Organização das unidades de análises definidas como símbolos significantes.

Dessa forma, a interpretação qualitativa do pesquisador foi composta por seu raciocínio intelectual, bem como, por suas reações emocionais. O raciocínio é o esforço direcionado à análise das informações e da organização para emitir o relatório das considerações. As emoções do pesquisador representaram um convite à autoanálise para identificação e controle de suas próprias subjetividades com a finalidade de conter as possíveis distorções que possam desencadear o distanciamento da credibilidade da pesquisa.

Aspectos da natureza da Polícia Militar

A polícia militar é uma instituição fundamental das sociedades contemporâneas. Toda polícia é política, devido ao seu papel instrumental no policiamento, na promoção ou na salvaguarda das relações do poder vigente. A polícia militar é o primeiro contato da segurança pública com os indivíduos, a prática operacional do policial militar é a face mais tangível da realidade do Estado em

seu contato cotidiano com o cidadão. A polícia militar e o seu poder de policiamento na intervenção pessoal no comportamento cotidiano dos indivíduos justifica o conceito de que o estado tem a força como fundamento de poder.

“O fundamento do poder estatal realizado pela prática policial militar fica contundente quando essa força pública é comumente denominada polícia” (Monjardet, 2002, p. 13). As intervenções dessas práticas operacionais, no ambiente social, para redimir os conflitos e dissensões, legitimam a consolidação do poder praticado pela autoridade policial militar.

Assim sendo, na sociedade moderna,

[...] a polícia desenvolveu-se como a organização especializada encarregada da manutenção da ordem, e a ela foi confiada à capacidade de emprego legítimo da força, que é monopólio do Estado (Reiner, 2003, p. 16).

Na análise de Monjardet (2002), a concepção do trabalho policial atua em: intervenções policiais de socorro, policiamento ostensivo, atividades judiciárias e atividades administrativas. Essas perspectivas, em uma sociedade, exigem também novas perspectivas para o trabalho policial. A sociedade contemporânea deseja que o trabalho policial seja mais efetivo e solicita que os fatos estereotipados sejam reduzidos e/ou eliminados.

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT) nos termos da Lei, passou a ter a função primordial de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública do Estado, continua como força auxiliar e reserva do Exército do Brasil e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social brasileiro, mantendo os pilares da hierarquia e disciplina. Seus integrantes são denominados militares estaduais, conforme prescreve o artigo 42 da Constituição Federal do Brasil.

Por outro lado, as operações policiais estão concentradas no perímetro urbano onde, “o maior problema da ‘vida moderna’ está circunscrito no conflito entre indivíduo e sociedade, entre cultura interior e cultura exterior” (Waizbort, 2013, p. 316); nessa perspectiva, as práticas operacionais de policiais militares, no espaço urbano, se defronta com uma variedade de imagens que se apresentam em sua consciência. E, na medida em que a cidade cria essas condições psicológicas em cada saída para o policiamento ostensivo motorizado, em conjunto com a velocidade e as variedades da vida profissional e racial, ela propicia para a vida anímica no nível da consciência uma organização frente às abordagens policiais junto à população negra.

As condições psicológicas são condições subjetivas, que dizem respeito ao indivíduo. Só na cidade essas condições são encontradas em cada abordagem policial no meio da multidão, por outro lado, a cidade é desde

sempre o lugar a ser policiada. Nesse sentido, a objetividade das ações policiais militares no contexto racial, na cidade,

[...] deixa as qualidades individuais de lado, submersas na indiferença, em contraposição a subjetividade e sentimento que preservem cuidadosamente a diferença e individualidade (Waizbort, 2013, p. 319).

Em meio à multidão, na cidade, cresce a distância da unidade social em relação aos elementos que a formam, desse modo, o indivíduo se esconde por detrás do grupo. As ações policiais militares, de certa forma, possibilitam uma socialização; por um lado, as ações são uma instância que promove distância, por outro, ela promove a indiferença. Para equilibrar as práticas operacionais de policiais militares, é preciso entender sobre a importância do conflito em casos de violência preconceituosa.

Na interação, entre a polícia militar e o indivíduo negro, o conflito está destinado a resolver dualismos divergentes, pois o próprio conflito resolve a tensão entre contrastes. A base das concepções simmelianas se encontram no suporte psicológico, o dualismo forma-matéria, a noção de interação e de socialização como processo social básico. “As relações de conflitos, por si mesmas, não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras” (Simmel, 1983, p. 128). O mundo é de relações, um mundo no qual tudo se liga configurando constelações de relações (Waizbort, 2013). Cada manifestação da vida social sustenta outra ao mesmo tempo que a define. “De relação em relação, o mundo de Simmel torna-se em um mundo de relações. Tudo está em relação com tudo” (Waizbort, 2013, p. 87).

Além disso, Gadea e Queiróz (2020) afirmam que a interação pode ser identificada estritamente como aquilo que ocorre unicamente em situações sociais; isso significa que, em ambientes nos quais dois ou mais indivíduos estejam fisicamente na presença imediata um do outro. Nessa perspectiva, na interação face a face há um domínio metodologicamente preferencial de estudo na microanálise, cujo fato da condição humana no cotidiano, se passa na presença imediata dos outros. Desse modo, na interação entre a polícia militar e a população negra, provavelmente serão em sentido estrito e socialmente situados.

Sobre o racismo

O racismo pode até apresentar uma roupagem nova, diferente ou outro aspecto ousado, porém pode ser novidade ou apenas reprodução do fenômeno, no entanto, continua latente mantendo sua própria configuração com distri-

buição do medo, da negação e a figura dos indivíduos negros ainda “presos” em um sistema escravista. As consequências da escravidão nem sempre foram racistas. O racismo ficou associado e sustentado pela desonra, pela demonização e pelo suplício do indivíduo negro, além disso, ficou demarcado e identificável pela cor da pele, cuja tonalidade não tinha como disfarçar, esconder ou ofuscar o antigo sistema escravista e, com isso, sustentando uma hierarquia racial.

As relações raciais, racismo e raça assumiram impressões, no decorrer da história e, também, nas representações sobre o indivíduo negro, bem como, sobre o continente africano no pensamento ocidental. Essa impressão ficou estabelecida como o momento do século XIX em que surgiu o “racismo científico”, cuja presença visibiliza nas relações sociais, com o impulso em moldar as relações entre grupos humanos, em especial, durante a expansão marítima europeia. Porém, vale ressaltar que o racismo, especificamente a partir do século XV, era a sistematização de ideias e valores do europeu acerca da diversidade racial e cultural dos diferentes povos no momento em que a Europa entrou, pela primeira vez, em contato com eles.

No entanto, a palavra racismo é recente, porém as práticas e as ideias para as quais o termo remete são antigos, ele é encontrado nos mundos grego e romano antigos e até, no extremo oriente. O racismo científico propõe, sob diversas variantes, uma pretensa demonstração da existência das “raças”, cujas características biológicas ou físicas corresponderiam às capacidades psicológicas e intelectuais, ao mesmo tempo coletivas e válidas para cada indivíduo. Nesse viés, Wieviorka (2007, p. 21) enfatiza:

As concepções científicas de raça se colocam na convergência de todos os campos do saber. [...] Trata-se, qualquer que seja o saber inaugurado ou convocado, de demonstrar a superioridade da “raça” branca sobre as outras “raças” [...].

Dessa maneira, negros, mulatos, indígenas e asiáticos passaram a ser vistos como inferiores, sendo o negro abaixo de todos os incivilizados, intelectualmente com menor aptidão e de costumes estranhos e repugnantes. A pauta racial brasileira está vinculada ao processo de formação do Brasil, tanto que a ideia de raça, como a ideia social que a população negra sofreu e, ainda continua sendo atingida, adentram nas ideologias e no âmbito político, com a evidência de negá-los, invisibilizá-los e, considerá-los em um padrão de naturalização.

Vários estudos, no campo científico e na área policial militar, buscam compreender as diversas interpretações sobre as ações policiais na sociedade, no contexto das relações raciais, conforme encontramos em Barros (2006), Matos (2019),

dentre outros. Em tais ações policiais militares, existe uma unanimidade ao reconhecer que a ideia central de que raça e racismo, no contexto das práticas policiais militares, o indivíduo negro se manteve como elemento suspeito e perigoso.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que as práticas operacionais de policiais militares, de acordo com Anderson (2008), na condição nacional, é o valor maior de legitimidade universal no contexto da vida política contemporâneo, até porque, a categoria raça vem se relacionando com a nacionalidade brasileira. Assim, o conceito de nação enquanto comunidade imaginada, torna-se contundente para contribuir no debate das relações raciais brasileiras e, de forma específica, sobre as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais.

No Brasil, a relação entre raça e identidade nacional, “nasceu” com a ideia de homogeneização nas contribuições biológicas e culturais entre os três grupos formadores do país: negro, branco e vermelho; nessas relações “prevaleceu” a camaradagem da fraternidade horizontal no contexto das relações raciais brasileiras. Dessa forma, tornou-se uma estratégia para invisibilizar as desigualdades raciais, enfatizando a ideologia da democracia racial.

Outros debates fizeram parte das reflexões sobre raça e racismo, tais como, o determinismo, o arianismo, a eugenia, o evolucionismo e outros. O determinismo discute a mestiçagem, a política do branqueamento da população brasileira, ora branquear é problema, ora branquear é solução.

Esses debates mantiveram uma importância durante algum tempo, até que, em *Casa-grande e senzala*, Gilberto Freyre (1996) repensa sobre a pauta, isto é, tanto a ameaça de degeneração quanto a oportunidade do branqueamento foram temas que atribuíram à miscigenação um caráter positivo, colocando-o como a possibilidade de criar um indivíduo adaptado aos trópicos. No entanto, ao irradiar essas ideias, acaba assumindo uma posição ambígua em relação à situação dos negros no Brasil, de um lado, o autor denuncia o maniqueísmo do racismo científico e, de outro, constrói a imagem de um país livre de tensões raciais.

O debate sobre a referida pauta continua com outros autores, Sylvio Romero (1902) se aproximou do evolucionismo de Herbert Spencer, para buscar um método objetivo de crítica literária. Dessa maneira, ele inaugura uma análise identitária nacional que passa pela miscigenação e que inclui o negro com fator explicativo central. A questão, para o referido autor, é de como modernizar o país possuidor de uma população mestiça e, portanto, racialmente inferior. Desse modo, em sua análise, essa população mestiça deveria ser conduzida a um processo de “branqueamento”. “O mestiço é o produto psicológico, étnico, o histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional” (Romero, 1902, p. 75).

A mestiçagem era entendida como solução viável com a vinda de imigrantes, pois em decorrência com a mistura, ao longo de gerações, iria

purificar as raças consideradas degeneradas. Roméro (1902, p. 184) elucida: “Afinal é o branco que virá a prevalecer [...]; mas para formar uma nacionalidade forte [...] ele deve diluir-se na mestiçagem”.

A figura de Nina Rodrigues, que além de psiquiatra era médico-legista e criminologista, trouxe à tona a “psicologia da forma”, sob a tutela da medicina social e da teoria da degenerescência. Esse movimento trouxe uma identificação da loucura com o crime, proporcionando uma fundamentação e a consolidação do estereótipo racista do negro degenerado e criminoso. Como exemplifica Rodrigues (1930, 2010, p. 170; 16): “Condição mental dos mestiços: influência degenerativa do cruzamento entre raças muito dessemelhantes” e “O mestiçamento não faz mais do que retardar a eliminação do sangue branco [...]”.

Essa interpretação evidenciou que na sociedade, no final do século XIX e início do XX, as relações raciais deveriam continuar como sistema hierarquicamente dividido para manter intacta a condição subalterna dos negros e dos mestiços. Essa imagem foi o ponto de partida para nascer uma política de combate ao racismo, apoiada e elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e que, o modelo de relações raciais brasileiro deveria ser estudado e compreendido como solução às regiões onde havia tensões, conflitos e confrontos raciais.

Esses discursos de inferioridade racial do indivíduo negro, construídos pela intelectualidade brasileira, perpetuaram ao longo da nossa história por força de mecanismos histórico-sociais, como por exemplo, o conhecimento científico de viés racista e que ainda pode ser encontrado na herança discriminatória que persiste em algumas práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais. O negro é propenso a ser criminoso; de acordo com o modelo determinista, a criminologia, argumentava ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário e, como tal, um elemento objetivamente detectável nas diferentes sociedades.

Embora os estudos de relações raciais no Brasil sejam um dos mais produtivos e plurais das Ciências Sociais, as discussões sobre o conceito de racismo ainda continuam recentes. O discurso sobre a diferença inata e hereditária, de natureza biológica, psíquica, intelectual e moral, entre grupos de pessoas humanas, distinguíveis a partir de características somáticas, é resultado das doutrinas individualistas e igualitárias que distinguem a modernidade em relação à Antiguidade ou à Idade Média, no caso do Brasil, o período colonial e imperial.

Diante dessas questões de relações raciais, raça e racismo, é de bom alvitre enfatizar que nos debates foi ignorada a voz dos pretos e dos mulatos que denunciavam barreiras intransponíveis do “preconceito de cor”, discursando sobre a diferença entre “preconceito” e “discriminação”, nisso configurou uma negação em uma dimensão social, funcionando tão

somente como um esforço ideológico de obscurecer o racismo nacional. Nesse debate, Guimarães (2009, p. 11) defende a seguinte tese:

“Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural [...]. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, [...]. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social.

Ainda nesse viés, o autor em referência enfatiza que

[...] o racismo é, portanto, uma forma bastante específica de “naturalizar” a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais (Guimarães, 2009, p. 11).

Nesta perspectiva percebe-se três movimentos, que Osório (2008, p. 67) chama de “onda teórica”, a qual será apresentada de uma maneira mais sintética. Por outro lado, não se pretende alcançar a plenitude do pensamento social brasileiro, mas a recepção das relações raciais, da raça e do racismo pelos pensadores brasileiros na virada do século XX, analisando o papel e o lugar do negro na sociedade do Brasil e, conseqüentemente, na interação do indivíduo negro com a prática policial militar.

O racismo em uma abordagem das teorias clássicas denominadas “Ondas”

Os representantes da primeira onda argumentam que o racismo não existia ou era de pouca monta na sociedade brasileira, cujo momento caracterizou-se pela mobilidade ascendente dos mulatos. Essa característica foi sinalizada pelas ocupações prestigiosas dos mestiços, dando uma percepção da ausência de preconceito racial. Donald Pierson (1945) foi considerado um dos principais catalisadores da imagem internacional do Brasil como paraíso das relações raciais, pois considerava que não havia visto no Brasil – Salvador, o tipo de preconceito então vigente nos Estados Unidos da América.

A segunda onda teórica é mais heterogênea do que a anterior, sendo que, os seus representantes afirmaram que o preconceito racial existe e possui uma especificidade e só pode ser compreendido à luz da história e de maneira particular das relações raciais vigentes no período escravagista. Nessa perspectiva, a ênfase será em Florestan Fernandes (2013), seguindo a similaridade da primeira onda e apresentando ao menos dois outros estudiosos da referida temática.

A teoria do autor é importante tanto pelas influências sobre seus discípulos, quanto à heterogeneidade teórica que definiu os contornos da primeira onda.

Já a terceira onda, tem como expoente central Carlos Hasenbalg com o livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (2005), que representou um marco na produção sociológica brasileira, uma obra que repercutiu entre os militantes do movimento negro brasileiro, até porque, os argumentos do autor convergiam com as reivindicações daqueles que lutavam em favor da igualdade racial.

Esses debates sobre relações raciais no Brasil têm, historicamente, tematizado o negro de maneira muito específica e de forma focalizada. Assim, fica conferido aos identificados como negros um ambiente sujeito às contingências inferiorizadas e, conseqüentemente, sujeito ao escrutínio de estar subalternizado pelo outro. Nesse desenho, os debates das Ciências Sociais em tematizar, simplificar, essencializar e desmoralizar o indivíduo negro.

Dessa forma, a perspectiva de “relação” sugere uma complementação entre negro-tema e branquitude, por um lado e, por outro, a emergência de posicionamento crítico emitido pelo negro-vida. Até porque, o racismo foi visto por Guerreiro Ramos (1995) como remanescente e difuso no senso comum, significando uma ideologia que consagrou a dominação política e social das elites brancas. Partindo desse princípio, o autor acima descrito desaconselhava qualquer tipo de organização política voltada contra o preconceito racial, pois, para ele, a melhor das condições de vida do negro, por si mesma, acabaria com o preconceito sofrido.

Porém, há uma dimensão estruturante no racismo enquanto sentido e forma que permeia as instituições e constitui subjetividades junto a amplas parcelas da sociedade nacional. Assim, o racismo não pode ser realmente compreendido como efeito de estrutura da sociedade desigual, mas como um macrofenômeno antropológico, cuja incidência humana se universalizou com a colonialidade.

O racismo brasileiro de hoje persiste no interior de um efeito permanente da antiga estrutura escravista: uma verdadeira forma social autonomizada como herança autoritária de práticas patrimoniais das classes dirigentes (Sodré, 2023, p. 37).

Além disso, no racismo não há uma objetividade ideológica, ele subsiste pelo efeito parasitário do sistema socialmente excludente, em determinadas práticas intersubjetivas em uma forma de vida “aprisionada” nas raízes da escravidão, cujo sistema foi abolido política e juridicamente do Brasil. Por conta desse cenário imaginativo, o efeito torna-se ao mesmo tempo econômico, societário e institucional, o que leva à tese de que a raça está na base da definição de classe, isto é, “a classe social é sempre racializada” (Sodré, 2023, p. 37).

Há também o que podemos chamar de “novo racismo”, parece constituir-se com base em processos de “diferenciação social”, sugerindo que é o próprio temor pela diferença cultural o que traz por consequência estratégias de segregação, de estigma e de marginalização. A discriminação e o racismo contemporâneo se materializam na suspeita de que os indivíduos ou grupos culturais se apresentam cada vez “mais iguais”, isto é, iguais em direitos, em oportunidades concretas, em circulação e visibilidade, em capacidades discursivas e pressão política. Esse é um cenário que supõe o esquecimento eventual de estratégias ainda vigentes de estigmatização e de segregação, da própria presença do racismo na atualidade (Gadea; Queiróz, 2020).

Essa percepção, ocorre pela situação de “mais liberdade” gerada pelas mudanças modernizadoras na economia a partir dos anos 1950 e 1960, bem como, pela sociotécnica tecnológica a partir dos anos 2000, que desenhou uma competição aberta entre a população branca e negra, uma competição de grande intensidade, ao perceber, os primeiros, que aqueles espaços por eles definidos *a priori* como próprios na escala social e laboral estariam agora em visível risco. Nessa configuração, a ascensão social estaria delimitando novas estratégias racistas e novas reações antirracistas, considerando-se, desta forma, que é a percepção de vulnerabilidade e os riscos próprios dos espaços sociais atuais uma das fontes do “novo racismo”.

Dessa maneira, a ideia de africanidade passa a se definir como um potencial político de dupla direção; por um lado, como narrativa geradora de um “grupo de pertença” e, por outro, como discurso demarcador de uma ação política e estratégica em caminho de ser empreendida.

Nesta configuração, a negritude também passou a ser um conceito e um discurso dinâmico de caráter político, ideológico e cultural. Na área política, negritude torna-se instrumento para subsidiar as ações do movimento negro organizado. Na ideologia pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial e, do ponto de vista cultural, torna-se uma tendência de valorização da manifestação de matriz africana.

Por outro lado, o homem negro deixa de ocupar o lugar de objeto incognoscível criado pelo imaginário branco para ser sujeito pleno e perfeitamente cognoscível de suas próprias produções, tomando partido de sua trajetória individual e amando suas atribuições intelectuais e corporais, que foram e que, lamentavelmente, ainda são menosprezadas. Bernd (1988) proporcionou com seu estudo um movimento, denominado negritude, que provocou uma ruptura com um padrão cultural do branco, ocasionando um deslocamento de perspectiva que oportunizou a revalorização de outras culturas, como a de origem africana, que havia resistido à altivez assimilacionista. Nesta perspectiva, o problema não é o indivíduo negro, mas a patologia e o ego ferido do branco, que percebe a perda da

colonização e a desesperança de não triunfar de maneira duradoura, entendendo que o problema do branco passa a ser um problema dos brancos.

Considerações

O fenômeno pesquisado reflete os conflitos associados ao sentido social de policiais militares que buscam uma resolução diante da tensão da abordagem policial entre contrários – abordagem técnica ou institucional, isto é, contra o outro ou com o outro. De tal forma que o social, nesta perspectiva exige a dualidade de fatores que estreitam essa união e aqueles que se opõem a ela. Preconceito e não preconceito na interação entre o “eu” e os “outros” é que gera a articulação do social pelo social, e, é o que permite a construção do que se chama realidade social.

Por isso, quando o policial militar, por norma institucional, realiza a prática operacional no contexto das relações raciais, o próprio ator do ato entra em conflito, dada a contradição que reside nas ações policiais militares, perseguido pelo “eu” e os fins dirigidos pela instituição “mim”. Nesse sentido, os indivíduos fazem uma série de construções mentais (adaptações) a fim de conhecerem os papéis sociais e como cumpri-los em diferentes situações. O self constitui-se como uma unidade dual de um “eu” e um “mim”, pelo “eu” o self individua-se e, pelo “mim”, socializa-se; esses polos seriam independentes, mas referem-se necessariamente um ao outro.

Essa diferença individual resulta de um processo de significação de si mesmo contra o qual ele reage e pelo qual o indivíduo se constitui, desconstruindo uma ação social equânime para o negro em relação ao branco. Por conta disso, ficou patente que as ações policiais militares, nas situações das relações raciais, estabeleceram padrões previamente definidos e canalizando-as em uma direção específica, demonstrando um caráter controlador e disciplinador que é inerente à instituição militar.

Conforme o exposto, as práticas operacionais de policiais militares analisados, no contexto das relações raciais, representam um procedimento constituído institucionalmente e não constituinte da ação social dos policiais. Essa configuração é reproduzida e reconstruída como realidade operacional regida pela segurança e pelo desejo de prestígio profissional, o que evidencia nos significados intersubjetivos definidos pelo controle social exercido pela cultura institucional, enfatizando o sentido e a legitimidade das abordagens a qualquer tempo e hora.

Os policiais militares se revelaram como principais protagonistas no cenário simbólico em relação aos significados que atribuem às práticas operacionais no contexto das relações raciais; o racismo enquanto significado, não é exclusividade das ações policiais, pois existe e preexiste às práticas operacio-

nais de policiais militares, no contexto das relações raciais; a significação dos policiais militares sobre o vínculo com o social está relacionada com o grau de pertencimento do grupo social ao qual estão inseridos, as práticas operacionais no contexto das relações raciais, no significado dos policiais militares, não apresentam ações racistas em si mesmo, mas essas práticas exercem um racismo; Assim sendo, as práticas operacionais reforçam o racismo no interior das ações policiais militares nas situações das relações raciais.

Os significados que os policiais militares atribuem à realidade de práticas operacionais, no contexto das relações raciais, indicam que essas ações junto ao sujeito negro evidencia um sistema legítimo, mesmo tendo uma representação maior ao laboral que ao social. Na perspectiva do interacionismo simbólico, as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, não vivem em mundos construídos por e para eles exclusivamente, mas em uma construção coletiva.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARROS, Geová da Silva. **Racismo institucional**: a cor da pele como principal fator de suspeição. 2006. 151f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BERND, Zilá. **O que é negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos, v. 209).

BLUMER, Herbert. **El interacionismo simbólico**: perspectiva y método. Barcelona: Hora, 1982.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GADEA, Carlos A.; QUEIRÓZ, Jamil Amorim de. Reflexões sobre raça, racismo e negritude no Brasil. *In*: RUSCHEINSKY, Aloisio (org.). **Ciências Sociais em abordagens múltiplas**: desigualdades persistentes e políticas afirmativas no horizonte de incertezas. Porto Alegre: CirKula, 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução de Patrick Burglin. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

MATOS, Gisele Gomes. **A cor nas abordagens policiais no Estado de Goiás**. 2019. 160f. Dissertação (Mestrado em Direito e Políticas Públicas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MEAD, George Herbert. **Espírito, persona y sociedad**: desde el punto de vista del conductismo social. Buenos Aires: Paidós, 1993.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da USP, 2002.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: estudo de contacto racial. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira; Patologia social do “branco” brasileiro. *In*: RAMOS, Alberto Guerreiro. **A introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995, p. 163-202; p. 215-240.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da USP, 2003.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ROMÉRO, Sylvio. **História da literatura brasileira**. 2. ed. Tomo Primeiro (1800-1830). Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro Editor, 1902.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organização de Evaristo de Moraes Filho. Tradução de Carlos Alberto Pavanelli *et al.* São Paulo: Ática, 1983.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. Tradução de Fany Kon. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CRIMES DO SENTIR: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS POLICIAIS EM TORNO DOS CRIMES RACIAIS NA DELEGACIA DE POLÍCIA DE COMBATE À INTOLERÂNCIA DE PORTO ALEGRE/RS¹

Vanessa Silva da Cunha

Introdução

No Brasil são cada vez mais atuais as discussões em torno da temática racial. Além disso, com a Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã), ataques racistas passaram a ser considerados crimes, sujeitos à responsabilização por parte do Estado. Foi através do punitivismo que a sociedade viu a possibilidade de coibir os ataques sofridos pela população negra e o primeiro passo para o acesso jurisdicional é através da comunicação do fato à autoridade competente, notificando a violência sofrida junto à delegacia de polícia. O campo empírico deste trabalho se deu na Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância (DPCI) de Porto Alegre/RS, cujo período da pesquisa ocorreu entre julho e dezembro de 2023.

Procurei responder ao seguinte problema de pesquisa: como são recepcionados e encaminhados os casos de crimes raciais no interior da Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância? O fiz por meio da análise das práticas policiais cotidianas, sobretudo quando chegavam casos que tratavam de questões raciais. A partir da perspectiva da Antropologia e da Sociologia do Direito, especialmente de etnografias que focalizaram nas construções jurídicas e de justiça a partir das práticas sociais nos serviços de justiça, e que contribuíram para a construção do enquadramento teórico desta pesquisa (Vieira, 2011; Schuch, 2009; Silva, 2003).

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: no segundo tópico, apresento considerações sobre o conceito analítico de raça, ideologia da mestiçagem, o mito da democracia racial, estigma e estereótipo, a partir dos trabalhos de Antônio Sergio Alfredo Guimarães (2009), Kabengele Munanga (2020), Lélia Gonzalez (2020), Ervin Goffman (2004) e Adilson Moreira (2019). Abordo sua relação com as construções das identidades sociais que hoje recaem sobre os grupos marginalizados com a finalidade de reafirmar o poder de um grupo racial sobre o outro.

1. Este capítulo é fruto da dissertação de mestrado da autora, sob orientação da Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira (UFPel).

No terceiro tópico, problematizo a relação entre racismo e Estado, utilizando como referência teórica Silvio Almeida (2019), Adilson Moreira (2019), Charles W. Mills (2023) e Cida Bento (2022), abordando a definição de racismo e suas práticas em nível estrutural, institucional e interseccionalidade. No quarto tópico, debato sobre a relação entre racismo e direito, abordando a teoria crítica da raça para debater as relações étnico-raciais, demonstrando a necessidade de as normas jurídicas levarem em consideração a raça como elemento central nos debates do campo. No quinto tópico, debruço-me na análise das práticas policiais observando a maneira como os policiais conduzem os atendimentos nos casos envolvendo crimes raciais, relatos das vítimas e interpretações da realidade.

Raça e nação na sociedade brasileira

De acordo com Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2009), ao discutir o tema do racismo no Brasil, torna-se fundamental compreender o processo de formação da nação brasileira e seus desdobramentos atuais, bem como o entrecruzamento discursivo e ideológico. Ademais, raça e nação constituem uma espécie de encruzilhada para as ciências sociais, e demonstrá-las não é uma tarefa fácil. Contudo, constituem categorias analíticas que foram utilizadas para classificar grupos sociais, por meio dos discursos nacionalistas (Nascimento; Thomaz, 2008).

O discurso nacionalista, racializante e ideológico

Abordar questões relacionadas à nacionalidade são imprescindíveis, pois no Brasil as regras de pertencimento nacional absorveram e subjugararam sentimentos étnicos (Guimarães, 2009), trazendo a discussão para o ponto de vista de racialização das relações sociais. A partir dessa perspectiva, entende-se que a raça é um elemento importante para o estabelecimento das relações de poder na modernidade, cujo colonialismo estabeleceu novos paradigmas do poder, do ser e do saber a partir da ideia de “homem universal”, ensejando novas concepções sobre como a sociedade deveria se estruturar, demarcando desigualdades entre sistemas culturais não europeus.

Atualmente compreende-se que raça implica em desigualdades sociais, econômicas, culturais e até mesmo epistemológicas, herança da colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005). Merece destaque a formação da nação brasileira e a invenção da identidade nacional, a dita “brasilidade”. Para Guimarães (2009, p. 52):

O racismo brasileiro só poderia ser heterofóbico, isto é, um racismo que “é a negação absoluta das diferenças”, que “pressupõe uma avaliação negativa de toda a diferença, implicando um ideal (explícito ou não) de homogeneidade”.

A constituição da nação brasileira se pautou no discurso da homogeneidade dos atores sociais, em que a suposta harmonia evoluiria para a categoria “mestiçagem”, que nada mais é do que o “cruzamento” dos brancos com pretos e não brancos.

Estigma e estereótipos como marcadores de (in)diferenças

Além da discussão sobre raça, nacionalidade, seguem em aberto as seguintes questões: como são construídos os estigmas que diferenciam os sujeitos racializados? Erving Goffman (2004) inicialmente nos apresenta um panorama histórico para introduzir o conceito de estigma, explicando que o termo foi criado pelos romanos para se referirem a marcas corporais, que buscavam evidenciar de forma negativa a moral de quem as apresentava. Logo, o estigma era visto como uma informação social sobre determinado sujeito, que possuía uma característica que ressaltasse o mau *status* moral do indivíduo. O sociólogo apresenta três tipos de estigmas, que são: 1) abominações do corpo oriundas de deformidades físicas; 2) culpas de caráter, oriundas de “vontade fraca”, desonestidade, crenças falsas e 3) estigmas relacionados a raça, nação, religião, que podem ser compartilhados por meio da linguagem e “contaminar por igual dos membros de uma família” (Goffman, 2004, p. 7). Logo, estigma seria uma marca física ou moral que possui conotação negativa que pode levar o portador dessa marca a ser excluído ou marginalizado (Furtado; Ronzani, 2010).

De acordo com Guimarães (1999, p. 5), os estigmas são empregados como

[...] instrumentos de humilhação e sua eficácia reside justamente em demarcar o afastamento do insultador em relação ao insultado, remetendo-o ao terreno da pobreza, da anomia social, da sujeira e da animalidade.

Assim, a função principal do estigma estaria na legitimação e manutenção da relação de poder de um grupo sobre o outro. Frisa-se que o estigma possui sempre uma conotação negativa. Relevante registrar o forte impacto que o estigma causa nas pessoas negras, pois envolve aspectos amplos da vida em sociedade, sendo colocados à margem nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

No caso dos estereótipos, estes possuem o condão de gerar impressões positivas ou negativas. Para Jacques d'Adesky (2022, p. 70):

[...] estereótipos consistem essencialmente em crenças ou ideias partilhadas conjuntamente por membros de um grupo a propósito de outro. São geralmente expressões verbais que tendem a apreender de maneira reducionista um determinado grupo, habitualmente avaliado em função de seu comportamento ou de seus hábitos.

E essas generalizações se mantêm no tempo porque são constantemente repetidas, tornando-se uma forma de conhecimento partilhado, seja pela via cultural, através do humor ou até mesmo da mídia (Moreira, 2019). A partir da internalização desses conteúdos generalizantes, produzem-se percepções negativas, que podem resultar em discriminações raciais.

Por fim, a literatura abarcada neste tópico contribui para a análise dos dados coletados no trabalho de campo junto à delegacia, a fim de verificar quais são os estigmas que aparecem como marcadores da diferença nos relatos das vítimas de delitos raciais.

Racismo e Estado

Para dar conta do tema proposto neste tópico utilizo como referência teórica Charles Wade Mills, e sua obra *O contrato racial* (2023), para mostrar quais são os elementos que constituem e sustentam o contrato racial vivido atualmente. Para o autor, é necessário reconhecer que o racismo é um sistema “positivo”, uma estrutura própria de poder para um governo, seja ele informal ou não, que garante privilégios socioeconômicos e normas de distribuição diferenciada de riquezas, bem como benefícios, responsabilidades, direitos e deveres. Através da teoria do contrato racial, Mills busca explicar a gênese da sociedade e do Estado, sua estruturação, a maneira como o governo funciona e a psicologia moral das pessoas que vivem dentro desse modelo social.

Argumenta que o contrato racial é político, moral, epistemológico e é convencionado por aqueles brancos considerados “brancos plenos”, que possuem legitimidade para subcategorizar os demais seres humanos não brancos. O objetivo, explícito ou não, é sempre criar privilégios para os brancos em relação ao grupo não branco, bem como explorar suas terras, corpos, negar-lhes direitos e restringir suas oportunidades (Mills, 2023). O racismo não se limita tão somente à questão fenotípica, mas também abrange outros elementos ine-

rentes à condição humana, presente tanto na estrutura social, e consequentemente, nas instituições sociais que compõem o Estado.

Sobre racismo estrutural e institucional

Segundo Silvio Almeida (2019, p. 47): “Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista”. O autor refere que, ainda que a frase possa parecer óbvia, é importante atentar para as implicações dela, que são: A) as instituições da sociedade possuem determinados padrões de funcionamento que acabam por privilegiar grupos raciais hegemônicos, pois o racismo faz parte da estrutura social. A instituição por si só não produz o racismo, mas sim o reproduz e perpetua. E, sendo algo reproduzido e acrescido à estrutura social, instituições agem de maneira racista, o que já é visto como “normal” na sociedade em geral.

É o que ocorre nas escolas, governos, empresas, que acabam por não tratar o problema das desigualdades raciais, e muitas vezes a não verem isso como um problema, justamente por já estar “instaurada a normalidade”. B) o racismo não se limita à representatividade, mesmo que seja extremamente necessária a presença de pessoas negras nos espaços de decisão. Contudo, é pertinente atentar que isso não faz com que a instituição deixe de ser racista, pois não raras as vezes a atuação dos indivíduos é orientada e pautada nos princípios estruturais da sociedade, em temas que envolvem a ordem política, econômica e jurídica (Almeida, 2019). E aqui reside a falta de confiança nas instituições pois, mesmo que os indivíduos venham a ser devidamente responsabilizados por ataques racistas, a estrutura social nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para coibir tais atos de violência simbólica (Almeida, 2019).

Além disso, as instituições que compõem o Estado também reproduzem as condutas racistas e acabam contribuindo para a manutenção do poder dos grupos hegemônicos (Almeida, 2019; Moreira, 2019). Mas no que consiste o racismo institucional? São atos praticados por atores sociais que representam organizações públicas ou privadas e que podem levar (ou não) a raça em consideração como um dos critérios de suas ações; porém, de qualquer modo, acabam afetando grupos raciais de forma negativa (Moreira, 2019).

Interseccionalidades: uma abordagem teórica e política atravessada pelo racismo

Entendemos que raça e gênero são categorias inseparáveis, em consonância com Grada Kilomba (2019, p. 94):

A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo.

Não raras vezes, nos discursos que teoricamente interpretam a realidade social, o sujeito negro que é considerado é o *homem* negro, e no discurso voltado ao gênero é a *mulher* branca, seguido de um discurso no qual classe social não tem raça. O problema de não situar os sujeitos que fazem parte do discurso de raça, gênero e classe acaba por invisibilizar a mulher negra, que é duplamente vítima dessa opressão (Kilomba, 2019).

Lélia Gonzalez, na década de 1970, em seus escritos denunciava que a mulher negra no Brasil é alvo de tripla discriminação (raça, gênero e classe). Em razão dos estereótipos gerados pelo racismo e sexismo (fetiche da “mulata”), a colocam no nível mais baixo da opressão, enquanto o seu parceiro, homem negro, é objeto de perseguição, repressão e violência policial. Para Beatriz Nascimento (2021), o lugar situado da mulher negra no mercado de trabalho se dá, a partir do período escravocrata, estruturado em castas sob o regime patriarcal e paternalista. Neste, a mulher branca era a esposa do homem e mãe dos filhos, enquanto mulher negra era a força produtora de riqueza em dois sentidos. Como operadora nas plantações e da lida doméstica na “casa grande”, mas também explorada em sua força reprodutiva enquanto geradora da “nova mercadoria”, os escravos, concorrendo assim com o tráfico negroiro.

Em tempos de sociabilidade digital, a violência discriminatória de gênero também se espalha para os ambientes virtuais, segundo pesquisa divulgada em outubro de 2023 pela Faculdade Baiana de Direito, em parceria com o portal jurídico JusBrasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)². Entre os tipos de agressão estão a nomeação pejorativa e a animalização, entre as principais formas de violência posta em prática, tanto para homens quanto para mulheres.

Direito e racismo

A relação entre racismo e Direito é importante para este estudo, considerando que a delegacia de polícia compõe o sistema de Justiça. Para tanto, arquitetou-se o trabalho na perspectiva da Teoria Crítica da Raça.

2. Publicação disponível em: <https://bit.ly/44hQxLE>. Acesso em: 19 fev. 2024.

A discussão racial e a prática do Direito

As relações que se formam a partir das estruturas sociais e econômicas nas sociedades contemporâneas é que determinam como as normas jurídicas serão aplicadas. Logo, o direito não é apenas o conjunto de normas, mas também a relação entre os sujeitos de direito. Sendo assim, o direito não só é incapaz de extinguir o racismo, como é usado como ferramenta para formar sujeitos racializados (Almeida, 2019). De igual modo, as desigualdades que existem na sociedade são refletidas na produção do direito e por ele reafirmadas (Silva; Pires, 2015).

Partindo dos grandes níveis de desigualdades no Brasil, onde mais da metade da população é composta por pretos e pardos, que geralmente estão na base dos indicadores sociais relacionados a renda, escolaridade, saúde e educação, a Teoria Crítica da Raça surge como uma possibilidade de que a categoria raça seja utilizada como um elemento preponderante para analisar a realidade social. Sobretudo nas reflexões sobre o direito e não apenas no ordenamento jurídico, mas também em nível institucional, político, estrutural e histórico (Silva; Pires, 2015). A principal premissa da Teoria Crítica da Raça é que o racismo é a regra e não a exceção, sendo a forma habitual por meio da qual as sociedades operam.

O reflexo dessa habitualidade seria a invisibilização das práticas discriminatórias do dia a dia (Silva; Pires, 2015). Embora a teoria tenha sido concebida em um cenário diverso ao Brasil, é compatível com nossa realidade, feitas as devidas adaptações. Caroline Silva e Thula Rafaela Pires (2015), apontam três premissas da Teoria Crítica da Raça que dialogam de forma direta com o texto brasileiro e são úteis nesta pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao “mito da democracia racial”: a) o caráter estrutural do racismo por derradeiro, consolidado na forma de viver em sociedade; b) a forte crença meritocrática e consequente exclusão dos negros das posições de poder, crendo na ideia de neutralidade do grupo dominante, a defesa da igualdade formal e descontextualizada do direito e c) a noção de construção social da raça, derivada das relações sociais aliada à ideia de que quanto mais branco melhor, e mais preto pior.

Nesse sentido, a luta antirracista requer uma mudança significativa não apenas simbólica no que rege as relações sociais, mas também por parte dos operadores do direito e seus agentes públicos (Pires, 2013). Ademais, o direito é usado como instrumento de controle social e moral, definindo o que é certo e errado, lícito e ilícito, sob o pretexto de que a norma é neutra. Contudo, consideramos o “modelo de proteção jurídica dedicado à população negra no Brasil e as armadilhas que mantém seu alto grau de inefetividade” (Pires, 2013, p. 87). E, nesse sentido, o baixo grau de confiabilidade das instituições somado à maneira de como o direito é aplicado, mesmo que haja responsabilização dos ataques racis-

tas, gera o sentimento de impunidade nas vítimas de crime raciais que buscam seu direito através do sistema de justiça, como refere Almeida (2019).

Adentrando na DPCI: estratégias metodológicas e práticas policiais frente à narrativa das vítimas de racismos

Neste tópico procuro apresentar o universo empírico da DPCI, bem como os atores sociais que a compõem e sua estrutura institucional, a partir da pesquisa etnográfica, composta por entrevistas e observação participante no local. A DPCI recepciona delitos como intolerância religiosa, raciais, a pessoas portadoras de deficiência, LGBTQIA+, tendo sido inaugurada em 10 de dezembro³ de 2020. De acordo com um dos policiais que trabalha no local,

a delegacia não tem um viés punitivo, mas de acolhimento. Então, ela está muito mais preocupada em acolher a vítima. [...] A DPGV entra na parte de justiça restaurativa, não é como o judiciário que tem a perspectiva punitivista (Diário de campo, 25 ago. 2023).

Para adentrar no universo do campo empírico, foi preciso empregar algumas estratégias metodológicas, tais como negociação com os policiais para ingresso no local e reforço da ética da pesquisa, por exemplo. Além disso, durante o percurso, encontrei alguns desafios, tais como lidar com a questão da desconfiança por parte de alguns policiais. Afinal, eu era uma pessoa “de fora” que se propunha a estudar aquele espaço, incluindo como aquelas pessoas se comportavam durante a sua jornada de trabalho.

Narrativa das vítimas do racismo: um crime do sentir

Esta subseção se propõe a apresentar a análise de alguns dos dados coletados durante a pesquisa de campo junto à DPCI, trazendo as nuances de casos do cotidiano vivenciado pelos policiais durante o atendimento às vítimas. Pude observar que, ao recordar o fato durante o depoimento policial, o/a ofendido/a muitas vezes começava a chorar copiosamente e os policiais que os atendiam já tinham em suas salas caixas com lenços de papel para oferecer às vítimas e ajudá-las a se recompor. Outra reação que frequentemente era manifestada pelas vítimas era a ira, a raiva. Contida, claro, por estar dentro da delegacia, mas nitidamente se observou que aliado ao sentimento de tristeza e humilhação por ter sido xingado/a,

3. A data em que a Delegacia de Combate à Intolerância foi aberta é simbolicamente importante, pois, é o Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro).

estava a vontade de revidar de forma agressiva. Nessas horas, a depender do policial que estava prestando o atendimento, havia a tentativa de acalmar o cliente dizendo que teria escolhido o caminho certo e que a violência não era a solução.

Registrando o dito... “tinha que ser...”

As tardes na DPCI geralmente são calmas; em uma delas, entra no recinto um homem negro de aproximadamente 40 anos e anuncia à estagiária que gostaria de registrar uma ocorrência. Ela prontamente informa ao policial Luiz que há uma pessoa no saguão aguardando atendimento. O policial vai a seu encontro, entabula conversa de maneira preliminar para ter conhecimento dos fatos e o cliente diz: “Eu gostaria de denunciar um crime de racismo porque eu me senti ofendido. Claro, eu não quero ser injusto, mas eu quero fazer a ocorrência”. Ao ouvir o relato, o policial informa que o fato narrado configura sim racismo, mas que o crime é difícil de ser comprovado no judiciário, e em seguida ambos vão para a sala do cartório formalizar o registro. A vítima entrega sua carteira de identidade para o policial e diz: “A gente tá acostumado a ser xingado”. Luiz⁴ responde: “É, mas não deveria ser, né? [...] a justiça não considera isso como crime de racismo”. A vítima se conforma com a resposta do policial dizendo: “se não der nada ok, mas é para ele aprender. A gente vê na televisão, mas quando é com a gente, das duas, uma. Ou eu registrava ocorrência, ou ‘cagava ele a pau’”. O policial lhe conforta dizendo que ele fez certo em procurar a delegacia. Narrando os fatos, o reclamante refere que trabalha como porteiro e que não deixou o agressor (corretor de imóveis) passar o portão do condomínio por não obter identificação, seguindo a regra do próprio condomínio, apresentando ao policial o documento que determina a obrigatoriedade de identificação para acesso ao condomínio. Por ter tido barrada sua entrada na portaria a vítima teria ouvido quando o agressor começou a xingá-lo e em dado momento disse: “tinha que ser...”, mas não sabe afirmar se ele mencionou a cor da sua pele (negro). Durante o relato a vítima começa a chorar dolorosamente, ao que imediatamente é acudida pelo policial que lhe entrega um lenço de papel. No ato, o policial oferta à vítima a oportunidade de realizar uma mediação de conflito contra o acusado e explica como funciona, que prontamente responde: “pode ser, não sei se vai adiantar alguma coisa”. Em seguida, pergunta se a DPCI indica um profissional para conversar sugerindo uma psicóloga ou advogado, sendo respondido por Luiz que há, sim, encaminhamento da vítima

4. Por questões éticas da pesquisa, todos os dados subjetivos dos clientes e agentes policiais foram ocultados durante o estudo, fazendo-se o uso de nomes fictícios.

para a psicóloga, mas não para o advogado. O policial prontamente faz o encaminhamento para consulta psicológica e anexa ao inquérito. Após a saída do cliente da delegacia, Luiz e eu conversamos brevemente sobre o caso e o policial enfatiza que “o direito não dá conta. Ele não foi feito para isso”.

O relato acima expõe uma cena cotidiana que nos mostra que, infelizmente, a violência é praticada de forma gratuita, em ocasiões de contatos cotidianos corriqueiros. O cliente/vítima narra que diante da negativa em dar acesso ao corretor que não possuía identificação, respeitando a regra do condomínio, foi xingado. Interessante perceber a postura que o cliente chega na delegacia, pois, primeiramente diz que se sentiu ofendido, mas ao mesmo tempo que diz “não quero ser injusto”, manifestando o desejo de registrar a ocorrência policial. Ou seja, não foi um “simples xingamento”, mas uma violência que o magoou internamente. Muito embora a vítima tenha escutado apenas “tinha que ser...”, não conseguindo dar certeza que ouviu a palavra “negro”, o reflexo do choro pesado durante a confecção do Boletim de Ocorrência (B.O.) entregava que tinha sofrido racismo, era como se lhe doesse na alma, e estivesse revivendo a cena do conflito, quiçá lembrando de situações anteriores, acumuladas. Importante destacar que nesse contexto “negro”, é usado como um termo pejorativo para inferiorizar o outro, é associado a algo negativo, justamente pelo estigma social construído em torno do sujeito racial negro (Guimarães, 1999; Moreira, 2019).

Chama a atenção a postura do policial durante o ato, que o acudiu no momento do choro e disse para o cliente que ele tinha feito o certo em preferir fazer o B.O. do que partir para a agressão física. Ao mesmo tempo em que tem essa postura de acolher, também expõe a sua percepção do direito frente à temática, porque entende que falta o elemento “materialidade”, como requisito para configurar crime, ainda que no seu íntimo tenha a convicção de que de fato ocorreu um ato racista.

No espaço da escola “às vezes na brincadeira a gente acaba mostrando nossos preconceitos”

Um dos casos mais longos e emblemáticos que pude acompanhar na coleta testemunhal de um inquérito policial em andamento foi um caso de “racismo recreativo” (Moreira, 2019) ocorrido em ambiente escolar. Vítima e agressor são estudantes de ensino médio em uma escola privada de Porto Alegre/RS. O levantamento dos relatos das partes envolvidas incluiu professores, alunos e gestores da escola. A primeira testemunha a ser ouvida é um homem branco, beirando os 40 anos, que trabalha como professor da disciplina de Biologia na escola. A postura da testemunha enquanto ouve a leitura do boletim de ocorrência é de surpresa,

manifestando estar “*chocado*”. O policial Luiz questiona se ele presenciou algum daqueles fatos e responde: “Nunca, nunca [...] nunca seria permissivo com isso”.

A segunda testemunha ouvida naquela tarde é a professora de português, uma mulher branca, de aproximadamente 35 anos, que também não tinha conhecimento que a vítima havia sofrido racismo recreativo por parte do colega de sala. Inclusive, naquele mesmo ano (2023), a professora relatou que a turma leu em sua aula o livro *O pequeno manual antirracista*.

A terceira testemunha era outro professor de Biologia, um homem branco de aproximadamente 45 anos de idade. Diferente das outras duas testemunhas, o semblante dessa pessoa não transpareceu qualquer estranheza após o policial ler o conteúdo do B.O., referindo que “a turma é meio ácida”, e em seguida menciona que “às vezes na brincadeira a gente acaba mostrando nossos preconceitos”, ao que é rebatido pelo policial: “É que a lei mudou. Agora é crime”. Quando perguntado pelo agente se havia presenciado os fatos, negou em dois momentos. Finalizada a coleta do depoimento daquela testemunha, Luiz comentou comigo que possivelmente o inquérito acabe “não dando em nada por falta de provas”, bem como disse que a testemunha estava mentindo, pois a expressão corporal dele indicava ansiedade, mexia muito a perna durante o ato inquisitório, olhava para baixo o tempo todo. Além dos professores, também foi ouvido o coordenador de turno da escola, referindo que conversou com a adolescente sobre o ocorrido e perguntou por que não lhe procurou antes, pois o fato já havia ocorrido há tempos. Chamou outro aluno negro para saber se também tinha sofrido racismo, tendo este respondido que não, mas que o acusado teria feito isso com outros estudantes, pois “tem um comportamento muito explosivo... é um menino que a gente já teve discussão com a professora [...], mas nunca chegou um caso de racismo. Nunca vi no colégio”.

Foram ouvidos alunos que presenciaram o fato, na condição de testemunhas, antes do agressor. Deste caso, o depoimento que mais chamou a minha atenção foi do adolescente Pablo, que chegou na DPCI acompanhado de sua mãe, por ser menor de idade. Ele é colega de aula da vítima. Um jovem de cor de pele negra retinta. Confirma que de fato o ataque racista aconteceu, e acrescenta: “Aconteceu. Eu falava também essas coisas. Eu falo isso brincando”. Nesse momento a mãe que acompanha o ato se mostra surpresa com o depoimento do filho e questiona-o: “mas imitar macaco...?”, em seguida se volta para o polícia e diz: “é que eu não sabia”. Pablo diz que Ana (a vítima) dava risada das “brincadeiras”. Luiz advertiu dizendo que a reação não quer dizer que Ana estivesse de acordo com o que teria sido dito, e em seguida pergunta ao adolescente: “isso já aconteceu com o senhor? O Mário (agressor) cometeu racismo?”. Sendo respondido:

A gente é amigo de longa data, desde os tempos de natação. Ele fazia umas piadas que eu não gostava muito, mas depois a gente virou amigo de verdade. É que ele é sincero, ele fala na cara. Ele fazia umas piadas entre a gente, não na frente dos outros. [...] eu só acho estranho ela reportar isso só agora. Eu sei que tem diferença [...] mas ele faz piada de gordo.

Novamente o policial adverte o adolescente: “independentemente de como reage, a brincadeira é racista”. Na sequência, pergunta objetivamente se Pablo considera o acusado racista e este diz que não. O policial questiona se algum dos professores teria visto o fato no momento do ocorrido, ao que disse que não, mas “que se o professor de biologia tivesse visto ele teria retrucado”. Nesse momento a mãe intervém, dizendo: “uma vez isso aconteceu contigo, né, filho? Eu fiquei sabendo porque a escola me ligou pra justificar”.

Luiz então pergunta se a escola sabe dos fatos, e o adolescente responde que não saberia dizer. Na sequência, pergunta se o acusado perguntou à Pablo se poderia fazer piadas preconceituosas com ele e o adolescente acenou positivamente com a cabeça. Ficou em silêncio por alguns segundos, enquanto o policial digitava o depoimento no computador e desabafou: “é meio confuso sentar e lembrar de algumas coisas assim, sabe...”. O policial termina de registrar o depoimento do adolescente, lê o registro na frente das partes. Ao final a mãe de Pablo indaga: “e se ficar caracterizado que ocorreu racismo?”. O policial responde que possivelmente não vai dar em nada porque os três professores negaram os fatos. A mãe: “mas ao menos uma ação cível”, Luiz: “É”. Em seguida, enquanto o policial cordialmente acompanha mãe e filho até a porta, o adolescente se volta ao policial e diz: “me sinto como se você estivesse me julgando”, Luiz responde: “Eu?” e a mãe retruca: “Eu que estava te julgando. O teu letramento”.

Depois de Pablo, foi ouvido outro adolescente, também negro, que disse que não estava presente no dia do fato, mas admite que o acusado

às vezes é meio agressivo nas palavras [...] eu tenho consciência e faço piada de mim mesmo [...] acho meio incoerente sabe? A gente tava tranquilo. Ela nunca chegou em mim para falar nada.

Quando ouvido o suspeito, um jovem branco de aproximadamente 18 anos, acompanhado de seu advogado, um homem negro, este de pronto nega os fatos e diz tinha uma “amizade muito confortável” com Ana. “Eu tenho meu jeito de falar direito e reto, mas é de criação”, acrescentando que a vítima não chegou a demonstrar desconforto com a situação [...]. “Eu fiquei sabendo dos fatos na terça-feira [...] fiquei bem mal quando fiquei sabendo na escola

e desabei. Na minha sala tem muito assunto, muita brincadeira”. Nesse momento, Luiz indaga: “que assunto?” Mário diz: “de racismo”. O policial pergunta se o agressor confirma que é racista, e este responde: “eu confirmei, mas não lembro. Juro por deus. Não lembro porque me chamaram de racista”, acrescentando que acredita que o assunto pode ter tido um viés partidário (não esclarece como e o policial não indaga). Além disso, confirmou que o professor de física viu e falou: “Tá tudo bem”. E que, além de tudo disso, há muito bullying generalizado na turma. Nega, também, que tenha sido chamada a sua atenção pelo serviço pedagógico sobre esses fatos. Enquanto o policial registra o depoimento do agressor, o advogado explica para seu cliente que vai acompanhar o andamento do inquérito e que depois haverá um processo “mas que isso não vai dar em nada...”, nesse instante o advogado se volta para Luiz e diz: “tu sabes que qualquer brincadeira dói fundo, tu sabes do que eu estou falando.”

No caso acima, a violência aconteceu dentro do ambiente escolar, um campo complexo, que envolve muitas relações com suas muitas nuances. Analisando a partir de algumas chaves teóricas que merecem destaque, a primeira que me chama a atenção é o racismo institucional inserido no ambiente escolar, onde alguns professores naturalizam certos comportamentos racistas (Almeida, 2019). Parte dessa naturalização também tem a ver com o fato das práticas raciais cotidianas, que podem ser consideradas violências simbólicas, serem poucas percebidas e discutidas criticamente (Pinheiro, 2014).

O tipo de racismo que gerou o B.O. foi por meio de uma piada (racismo recreativo). Segundo Moreira (2019, p. 79),

o humor racista é uma das formas que pessoas brancas utilizam para referendar o sistema de opressão social que as beneficia, mas elas sempre argumentam que ele é algo benéfico.

Além disso, outra pessoa que também era vítima das “brincadeiras”, foi a testemunha Pablo, que afirmou que primeiramente não gostava que o acusado fizesse o mesmo tipo de piada com ele; mas que com o tempo foram virando amigos. Ou seja, a proximidade entre os dois adolescentes criou um tipo de tolerância maior às falas racistas ditas pelo amigo. Para o agressor, a forma como tratava os amigos (Pablo e Ana), era natural, e tampouco as brincadeiras que fazia com eles se tratava de racismo, adentrando no mito do “amigo negro”.

Os professores ouvidos negaram que o fato tinha acontecido, até mesmo o professor que ouviu a piada no momento do ato e disse: “Tá tudo bem”. Do ponto de vista institucional, a escola pouco se manifestou, se

limitando a dizer que o caso de racismo nunca tinha acontecido, e que a vítima nunca relatou anteriormente que sofria racismo.

Não há como não suscitar o trabalho de Cida Bento (2022), quando aborda a respeito do pacto narcísico da branquitude, no qual esse silenciamento e inércia evidencia o fortalecimento entre os iguais, que repercute em aspectos negativos para a população negra em detrimento da branca. Como ficou claro na exposição acima, a negativa dos professores e do acusado (todos brancos) acabou por dificultar a comprovação de que o ato racista realmente ocorreu. Um último ponto que destaco nesta análise é a conclusão pela necessidade de **letramento racial** nas escolas públicas e privadas, na tentativa de diminuir relatos como o aqui apresentado.

Considerações finais

Ao final, acredito que este estudo contribuiu para compreender um pouco mais do universo empírico da delegacia de polícia de combate à intolerância e como é trabalhada a temática dos crimes raciais, foco desta pesquisa. Na prática, percebi que não se encontra materializada a máxima do direito constitucional de que somos todos iguais perante a lei, sem distinção de raça, cor ou etnia. Tais marcadores são utilizados para discriminar a população negra, utilizando-se de estigmas e estereótipos que servem apenas para perpetuar a ideia de superioridade de um grupo racial sobre o outro, sendo no cotidiano da delegacia muito difícil comprovar a existência do ato racista.

Ao longo da pesquisa foram enfrentados alguns desafios, observados os diversos relatos e comportamentos das vítimas/clientes, sobretudo como se sentem ao serem atacadas racialmente. Foi possível perceber também as limitações do campo jurídico na forma de lidar com a demanda; a questão da materialidade e comprovação da autoria no que consiste crimes de discriminação racial é uma lacuna que precisa ser enfrentada. O que poderia justificar tantos casos sem resolução, resultando na descrença das vítimas no judiciário. Além disso, durante o trabalho de campo pude perceber que, em se tratando de crimes raciais, quem sofre o ataque, sente; e o direito não consegue tangenciar, porque dói na alma. É uma dor que fica sem encaminhamento legal de reparação.

Acredito que mais do que concluir esta pesquisa apontando apenas numa direção, finalizo com pistas sobre os caminhos que precisam ser discutidos com mais insistência, se quisermos avançar mais no tema, tais como o racismo institucional, as limitações impostas por parte do direito e o tópico da branquitude e seu pacto narcísico. Este último é um assunto de suma importância que deve ser discutido

criticamente, bem como a necessidade de letramento racial, seja nas escolas, no ambiente familiar ou nas variadas instituições que compõem o campo do direito.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- D'ADESKY, Jacques. **Uma breve história do racismo: intolerâncias, genocídio e crimes contra a humanidade**. Desumanização, preconceito, intolerância, xenofobia, estereótipos, etnocentrismo e racismo. Rio de Janeiro: Cassará, 2022.
- FURTADO, Erikson Felipe; RONZANI, Telmo Mota. Estigma social sobre o uso de álcool. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 59, n. 4, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/4pxD62E>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: LTD, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/453sBM7>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 49-64.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fapesp), 1999.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MILLS, Charles W. **O contrato racial**: edição comemorativa. Tradução de Teófilo Reis e Breno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações étnico-raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar Ribeiro. Raça e nação. *In*: PINHO, Osmundo de Araújo; SANSONE, Lívio (orgs.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 193- 236. Disponível em: <https://bit.ly/4rVpRdQ>. Acesso em: 30 jun. 2024.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **O espelho quebrado da branquitude**: aspectos de um debate intelectual, acadêmico e militante. São Leopoldo: Casa Leiria, 2014.

PIRES, Thula. **Criminalização do racismo entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social não reconhecidos**. 2013. 200f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/4rXijqX>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SCHUCH, Patrice. Antropologia do Direito: Trajetória e desafios e desafios contemporâneos. **BIB**, São Paulo, n. 67, p. 51-73, 1º semestre, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/4rNINvW>. Acesso em: abr. 2024.

SILVA, Caroline; PIRES, Thula. Teoria crítica da raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil. *In*: CONPEDI/UFS (org.). **Direitos dos conhecimentos**. Florianópolis: CONPEDI, 2015.

SILVA, Luciane Soares da. **O cotidiano das relações inter-raciais**: o processo de criminalização dos atos decorrentes de preconceito de raça e cor no RS. 2003. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://bit.ly/4a40xf3>. Acesso em: 20 jun. 2023.

VIEIRA, Miriam Steffen. **Categorias jurídicas e violência sexual**: uma negociação com múltiplos atores. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

FESTAS RELIGIOSO-POPULARES NA CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SOCIAIS NA PEREGRINAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO CISNE (EQUADOR) E NAS PARRANDAS DE REMÉDIOS (CUBA)

César Miguel Salinas Ramos

Introdução

Em tempos de neoliberalismo, de ideologia da prosperidade, as imagens sagrado-profanas, os rituais e as festas que as rodeiam, são vendidos no mercado; apesar disso, as festas populares ainda são espaços essenciais de integração das tradições heterogêneas que constituem as comunidades latino-americanas. A pesquisa que embasa este texto buscou compreender o papel de Las Parrandas de Remedios em Cuba e La Peregrinação de Nossa Senhora do Cisne (NSC) no Equador, nos processos de subjetivação social em cada comunidade onde se desenvolvem.

Para isso, em primeiro lugar, na parte metodológica construímos uma etnografia experimental e multisituada para a análise comparativa e crítica das duas festividades. Em segundo lugar, analisamos teoricamente o contexto histórico da América Latina. Terceiro, analisamos as Parrandas de Remedios na região central de Cuba. Quarto, analisamos a Peregrinação de Nossa Senhora do Cisne nos Andes baixos do Equador. E quinto, analisamos a construção de subjetividades sociais.

Metodologia

Foi realizada uma etnografia experimental, comparativa e multissituada, que tentou “seguir pessoas, coisas, ideias e suas diferentes conexões, em vez de construir um sistema estável de elementos centrados em um único lugar e de um único ponto de vista” (Restrepo, 2018, p. 8). É uma metodologia que busca a

[...] dimensão comparativa, em função do plano de movimento e descoberta fraturado e descontínuo entre localidades, e ao mapear o objeto de estudo requerer-se-á propor lógicas de relações, traduções e associação entre esses sítios (Marcus, 2001, p. 115).

No campo, foram utilizadas as seguintes técnicas para obter uma descrição densa do nosso fenômeno social: 1. Observação participante. 2. Observação sistemática de atividades políticas, organizacionais e festivas. 3. Diário de campo, para registro de informações e impressões. 4. Contato com aliados-chave para a análise do nosso fenômeno social. 5. Entrevistas, baseadas num princípio dialógico e horizontal, com perguntas abertas em cujas respostas os entrevistados apresentavam detalhadamente seus pontos de vista. 6. Coleta e análise de documentos, arquivos, artefatos e imagens das festas. Por fim, as informações coletadas foram sistematizadas após nossa análise bibliográfica e experimental de campo. Realizamos uma triangulação com todas as entradas que foram coletadas. O recorte aqui apresentado é uma pequena amostra do que a tese realizou.

Contexto teórico e histórico

Sobre a modernidade latino-americana, Pedro Morandé caracteriza os povos originários como dramático-sacrificiais e cosmocêntricos, cuja principal manifestação ocorre na esfera ritual (Alvarado-Borgoño, 2016, p. 331). José Carlos Mariátegui e Bolívar Echeverría descrevem os povos indígenas através de sua reciprocidade e complementaridade. Já a América pré-colombiana é caracterizada por Estermann pelo seu esteticismo (2006, p. 78). Por outro lado, a invasão europeia, sob a influência da contrarreforma e dos jesuítas, foi caracterizada pelo realismo do barroco católico. O processo de consolidação da nova ordem colonial na América ocorreu através da estetização barroca, da sublimação estética ou do encantamento weberiano (evangelização-colonização) do mundo da vida das comunidades invadidas. Tais processos deram-se através de jogos, celebrações religiosas e arte barroca em torno das imagens sagradas católicas (Echeverría, 2011; Lafaye, 2015). Nossa modernidade transitou entre uma lógica dramático-sacrificial e uma esteto-centricidade, a primeira levando à produção da necropolítica (Mbembe, 2006) através do biopoder (Foucault, 2007), e a segunda às resistências alternativas e interculturais.

O projeto colonial começou com uma urbanização segregadora, com uma tendência transtemporal e transescalar que dividiu os territórios da Pachamama em bairros espanhóis e bairros indígenas, bem como foram construídas as “encomiendas” (fazendas, minas e oficinas de trabalho) (Costa; Moncada, 2021, p. 7). Nossa mistura cultural, desde o século XVI-XVII, ocorreu pela impossibilidade dos índios e negros manterem resistência direta e efetiva ao invasor, passando com o tempo a imitar as técnicas e a cultura europeias, modificando-as no processo (Echeverría, 2011). Por outro lado, os europeus e seus descen-

dentes não poderiam reproduzir suas fazendas, minas e outras atividades sem a presença e o trabalho dos indígenas, dos negros e dos brancos empobrecidos.

No plano ideológico, consolida-se uma conquista pela imagem: a das diversas Virgens Marias e de outros santos (Gruzinski, 1994, p. 85). A nova fé tornou-se tangível na construção de templos e cidades. É assim que se configura originalmente a branquitude (Echeverría, 2011), relacionada à honra-riqueza e à “pureza do sangue” (Guanche, 2023, p. 77). Trata-se de um trabalho sobre si mesmo, de reprodução de certos sentimentos, práticas e epistemologias.

Precisamente, para os decoloniais, a modernidade se baseia no controle e na administração do trabalho, do sexo, da subjetividade e da autoridade coletiva, tendo o Estado como principal instituição (Quijano, 2020, p. 7). O populismo barroco também se estabeleceu na política, na construção de imagens, discursos ou narrativas que virtualmente incluíam comunidades subalternas (índios, negros, mulheres, espanhóis empobrecidos) na opinião pública e na vida política.

Foi construído pelos europeus um modelo monocultural, unidimensional, colonial, patriarcal e capitalista. Com a criação e consolidação das repúblicas, as novas classes sociais participaram da vida política como “mestiços” (Lafaye, 2015), como uma atualização da branquitude. Este é o biopoder homogeneizador de que falava Foucault, como administração da vida:

[...] este controle pressupõe a distribuição da espécie humana em diferentes grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma ruptura biológica entre eles (Mbembe, 2006, p. 23).

Uma racionalidade necropolítica de origem eminentemente colonial:

A capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Fazer morrer ou deixar viver: “[...] ter o controle sobre a mortalidade e definir como o exercício ou manifestação do poder se dará” (Mbembe, 2006, p. 19).

O “sujeito ideal” para a vida moderna, assim, é um homem, heterossexual, branco-mestiço, católico ou evangélico e bem-sucedido: em suma, constrói a branquitude. A formação técnica e cultural, no modelo republicano, é reproduzida de forma aparentemente laica, pelo sistema educacional estatal.

A partir da segunda metade do século XX, emerge o neoliberalismo, que apresenta três características essenciais: desemprego estrutural, financeirização ou especulação financeira e hipertecnocratização ou tecnofeudalismo (Marañón, 2014, p. 23). O neoliberalismo caracteriza-se pela

política da desregulamentação financeira, rumo à utopia [...] de um mercado puro e perfeito, [...] visando desafiar todas as estruturas coletivas capazes de impedir a lógica do mercado puro (Bourdieu, 2002, p. 3).

Neste contexto, a segregação necropolítica e sua atualização como biopoder republicano exacerba a exclusão, a violação e a exploração de tradições oprimidas; na opinião pública, isso tem se expressado, nos últimos anos, como discurso de ódio. A tendência dramático-sacrificial da nossa modernidade é evidente; os responsáveis pelo nosso subdesenvolvimento ou “inimigo interno” seriam as subalternidades: negros, periféricos etc.

As Parrandas dos Remédios na região central de Cuba

Nós nos concentramos na análise de imagens sagradas e profanas, elementos festivos e rituais, e analisamos músicas festivas (piquete, repiques, rumbas e polcas), obras de praça, fogos de artifício e carros alegóricos. Manuel Jiménez, nosso aliado/interlocutor chave em Remédios, nos conta que “cada bairro partidário tem seu santo, San Salvador é do bairro El Salvador e La Virgen del Carmen, do bairro homônimo” (Jiménez, 2022). Embora a celebração seja dedicada às personagens retratadas nessas imagens, elas não participaram diretamente da festa presenciada; os participantes foram deslocados do local onde elas estão, pelas mudanças feitas por obras realizadas na praça e nos carros alegóricos.

Desde a primeira metade do século XIX, “os habitantes de Remédios estavam agrupados em oito bairros” (Muñiz, 2013, p. 24). Em 1871, mas

ocorreu a fusão [...] em apenas duas regiões: El Carmen e San Salvador, nomes adotados em reconhecimento às ermidas, uma em construção, que nunca foi finalizada, dedicada à Virgem de Carmen; e a outra, já construída, San Salvador, situada então ao norte e ao sul da vila (Muñiz, 2013, p. 23-24).

Esta mudança foi resultado da intervenção de “dois comerciantes espanhóis radicados em Remédios” (Muñiz, 2013, p. 23-24). Em 1899, foi estabelecida a “linha divisória que atravessa a Praça central” (González; Rojas, 2008, p. 48).

As obras e mudanças nas praças começaram em 1875. Trata-se da construção comunitária de uma grande imagem sacro-profana, caracterizada pelo uso de iluminação intermitente desde 1921, que permite contar uma história. Os carros alegóricos são uma montagem comunitária de uma instalação que inclui elementos humanos e não humanos; é a construção de uma

imagem, é a codificação de uma história. Até 1968, “cada bairro apresentava três ou quatro carros alegóricos. A partir daí, passou a ser exibido apenas um carro alegórico por bairro” (González; Rojas, 2008, p. 54).

A música parrandera é uma performance e é um *ethos*. O repique é a “orquestra de rua formada por instrumentos de percussão, principalmente ferros. Dança de rua, coletiva, ‘que se move ao som da orquestra de mesmo nome’” (González; Rojas, 2008, p. 93); e “a dança comunitária e de rua que acompanha esse ritmo é o arrollao” (Hernández, 2023). Cada bairro tem seu toque único. O grupo principal é o Piquete Parrandero, oriundo dos circos itinerantes que

executavam danças, danzones, pasodobles e rumbas. O piquete parrandero duplicava cada um dos instrumentos utilizados no piquete tradicional para que sua música pudesse ser facilmente ouvida pelo público (González; Rojas, 2008, p. 50).

Durante o século XIX, surgiram pequenos grupos orquestrais remedianos, sacralizando/estetizando/encantando o tempo-espaço com o nacionalismo cubano. O grupo festeiro canta polcas e rumbas; os primeiros são de origem europeia, mas foram cubanizados; já as rumbas, segundo o musicólogo Manuel López, “é melhor chamá-las de canções de desafio e canções de vitória” (Álvarez, 2013, p. 58).

Nas Parrandas 2022, o bairro El Carmen apresentou um projeto de praça em defesa do mar e da natureza; e uma carruagem, no Deus de Porcelana. E San Salvador apresentou uma obra de praça sobre o mito de El Yacuruna e um carro alegórico sobre La Yacumama, um par de divindades da natureza que interagem com os povos indígenas na defesa da Pachamama ou Mãe Terra, principalmente da água, sagrada na religião africana Lombanfula, cultura presente na região.

Os temas abordados estão relacionados à baixa produtividade da economia cubana, à reivindicação da natureza e à reivindicação das comunidades indígenas. A construção comunitária das festividades passa pela construção comunitária do conhecimento; é o espaço-tempo de reflexão profunda sobre as próprias condições de vida e uma expressão de esteticismo. Para decodificar a mensagem das Imagens Sagradas construídas comunitariamente, é necessário um tempo-espaço festivo, porque sua natureza excepcional liga multidimensionalmente a comunidade e todos os elementos humanos e não humanos do cosmos. O ritual festivo que envolve as imagens sagradas nos permite decodificar a mensagem divina: no caso das Parrandas de Remedios, trata-se do embulle¹ místico afro-cubano; é sobre sentir o ritmo festivo; e

1. Dança de origem africana que leva a um estado de transe ou euforia.

quanto à dimensão epistêmica, trata-se do ritmo de conceituação (González; Rojas, 2008, p. 173). O significado tem seu ritmo.

A Peregrinação de Nossa Senhora do Cisne nos Andes Baixos do Equador

No caso equatoriano, identificamos um catolicismo castelhano e um catolicismo popular-dionísíaco. Especificamente, “sabemos que poderia haver duas rotas da peregrinação do NSC, o que seria verdadeiramente outra perspectiva” (Arias, 2021); de fato, as duas rotas são possíveis:

A rota El Cisne-Chuquiribamba-El Valle-Loja, em que a Virgem pernitoou em El Valle, uma aldeia indígena, para entrar no Santuário da cidade no segundo dia. A outra rota era El Cisne-San Pedro-La Toma-Loja, uma alternativa em que a Virgem pernitoou em uma fazenda em La Toma (Ramón, 2008, p. 226).

Na rota indígena, atualmente é celebrada a Festa da Integração, outra peregrinação. A característica desta celebração é que participam duas paróquias, Chantaco e Chuquiribamba, cada uma tendo sua própria Imagem Sagrada da Virgem do Cisne, indiferente ao princípio do deus único ocidental.

Tradicionalmente, as autoridades civis e eclesiásticas lideram as peregrinações. Ao contrário da sacralização hegemônica, uma atualização barroca da segregação original, esta peregrinação é sobre o que Rodolfo Quiroz Rojas, um intérprete de Mariátegui, chama de uma “espacialidade indígena”; outra sacralização na resistência, expressão de um catolicismo reprimido sob a hegemonia da ordem oficial.

Seguindo o esquema festivo de Maximiliano Salinas Campos, os elementos festivos são a saúde, a comida, o amor, a música, a dança e as fantasias/utopias (Campos, 2003, p. 88). A comida é essencial nas celebrações religiosas. No caso das comunidades andinas, é a pambamesa, que é

um recipiente de memória; um *achikyachik*, sua realização. Ele lembra o significado, os valores, os princípios do *ayllu*; nos lembra da importância da reciprocidade, do *ranti ranti*, de saber compartilhar (Kowii, 2019, p. 26).

O valor fundamental da organização de festas populares de origem quéchua é a reciprocidade ou *pinshis*, conforme revelado em trabalho de campo. Isso fica evidente na preparação das tortilhas de milho, símbolo das tradições

quéchuas e elemento central desta celebração, onde a comunidade se integra por meio do trabalho colaborativo. Este é o Mukuna dos Saraguros que:

busca concretizar o comunitarismo, este último entendido no sentido de *minka*, um grupo de pessoas que se beneficiam mutuamente de contribuições recíprocas e que não podem ter existência individual (Storini; Quizhpe, 2021, p. 845).

De uma perspectiva econômica, “mukuna é um processo de redistribuição e reciprocidade” (Storini; Quizhpe, 2021, p. 841). É uma organização festivo-cosmocêntrica da comunidade, ou seja, a ordem econômica não se torna hegemônica sobre as demais dimensões da existência. Trata-se de

em Kechwa, *mukuna* ou *muguna*; em Aymara, *mokota* significa: mastigar, triturar ou reduzir algo ao mínimo. O que foi dito, ao mesmo tempo, permite uma crítica ao indivíduo como sujeito da acumulação, do consumo e da proliferação da fome, contrário ao cuidado da vida, *kawsay hichushka* (Storini; Quizhpe, 2021, p. 838).

Na dimensão política, trata-se de uma democracia comunitária; já na dimensão econômica, trata-se de *rantimpa*, *makipurana* ou reciprocidade; e na dimensão ideológico-religiosa, trata-se do comunitarismo cristão. A dimensão econômica é subsumida na dimensão festiva; é sobre curar, cuidar e aproveitar. Por meio da dança e da *minka*, o corpo e as percepções são capazes de decodificar a mensagem sagrada. Trata-se de experimentação festiva, de práxis lúdica ou de experiência supersensorial que mobiliza sentires, práticas e pensares, recriando ou reconfigurando novas condições de percepção (Oiticica, 1986). Potencialmente, os festivais são a (re)teatralização mimética do barroco fundador, com fins emancipatórios.

Sentispraxispensares: a construção de subjetividades sociais

A subjetividade social se constrói na interação entre sentimentos, práticas e pensamentos (SentisPraxisPensares – SPPs) que se movimentam nas relações dialéticas e orgânicas: o conhecimento se constrói na relação entre sentimento religioso e atuação comunitária. O sentimento é expresso como uma ação festivo-religiosa, mas também como um pensamento prático ou tangível. E a práxis é uma expressão de um sentimento religioso e de um conhecimento prático. A modernidade segregou o ser humano-Pachamama; na dimensão superestrutural, os pensamentos foram subsumidos pela razão instrumental-necropolítica, o sentimento é reduzido à apatia-sadismo e o fazer é alienado.

Na era do neoliberalismo e da ideologia da prosperidade, imagens sagradas e profanas, rituais (pedagogia de formação comunitária essencial) e celebrações em torno deles podem vir a ser comercializados no mercado. Nesse caso, trata-se da ação da mídia, da indústria cultural. As festas religiosas, quando sob administração hegemônica, centradas em imagens sagradas, como ferramentas de formação pedagógica das massas e como dispositivos de gestão dos impulsos comunitários, garantem a continuidade desta ordem hegemônica. Que está organicamente relacionada à educação bancária, como diria Paulo Freire; ela responde ao mercado, não à libertação do ser humano. Daí o caráter ambíguo, contraditório e multifacetado das festas.

As festas populares-religiosas criam um tempo-espço de exceção, um tempo-espço de ruptura (Echeverría, 2011), de regeneração (Bajtín, 1990), de metamorfose (Cruz, 1995) ou de sublimação estética (Marcuse, 2007, p. 62) para a continuidade do *status quo* (Cruells, 2006). Essas características dão origem à epifania do objeto celebrado ou experimentação da fantasia-desejo-utopia, como fetiche sagrado (Aguirre, 2021, p. 76).

Contudo, as festas religiosas e populares são também espaços essenciais para a interculturalidade, oferecendo oportunidades de encontros na diversidade, um momento excepcional em meio a uma ordem baseada na segregação. São também espaços de resistência alternativa, sentispraxispensares de tradições indígenas, afrodescendentes, femininas ou diversificadas. Trata-se da refuncionalização das técnicas, “que as liberta de seus usos para a acumulação capitalista” (Campuzano, 2013, p. 115); a reprodução da técnica lúdica (Echeverría, 2011, p. 123), a simples reprodução mercantil, a economia decolonial ou solidariedade econômica (López; Marañón, 2019, p. 176); ou ainda a espacialidade e técnica andinas, trabalhadas por Mariátegui.

Essas formas de correspondência, cooperação, reciprocidade e complementaridade permitem aos sujeitos quebrar a segregação de classe, raça e gênero; ou seja, constrói-se coletivamente uma gramática no dispositivo festivo, que permite o diálogo e o encontro entre subalternidades, naqueles momentos festivos e para além deles.

Conclusão

O estudo concluiu que as Imagens Sagrado-Profanas, os ritos e festas que as rodeiam, são tempo-espço de exceção-ruptura, regeneração, metamorfose ou sublimação estética de uma cultura afirmativa. As festas expõem a essência do projeto barroco fundador (segregação-apartheid e estetização original), do republicano e do neoliberal; mas, principalmente, expõem nossas diversas raízes, a contramestiçagem,

o retombée Carinebeño ou a Pachacutec andina. Trata-se de recuperar utopias comunitárias para mobilizar a construção emancipatória das nossas comunidades.

Referências

- AGUIRRE, Federico. La lógica estético-sacramental de la fiesta religiosa. **Alpha**, n. 53, p. 65-88, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/41HjKxv>. Acesso em: 17 mar. 2026.
- ALVARADO-BORGOÑO, Miguel. Apuntes sobre el neobarroco: de teorías y metalenguas. **Cinta moebio**, v. 57, p. 330-343, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/48NI6ZV>. Acesso em: 17 mar. 2026.
- ÁLVAREZ, Isnel Pérez. La música en las parrandas. Distinción musical de las parrandas remedianas. **Signos**, n. 66, p. 49-62, 2013.
- ARIAS, J. C. **Historias de Loja**. Entrevista concedida a César Miguel Salinas Ramos. [Loja - Ecuador], 25 set. 2021.
- BAJTÍN, Mijail. **La cultura popular en la Edad Media y en el Renacimiento**. Tradução de Julio Forcat Conroy. México: Alianza, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **The essence of neoliberalism**. Paris: Le Monde Diplomatique, 2002.
- CAMPOS, Maximiliano Salinas. La Fiesta: Utopía, Historia y Derecho a la Vida. **Revista de Historia Social**, v. 2, n. 7, p. 73-94, 2003.
- CAMPUZANO, Álvaro. **La modernidad imaginada: el mosaico escrito de José Carlo Mariátegui (1911-1930)**. 2013. 256f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidad Nacional Autónoma de México, México.
- COSTA, Everaldo Batista da; MONCADA, José Omar. Descolonialidade original latino-americana e o condicionamento barroco do território da Nova Espanha: conventos, presídios e aldeias indígenas. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 30, n. 1, p. 3-24, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n1.80924>.
- CRUELLES, Adrià Pujol. Ciudad, fiesta y poder en el mundo contemporáneo. Liminar. **Estudios Sociales y Humanísticos**, v. IV, n. 2, p. 36-49, 2006.
- CRUZ, Isabel. **La fiesta: metamorfosis de lo cotidiano**. Santiago: Ediciones UC, 1995.
- ESTERMANN, Josef. **Filosofía andina: Sabiduría indígena para un mundo nuevo**. La Paz: ISEAT, 2006.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. **Antología Bolívar Echeverría: Crítica de la modernidad capitalista**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- GONZÁLEZ, Erick; ROJAS, Sulma. **La africanía en las parrandas remedianas**. La Habana: Instituto de Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello, 2008.

- GRUZINSKI, Serge. **La Guerra de las imágenes De Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1492-2019)**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- GUANCHE, Jesús. Avatares de la transculturación orticiana. **ResearchGate**, 2023. Disponible em: <https://bit.ly/4rRmELY>. Acesso em: 17 mar. 2026.
- HERNÁNDEZ, J. C. **La Parrandas Remedianas 2022**. Entrevista concedida a César Miguel Salinas Ramos. [Loja - Ecuador], 3 fev. 2023.
- JIMÉNEZ, M. E. **Sobre Remedios**. Entrevista concedida a César Miguel Salinas Ramos. [Loja - Ecuador], 2022.
- KOWII, Ariruma. **Inti Raymi**: la fiesta sagrada de los Kichwa Runa. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2019.
- LAFAYE, Jacques. **Quetzalcóatl y Guadalupe**: la formación de la conciencia nacional en México. Primera edición electrónica. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- LÓPEZ, Dania; MARAÑÓN, Boris. Solidaridad Económica y Des/Colonialidad del poder. apuntes desde México para acercarse a las “Economías Otras”. **Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica**, v. 2, p. 169-188, 2019.
- MARAÑÓN, Boris. Crisis Global y Decolonialidad del Poder: La emergencia de una racionalidad liberadora y solidaria. *In*: PIMENTEL, Boris Marañón (coord.). **Buen-Vivir y descolonialidad**. Crítica al desarrollo y la racionalidad instrumentales. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014, p. 20-59.
- MARCUS, George. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001. Disponible em: <https://bit.ly/452vwoh>. Acesso em: 17 mar. 2026.
- MARCUSE, Herbert. **La Dimensión estética**. Crítica de la ortodoxia marxista. Madrid: Nueva Biblioteca, 2007.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Santa Cruz de Tenerife, España: Melusina, 2006.
- MUÑIZ, Rafael. Farto. Proyección de las parrandas remedianas. **Signos**, n. 66, p. 23-38, 2013.
- OITICICA, Hélio. **Aspiro ao grande labirinto**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- QUIJANO, Aníbal. Poder y Derechos Humanos. *In*: MARAÑÓN-PIMENTEL, H. C. Boris. **Descolonialidad del poder**: sentipensares desde México. México: D.R. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2020, p. 1-18.
- RAMÓN, Galo. **La nueva historia de Loja**. Quito: Luis Arroyo Naranjo, 2008.
- RESTREPO, Eduardo. **Etnografía Alcances, Técnicas y Éticas**. Lima: Fondo Editorial de La Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2018.
- STORINI, Claudia; QUIZHPE, Fausto. Mukuna, Ética del Cuidado de la Vida Sumak Kawsay. **Revista Direito Sociais e Políticas Públicas** (UNIFABIBE), v. 9, n. 2, p. 835-852, 2021.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: (RE)ARRANJOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Vânia Marquez Saraiva

Introdução

A gravidez por si só é um processo que tem o potencial de mudar a vida da pessoa grávida e do seu núcleo familiar. Quando ocorre na adolescência, seu impacto pode ser negativo, porque afeta o desenvolvimento pessoal e profissional, modificando a vida da família envolvida nessa gravidez, sendo a gestação de um novo membro um evento familiar (United Nations Sexual and Reproductive Health Agency – UNFPA, 2023). As consequências de uma gravidez na adolescência são complexas, mas em caso de ocorrer em contextos de vulnerabilidade social, pode ter repercussões negativas na saúde, como aumento do risco de maus desfechos gestacionais e dificuldades futuras na vida profissional (pelas jovens pararem de estudar para criar seus bebês). Traz, ainda, mais despesas, causando preocupações não só para a adolescente como para quem é responsável por ela (UNFPA, 2023).

Desde o ano de 1978 é elaborado um Relatório sobre a situação da população mundial, publicado anualmente pelo United Nations Population Fund, ou Fundo das Nações Unidas para a População Mundial (UNFPA). Em 2022, o relatório, divulgado em 16 de setembro, abordou a “crise invisível” de gravidez não intencional, chamando a atenção da comunidade internacional, especialmente dos governos, para dar visibilidade à situação para além de estereótipos, preconceitos ou discussões relacionadas à moral. A gravidez não intencional é uma questão humanitária, de saúde, de direitos humanos e de desenvolvimento das nações.

O índice de gravidez precoce é considerado alto no Brasil, pois é o quarto país com as maiores taxas de gravidez na adolescência (14%), ficando atrás somente de países como o Paraguai (15%) e Equador e Colômbia (ambos com 18%), segundo o UNFPA (2023). A taxa nacional no Brasil é de 68 nascimentos para cada mil adolescentes entre 15 e 19 anos. Estima-se que mais de 400 mil adolescentes se tornam mães por ano no Brasil, ou seja, 50% a mais do que a média mundial, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (ONU, 2022). Com base no relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas, 2022), a gravidez na adolescência continua

a ser um dos principais fatores que contribuem para a mortalidade materna e infantil e para a perpetuação do ciclo de reprodução da pobreza.

Outro fator fundamental é que além dos números, deve-se considerar os determinantes sociais associados; em 2021, o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc, 2022) mostrou que 73% das mães adolescentes no Brasil eram negras (pretas e pardas), destacando a desigualdade racial ainda existente. Há elevada dependência financeira da família e menor chance de qualificação profissional para essas meninas, com reflexos na inserção posterior no mercado de trabalho e na dificuldade de estabelecer uma família com maior autonomia, autogestão e projeto próprio de futuro.

As adolescentes com menos condições socioeconômicas são as que mais vão sofrer com os impactos de uma gravidez, o que acaba por reproduzir as desigualdades sociais, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2022). A imaturidade biológica e as condições socioeconômicas desfavoráveis são fatores que influenciam as maiores taxas de mortalidade infantil entre filhos de mães mais jovens (abaixo dos 19 anos), correspondendo a 15,3 óbitos para cada mil nascidos vivos (acima da taxa nacional de 13,4 óbitos), segundo levantamento do Sinasc.

Outros riscos para a mãe adolescente e para o filho recém-nascido são a perpetuação da vulnerabilidade social, envolvendo pobreza, situações de risco (como migração e situação de rua) e falta de suporte familiar. Quando a mãe adolescente abandonou ou foi excluída da escola, interrompendo a sua educação formal e dificultando a sua inserção no mercado de trabalho, a situação se agrava (UNFPA, 2023).

Embora a educação formal possa empoderar meninas com conhecimento sobre seus corpos e direitos reprodutivos, a questão de prevenir uma gravidez não planejada ou doenças sexualmente transmissíveis também é de responsabilidade das comunidades, pois há uma aceitação implícita de que as meninas e mulheres têm mais a oferecer do que, exclusivamente, reprodução e maternidade, sendo isso um vetor para a superação das desigualdades e estereótipos de gênero (UNFPA, 2023).

No Brasil, a taxa de gestantes com menos de 17 anos é de 57%, conforme dados de relatório do UNFPA, divulgado em 16 de setembro de 2022, como já mencionado acima. Os métodos disponíveis de contracepção, incluindo Dispositivos Intrauterinos (DIUs) e implantes ou as formas mais populares de contracepção de preservativos, seguido de pílulas anticoncepcionais, não estão chegando nas jovens e, portanto, não estão sendo eficazes como poderiam.

A falta de conhecimento, aconselhamento inadequado, tabus socio-culturais, restrições legais e atitudes moralistas quanto à sexualidade ainda

constituem realidades presentes na adolescência das mulheres em todo o mundo. Também há dificuldades no acesso e na aceitabilidade pela adolescente de métodos contraceptivos, por falta de aconselhamento e educação adequados. Tal cuidado visaria à redução da possibilidade de gestações não planejadas e doenças sexualmente transmissíveis.

Estudos demonstram (Silva; Salomão, 2003; Saito; Leal, 2000; Manfré; Queiróz; Matthes, 2010; dentre outros) que, além dos prejuízos sociais, a gravidez na adolescência aumenta a incidência de hipertensão, as tentativas de abortamento, a desnutrição, os casos de violência obstétrica e as chances de os bebês nascerem prematuros e com baixo peso.

Para mudar esse quadro, é preciso entender que as jovens têm direitos sexuais e reprodutivos que precisam ser respeitados, além de ter a chance de decidir quando e com quem querem ter relações e quando querem ter filhos. Machado (2017), presidente da Associação Brasileira de Antropologia, em entrevista, manifestou na audiência pública promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizada em 12 de dezembro de 2017, que “ainda é muito comum no Brasil os meninos terem liberdade para exercer sua sexualidade, enquanto as meninas são reprimidas pelos pais e pela sociedade em geral”. Ela ainda afirmou que “a sexualidade feminina obedece a valores tradicionais e morais em nome da ‘honra’ das famílias”. Esses valores familiares, segundo ela, complicam ainda mais a situação das meninas grávidas.

Dados da OMS divulgados em 2017 revelaram que na América Latina e no Caribe, a taxa de gravidez entre adolescentes é a segunda mais alta entre os continentes, superada apenas pela média da África Subsaariana. Tendo em vista estes números, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) brasileiro, atendendo à Lei n. 13.798/2019, instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. A semana é realizada anualmente, iniciando em 1º de fevereiro, no intuito de criar uma série de ações de conscientização, com o fim de fomentar as discussões sobre o tema.

No contexto da gravidez na adolescência, as famílias necessitam transformar a vida familiar, não somente em sua estrutura, mas também novos papéis sociais são adquiridos e desempenhados pelos membros, diante da passagem para uma nova fase do ciclo vital (Brás; Pereira, 2011; Dias; Teixeira, 2010).

A adolescente que engravida, além de exercer o papel de filha, passa a exercer o papel de mãe e ressignifica, nesse processo, a sua relação com a própria mãe e a sua identidade pessoal (Dadoorian, 2003). A posição da adolescente gestante, no contexto familiar, é redimensionada, na medida em que ela precisa desenvolver habilidades e assumir responsabilidades relacionadas ao cuidado do bebê e de si mesma.

No Brasil, nos anos de governos conservadores (2017-2022) ocorreu um desmantelamento político do sistema de prevenção e orientação sexual através da educação, por causa do tipo de política pública educacional reforçado pelas bancadas que remetem ao conservadorismo e sua influência nas políticas públicas. Em pleno século XXI, ainda há uma tendência contra as campanhas e políticas de prevenção da gestação não planejada baseadas em evidências científicas (Menezes; Ferraz, 2023).

Família na contemporaneidade

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais e no que se refere às classes menos favorecidas economicamente, a organização familiar está presa numa perspectiva que vincula a pobreza à ideia de família “irregular”, “desestruturada”. Face às suas características, contextos e arranjos múltiplos e dificuldades de ordem econômica, ocorrem inconsistências na manutenção dos vínculos familiares, daí a ideia de família ser considerada irregular (Neder, 2002).

Existem algumas correntes que tendem a conceituar pobreza com base nos insumos necessários para aquisição das mercadorias básicas para a sobrevivência e que qualificam a condição de pobreza relativa, relacionando-a ao padrão de vida geral predominante (Rocha, 2006; Souza, 2004; Monteiro, 2003). Por outro lado, outros estudos sobre pobreza focalizam as relações interpessoais e os modos de vida dos pobres, deixando em segundo plano os determinantes econômicos, diante das consequências nas relações familiares (Sarti, 2005; Fonseca, 2005). A pobreza é em geral uma condição multidimensional que afeta a família, pois a pessoa pobre vive com privação de capacidades básicas (Petrini *et al.*, 2012; Dias, 2009).

Sustenta Sarti (2005) que, diante das dificuldades e do desamparo, a concepção de família entre os pobres se dá em torno de um eixo moral, no qual a noção de “obrigação” é central no estabelecimento de relações e pertinência do grupo familiar, sobrepondo-se aos laços consanguíneos.

Para Sarti (2005, p. 44):

[...] em toda a sociedade brasileira, a família é um valor alto, e entre os pobres sua importância é central, não apenas como rede de apoio ou ajuda mútua, diante de sua experiência de desamparo social. A família, para eles, vai além, constitui-se em uma referência simbólica fundamental, que organiza e ordena sua percepção do mundo social, dentro e fora do mundo familiar.

A discussão sobre a relação entre família e condições materiais de vida ajuda a compreender com mais clareza as organizações familiares construídas nas condições de pobreza, de dedicação intensiva à luta pela sobrevivência, e introduzir uma análise dos efeitos da pobreza na família que vivencia a gravidez na adolescência e suas consequências. De qualquer modo, os modelos de família vêm mudando e se reconfigurando, globalmente.

Novas configuração familiares surgiram na sociedade do final do século XX e início do século XXI. Como exemplos, a legalização do casamento e possibilidade de adoção por parte dos casais homossexuais. Ou seja, a família assume configurações diversas conforme as mudanças societais vão acarretando mudanças institucionais. Nas classes populares, ocorrem formas de organização específicas, em meio às mudanças.

No entender de Pinto (2005, p. 1):

[...] a pobreza, como fator condicionador das possibilidades de vida, determina as formas de organização social, incluindo-se nessa trama a própria organização da família. É, portanto, compreensível a existência de estruturas familiares, no meio social de menor renda, diversas das estruturas propostas pela ideologia dominante, que se formaram através de condições econômicas díspares das encontradas na realidade vivenciada pelos pobres.

Estudos feitos sobre os arranjos e rearranjos nas famílias pobres concluem que o perfil das famílias de baixa renda possui múltiplos arranjos familiares, desde a família nuclear, à monoparental, ausência na família da figura do pai, entre outras variações (Petrini *et al.*, 2012).

Adolescência e gravidez

Na adolescência os jovens entram numa fase do ciclo vital em que se torna mais difícil a convivência familiar, pois os amigos passam a ser mais importantes, com a afirmação de suas próprias ideias e maneiras de agir, passando a criticar aquilo que não faz parte das convicções recém-construídas (Forte, 1996). O autor conclui que:

Em nossa sociedade, no geral, a adolescência se caracteriza por uma condição que não é mais a de criança, mas nem deve ser ainda a do adulto. É a condição de adolescente selada pela provisoriidade (Forte, 1996, p. 159).

Na adolescência ocorrem as mudanças corporais e o início da atividade sexual. A família e a escola possuem um papel de resguardar adolescentes

da gravidez precoce e do contágio de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). A influência do meio em que os jovens se desenvolvem está associada às características de imaturidade emocional, impulsividade e comportamento desafiador, que podem resultar no engajamento com comportamentos considerados de risco, como a iniciação sexual precoce e a ausência de proteção durante o ato sexual (Pratta; Santos, 2007).

Para Maldonado (2022) as ideias das adolescentes sobre sexualidade estão mais ligadas ao sexo como contato físico genital; desconhecem o próprio corpo e os processos que envolvem afetividade e emoção. Constroem os conceitos a partir da autodescoberta, por meio de seus parceiros ou ainda das mídias e da precária informação recebida na escola e na família. A autora ainda entende que é complexa a aprendizagem envolvendo a sexualidade, uma vez que crianças e adolescentes precisam aprender os limites da liberdade sexual, as regras sociais, a responsabilidade pessoal e social, os padrões éticos, enfim saber sobre sexualidade sem que haja espaços formativos mais abertos.

No contexto de experimentação de suas emoções, sexualidade e práticas corporais, acaba eventualmente ocorrendo uma gravidez não planejada, que não implica apenas problemas individuais, mas afeta todo o contexto da vida adolescente, inclusive nas condições sociais, econômicas, culturais e religiosas em que cada família é constituída, podendo representar um conflito de maior abrangência (Silva *et al.*, 2014).

Segundo Joffily (2010), a gravidez entre adolescentes nem sempre é fato inconsequente ou desastroso, principalmente quando ocorre com adolescentes que tenham uma vida afetiva mais estável. Essas adolescentes encontram na gestação um impulso para alcançar sua autonomia, independência e liberdade, contrariando assim o senso comum que julga a gravidez da adolescente *sempre* como um sério e negativo problema social. A gravidez na adolescência muitas vezes é confundida com a gravidez não planejada, mas muitas dessas gestações podem ser classificadas como “pretendidas”, conforme descoberta feita pela pesquisa da Divisão de População das Nações Unidas (Undesa, 2022), embora a capacidade das meninas de decidir quando e com quem ter filhos seja limitada. Em contrapartida, nem toda gravidez não planejada é indesejada, pois em alguns casos, as mulheres não planejam ativamente engravidar, mas podem reagir positivamente à gravidez e decidir que querem continuar com ela (Moreau *et al.*, 2019).

Também há de se chamar atenção para a questão do abandono paterno, já que há muitas crianças no Brasil sem o nome do pai na certidão de nascimento. No ano de 2023, dos 2,5 milhões de nascidos no Brasil, 172,2 mil têm pais ausentes – quantidade 5% maior do que o registrado em 2022, de 162,8

mil. Os dados são da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) obtidos por meio do Portal da Transparência do Registro Civil¹. Tais experiências de abandono podem ser também uma das causas de gravidez na adolescência, conforme mencionado por Guaderer (1996).

Nessa questão do abandono e/ou violência paterna, Sanford (2004) aponta que as meninas que vivenciaram o abandono das figuras paternas muitas vezes escolhem relações amorosas parecidas com as experienciadas da sua infância, quando mulheres acabam depositando as frustrações vividas nos parceiros amorosos, e isso acontece porque inconscientemente o que desejam é preencher o vazio afetivo deixado pelos pais ausentes.

E ainda há a ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes, como se constatou em documento veiculado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em maio de 2023, no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Foram registradas mais de 17 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. Foram registradas 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolveram violências sexuais físicas – abuso, estupro e exploração sexual – e psíquicas¹.

Nos dados divulgados em 2023 pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o total dos dados em relação a adolescentes entre 10 e 19 anos, registrou que nos casos de violência sexual, dos 119.377 casos 110.657 (92,7%) foram contra meninas, e 8.720 (7,3%) contra meninos. Conforme a pesquisa, foram notificados 890.308 casos de estupro; 33.842 de assédio; e 2.503, de pornografia infanto-juvenil, sendo que os agressores de adolescentes eram majoritariamente homens, familiares e conhecidos. O local de ocorrência mais comum é a residência e dessas violências pode ocorrer uma gravidez, situação ainda mais penosa para as jovens. Geralmente, elas não acessam seus direitos de aborto legal em razão da violência sofrida, previstos no Brasil desde 1940. No entanto, o acesso a esse direito ainda é muito restrito, havendo inúmeras barreiras que dificultam o acesso das mulheres aos serviços de referência que realizam o procedimento (Ruschel *et al.*, 2022).

Mesmo em situações de relações sexuais consentidas e desejadas pelas jovens, alguns estudos (Agostini, 1988; Tiba, 1996) indicaram que, embora muitas adolescentes possam, a princípio, encarar a gravidez como um meio de obter atenção e de se fazerem sentir “crescidas” e importantes, ao final sentem-se sós, desampa-

1. Disponível em: <https://bit.ly/48WZJHP>. Acesso em: 1 jul. 2024.

radas e “aborrecidas”. Algumas não superam o conflito que se estabelece quando recebem a notícia da gravidez, vivenciando a situação como um “castigo”.

Para Dadoorian (2003, p. 90):

[...] a função social feminina está relacionada à maternidade, ou seja, ser mulher para essas adolescentes equivale a ser mãe. O desejo de ter um filho é um rito de passagem, uma mudança substancial no status: de menina para mulher. Evidenciou-se que a vivência de situações de carência afetiva e relacional com a família pode também provocar o desejo na adolescente de ter um filho, em que este aparece como o objeto privilegiado capaz de reparar essa carência.

A gravidez precoce muda a realidade das adolescentes com impactos que podem ser sentidos por toda a vida. Mas a percepção desses impactos não é igual para todas as jovens, pois quanto maior for a vulnerabilidade social, mais presente estarão as consequências negativas da gravidez na adolescência.

Consequências e implicações

A gravidez na adolescência de meninas de baixa renda é considerada pelos organismos internacionais um problema social e de saúde pública, por afetá-las de diversas formas, bem como seus filhos e suas famílias. São muitos os aspectos sociais presentes, inclusive por envolver alterações em diversos níveis tais como na saúde, na dimensão psicológica, na vida profissional, nos rearranjos familiares, dentre outros.

Muitas vezes, quando descoberta a gestação na adolescência, a menina apresenta certo receio de como se dará a reação de sua família, seja por religião ou estigma ainda comum em muitos contextos. Para Lima *et al.* (2004, p. 73), “as reações da família diante da jovem grávida tendem a ser contraditórias, sendo comum a sobreposição de sentimento de revolta, abandono e aceitação do ‘inevitável’”. Muitas famílias não estão preparadas para receber a notícia de uma gravidez precoce no seu meio de convívio e a informação quando chega pode desestabilizar o grupo familiar, principalmente a protagonista da história. A adolescente pode não ter direcionamento, apoio, ou tranquilidade emocional para ser mãe, por isso é muito comum o desenvolvimento de depressão, antes, durante e depois da gestação, falta de autoestima e problemas afetivos entre a mãe, o bebê e a família.

As adolescentes grávidas desenvolvem doenças que podem ser consideradas de alto risco, especialmente para meninas com menos de 15 anos de idade, que ainda

não estão prontas fisicamente para uma gestação e por isso, há maior chance de parto prematuro, rompimento precoce da bolsa e abortamento (UNFPA, 2023).

Resta *et al.* (2010) estudaram algumas implicações relacionadas à maternidade para as adolescentes, destacando as seguintes:

1. Implicações no cuidado do filho. Ao analisar o contexto da maternidade foi possível identificar que as adolescentes a relacionaram com algumas perdas, dentre elas a impossibilidade de continuar estudando, o que ocasiona mudanças no estilo de vida. Interromper os estudos para algumas adolescentes significava adiar ou excluir sonhos que tinham na vida.
2. Mudanças percebidas pela adolescente após a descoberta da gravidez. Como mudanças emocionais foram referidas alegrias, aumento da sensibilidade e necessidade de maior atenção. Também foram relatadas mudanças sociais, dentre elas vínculo escolar, rotina de festas e participação em eventos sociais, além de menores oportunidades de emprego (Resta *et al.*, 2010, p. 72).

Em relação às aspirações e expectativas dessas jovens mães de baixa renda, Costa *et al.* (2021, p. 24) concluíram que

[...] as jovens com filhos nutrem expectativas pouco otimistas em relação ao futuro e, por esta razão, conformam-se em conseguir trabalhos precários, informais e de baixa remuneração.

Alguns descontentamentos ocorrem diante da mudança do cotidiano, podendo trazer tristeza e insatisfação por falta de condição de voltar a estudar e/ou ter um trabalho remunerado, que no entender de Costa *et al.* (2021, p. 27) “assemelha-se a um ciclo vicioso sustentando por um conjunto de fatos negativos, que se encadeiam em um processo sem resolução”.

Em geral, uma família pertencente às classes populares brasileiras tende a educar os filhos com vistas à obtenção de empregos para ajudar no orçamento familiar e ocorrendo a gravidez na adolescência, se fazem necessário novos arranjos, pois a estrutura familiar sofrerá uma mudança de planos. A dinâmica familiar com a chegada do novo membro muda, e presença de novo morador exige responsabilidades e disponibilidades de todos. Faz-se necessário buscar formas de suprir os gastos adicionais gerados, levando muitos membros da família a intensificarem seu período de trabalho (Bocardi, 2003).

Ainda de acordo com Bocardi (2003, p. 109),

A criança transforma a vida não só da adolescente, mas também altera os hábitos de vida da família, estabelecendo uma inversão dos papéis, uma vez que a adolescente passa da posição de filha para realizar a função de mãe. A família sente todas essas mudanças decorrentes do nascimento da criança, inclusive com o aumento das despesas decorrentes do nascimento da criança, e com o aumento da preocupação de cuidar e educar uma criança e continuar cuidando da jovem mãe.

Segundo Valila *et al.* (2011) a família vivencia o aumento de preocupações, problemas, responsabilidades e tarefas domésticas, o que acaba tomando o tempo livre dos familiares e sobrecarregando outras mulheres. A atenção de toda a família passa a ser direcionada para o bebê. Os familiares passam a rezevar as horas de sono com a adolescente, e ficam acordados até a madrugada em decorrência dos cuidados com o(a) recém-nascido(a).

Considerações finais

A gravidez é um acontecimento importante na família e quando ocorre na adolescência, pode trazer maior vulnerabilidade ou risco social para mães e filhos. A própria adolescência constitui uma fase de autoconhecimento, transformação física, psicológica e social. Nesse sentido, a gravidez nesta fase acarreta mudanças físicas, emocionais e no estilo de vida, requerendo maturidade biológica, psicológica e socioeconômica para atender às necessidades do grupo familiar, da gestante e do bebê.

Independentemente de a gravidez na adolescência ser desejada, ela aumenta o risco de morte materna e infantil, bem como o risco de parto prematuro, anemia, aborto espontâneo ou provocado, eclampsia e depressão pós-parto. A falta de conhecimento e disponibilidade imediata impossibilita utilizar com sucesso métodos anticoncepcionais e ter informações suficientes para um planejamento reprodutivo autônomo.

Do ponto de vista do setor público de saúde, a gravidez na adolescência é um fenômeno com repercussões negativas, na medida em que implica aumento de riscos de saúde para mães e bebês, riscos de cuidados inadequados e de empobrecimento nas perspectivas de escolarização, trabalho e renda das adolescentes e suas famílias. O nascimento de um bebê envolverá toda a família e haverá necessidade de se criar um padrão familiar novo, como o cuidado da criança, com repercussões nas relações com unidade de saúde, escola etc.

A adolescente grávida, na maioria das vezes, continua residindo com a família de origem, e esta, por conseguinte, acaba assumindo de alguma for-

ma, parcial ou totalmente, os cuidados e as responsabilidades com o novo membro. As famílias de baixa renda frequentemente enfrentam uma série de problemas que podem resultar em consequências significativas, tais como condições de vida precárias, abuso de substâncias, violência psicológica e falta de acesso à educação formal e emprego, tendo um impacto significativo no bem-estar psicológico dos membros da família (Santos *et al.*, 2023).

As discussões empreendidas neste capítulo não têm caráter generalizante; contudo, acreditamos que a reflexão possa contribuir com outros estudos, cujos autores e autoras estejam interessados em conhecer as dinâmicas familiares organizadas em função dos novos arranjos familiares em decorrência da gravidez na adolescência, em contextos de vulnerabilidade social.

Referências

AGOSTINI, Sonia Maria Motink. Adolescência: informação sobre anticoncepção. **R. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, 23 jan. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/4py2mFW>. Acesso em: 4 abr. 2024.

BOCARDI, Maria Inês Brandão. **Gravidez na adolescência** - o parto enquanto espaço do medo. Marília: Arte&Ciência, 2003.

BRÁS, Cláudia; PEREIRA, Anabela. Promoção da Saúde de Grávidas Adolescentes: Estudo prévio de identificação de necessidades. **Millenium**, v. 40, n. 16, p. 69-81, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/4tfgULU>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Marco Teórico e referencial: Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos. **Nascidos Vivos** – 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4s119J0>. Acesso em: 28 jun. 2024.

COSTA, Joana *et al.* Gravidez na Adolescência: Conciliação de Vida Familiar, Estudo e Trabalho dos Jovens em Recife. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/4pspuFR>. Acesso em: 3 mar. 2024.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na Adolescência: um Novo Olhar. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 21, n. 3, p. 84-91, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/48YK6iZ>. Acesso em: 2 fev. 2024.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 45, abr. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/4pX6peC>. Acesso em: 13 jun. 2024.

DIAS, Maria Berenice. O feto merece ser visto como uma realidade digna de tutela. **A mulher no Código Civil**, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/48vuGms>. Acesso em: 6 jun. 2024.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: contribuição antropológica. Artigos. **Saúde soc.**, v. 14, n. 3, ago. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/4pR6iRY>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FORTE, Maria José Paro. O adolescente e a família. **Pediatria**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 157-161, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3R8ajFq>. Acesso em: 6 jun. 2024.

GUADERER, E. Christian. **Sexo e sexualidade da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

JOFFILY, Suzana Meira Lopes de Castro. **Adolescentes Mães em Contextos de Abri-gamento**: Significando a Gravidez e a Maternidade. Brasília: Editora Juruá, 2010.

LIMA, Celian Tereza Batista *et al.* Percepções e práticas de adolescentes grávidas e de familiares em relação à gestação. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 4, n. 1, p. 71-83, jan. 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. Especialistas sugerem debate sobre sexualidade para reduzir gravidez na adolescência. **Notícias – Portal da Câmara dos Deputados**, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/4pq9bJs>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MALDONADO, Maria Tereza. **Para Vocês, famílias grávidas e com crianças pequenas**. Rio de Janeiro, 2022. E-book. Disponível em: <https://bit.ly/47xJRdX>. Acesso em: 8 jun. 2024.

MANFRÉ, Camila Cristina; QUEIRÓZ, Sara Gomes de; MATTHES, Ângelo do Carmo Silva. Considerações atuais sobre gravidez na adolescência. **R. Bras. Med. Fam. e Com.**, Florianópolis, v. 5, n. 17, p. 48-54, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/4qi5gPh>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MENEZES, Maiá; FERRAZ, Ricardo. Ala conservadora do Congresso tenta barrar volta da educação sexual. **Veja**, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3MPMj7K>. Acesso em: 3 mar. 2023.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos av.**, v. 17, n. 48, ago. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3XFpgPv>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MOREAU, Caroline *et al.* Measuring gender norms about relationships in early adolescence: Results from the global early adolescent study. **SSM – Population Health**, n. 7, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/4pubtaI>. Acesso em: 8 jun. 2024.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. *In*: KALOUTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 2002, p. 26-45. Disponível em: <https://bit.ly/3Yh0Fk5>. Acesso em: 29 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatório Situação da População Mundial 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4bGNd0v>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Saúde do adolescente. Organização Mundial da Saúde, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Kz7IBG>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PETRINI, Giancarlo *et al.* Família, capital humano e pobreza: entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida. **Memorandum**, Salvador: Universidade Católica do Salvador, v. 22, p. 165-186, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/4tlMb03>. Acesso em: 29 jun. 2024.

PINTO, Sérgio Maurício Costa da Silva. Influência da Pobreza na Estrutura Familiar. *In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA – SEMOC.*, 8., 2005, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/4826LKu>. Acesso em: 29 jun. 2024.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá: Universidade Estadual de Maringá – UEM, Departamento de Psicologia, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/48KicpW>. Acesso em: 22 jan. 2023.

RESTA, Gindri Dartelli *et al.* Maternidade na Adolescência: Significado e Implicações. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 68-74, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/4pXGDxE>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RUSCHEL, Angela Ester *et al.* Mulheres vítimas de violência sexual: rotas críticas na busca do direito ao aborto legal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 10, 2022.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. Educação sexual na escola. **Pediatria**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-48. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/4psYje8>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SANFORD, John A. **Os parceiros invisíveis**. São Paulo: Paulus, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3XGtKfX>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SANTOS, Luzilene Pereira dos *et al.* A Influência da Baixa Renda no Desenvolvimento Psicossocial das Famílias de Comunidades Populares Brasileiras. **Saúde Coletiva**, v. 27, ed. 123, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4pMuM5C>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, Deusivania Vieira da; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. A maternidade na perspectiva de mães adolescentes e avós maternas dos bebês. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 135-145, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/44ioWKc>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SILVA, Edna Lúcia Coutinho da *et al.* Gravidez e dinâmica familiar na perspectiva de adolescentes. **Bol. Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 34, n. 86, p. 118-138, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/44PJKZD>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SOUZA, André Portela. Por uma política de metas de redução da pobreza. **São Paulo em Perspec.**, v. 18, n. 4, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/48QKzmq>. Acesso em: 30 jun. 2024.

TIBA, Içami. **Sexo na adolescência**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

UNITED NATIONS COMMITTEE ON CIVIL AND POLITICAL RIGHTS (UNCCPR). Decision adopted by the Committee under the Optional Protocol, concerning communication No. 3592/2019. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Ps4lyH>. Acesso em 8 jul. 2024

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UNDESA). **Population Division**, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4eu8jRE>. Acesso em: 8 jul. 2024.

UNITED NATIONS SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH AGENCY (UNFPA). Annual report 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4sCfPy1>. Acesso em: 14 mar. 2024.

VALILA, Michele Guerreiro *et al.* Gravidez na adolescência: Conhecendo a experiência da Família. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 556-566, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/4psTSje>. Acesso em: 12 jun. 2024.

EM DEFESA DA SOCIOLOGIA DIGITAL COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: DESAFIOS EM REDE ENTRE BOLHAS SOCIAIS E BOLHAS DIGITAIS

Cláudio Freitas

Introdução

Diferentes tecnologias aumentam a capacidade de comunicação, de informação, de interação e aceleram as mudanças sociais. As novas plataformas tecnológicas e as interações sociais delas decorrentes propõem a chegada de uma nova era, devido ao amplo impacto de tais mudanças (Rodriguez; Busco; Flores, 2015). Por meio de acessibilidade, é possível se ampliar a participação de diferentes comunidades (Botsman; Rogers, 2010), dando-lhes condições para colaborarem entre si, através de melhorias na qualidade dos serviços (Lee; Shin; Lee, 2015; Sandoval-Almazán, 2015). Defende-se, neste capítulo, que os estudos sociológicos levem em consideração os aspectos sociodigitais.

O aumento da participação sociodigital através dessas conexões tem propiciado caminhos mais velozes para todo tipo de interação. Esta aproxima, além de mercados, diferentes pessoas e suas realidades, provocando-as a saírem de suas bolhas de convivência, exigindo atitudes mais assertivas e justas. Segundo Barnes e Mattsson (2016), com as tecnologias disponíveis, baseando-se nas plataformas digitais, ou fazendo uso delas no desenvolvimento de seus negócios, as pessoas cada vez mais interagem, recomendam, dão *feedback* e empreendem. Assim, adquirem uma mentalidade não apenas de consumo, mas de troca e colaboração.

O sentido de colaboração alavancado por instrumentos de mídia digital e vivências sociais pode agregar e acelerar esforços coletivos de diferentes origens, no sentido de auxiliar determinado contexto, seja por uma causa específica ou por várias. Para tanto, conceitos novos se aliam aos já relevantes e conhecidos das Ciências Sociais: políticas públicas, interações sociais e participação social, por exemplo (Secchi, 2010; Cayres, 2017).

A estratificação digital evidencia processos sociais de transformação a partir de individualidades, que poderão se tornar esforços coletivos consistentes ou não. O autor deste texto destaca vivência de campo em coletivo social desde 2018, passando pelos difíceis anos de pandemia no Brasil e, posteriormente, testemunhando a consolidação de hábitos digitais, como um legado pandêmico de aprendizagem sobre sobrevivência social, no qual se criaram e

desenvolveram ferramentas. A observação de campo fez emergir o conceito de **bolhas sociais**, para além das digitais. Estas últimas dizem respeito ao aprisionamento algorítmico dos indivíduos em realidades simuladas de acordo com cada rotina de navegação na internet. Já as sociais exigem um pouco mais de reflexão para serem compreendidas. Encontrou-se, na sociologia digital, o endosso aos estudos já realizados, além dos muitos consultados.

Sociologia digital, categorias teóricas e práticas

Nas bases de pesquisa nacionais, ao se buscar pela expressão “sociologia digital”, deixando abertos todos os filtros, encontram-se trabalhos abordando-a como uma subcategoria da Sociologia. Isso considerou preliminarmente as bases do Scielo, e depois centrou-se na base indexada Scholar, do Google. A opção de utilizar a segunda ocorreu pelo poder dos algoritmos de rastrear conteúdos indexados, algo, hoje, bastante abrangente e fidedigno. As principais publicações brasileiras tratando sobre sociologia digital estão associadas a Miskolci (2017), Nascimento (2020), Telles (2017) e Padilha e Facioli (2018). Em todas essas, há abordagem histórica e reflexão sociológica com o objetivo de trazer o tema à evidência atual.

Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob coordenação do Prof. Jacob Lima, existem pesquisas envolvendo o assunto. De modo geral, são trabalhos ligados a comportamentos em ambientes tecnológicos, como os de produtores de softwares, trabalhos em home office ou influência de mídias digitais. No ano de 2020 se iniciaria nessa instituição um programa voltado à sociologia digital, tratando desse e de outros fenômenos relacionados, como a economia colaborativa e compartilhada.

Demais publicações nos serviços de busca trazem as palavras “sociologia” e “digital” separadamente, tratando de pautas relativas, em sua maioria, a questões sociais ligadas a representatividades, ativismos ou influência de mídias, sem embasamento da própria subcategoria sociológica (a sociologia digital propriamente dita). Em resumo, não são encontrados registros numerosos de pesquisas em coletivos sociais abordando a temática sociodigital e de redes em consonância, indicando que o campo está aberto para o trabalho das Ciências Sociais.

A sociologia digital analisa as plataformas de mídias sociais como Facebook, Whatsapp, inteligência pervasiva e presença computacional, bem como o acesso a smartphones e tecnologias de dados. Na última década, experimentaram-se mudanças de toda ordem: na educação, no convívio familiar, no ativismo social, na gestão ambiental e até na gestão de prisões. Um amplo leque de mudanças no convívio entre as pessoas após a inserção digital em suas vidas e este desenvolvimento tecnológico têm tido implicações sociais importantes (Marres, 2017, p. 8).

Como construto recente, e com potencial de crescimento em pesquisas e descobertas, a sociologia digital tem, de acordo com Lupton (2014), quatro dimensões: a **prática digital profissional**, com uso de ferramentas de mídia digital para fins profissionais como construir redes, perfis eletrônicos para divulgar e compartilhar pesquisas e instruir alunos; as **análises sociológicas do uso digital**, pesquisando as maneiras pelas quais o uso da mídia digital pelas pessoas configura seu sentido de *self*; sua personificação e suas relações sociais; as **análises de dados digitais**, usando os dados para pesquisa social, quantitativa ou qualitativa; e a **sociologia digital crítica**, realizando análises críticas e reflexivas de mídias digitais informadas pela teoria social e cultural.

A sociedade da informação é caracterizada pela abertura dos sistemas, movimentação não linear, com grande rapidez de fluxo e fluidez. Diante disso, tem-se grande tensão e disputas por poder, considerando o fluxo ilimitado. Sob uma lente construtiva, Lash (2006) propõe uma reflexão sobre a necessidade de se equalizar “fluxo” com “fluidez” de informação nessas plataformas. Ter noção da diferença entre ambos ajuda a reduzir a dominância da cultura em cima de dados digitais. A ênfase em dados reduz o fluxo saudável, livre, referente à sociedade da informação.

Igualmente fluida é a maneira como a informação se propaga pela internet e suas quase incontáveis plataformas, sites e aplicativos. Indivíduos produzem conteúdo e desejam que ele seja compartilhado por outras pessoas. O aparato apresentado permite espalhar todo tipo de informação construtiva, rápida e assertivamente. Ao mesmo tempo, pode gerar intensas distorções, ruídos, acúmulos, redundâncias e até inércia coletiva. Tal capacidade está alicerçada na intensidade maior ou menor de compartilhamento e distribuição, variando de acordo com a rede social e as estruturas econômicas e físicas. Na dinâmica coletiva vivenciada tanto no objeto de estudo quanto em outros meios afins, ocorre o mesmo fenômeno, cujo conceito, segundo Jenkins, Ford e Green (2013), se chama “*spreadable*” (palavra do inglês cuja tradução literal seria “espalhável”), em que os conteúdos e dados compartilhados têm alcance longo, embora nem sempre se obtenha o resultado esperado.

A cultura de dados é colocada como objeto de estudo social na literatura. Muitas entidades públicas e privadas, de mídia ou de negócios, consideram os dados como um fim em si mesmos e uma verdade absoluta no que tange ao conhecimento (Dunham, 2015). Por outro lado, pesquisadores sociais e teóricos mostram que a informação, assim como outros construtos, emerge da sociedade e possui vida social e vitalidade própria (Lemos, 2021). Dados digitais estruturam conceitos de identidade, relações, escolhas e preferências de acesso a serviços ou espaços de convivência, são produtos de criatividade e decisões complexas em busca de soluções e gerenciamento de problemas (Savazoni, 2018). Além de

consumidora de informação, a sociedade desde a abertura da internet engendra os prosumidores, que são, a um só tempo, produtores e consumidores, criando dados com sua participação na comunidade em rede (Rifkin, 2014).

Também se tem estudado a participação social e a produção de conteúdo através de plataformas digitais. As grandes plataformas começam a evidenciar em seus termos e regras que a propriedade dos conteúdos não pertence aos que nela produzem informações. Geralmente, os usuários ignoram isso, movidos pela necessidade de visibilidade e inclusão na indústria da mídia e dos dados, ao passo que as empresas-plataformas, conhecendo tal necessidade, as arbitram dentro de seus domínios (Lupton, 2014).

Lupton (2012) relata sua jornada pelo universo do uso e aprendizagem em plataformas digitais, e como essa vivência tem sido aliada na interação com pares, descoberta de pesquisas semelhantes às suas, trocas constantes de informações e expansão de si mesma enquanto estudiosa. Dando seu próprio relato, toma a experiência para traçar o paralelo com a subdisciplina sociológica, argumentando:

A sociologia digital pode oferecer um meio pelo qual o impacto, o desenvolvimento e o uso dessas tecnologias e sua incorporação nos mundos sociais e nos conceitos de individualidade podem ser investigados, analisados e compreendidos. Parece-me que, dadas as maneiras como as tecnologias digitais se infiltraram na vida cotidiana e se tornaram uma dimensão tão importante de como as pessoas coletam informações e se conectam socialmente com outras, o mundo digital deve agora ser uma característica central do estudo e da pesquisa sociológica. Os sociólogos não devem apenas aprender a usar a mídia digital para fins profissionais, mas também devem realizar pesquisas que explorem o impacto dessas mídias na vida cotidiana a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva (Lupton, 2014, p. 4).

A atenção às abordagens de pesquisa envolvendo as relações sociais e seu desenvolvimento com o impulso digital ocorre desde o surgimento da internet. Temáticas das mais variadas são consideradas e investigadas, em perspectiva interdisciplinar, o que demonstra o quão pervasivas são as tecnologias. Estudiosos se utilizam das ferramentas para estudar compartilhamento de informações, bem como os dados gerados pelas comunidades on-line, nas análises de pautas sociais. Existem desde estudos sobre anorexia e grupos dedicados ao suporte desta doença, até os identitários de minorias étnicas que compartilham suas demandas. A sociologia digital dá aceleração e suporte no estudo em representações sociais e seus padrões de sociabilidade na rede digital, articulando ações neste contexto (Lupton, 2014).

Ponto paradigmático para as Ciências Sociais é a coleta de dados disponíveis nas experiências intermediadas digitalmente, na articulação, desenvolvimento e execução de projetos e iniciativas (Howison; Wiggins; Crowston, 2011). Esses dados, cada vez mais disponíveis desde a abertura popular da internet, no início do século XXI, rotulada como “web 2.0”, pode servir como oportunidade para pesquisadores sociais, capazes de análise apurada sobre as interações provenientes da sociedade em rede neste novo contexto chamado, por Castells, de “Capitalismo Informacional” (Uprichard, 2012; Savage; Burrows, 2007).

Conforme traz Thrift (2005, p. 40), em um artigo tratando sobre reflexões políticas de esquerda e sua oportunidade futura no novo cenário posto, “[...] a teoria trata de construir melhores questões que possam revelar aspectos do mundo que até então foram negligenciados ou não imaginados”. Este comentário se insere em um dos argumentos do autor sobre a necessidade de evolução acerca das ações de condução política. Na sequência, aponta para as mudanças nas práticas de poder, moldadas e mutantes paralelamente ao surgimento de novas tecnologias. Na medida da disponibilidade informacional, constroem-se novas estratégias pró ou contra, de acordo com as interações dos atores e de ações políticas conflitivas. Em resumo, a argumentação central é que a pesquisa sociológica precisa não apenas ir além da própria evolução dos fatos e realidades, mas também se valer das novas caixas de ferramentas disponíveis, interpretando-as.

Seus argumentos vão além de injetar e-Science (de volta) na sociologia, para oferecer um repensar radical do que a caixa de ferramentas metodológicas do sociólogo contemporâneo precisa ser. Eles apontam que, nos primeiros dias da disciplina, os sociólogos eram considerados os inovadores metodológicos da época, com a pesquisa por amostragem e a entrevista diferenciando-os de outras disciplinas em sua capacidade de conhecer o social de maneiras estimulantes. Em contraste, os sociólogos contemporâneos estão seriamente atrasados, metodologicamente falando, em comparação com os esforços de, digamos, empresas comerciais, que estão muito mais em sintonia com as necessidades computacionais necessárias para reunir e explorar o dilúvio de dados que é onipresente para vida social moderna (Uprichard, 2012, p. 124).

A oportunidade de pesquisa e atualização teórica e empírica salta aos olhos ao se averiguar que, tanto nas raízes metodológicas, quanto na crescente disponibilização de dados, existem dinâmicas diferentes e relações em mudança, negativas ou positivas (Galliers *et al.*, 2017). Nesse cenário, estão os indivíduos, os movimentos coletivos e os grupos sociais lidando com suas vivências digitais, sob suas pegadas deixadas on-line e os efeitos das ferramentas usadas (Nasci-

mento, 2020). Para os pesquisadores, a coleta, depuração e análise de informações apresenta novos desafios, pois as expectativas se elevam diante da prometida “verdade” contida nesses dados (Howison; Wiggins; Crowston, 2011).

Sob a perspectiva digital e política, a sociedade encara grandes desafios, influencia e é influenciada por plataformas e grupos dissidentes destas, através das afinidades identificadas ou das narrativas construídas. Para o melhor trânsito nestes ambientes, os diferentes grupos de interesses precisariam agir respeitando a governança adequada, sob pena de cair em um espaço sujeito à ação de atores, com viés populista e manipulador, ali presentes (Katembera, 2021; Abers; Almeida; Von Bülow, 2023).

As possibilidades de alteração de comportamento e, ao mesmo tempo, a necessidade de sobrevivência em sociedades hipersensíveis, plenamente expostas ao capitalismo informacional e ávidas por apropriação do conhecimento gerado, fazem surgir na academia brasileira, por exemplo, propostas como a de Abers, Almeida e Von Bülow (2023), abordando a realidade democrática, o digitalismo, o ativismo e as tecnologias que impactam na qualidade dos movimentos sociais e da vida política da sociedade em rede.

De maneira apropriada, Dominique Cardon, diretor do Médialab da Sciences Po, traz grande inquietação sobre os efeitos de algoritmos e Big Data na sociedade, e como esse contexto pode afetá-la. Vivendo no meio industrial, com profissionais em organizações, cita que eles já indagavam sobre os efeitos da tecnologia para muito além dos produtos tecnológicos com os quais lidavam. Diante dessas questões, Cardon conduz por mais de vinte anos o tema sociológico digital, tratando da articulação com a transformação das sociedades, dos indivíduos, do seu cabedal cognitivo, da estrutura relacional onde as pessoas vivem e das organizações em que trabalham (Cardon, 2010).

Como diz seu próprio criador, a internet chama-se “rede mundial de computadores”, devendo ser democrática, inclusiva e acessível, uma rede de preservação de direitos, facilitadora de conquistas coletivas, não discriminação e igualdade de gênero, do direito à educação e outros consagrados na Carta dos Direitos Humanos Fundamentais. A rede nasce e é indexada para a humanidade preservar e ampliar direitos fundamentais, muito embora os resultados possam ter, em alguns aspectos, se afastado da perspectiva original (Berners-Lee, 2025).

Indivíduos e redes

Para Simmel (1986, 2006), a sociedade é a soma de indivíduos em interação. Esta ocorre de maneira genuína e direta, e parte de duas premissas o conteúdo e a forma. Por conteúdo se entende algo intrínseco, do próprio indi-

víduo, com potencial de influência em outras pessoas. Ocorre que o conteúdo apenas é insuficiente para a interação, que depende da forma de se transmitir, seja por conversas, gestos ou expressões variadas (Vandenberghe, 2019).

Diante desta leitura sociológica, tende-se a crer que a interação por si só caracteriza o ato de sociabilidade, no qual se vai mais a fundo na análise dos vínculos reais, tentando evitar possíveis vieses estéticos (Levine, 2015). Porém, a sociabilidade envolve uma autonomia em relação à realidade factual. Um exemplo disso é a prática de atividades que gerem interação com outros sujeitos e produzam conteúdo, mas que também fujam da realidade efetiva que nos rodeia (Levine, 1971).

Bolhas sociais e digitais

A vivência empírica do autor deste capítulo com diferentes grupos e tecidos sociais, em iniciativas coletivas que possuem suas perspectivas e visões de mundo, traz à tona a necessidade de um refinamento do conceito de bolhas sociais. Enquanto representam um aprisionamento algorítmico de realidades on-line, em função das opções de navegação e do gosto pessoal nas plataformas de interesse, as bolhas expandem relações, privilegiando a subjetividade humana de suas relações familiares, sociais, políticas e econômicas no cotidiano de suas vidas.

Sob o ponto de vista sociológico, há o tratamento da ideia de bolhas sociais, explícito ou não, como instrumento de isolamento, envolvendo aspectos comportamentais e segregação. Bourdieu (1986) já esboçava dinâmicas sociais segregadoras das redes sociais¹ a partir de análises sobre diferentes tipos de capital: social, cultural e econômico. Wacquant (2007) analisa a exclusão e o limite de interações sociais desde a divisão entre comunidades marginais e abastadas, explicitando as desigualdades e a falta de oportunidades para todos.

Em proximidade com o lado mais construtivo das redes sociais, Granovetter (1973) aborda aspectos como confiança e vínculos sociais. Desses estudos surgem os conceitos de **laços fortes** (grupos homogêneos com forte vínculo de interesses) e **laços fracos** (conexão de pessoas diferentes, sem relação forte de vínculo). Putnam (2000) já traz uma visão mais contemporânea de sociedade, ampliando Granovetter ao enxergar a segmentação social limitando interações culturais mais diversas.

1. É importante salvaguardar o conceito real e não coloquial de *redes sociais*: sistemas de relações entre indivíduos, grupos ou organizações que se conectam e interagem através de laços, influências mútuas e intercâmbios de recursos, sejam eles materiais, informacionais, afetivos ou simbólicos. Academicamente, foi bastante explorado pelo sociólogo e filósofo Georg Simmel, desde o século XIX, e a digitalização expandiu o conceito, que assim deveria ser tratado por *redes sociais digitais*, mas o coloquialismo, erroneamente, iguala as abordagens na rotina.

Numa dimensão digital política, Sunstein (2001) menciona as bolhas cognitivas, mostrando a segmentação de grupos políticos e sociais, remetendo a um cenário muito atual, pleno de polarizações e radicalizações. De maneira semelhante, as pesquisas de outros autores abordam divisões, subdivisões e demarcações entre grupos com maior ou menor interesses em comum (Tilly, 2005). As relações através das redes descritas por Castells (1996) trazem a articulação da comunicação com a tecnologia, num processo de reorganização social por meio de novas relações, formando grupos de interesses moldados por lógicas peculiares e particulares, em dinâmicas de aproximação e afastamento.

Pela realidade do Sul Global, a literatura nacional trata mais das relações segregadoras, em função do cenário desigual da sociedade brasileira, explicitando como comunidades periféricas permanecem segregadas, física e socialmente, por suas situações econômicas desfavoráveis e falta de acesso a direitos, configurando um isolamento em bolhas sociais. Já Gohn (2010) aborda o surgimento e organização de movimentos sociais em prol da construção de espaços que chama de “resistência” a uma segregação imposta pela desigualdade vigente.

As relações sociais múltiplas, segundo Schütz (2019), derivam da experiência originária da totalidade do *self* do outro na comunidade, dentro do tempo e do espaço. Traz ainda que qualquer análise teórica da noção de “ambiente” – um dos termos menos definidos nas Ciências Sociais – teria que começar a partir das relações face a face como estrutura básica da vida cotidiana. A leitura aqui nos remete aos construtos sociais e de sociabilidade, bem como extrapola os limites da Sociologia. Comunicação e copresença, diálogo e contato envolvem construtos relativos ao compartilhamento, colaboração e confiança (Belk, 1988).

Ainda sob o arcabouço sociológico de Schütz (2019), é citada a questão temporal: o tempo de vida, o tempo histórico, o que faz conexão entre o passado e o momento atual. Pode haver sobreposição ou interposição nesta temporalidade, o que nomeia “movimento de cavaleiro”, em uma alusão ao movimento da respectiva peça em um jogo de xadrez. Assim como o tempo e as formas existem, os ambientes, nas múltiplas realidades, se encontram e se comunicam.

As perspectivas acima conversam construtivamente com as dinâmicas de Simmel (1986) sobre sociedade, sociabilidade e interação, e convidam à ampliação do contexto teórico, especialmente ao se contemplar o raciocínio de comunidades como possíveis conjuntos de relações e interações, além do próprio sentido colaborativo das redes. Simmel ainda acrescenta, sobre a sociedade, que há duas evidências: uma puxada para modelos de influência chamativos e extravagantes, conduzindo comportamentos; e outra a modelos mais apáticos, a exemplo dos militares, relações diferentes entre as individualidades e grupos sociais.

O que se consolida após observação é que, enquanto conceito, as bolhas sociais têm sido tratadas como algo fabricado, induzido, ou provocado de maneira proposital por atores sociais dotados de maior acesso e poder, resguardando-se dentro de suas bolhas geográficas, econômicas e sociais de uma população não apta à participação em suas atividades.

Após a abertura e popularização da comunicação digital e a Internet 3.0,² na qual aqueles com acesso à rede têm capacidade de produzir conteúdo de forma ilimitada, para si e para seus grupos de interesse, escalando conteúdos em nível global, surgem novos paradigmas morais e éticos. A pesquisa ganha novas ferramentas, a interação parece não encontrar limites, sendo novas dinâmicas produzidas entre pessoas em diferentes ambientes, local e globalmente.

Considerações finais

Além da defesa da necessidade de aprofundamentos de estudos sociológicos levando em consideração os aspectos sociodigitais, este cccccclo quis provocar a reflexão acerca do conceito de bolhas sociais. A literatura mencionada, tratando do construto de sociologia digital, informa sobre grupos de interesse, aborda segregação social, exclusão, limites cognitivos, segmentações sociais de diferentes tecidos e privilégios de alguns grupos sociais e políticos. Porém, a menção à terminologia das “bolhas” vem sempre atrelada a grupos fechados e excludentes.

Embora o termo não seja amplamente utilizado, muitos estudiosos tratam de fenômenos semelhantes, relacionados à segregação e à criação de fronteiras sociais entre grupos e indivíduos. No contexto brasileiro, essas bolhas se refletem nas desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero, além de se estenderem às dinâmicas digitais, criando um ambiente ainda mais fragmentado e que afasta a internet de seus princípios democráticos iniciais (Berner-Lee, 2025).

O estudo mais aprofundado desses grupos, independentemente de serem ou não periféricos, pode ampliar o conhecimento e trazer possíveis saídas para caminhos variados pelo fio condutor sociodigital. Maior descentralização e funcionamento mais democrático, a partir do ponto em que o acesso se tornou plural, pode ser o objetivo de tais pesquisas e intervenções delas derivadas.

Diferentes regiões de uma mesma cidade podem conter grupos de interesse comum, podendo-se ainda constatar que as bolhas talvez sejam mais bem compreendidas como fenômenos de realidades construídas a partir dos vínculos colo-

2. O conceito de *Internet 3.0* é uma evolução das versões anteriores da internet, sendo um termo utilizado para descrever uma nova geração da web que integra tecnologias mais avançadas, como *inteligência artificial (IA)*, *big data*, *blockchain*, *realidade aumentada (AR)*, *Internet das Coisas (IoT)* e outras inovações digitais.

cados para todo indivíduo desde o seu nascimento, no convívio em família e com pessoas mais próximas, habitando determinada realidade geográfica e societal.

A provocação está em entender a gênese de cada tecido social, suas características desde a formação, passando pelo processo educacional, pelo convívio de suas bolhas, com amigos próximos, agentes e estímulos de todas as ordens que cercam cada um. Sujeitos que nascem, crescem e se desenvolvem a partir de determinadas perspectivas de possibilidades pessoais e do próprio contexto temporal em que vivem.

Investigações em andamento, do próprio autor, já mostraram sinais de que o interesse colaborativo, criativo e de justiça social pode nascer e emergir em diferentes camadas sociais, ampliando o viés usual do meio, mostrando que há poder disponível e conectado para a busca de soluções socioeconômicas sustentáveis. Enxergar e estudar bolhas sociais pode contribuir para conquistas democráticas.

Referências

- ABERS, Rebeca; ALMEIDA, Débora; VON BÜLLOW, Marisa. **A disputa pela democracia no Brasil**: ativismos em contextos turbulentos. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023.
- BARNES, Stuart J.; MATTSSON, Jan. Understanding current and future issues in collaborative consumption: a four-stage Delphi study. **Technological Forecasting and Social Change**, [S.l.], v. 104, n. 9, 2016.
- BELK, Russell. Possessions and the extended self. **Journal of Consumer Research**, [S.l.], v. 15, p. 139-168, 1988.
- BERNER-LEE, Tim. **This is for everyone**: the unfinished story of the World Wide Web. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2025.
- BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. **What's mine is yours**. Londres: Collins, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, John (ed.). **Handbook of theory and research for the Sociology of Education**. Wsrtpport: Greenwood Press, 1986.
- CARDON, Dominique. **La démocratie internet**: promesses et limites. Paris: Seuil, 2010.
- CASTELLS, Manuel. La era de la informacion: Prólogo de *La red y el yo*. **Economía Sociedad y Cultura**, [S.l.], v. 1, p. 1-18, 1996.
- CAYRES, Domitila Costa. Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais: movimentos sociais, sociedade civil e participação. **BIB**, São Paulo, n. 82, p. 81-104, 2017.

DUNHAM, Ian. Big Data: a revolution that will transform how we live, work, and think. **The AAG Review of Books**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 19-21, 2015.

GALLIERS, Robert *et al.* Datification and its human, organizational and societal effects: the strategic opportunities and challenges of algorithmic decision-making. **Journal of Strategic Information Systems**, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 185-190, 2017.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, [S.l.], v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

HOWISON, James; WIGGINS, Andrea; CROWSTON, Kevin. Journal of the Association for Information Systems validity issues in the use of social network analysis with digital trace data validity issues in the use of social network analysis with digital trace data. **Journal of the Association for Information Systems**, [S.l.], v. 12, n. 12, p. 767-797, 2011.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Spreadable media: creating value and meaning in a networked culture**. Nova York: New York University Press, 2013.

KATEMBERA, Serge. Participação e recompensas simbólicas no jornalismo digital: o caso da plataforma de blogueiros Mondoblog. **Revista Abordagens**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 93-113, 2021.

LASH, Scott. Life (vitalism). **Theory, Culture & Society**, [S.l.], v. 23, n. 2/3, p. 323-329, 2006.

LEE, Daeho; SHIN, Jungwoo; LEE, Sangwon. Network management in the era of convergence: focusing on application-based quality assessment of internet access service. **Telecommunications Policy**, [S.l.], v. 39, n. 8, p. 705-716, 2015.

LE MOS, André. Dataficação da vida. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 193-202, maio 2021.

LEVINE, Donald. **Georg Simmel on individuality and social forms: selected writings**. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

LEVINE, Donald. Revisitando Georg Simmel. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 31-52, 2015.

LUPTON, Deborah. Critical perspectives on digital health technologies. **Sociology Compass**, [S.l.], v. 8, n. 12, 1344-1359, 2012.

LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. Nova York: Routledge, 2014.

MARRES, Noortje. **Digital Sociology: the reinvention of social research**. New Jersey: John Wiley & Sons, p. 232, 2017.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais: uma análise da busca por parceiros on-line**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

NASCIMENTO, Leonardo. **Sociologia digital, uma breve introdução**. Salvador: EDUFBA, 2020.

- PUTNAM, Robert. **Bowling alone**: the collapse and revival of american community. Nova York: Simon & Schuster, 2000.
- RIFKIN, Jeremy. **The zero marginal cost society**: the internet of things, the collaborative commons and the eclipse of capitalism. Nova York: St. Martin's Griffin Press, 2014.
- RODRIGUEZ, Daria; BUSCO, Carolina; FLORES, Rodrigo. Information technology within society's evolution. **Technology in Society**, [S.L.], v. 40, p. 64-72, 02 2015.
- SANDOVAL-ALMAZÁN, Rodrigo. Gobierno abierto y transparencia: construyendo un marco conceptual. **Convergencia Revista de Ciencias Sociales**, [S.L.], n. 68, maio 2015. ISSN: 2448-5799. DOI: <https://doi.org/10.29101/crcs.v0i68.2958>. Disponível em: <https://bit.ly/3PplsRJ>. Acesso em: 5 maio 2024.
- SAVAGE, Mike; BURROWS, Roger. The coming crisis of Empirical Sociology. **Sociology**, [S.L.], v. 4, n. 5, p. 885-899, 2007.
- SAVAZONI, Rodrigo. **O comum entre nós**. São Paulo: Sesc, 2018.
- SCHÜTZ, Alfred. Sobre múltiplas realidades. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 18, n. 52, p. 13-47, 2019.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SIMMEL, George. La ampliación de los grupos y la formación de la individualidad. **Sociología: Estudio sobre las Formas de Socialización**, [S.L.], v. 2, p. 741-808, 1986.
- SIMMEL, George. **Questões fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SUNSTEIN, Cass. **Designing democracy**: what constitutions do. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- THRIFT, Nigel. **Knowing capitalism**. Londres: Sage Publications, 2005.
- TILLY, Charles. **Identities, boundaries and social ties**. Boulder: Paradigm, 2005.
- UPRICHARD, Emma. Being stuck in (live) time: the sticky sociological imagination. **Sociological Review**, [S.L.], v. 60, supl. 1, p. 124-138, 2012.
- VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (a onda punitiva). Rio de Janeiro: Revan, 2007.

***LP2 - ATORES SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS
E CIDADANIA***

REDES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL ENTRE INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: REFLEXÕES TEÓRICO-ANALÍTICAS

Marcia da Silva Cezar Gadea

Introdução

No presente capítulo, o objetivo é contribuir com uma discussão acerca das noções teórico-analíticas de vulnerabilidade social, análise de redes e redes sociais e capital social, com a intenção de demonstrar a importância dessas noções para uma análise mais precisa sobre exclusão social e pobreza. O texto se insere na linha de pesquisa Identidades e Sociabilidades e traz reflexões sobre como as sociabilidades concretas e a formação de redes de relações contribuem, potencialmente, para diminuir situações de exclusão e pobreza. Importa dizer que se trata de um recorte da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, sob a orientação do Prof. José Rogério Lopes. Ficam as boas lembranças e o agradecimento ao singular professor do programa.

Pergunta-se: como as redes sociais mediam o acesso dos indivíduos a tipos de sociabilidades que culminam por influenciar as condições de vida e o cotidiano desses indivíduos em situação de vulnerabilidade social? Até que ponto a consolidação de redes sociais entre indivíduos em situação semelhante de vulnerabilidade permitem desenvolver um enfoque mais completo sobre a importância da Análise de Redes Sociais, no âmbito da teoria social?

Redes sociais

Um fator fundamental que deve ser observado acerca da temática das redes sociais é aquele que as considera como “espaços de grandes possibilidades” (Becker, 2007) no acesso a recursos materiais e simbólicos, entrelaçando o econômico e o social. Isso decorre do fato de que todo indivíduo interage em “sub-redes” que atuam de modo interdependente. Nesse aspecto, pode-se notar que, semelhantemente ao que é visível em redes de formato colaborativo, as redes sociais, de modo geral, determinam que outros valores além dos contratuais sejam privilegiados, como a confiança e a responsabilidade mútua. Becker (2007, p. 61) afirma que essa relação

acontece progressivamente com pessoas que já “desenvolveram uma série de contatos iniciais nos quais estas puderam medir a confiança das outras pessoas”, de modo que a rede de relacionamentos, nesse caso, não extingue, mas minimiza a ocorrência de situações sociais de vulnerabilidade (exposição à violência, carências materiais e simbólicas etc.).

Parte-se da premissa de que o todo é maior que a simples soma das partes, ou seja, o benefício da agregação da rede não é apenas resultado da soma dos potenciais de cada parte, mas também gera fatores inerentes à constituição do grupo. Por exemplo, Manuel Castells (1999)¹ afirmou que a “sociabilidade real se dá hoje na internet”, e que enquanto o “tecido social” estaria fragmentado, supondo isolamento e carências na circulação no meio urbano, uma “cidade real” se reconstituiria na internet. Certamente, Castells não pretende negligenciar o espaço público tradicional como um espaço de grande importância para a sociabilidade, mas o interessante a destacar é que pareceria sugerir a importância crescente que a internet possui na vida contemporânea para o estabelecimento de redes de relações sociais que possam gerar o necessário “capital social” entre os indivíduos.

Este exemplo permite entender como as redes sociais, em grande parte, influenciam na “saída” da situação de vulnerabilidade e das desigualdades sociais no cotidiano dos indivíduos. Portanto, é central integrar as relações sociais ao arcabouço teórico, o qual diz que a integração econômica depende não apenas do acesso a mercados, mas também da redistribuição produzida pelo Estado e da reciprocidade social, com a mediação do espaço (Katzman, 1999).

Formulando de maneira diferente, a provisão do bem-estar depende de elementos fornecidos pelos mercados, pelo Estado e por unidades sociais, como as comunidades locais e a família. Mesmo concordando com a importância destas três fontes de bem-estar, destaca-se o terceiro elemento, caracterizado não apenas como uma fonte de bens e serviços em si, por meio dos apoios sociais obtidos pelos indivíduos, mas como uma maneira de mediar o acesso a condições melhores de vida.

A maioria dos estudos recentes (Ribeiro; Araújo, 2018; Cadoná; Tirelli; Areosa, 2021) tem incorporado “unidades sociais” por meio do conceito de capital social, ou usando redes sociais de forma metafórica, considerada genericamente os elementos sociais que produzem integração. Embora várias perspectivas analíticas coexistam, a categoria capital social serve de elemento unificador (Blokland; Savage, 2008; Casas-Cuesta, 2023).

1. Ver: <https://bit.ly/4toFoSW>. Acesso em: 25 mar. 2025.

Tal qual manifesta Durston (2000), o paradigma do capital social propõe que as relações de reciprocidade e confiança, cooperação e proximidade são as capazes de gerar instâncias sociais imprescindíveis na superação da fragmentação social, o isolamento e as carências de vínculos associativos positivos. Evidentemente, o argumento aqui radica em reafirmar a necessidade de se inserir as discussões próprias da relação do capital social com a vulnerabilidade, sob a premissa de que quanto mais densa seja a rede de relações sociais que se estabelecem, maior a chance do desenvolvimento das capacidades individuais e superação de situações sociais de vulnerabilidade. Nesta perspectiva, parte-se da ideia de que determinadas práticas sociais e culturais se incorporam nas histórias das relações desses indivíduos tornando possível lidar com situações de vulnerabilidade e desequilíbrios nos estoques de capital social.

Redes sociais significativas são construídas em torno de cada indivíduo, propiciando trocas entre os integrantes: trata-se de uma rede de relações em que cada indivíduo está inserido e que fortalece interesses comuns, práticas sociais comuns, “mundos de vida” semelhantes e projetos pessoais e coletivos. Pretende-se argumentar, assim, que redes sociais “positivas” se encontram em pauta quando, por exemplo, acha-se uma rede de líderes comunitários política e socialmente ativa, na medida em que é reconhecida por aqueles que estabeleceram uma relação de confiança e de solidariedade mútua; enquanto redes sociais “negativas” emergem de práticas sociais ligadas, por exemplo, a jovens vinculados ao “mundo do delito” (gângues etc.). Existem exemplos mais próximos sobre esse tipo de redes. Um fenômeno interessante são as redes de ajuda recíproca entre os parentes e vizinhos, e a sua eventual limitação no desenvolvimento de mobilidade social por parte de certos indivíduos.

Por exemplo, uma pessoa que se destaca nos seus estudos e consegue um emprego um pouco melhor e, com um salário considerável se comparado aos outros que integram a rede, se deparará com situações particulares em torno de obrigações pessoais já formadas que levariam a uma eventual dissipação de acúmulo de capital econômico e social. Essas “obrigações” que a rede demanda de distribuição daquilo que é acumulado individualmente e fora da própria rede poderia gerar certos prejuízos à pessoa. Por isso, as redes sociais “negativas” demonstram que as mesmas redes que permitem a sobrevivência são as que, paradoxalmente, pareceriam impedir a mobilidade social.

Dessa maneira, ao analisar as redes sociais entre os indivíduos em situação de vulnerabilidade expostos à violência e a uma série de carências materiais e simbólicas, deve-se considerar que o conseqüente capital social representa um conjunto de qualidades que produzem uma série de benefícios instrumentais que, também, possuem um potencial de causar “ex-

ternalidades negativas”. Neste sentido, Silva (2008) ressalta certas características de redes que agem mais como barreira à inclusão e à mobilidade social, limitando as possibilidades de escolha e ações individuais, do que como inibidoras de ambientes de vulnerabilidade. Certas redes parecem facilitar mais do que reduzir a criminalidade e os comportamentos ilegais, bem como o abandono escolar e os comportamentos de risco. Desta maneira, se o capital social reside na estrutura das relações pessoais, na medida em que um indivíduo “necessita relacionar-se” como verdadeira fonte dos seus benefícios (Portes, 2000), argumenta-se que para compreender melhor a sua estrutura e a sua capacidade de “conectividade”, não é possível negligenciar uma análise dessas dimensões das redes sociais estabelecidas.

Vulnerabilidade social

Nas sociedades modernas, a pobreza e má distribuição de renda têm estado presentes na vida socioeconômica. Os impactos das formas de produção, instituições e valores que caracterizam o padrão de desenvolvimento nos diferentes países teve seu desdobramento mais evidente na presença de amplos grupos sociais de baixa renda, e camadas médias expostas a altos níveis de insegurança e desamparo.

Relacionado a isso, as terminologias “vulnerabilidade” e “grupos vulneráveis” foram muito utilizadas em círculos de intelectuais e governantes. Os fortes impactos sociais provocados por programas de ajustes econômicos têm responsabilidades na incorporação desta nova terminologia. No entanto, não se observa grande precisão conceitual quando se faz referência à vulnerabilidade social, e a maioria das vezes pode confundir-se com a noção de pobreza (Durstun, 1997).

A visão superficial que a maioria das pessoas tem sobre o significado de vulnerabilidade social é profundamente ligada ao pensamento neoliberal, tentando demonstrar que a sua justificativa é a indisposição dos indivíduos para crescer dentro do sistema de estratificação social.

[...] o pensamento neoliberal concebe o pauperismo mais uma vez como um problema individual-pessoa e, portanto, “devolve à filantropia” (individual ou organizacional) a responsabilidade pela intervenção social: surge o debate do “terceiro setor” (cf. Montaña, 2012) da filantropia empresarial (ou “responsabilidade social”), do voluntariado. A autoajuda, a solidariedade local, o benefício da filantropia substituem

o direito constitucional do cidadão de resposta estatal (tal como no keynesianismo) (Montaño, 2012, p. 276).

Euzébios Filho e Guzzo (2009) explicam que, além disso, o pensamento neoliberal tem como premissa

fazer com que o sujeito se enxergue como espectador da realidade, ocultando as origens das mazelas sociais e direcionando para os oprimidos a responsabilidade por viverem da maneira como vivem (Euzébios Filho; Guzzo, 2009, p. 37).

A isto se soma a condição da vulnerabilidade social como uma maneira característica de como é vivenciado o capitalismo nos últimos anos: economia de livre mercado, aberta ao mundo e de “Estado mínimo”.

O conceito de vulnerabilidade social tem dois componentes explicativos, conforme o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 1998): por um lado, insegurança e desamparo que experimentam as comunidades, famílias e indivíduos em suas condições de vida, a consequência do impacto provocado por algum tipo de evento econômico-social de caráter traumático; e, por outro lado, o manejo de recursos e as estratégias que utilizam as comunidades, famílias e pessoas para enfrentar os efeitos da vulnerabilidade.

Conforme Kaztman (1999), a vulnerabilidade se define sempre em relação a algum tipo de ameaça, seja eventos de origem física, como secas, terremotos, inundações ou doenças; ou socioeconômicos, como não ter o que comer ou perda de emprego. Sobretudo, a unidade de análise da vulnerabilidade se dá a partir do indivíduo, o lar ou o grupo social no qual se insere. Sendo assim, se define como vulnerável aquela pessoa que está perante uma ameaça específica, ou é vulnerável por estar em uma situação desfavorável, que pode ser pela saúde, pode ser pelo salário ou até mesmo pelas necessidades mais básicas (Kaztman, 1999).

Apesar de ser um conceito formulado recentemente, existe um consenso entre os autores que estudam essa temática de que a vulnerabilidade social apresenta um caráter multifacetado, abarcando inúmeras dimensões, a partir das quais se podem identificar situações de vulnerabilidade dos indivíduos, famílias ou comunidades.

Essas dimensões estão ligadas tanto às características próprias dos indivíduos ou grupos quanto àquelas relativas ao meio social no qual estão inseridos. Um exemplo é o fato de que nas últimas décadas a pobreza extrema e os problemas econômicos de uma grande parte da população do Brasil têm diminuído,

mas mesmo assim, a vulnerabilidade social continua sendo uma preocupação social importante. Isso porque por vulnerabilidade não se pode entender, unicamente, os aspectos econômicos e as carências materiais de uma determinada população; outros aspectos devem ser considerados. Por exemplo,

as áreas de degradação ambiental coincidem com áreas de degradação social, sobrepondo perigos, somando-se a esta situação de crise de confiança, envolvendo desde a ruptura dos valores tradicionais (implicados na crescente desagregação familiar em certos grupos sociais), dos sistemas políticos, econômicos, jurídicos e sociais (Hogan; Marandola Junior, 2005, p. 35).

Nessa perspectiva, a vulnerabilidade social foi definida como a escassa capacidade de resposta individual ou grupal perante riscos e imprevistos, bem como a predisposição à queda do nível de bem-estar, derivada de uma configuração de atributos negativos e à dificuldade em alcançar um retorno material e também simbólico necessário (Filgueira; Peri, 2004).

Por conseguinte, pode-se afirmar que é também uma predisposição negativa para a superação de condições adversas. Assim, certas categorias sociais, como a determinada pela condição ocupacional, a pertença a determinados grupos étnicos, gêneros e idades, assinalam diversos tipos e graus de predisposição à vulnerabilidade social.

Bom lembrar que a emergência da temática da vulnerabilidade social se dá nos anos de 1990, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que reduzia questões econômicas às explicações sobre os conflitos sociais vividos por grupos humanos. Essas temáticas vêm sendo difundidas como pressupostos orientadores para a consolidação de políticas sociais, embora estivessem mais voltadas para o exercício de conhecer os setores mais desprovidos da sociedade (uma vez que se utilizava de indicadores de acesso ou de carências de satisfação das necessidades básicas) do que para compreender os determinantes do processo de empobrecimento e vulnerabilidade.

No entanto é importante considerar que a insegurança e o desemprego são também características da vulnerabilidade social, mas não são necessariamente decorrentes da insuficiência de renda ou da pobreza em si. Sobre esse assunto, Monteiro (2011, p. 34) exemplifica que:

Nesse sentido, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na

esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições. Diante desses pressupostos, a compreensão de vulnerabilidade deve ser compreendida a partir da relação dialética entre externo e interno. O externo refere-se ao contexto de referência, já o interno pauta-se em características básicas de indivíduos, grupos, lugares ou comunidades. Esses recursos internos são constituídos a partir do que o autor define como “ativos”. [...] os ativos podem ser compreendidos como um conjunto articulado de condições que irão implicar a qualidade, quantidade e diversidade dos recursos internos, os quais devem ser avaliados a partir de quatro aspectos: físico, financeiro, humano e social.

A deficiência no acesso a bens e serviços, tais como educação, lazer, trabalho e cultura, colabora para o crescimento da situação de vulnerabilidade social. Cabe ressaltar que esses elementos são considerados fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e socioculturais.

Recentemente, conforme Daniel Hogan (2006), nos estudos das ciências sociais, a vulnerabilidade é reproduzida na tradição de estudos sobre a pobreza como um novo conceito forte, substituindo, aparentemente, termos como exclusão/inclusão, marginalidade, *apartheid*, periferização, segregação e dependência. A vulnerabilidade se apresenta como a incapacidade de enfrentar os riscos emergentes, ou como a impossibilidade de manejar os recursos ou ainda recuperar aqueles esgotados. Por outro lado, o capital social, humano e físico é trazido como revelador de relações e estruturas de oportunidades para grupos populacionais mais vulneráveis, potencializando a estrutura das famílias para enfrentamento de riscos.

Conforme Kaztman (1999), um aspecto interessante de análise da vulnerabilidade é a forma como é percebida pelas famílias a relação entre os ativos domiciliares. Kaztman (1999) afirma a existência de quatro formas de ativos, ou de capital: humano, físico, financeiro e social. De forma sucinta, o capital físico compreenderia a posse de bens duráveis, como moradia, terras, animais, meios de transporte; assim como o capital financeiro, representado por poupança e crédito. O capital humano compreenderia o valor agregado à capacidade de trabalho por investimentos em saúde e educação. E, finalmente, o capital social seria formado por

relações interpessoais de apoio mútuo, geradas com base em princípios de reciprocidade, como ocorre, por exemplo, na organização familiar, na comunidade, nos grupos religiosos, entre outros (Kaztman, 1999, p. 167).

Embora esse conceito de vulnerabilidade envolva uma miríade de situações e sentidos para diferentes grupos, indivíduos, famílias e comunidades, não deve ser confundido com a ideia de exclusão social, amplamente difundido pelas diretrizes de organismos internacionais em relação a programas e projetos de combate à pobreza nos países periféricos.

[...] A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade de vida dos sujeitos (Monteiro, 2011, p. 35).

Ainda que a temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que se trata de um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade. Dessa forma, o conceito de vulnerabilidade parece ser o mais adequado para a compreensão do impacto transformador causado pelo novo padrão de desenvolvimento na esfera social e para capturar este aumento da exposição ao risco que atinge grande massa da população atual.

Essa situação pressupõe a busca de um olhar que imprime modificações na relação de risco/proteção ou segurança/insegurança na atual realidade social. Dessa maneira, conforme Bilac (2006), a insegurança torna-se fundamental para entendermos a vulnerabilidade vivida em toda a sociedade, reconhecendo que ela envolve uma gama de fenômenos de natureza multidimensional.

O conceito de vulnerabilidade social requer olhares para múltiplos aspectos, em especial, para estruturas sociais vulnerabilizantes, de tal modo que, ao se falar em vulnerabilidade social, é relevante compreender que esse é o estado nos quais grupos ou indivíduos se encontram, destituídos de capacidade para ter acesso aos equipamentos e oportunidades sociais, econômicas e culturais oferecidos pelo Estado, mercado e sociedade (Bilac, 2006).

A partir desse contexto, para se construir um referencial sobre vulnerabilidade, conforme Monteiro (2011), é necessário compreender os desafios e tensões que se colocam para as políticas sociais, no sentido de efetivar-se na perspectiva proativa, preventiva e protetiva. A compreensão de situações de risco foca-se no indivíduo, portanto, é revestida de caráter subjetivo, o que acaba por naturalizá-la ou legitimá-la (Hüning, 2003). O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros.

As redes sociais e a análise de redes

O conceito de redes tem vários enfoques (Marques, 2012), e sua ampla utilização nas ciências sociais chama a atenção. Um número expressivo de autores tem utilizado a metáfora da rede para descrever uma nova realidade, em que emergem novos modelos de organização social e de relacionamento entre indivíduos e empresas. O termo rede, num sentido etimológico, deriva do latim – *retis*, que significa “entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido” (Loiola; Moura, 1997, p. 59). Uma rede lembra a ideia de uma teia de vínculos e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida social. A existência de múltiplas redes se dá pelas necessidades humano-sociais, as quais colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos sociais e de apoio mútuo, visto que uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação e cooperação (Carvalho, 2003).

Na perspectiva de Norbert Elias (1994), é através dos conceitos de dependência, interdependência, redes e funções, contexto social e estrutura que fica claro que as ideias de indivíduos e sociedade são rigorosamente relacionadas por um processo interativo mais amplo. O sociólogo alemão afirma que a sociedade só existe e funciona porque as pessoas, separadamente, querem e exercem comportamentos para isso, porém essas pessoas não têm liberdade total, ou seja, esses comportamentos estão dentro dos limites das estruturas sociais (Elias, 1994). Para o autor, o grande desafio é entender como se dá a relação das partes (indivíduos, ou também podemos chamar de atores dentro das redes) com o todo e como aquelas se integram na sociedade. Para desvendar esse dilema, Norbert Elias procura a compreensão do todo (sociedade), assim, definindo um conceito para explicar a rede em constante movimento. Dessa forma, as pessoas participam de redes que já existiam antes dele e ajudam a formar outras novas.

Porém, atualmente, conforme relata Silvia Portugal (2006), o interesse que organizações como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial demonstram pelo conceito é revelador, não somente no aspecto econômico, mas também no seu aspecto político. O conceito de redes sociais, na ainda visão de Portugal (2006), tornou-se central na teoria sociológica e deu margem a discussões sobre a existência de um novo paradigma nas ciências sociais: o das “redes sociais”. Esse conceito antes estava numa posição minimalista, era visto como um método complementar de abordagem, progredindo para uma

posição maximalista, na qual, de acordo com Wellman e Berkowitz (1991), as estruturas sociais podem ser representadas como redes, como conjuntos de nós (membros do sistema social) e conjuntos de laços que representam as suas interconexões. As técnicas quantitativas de coleta da informação e tratamento estatístico dos dados permitem interpretações cada vez mais sofisticadas dessas relações ou da ausência delas.

Silvia Portugal (2006) descreve bem em sua pesquisa o comportamento dos indivíduos através da análise de redes, baseando-se em modelos de interação entre atores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise relacional permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas também como eles o usam e modificam os seus interesses.

A análise de redes teve início em várias perspectivas teóricas, como alguns apontam na psiquiatria, a qual apresentava as relações sociais através de gráficos chamados de sociogramas. A análise de redes também pode ser interpretada na perspectiva da sociologia estrutural, na qual estruturas sociais, restrições e oportunidades são vistas mais determinantes do comportamento humano do que as normas culturais ou outras condições subjetivas.

Embora possa haver diferenças entre as correntes da sociologia, os teóricos concordam que fatores objetivos sejam determinantes no comportamento dos indivíduos. Para Granovetter (1985), sobretudo a análise de redes sociais define-se como um tipo da sociologia estrutural, baseando-se nos possíveis efeitos das relações sociais sobre o comportamento individual e grupal. Desta forma, podem-se definir Análises de Redes Sociais (ARS) como um conjunto de técnicas para analisar as estruturas sociais e, de maneira formal, as relações entre os atores que surgem em decorrência de determinadas ocasiões. A consolidação da análise de redes veio evidenciar os efeitos que os diferentes padrões e estruturas de rede têm em relação ao acesso dos membros a recursos (Granovetter, 1985).

Na ARS, o ator social aparece como uma variável dependente da posição. Em consequência, as dimensões valorativas e normativas da conduta são para a ARS, assim como as demais dimensões da motivação, mais efeitos que causa. Ainda de acordo com esse autor, a análise de redes sociais é mais um ramo da sociologia matemática do que uma análise estatística. Isso porque, de maneira geral, para se entender uma rede, devem-se conhecer as relações entre cada par de atores da população estudada, de modo que o uso de técnicas matemáticas, como matrizes e gráficos, por exemplo, permite uma descrição mais adequada e concisa de suas características.

Ao analisar um modelo de redes, é preciso verificar dois aspectos fundamentais, um amplo e outro mais voltado aos níveis menores, sejam sub-redes ou pontos específicos. Considerando que a estrutura da rede não consiste somente na soma das partes menores, a observação ampla da estruturação da rede é importante, pois serve como ponto de observação das variáveis macros que surgem a partir do momento em que o conglomerado da rede atua de modo conjunto. Por outro lado, a observação dos nós ou das sub-redes também se mostra importante para que sejam delineados os pontos estruturais básicos que formam a rede completa.

Tal qual manifesta Marques (2012, p. 23), por exemplo, as redes de pessoas pobres são mais diversificadas e mostram maior heterogeneidade do que se poderia esperar com base em uma visão economicista de pobreza, que tende a associar a pobreza de recursos à pobreza relacional. Este tipo de rede supõe padrões de sociabilidades específicos, visto que o capital social acumulado, tal qual se viu, pode assumir características “positivas” ou “negativas”. Neste sentido, o estudo da vulnerabilidade necessita da incorporação das redes sociais como método. Isto, obviamente, é uma tarefa na qual não se pode entender as redes de maneira apriorística, buscando-se unicamente relações que consideram indivíduos atores construtores racionais de redes (Marques, 2012, p. 29).

Percepções desse tipo levam a uma compreensão estática instrumental dos padrões relacionais, perdendo uma parte importante do que acontece nas redes, visto que os mesmos elementos que constroem ponte podem adensar relações em outras situações ou para outras pessoas, assim como podem não ter efeito nenhum em outras situações. Ambivalência é uma característica intrínseca das relações sociais e os estudos devem guardar espaços para ela em seus modelos e explicações. Adicionalmente, vínculos estão em transformação contínua, sendo apenas uma pequena parcela deles construída intencionalmente (Marques, 2012, p. 29).

Assim, as redes sociais devem ser estudadas tal qual se manifestam em seus contextos e ambientes, sem excluir eventuais tipos de relacionamentos não encaixáveis num determinado capital social. Existem padrões de causalidades múltiplas, levando à necessidade de pesquisar de que forma as pessoas mobilizam as estruturas de relações que estabelecem em suas vidas cotidianas.

Capital social

Segundo Portes (2000, p. 138), a utilização do termo capital social se define como a capacidade de os atores garantirem benefícios em virtude

da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais. De certa maneira, trata-se da articulação entre os atores que propicia combater o individualismo e a perda do senso de pertencimento, que leva a ambientes de maior vulnerabilidade social. Essa “articulação” evidencia o aparecimento de um capital social originado dos relacionamentos que apresentam um acúmulo de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações sociais, relações sociais próximas e o fortalecimento do associativismo. Reciprocidade, cooperação e confiança se apresentam como características-chave do capital social (Silva, 2008).

Certamente, os laços sociais, as redes que se estabelecem, aparecem como um componente central do capital social que descreve a natureza dos relacionamentos sociais, sejam eles fortes ou fracos, de caráter horizontal ou reservando hierarquias sociais. Para Portes (2000), os aspectos mais relevantes das redes sociais são a sua dimensão (fator quantitativo, ou seja, o número de atores que fazem parte de uma rede) e a sua densidade (fator qualitativo, relações que os membros estabelecem entre si), sendo as redes densas e grandes as mais eficientes no desenvolvimento de um capital social específico. O importante a ser destacado é que a capacidade de mobilizar uma quantidade de recursos é o que constitui o capital social e, dependendo dos atores em questão, esses recursos terão as suas origens em sociabilidades heterogêneas. Podem se originar de práticas sociais consideradas “positivas”, mas também daquelas que se entendem como “negativas” (provenientes da ilegalidade etc.). Como muitos enfoques das sociologias da ação, os laços individuais provêm de “múltiplas pertencas” sociais (família, comunidade, bairro, amigos, conhecidos etc.) e conseqüentemente o capital social se torna um corpo complexo e heterogêneo de redes de sociabilidades.

Como bem aponta Portes (2000, p. 146), a investigação sobre capital social enfatiza as suas conseqüências positivas, vendo emergir da sociabilidade “coisas boas”, enquanto as “más” são mais comumente associadas ao comportamento do *Homo economicus*, de uma faceta meramente instrumental. “Contudo, os próprios mecanismos apropriados por indivíduos e grupos como capital social podem produzir conseqüências menos desejáveis” (Portes, 2000, p. 146).

Seriam quatro as conseqüências negativas do capital social: exclusão dos não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelação do grupo. Sem detalhar cada uma delas, o que o autor argumenta é que por capital social deve-se entender uma conseqüente rede de relações ou laços sociais fortes que podem atuar como “limitadores” da ação individual e social. Com o primeiro exemplo, da “ex-

clusão dos não membros”, e também com o segundo, das “exigências excessivas a membros”, pode-se pensar nas práticas sociais de muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade social que se têm inserido em grupos sociais ligados ao tráfico de drogas ou ao delito em geral, aparentemente “sofredores” do que significa a pertença a um grupo de laços sociais fortes. As “restrições à liberdade individual” também se manifestam neste tipo de capital social acumulado, bem como o regulamento das competências internas do grupo pode gerar um nivelamento deste, impossibilitando o aparecimento de um capital social que contribuiria à saída da situação de vulnerabilidade. Consequentemente, os laços sociais podem unir, mas também podem constranger em vez de facilitarem resultados específicos de caráter positivo.

O capital social atua como ferramenta que, à medida que se reproduz, potencializa as alternativas de desenvolvimento e restabelecimento dos laços sociais. Um dos principais indicadores do desequilíbrio de capital social se reflete na expansão da violência e da vulnerabilidade em determinados ambientes sociais e centros urbanos, atingindo, principalmente, a população jovem. Embora existam iniciativas políticas e programas sociais de combate à violência, o capital social acumulado dessas pessoas reflete uma rede de relações que tanto se originam de práticas sociais “positivas” como “negativas” (Portes, 2000), bem como de redes sociais que terminam “limitando” (nem que seja em parte) o potencial de desenvolvimento pessoal e coletivo na situação de vulnerabilidade social.

Considerações finais

O objetivo aqui foi o de trazer noções teórico-analíticas que permitissem analisar, mais adequadamente, a situação de vulnerabilidade social que determinados indivíduos podem vivenciar, para desta maneira poder descrever as características das redes sociais em que, eventualmente, estão inseridos e o capital social que, consequentemente, teriam acumulado.

A literatura consultada sobre redes sociais permite compreender que, de fato, em situação de vulnerabilidade social, indivíduos estabelecem redes de sociabilidade como mecanismo de mediação para o acesso a melhores condições de vida. Relacionado a isso, a análise da formação do capital social, entendido como a capacidade de movimentar uma quantidade de soluções para a situação de vulnerabilidade, originada de sociabilidades heterogêneas, deve ser também considerado, na medida em que aportam as características de um grupo social específico.

Nesse sentido, percebeu-se, fundamentalmente, que a noção de vulnerabilidade social, na sua relação com as de capital social e redes sociais, deve ir além do que se entende por pobreza socioeconômica, tratando-se mais de uma situação individual em que se carece de relações sociais.

Por vulnerabilidade social se entende uma diversa gama de definições, em que variáveis econômicas se entrelaçam com as sociais e culturais. Aquilo que se vincula à carência de capital social em determinado grupo humano auxilia a análise das redes de relações sociais que, eventualmente, se produzem, como sinônimo estratégico para a sobrevivência e para enfrentar condições de vulnerabilidade. Neste sentido, pode-se falar em uma “vulnerabilidade relacional”, como uma noção que permita, de maneira mais completa, ajudar na compreensão das características das redes sociais de indivíduos em situação de diversas carências sociais.

Referências

BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BILAC, Elisabete Doria. **Gênero, arranjos domésticos e (In)satisfação de necessidades básicas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. (Relatório de pesquisa).

BLOKLAND, Talja; SAVAGE, Mike. Social capital and networked urbanism. *In*: BLOKLAND, Talja; SAVAGE, Mike (eds.). **Networked urbanism**: social capital in the city. Burlington: Ashgate, 2008, p. 1-22.

CADONÁ, Marco André; TIRELLI, Cláudia; AREOSA, Silvia. Redes sociais e inserção da população pobre no mercado de trabalho: uma análise a partir de uma cidade média do Rio Grande do Sul. **COLÓQUIO** – Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, v. 18, n. 2, p. 210-228, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/48VzujU>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CASAS-CUESTA, Michel. El rol potencial del capital social en la adaptación al cambio climático a través de las soluciones basadas en la tierra. **Revista CIREC**, Colômbia, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4oYOCDD>. Acesso em: 25 mar. 2025

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURSTON, John. **Qué es el capital social comunitário?** Santiago de Chile: Cepal, 1997. (Série Políticas Sociales, 38).

DURSTON, John. **Qué es el capital social comunitário?** Santiago de Chile: Cepal, 2000. (Série Políticas Sociales, 38).

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EUZÉBIOS FILHO, Antônio; GUZZO, Raquel Souza Lobol. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. **Revista Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 35-44, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/48PRKuP>. Acesso em: 2 set. 2022.

FILGUEIRA, Carlos; PERI, Andrés. **América Latina:** los rostos de la pobreza y sus causas determinantes. Santiago de Chile: Fondo de Población de las Naciones Unidas. Proyecto Regional de Población Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE), 2004.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, New York, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HOGAN, Daniel J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2006.

HOGAN, Daniel J.; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Toward an interdisciplinary conceptualization of vulnerability. **Population, Space and Place**, Inglaterra, n. 11, p. 455-471, out. 2005.

HÜNING, Simone Maria. **Ordinário Marche!** A constituição e o governo de crianças/adolescentes pelo risco-diferença. 2003. 119f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

KAZTMAN, Ruben. **Activos y estructuras de oportunidades:** estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina, 1999.

LOIOLA, Elisabeth; MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISHER, Tania (org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 53-68.

MARQUES, Eduardo (org.). **Redes sociais no Brasil:** sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. Belo Horizonte: Fino Trato, 2012.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, jun. 2012.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul./dez. 2011. Disponível em <https://bit.ly/4dSbdPG>. Acesso em: 2 set. 2017.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 33, p. 133-158, set. 2000.

PORTUGAL, Sílvia. Quanto vale o capital social? O papel das redes informais na provisão de recursos. *In*: FONTES, Breno; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). **Redes práticas associativas e gestão pública**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006, p. 51-74.

RIBEIRO, Lilian Lopes; ARAUJO, Jair. **Capital social e pobreza no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2018.

SILVA, Sandra Sofia de Brito da. **Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios**. 2008. 254f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <https://bit.ly/413qx4A>. Acesso em: 20 ago. 2023.

WELLMAN, Barry; BERKOWITZ, Stephen D. Network analysis: from method and metaphor to theory and substance. *In*: WELLMAN, Barry; BERKOWITZ, Stephen D. (eds.). **Social structures: a network approach**. New York: Cambridge University Press, 1991.

OS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO DOS *WEBSITES* DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS E OS CONTROLES DEMOCRÁTICOS NÃO ELEITORAIS: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?¹

Licemar Vieira Melo

Introdução

As pesquisas acadêmicas no campo da Democracia Digital, que envolve a análise de iniciativas que utilizam mecanismos digitais nas práticas democráticas, são recentes no Brasil, têm menos de duas décadas², sendo que, a maioria dos estudos investiga iniciativas provenientes do Poder Executivo (Sampaio *et al.*, 2019; Mendonça, 2023), como, por exemplo, a análise de websites dos governos federal, estadual e de prefeituras, ou de ações como o Orçamento Participativo Digital. Já os estudos sobre o uso de mecanismos digitais no Poder Legislativo, em menor número, concentram-se, em um primeiro momento, no estudo dos websites da Câmara dos Deputados (portal e-Democracia) e do Senado Federal (portal e-Cidadania). Mais recentemente é que os pesquisadores brasileiros voltaram o olhar para os portais das assembleias legislativas.

Na busca por pesquisas acadêmicas sobre os websites legislativos estaduais nos portais de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando como expressões de busca “portais das assembleias legislativas” e “websites das assembleias legislativas”, foram encontrados pouco mais de meia dúzia de trabalhos, realizados a partir de 2019, a maioria deles se concentrou no estudo dos canais de acesso à informação e transparência pública, de um (ou alguns) portal(is) específico(s) de assembleia(s) legislativa(s).

1. Este capítulo apresenta uma síntese da tese “De panfletos eletrônicos a canais efetivos: uma análise dos dispositivos tecnológicos de participação nos websites das Assembleias Legislativas”, da autora, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) em 9 de agosto de 2023. A pesquisa contou com a orientação e coorientação, respectivamente, das professoras doutoras Monika Weronika Dowbor e Roberta Carnelos Resende. Disponível em: <https://bit.ly/4s2LpDS>.

2. A primeira discussão teórica encontrada, sobre o tema, é a de Wilson Gomes (2005), considerado a grande referência brasileira neste campo de estudos.

O estudo de Sérgio Medeiros (2023) investigou a gestão da informação legislativa e propôs o desenvolvimento de política de acesso aos projetos de lei da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN); Rodrigo Ferreira (2023) analisou o portal da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) na perspectiva da transparência pública e controle social; Taise Vasconcelos (2022) observou a controladoria e transparência pública da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece); Adriana da Cruz (2022) investigou a utilização da lei de acesso à informação no período de 2020 a 2022, nas assembleias legislativas dos estados da região Norte do Brasil; e Gabriela da Costa (2021) analisou o provimento de informações nas sessões de transparência e os dados abertos dos websites das assembleias legislativas, além dos portais do Senado Federal, Câmara dos Deputados e de cinco Câmaras Municipais – Curitiba/PR, Goiânia/GO, Manaus/AM, Salvador/BA e São Paulo/SP. A pesquisa de Giovani Ladinho Júnior (2019), todavia, foi uma exceção, pois observou o portal da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), buscando identificar a influência do cidadão na proposição de leis por intermédio do referido portal.

Além das pesquisas mencionadas acima, é preciso referenciar a publicação de Sérgio Braga, Isabele Mitozo e Julia Tadra (2016), que divulgou o resultado de um estudo que analisou os websites das 26 assembleias legislativas e da Câmara Distrital para verificar dados, nestes portais, sobre o cumprimento, no ambiente on-line, das funções do parlamento em termos de legislação, legitimação, representação, supervisão, educação e participação, referentes aos anos de 2014 e 2016. A referida publicação levou em consideração a influência de fatores socioeconômicos e políticos para o desempenho das funções dos parlamentos no ambiente on-line e aprofundou as análises, principalmente, nas funções educativas das casas legislativas.

O estudo aqui divulgado se diferencia de todas as abordagens referidas até o momento, pois investigou os canais de participação ofertados nos websites das 26 assembleias legislativas brasileiras, na perspectiva teórica dos Controles Democráticos não Eleitorais. Nesse sentido, houve dois mergulhos na empiria: o primeiro para identificar quais eram os canais de participação disponibilizados nos referidos portais legislativos e, o segundo, para verificar como eles funcionavam e o que permitiam ao cidadão.

Esta publicação contempla uma breve revisão de literatura sobre os conceitos de Controle Democrático não Eleitoral (CDNE) e participação ele-

trônica³. Na sequência são apresentados: os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, os principais resultados encontrados e um confronto entre os achados na empiria e a perspectiva teórica contemplada no estudo.

Os Controles Democráticos não Eleitorais (CDNE)

A perspectiva de analisar a participação pelo viés do controle social já foi contemplada por Gurza Lavalle⁴ e Isunza Vera (2013, p. 349), que defenderam ser possível

[...] pensá-la como um expediente de controle social, entendendo o controle social, de forma ampla, como a incidência de cidadãos e atores da sociedade civil sobre processos decisórios governamentais, seja por meio de fornecimento de informações, de estabelecimento de prioridades, de cogestão, ou mediante modalidades de avaliação, supervisão ou sanção.

Para estes autores a ideia de controle social remete a modalidades não eleitorais que conectam os cidadãos e atores da sociedade civil ao governo, sendo que aos primeiros “cabe informar, induzir, definir, supervisionar, sancionar ou se opor às ações do segundo” (Gurza Lavalle; Isunza Vera, 2013, p. 352).

O conceito de Controles Democráticos não Eleitorais (CDNE) foi apresentado, de forma ampla, por Ernesto Isunza Vera⁵ e Adrián Gurza Lavalle⁶ mais recentemente, no livro *Controles democráticos no electorales y regímenes de redición de cuentas en el sur global: México, Colombia, Brasil, China y Sudáfrica*⁷, lançado em 2018, especificamente no capítulo sob o título “De-

3. Além destes dois referenciais teóricos, a tese que originou este capítulo também contempla uma revisão de literatura sobre os temas Democracia Digital e Parlamento Eletrônico.

4. Este autor pontuou, recentemente, que a Constituição Federal de 1988 prevê a participação social, para além do processo eleitoral, pois através da previsão de implementação de mecanismos para a democratização do Estado – as instituições participativas (IPs) –, essa participação levaria a diferentes formas de controle social (Gurza Lavalle, 2023).

5. Professor pesquisador do Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social (Ciesas), da Cidade do México – México.

6. Professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), onde é coordenador do Núcleo de Pesquisa Democracia e Ação Coletiva (NDAC). Disponível em: <https://bit.ly/3Px659M>. Acesso em: 17 maio 2023.

7. Em tradução livre para a Língua Portuguesa: Controles democráticos não eleitorais e regime de prestação de contas no Sul Global: México, Colômbia, Brasil, China e África do Sul.

velando cauces recorrentes. Los controles democráticos no electorales como prácticas de resignificación en la construcción democrática”⁸.

Na referida publicação os autores definiram CDNE como um todo que envolve, parcialmente ou em sobreposição, aspectos relacionados ao fenômeno da participação, supervisão, cogestão, transparência e informação pública; e que as ferramentas analíticas existentes não dão conta de reconhecer e avaliar a riqueza destes fenômenos, como um todo. Para os autores os CDNE abrangem participação cidadã, *accountability* “de cunho social”, governo representativo e construção democrática. “Enfim, é uma forma de expressão da soberania popular [...] na chave polifônica de vigilância e desacordo” (Isunza Vera; Gurza Lavalle, 2018, p. 2, tradução nossa).

Como se percebe, os CDNE correspondem a um conceito abrangente que envolve vários fenômenos e práticas sociais, os quais, a partir de um protagonismo de ações cidadãs, e, portanto, da participação social, visam promover um controle sobre a atuação dos agentes públicos. Eles compreendem

[...] um universo de dispositivos onde a ação cidadã é articulada (participação individual ou coletiva, e ação mediada por organizações civis) visando ao controle (incidência sobre o curso de ação) dos representantes e autoridades públicos e, no final, dos assuntos públicos, seja por mobilização e reclamação (responsabilidade social), ativação de dispositivos de controle Estado (responsabilidade horizontal) ou exercendo diretamente a soberania popular individualmente, coletivamente ou por meio de organizações (cogestão, instituições informais de prestação de contas) (Isunza Vera; Gurza Lavalle, 2018, p. 2-3, tradução nossa).

Isunza Vera e Gurza Lavalle explicam que os CDNE são controles pois

[...] remetem à possibilidade de influenciar e, por vezes, alterar a linha de ação de uma autoridade pública em qualquer instância dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). São democráticos em virtude do fato de que o agente de controle é o *demos*, seja individual, coletiva e informalmente, seja por meio de organizações civis. Assim, são controles democráticos [...] não por alusão ao voto, ao governo representativo ou ao regime democrático, mas por referência ao agente ou atores que são seus protagonistas (Isunza Vera; Gurza Lavalle, 2018, p. 2, tradução nossa).

8. Em tradução livre para a Língua Portuguesa: Desvendando canais recorrentes: controles democráticos não eleitorais como práticas de resignificação na construção democrática.

Ou seja, são controles exercidos pelos cidadãos (protagonismo cidadão), de forma individual ou coletiva, fora de contextos eleitorais, que podem incidir sobre as ações dos agentes estatais.

Depois de considerarem que, apesar de se manterem em diferentes escalas, a representação por autorização já não é suficiente para legitimar o exercício do poder político (pelos representantes eleitos), servindo, neste caso, o CDNE para reconectar o canal entre representantes e representados, Isunza Vera e Gurza Lavalle (2018) defendem que os CDNE denotam uma reconfiguração das próprias relações entre a sociedade civil e o Estado, além de corresponderem a um campo de experimentação social, inovação democrática e redesenho institucional.

E-participação

O incentivo à participação eletrônica ou *e-participação* (o “e” origina-se da expressão *eletronic*, em inglês) é evidenciado, por vários autores, como uma das contribuições da implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em práticas democráticas⁹. A partir disso, surgem os questionamentos: no contexto das práticas democráticas contemporâneas, que tipo de participação as TICs podem proporcionar? Essa participação por meios eletrônicos (ou digitais) tem poder de incidir sobre as decisões políticas, ou seja, influenciar a atuação dos representantes políticos, possibilitando que os cidadãos exerçam os CDNE?

Para tentar responder a essas questões, foi tomado, como ponto de partida, a apresentação e análise das categorias de participação eletrônica, encontrada na literatura internacional e brasileira, a partir de três publicações: (a) o artigo “Characterizing E-Participation in Policy-Making”, de Ann Macintosh (2004); (b) o artigo “A Framework for Assessing eParticipation Projects and Tools”, de Efthimios Tambouris, Naoum Liotas e Konstantinos Tarabanis (2007); e (c) o artigo “A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política”, de Wilson Gomes (2005), que insere essa discussão no debate brasileiro.

No artigo de Macintosh (2004) são apresentados três níveis de *e-participação* que são organizados do menor ao maior grau de incidência na decisão política – habilitação eletrônica (*e-enabling*), engajamento eletrônico (*e-enganging*) e empoderamento eletrônico (*e-empowering*) –, baseados em

9. No debate internacional Pierre Lévy (1999); Kenneth L. Hacker e Jan van Dijk (2000), Antônio Pérez Luño (2014) e Joan Subirats (2016); e no debate brasileiro Wilson Gomes (2005, 2011, 2016, 2018); Sivaldo Silva, Rachel Bragatto e Rafael Sampaio (2016), Ana Cláudia Farranha (2016) e Rafael Sampaio *et al.* (2019).

um estudo para a Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) do qual a autora participou, em 2001. O nível de habilitação eletrônica está relacionado ao acesso à informação; o de engajamento eletrônico se refere à consulta à opinião pública pelo Estado, a partir de pautas predeterminadas por ele; e o empoderamento eletrônico, relaciona-se à participação ativa dos cidadãos como produtores da política, portanto, com poder de influência na formulação de políticas e na decisão política.

No artigo de Gomes (2005) há uma categorização em cinco níveis, que o autor denominou de graus de democracia digital. Do 1º ao 5º grau, foram descritas as possibilidades de participação via TICs. De modo sucinto, apoiado no autor, os graus de democracia digital (DD) se referem: 1º grau de DD - oferta de serviços públicos on-line, para aumentar a eficiência da gestão; 2º grau de DD - esfera política aberta para a consulta à opinião pública; 3º grau de DD - prestação de informação e de contas (transparência pública); 4º grau de DD - deliberação on-line (o Estado está mais aberto à participação social e o público pode intervir deliberativamente na produção da decisão política); e 5º grau de DD - implantação de modelos de democracia direta, extinção da esfera política profissional, decisão política do público.

A publicação de Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007) traz informações baseadas no desenvolvimento de uma estrutura para avaliar projetos e ferramentas de e-participação, pelo grupo de pesquisadores gregos, em uma iniciativa financiada pela Comissão Europeia, que aplicou a estrutura proposta em 19 projetos de e-democracia no continente europeu. Na publicação, os pesquisadores reconhecem os três níveis de e-participação constantes no relatório da OECD – e divulgado por Macintosh (2004) – e acrescentam outros dois níveis de e-participação na categorização que propõem. Para Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007), a e-participação se apresenta em cinco níveis: informe eletrônico (*e-inform*), consulta eletrônica (*e-consult*), envolvimento eletrônico (*e-involve*), colaboração eletrônica (*e-collaborate*) e empoderamento eletrônico (*e-empowered*).

O nível informe eletrônico se refere ao acesso à informação; o consulta eletrônica é um nível para feedback do público ao Estado; o envolvimento eletrônico compreende o trabalho on-line com o público ao longo de um processo para garantir que as preocupações do público sejam compreendidas e levadas em consideração; o nível colaboração eletrônica envolve uma parceria do governo com os cidadãos em todo o processo de produção política; e o empoderamento eletrônico compreende a participação eletrônica de processos na qual a decisão final está nas mãos do público.

Com esta literatura, percebeu-se ser possível agrupar as categorias descritas sob diferentes nomenclaturas, pelos autores consultados, a partir do

que elas abrangiam, ou possibilitavam, em termos de participação eletrônica. No Quadro 1, a seguir, é apresentada, com base nas discussões das três publicações consultadas – Macintosh (2004), Gomes (2005) e Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007) –, uma categorização de e-participação que, considerando a abrangência, indica quatro níveis distintos os quais optamos por organizá-los numa ordem que, entende-se, contempla categorias que vão do menor para o maior nível de incidência no processo de decisão política.

ABRANGÊNCIA	EQUIVALÊNCIA NA LITERATURA
Acesso à Informação dos cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> • Macintosh (2004): habilitação eletrônica (<i>e-enabling</i>) • Gomes (2005): 3º grau de democracia digital • Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007): informe eletrônico (<i>e-inform</i>)
Consulta aos cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> • Macintosh (2004): engajamento eletrônico (<i>e-enganging</i>) • Gomes (2005): 2º grau de democracia digital • Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007): consulta eletrônica (<i>e-consult</i>)
Colaboração dos cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> • Gomes (2005): 4º grau de democracia digital • Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007): colaboração eletrônica (<i>e-collaborate</i>)
Poder de decisão política dos cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> • Macintosh (2004): empoderamento eletrônico (<i>e-empowering</i>) • Gomes (2005): 5º grau de democracia digital • Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007): empoderamento eletrônico (<i>e-empowered</i>)

Quadro 1. Abrangência e equivalência das categorias de e-participação na literatura

Fonte: Elaborado pela autora.

Os quatro níveis distintos de participação política cidadã encontrados, na literatura consultada, e expressos no Quadro 1, envolvem: o **acesso à informação** (o Estado disponibiliza as informações ao cidadão), a **consulta** (o Estado, a partir das suas demandas, consulta a opinião pública), a **colaboração** (dos cidadãos com o Estado, num trabalho de deliberação conjunta) e o **poder de decisão política** (do cidadão). Duas categorias, uma delas apresentada em Gomes (2005) e outra em Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007), todavia, não foram contempladas no referido quadro, por considerar-se, respectivamente, que não promove a e-participação e outra por ser um aspecto implícito, e, portanto, já contemplado, em outras categorias.

Na abordagem de Gomes (2005), verificou-se que o 1º grau de democracia digital – relacionado ao acesso dos cidadãos aos serviços públicos on-line, abrangendo as iniciativas que buscam a eficiência da gestão e a diminuição de custos da Administração Pública a partir da substituição da burocracia estatal pelo que o autor denominou de “burocracia digital” (p. 219) – analisa o uso de ferramentas digitais pelo viés da gestão pública e não da participação eletrônica. E na publicação dos autores gregos, considerou-se que a categoria de envolvimento eletrônico, que abrange “o trabalho *online* com o público ao longo de um processo para garantir que as preocupações do público sejam compreendidas e levadas em consideração” (Tambouris; Liotas; Tarabanis, 2007, p. 7, tradução nossa), está implícita em outras categorias analíticas de e-participação como, por exemplo, as que abrangem a consulta aos cidadãos, que permite que o Estado acesse a opinião pública, e a colaboração dos cidadãos, que implicam na discussão e deliberação conjunta do Estado com a cidadania, requer um envolvimento eletrônico.

A análise das categorizações da e-participação encontradas na literatura consultada permitiu, além de estabelecer uma equivalência entre as categorias analíticas, como mostrado no Quadro 1, constatar um ponto em comum entre as três publicações consultadas: a apresentação das categorias de e-participação de forma hierarquizada, em nível crescente, supostamente a partir daqueles em que a participação social não tem poder de incidência na decisão política até aqueles em que essa participação efetivamente pode influenciar ou significar o poder de decisão política dos cidadãos, de forma individual ou coletiva¹⁰. Isso permite fazer uma associação no sentido de perceber que, de formas diferentes, os quatro níveis de e-participação destacados no referido quadro, possibilitam o exercício de Controles Democráticos não Eleitorais por parte da cidadania.

Procedimentos metodológicos

Como o objetivo geral da investigação aqui divulgada era identificar se os canais de participação ofertados nos websites das assembleias legislativas permitiam aos cidadãos o exercício de Controles Democráticos não Eleitorais (CDNE), utilizamos o método quali-quantitativo. A perspectiva quantitativa possibilitou que identificássemos, numa primeira imersão

10. A hierarquização da participação política não é um recurso novo, já que, originalmente, foi utilizada por Sherry R. Arnstein (1969), que apresentou oito degraus da escala de participação cidadã, com base em uma investigação sobre ações ou programas de governo, nos Estados Unidos.

na empiria, a partir da utilização da netnografia como técnica de coleta de dados, quais eram os canais divulgados como ofertados nos referidos websites legislativos, fizéssemos análise de conteúdo e os categorizássemos a partir de categorias analíticas de e-participação existentes na literatura, que identificamos, anteriormente, no Quadro 1 – acesso à informação, consulta, colaboração e processo de decisão política – bem como quais apareciam com mais frequência. A perspectiva qualitativa se refere ao estudo exploratório, no qual a investigadora assumiu um papel de “cidadã/pesquisadora” e acessou/testou os canais identificados na primeira coleta de dados, buscando perceber como eles funcionavam e o que permitiam, efetivamente, ao cidadão. Foram realizadas, portanto, duas coletas de dados, entre agosto de 2021 e março de 2023, a partir do acesso aos websites das 26 assembleias legislativas, no Brasil (coleta de dados em fonte terciária).

Na primeira coleta de dados, por meio da qual foram identificados oito canais de participação ofertados nos websites legislativos analisados – Solicitação de Informações, Deputados, Comissões, Propostas Legislativas, Audiências Públicas, Consultas Públicas, Ouvidoria e Envio de Sugestão Legislativa –, percebeu-se que nem todos estes dispositivos tecnológicos de participação encontrados conseguiam ser associados às categorias analíticas de participação eletrônica já existentes na literatura. Este foi o caso dos canais Ouvidoria e Envio de Sugestão Legislativa; já que aos canais de Solicitação de Informações, Deputados, Comissões e Propostas Legislativas, associamos a categoria de **acesso à informação**; de Audiências Públicas e Consultas Públicas associamos a categoria de **consulta**; não encontramos canais de colaboração e nem de decisão política.

A partir dessa constatação, optou-se por propor dois novos níveis de e-participação – **Manifestações diversas da cidadania** e **Propositivo** – que associadas às outras quatro, já existentes na literatura, e expressas no Quadro 1, formam uma nova categorização de participação eletrônica. Também se optou por renomear as categorias já existentes, baseado num panorama que foi denominado, no estudo em questão, de “democracia representativa vista debaixo”, considerando as categorias diante do que elas representavam para o cidadão.

Nesse sentido, as categorias analíticas utilizadas na pesquisa, corresponderam às categorias de e-participação que, então, passaram a contar com seis níveis, quatro já existentes na literatura e dois que foram sugeridos pela pesquisadora. A apresentação dos níveis também seguiu a diretriz de hierarquização, de forma crescente, a partir daqueles que foram entendidos como de menor incidência, até os de maior incidência na decisão política.

NÍVEIS DE E-PARTICIPAÇÃO	REFERÊNCIA NA LITERATURA	AUTORES	ABRANGÊNCIA	EXEMPOS DE CANAIS QUE PODEM SER ASSOCIADOS
1. Informativo	Sim	Macintosh (2004); Gomes (2005); Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007)	Acesso à informação	Serviço de informação ao cidadão, Deputados, Comissões e Propostas Legislativas
2. Manifestações diversas da cidadania	Não	Proposta de nova categoria de Melo (2023)	Cidadãos, a partir de pautas próprias, manifestam-se perante o Estado	Ouvidoria
3. Feedback ao Estado	Sim	Macintosh (2004); Gomes (2005); Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007)	Consulta à opinião pública	Audiências Públicas e Consultas públicas
4. Colaborativo	Sim	Gomes (2005); Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007)	Atuação conjunta, deliberativa, entre o Estado e os cidadãos	Fóruns on-line, Reuniões interativas deliberativas
5. Propositivo	Não	Proposta de nova categoria de Melo (2023)	Cidadãos enviam sugestões legislativas	Envio de sugestão legislativa
6. Decisório	Sim	Macintosh (2004); Gomes (2005); Tambouris, Liotas e Tarabanis (2007)	Poder de decisão política dos cidadãos	Plebiscitos on-line

Quadro 2. Categorias de e-participação utilizadas na pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 2 foi demonstrado que ao lado de quatro níveis (categorias) de e-participação já existentes na literatura, os quais na investigação aqui divulgada foram denominados, pela pesquisadora, de Informativo, Feedback ao Estado, Consultivo e Decisório, foram acrescentados os níveis de **Manifestações diversas da cidadania** e o **Propositivo**; aquele envolve as diversas possibilidades de manifestações que o cidadão tem, a partir do canal Ouvidoria, direcionadas ao Estado, no caso da pesquisa, aos legislativos estaduais, e este para receber, especificamente, sugestões legislativas dos cidadãos.

A disposição hierárquica das categorias analíticas de e-participação utilizadas na pesquisa, que surgem como uma nova proposta de categorização da participação eletrônica, divulgada no Quadro 2, é justificada da seguinte forma:

- a) o informativo tem o menor poder de incidência, pois corresponde apenas ao acesso à informação pública, por parte do cidadão;
- b) o nível manifestações diversas da cidadania, que abrange iniciativas dos cidadãos, por demandas próprias, de se manifestarem, perante o Estado (no caso deste capítulo, perante o Poder Legislativo, nas Unidades da Federação), como o envio de críticas, denúncias, reclamações, tem mais possibilidade de influência do cidadão, do que o informativo;
- c) o consultivo pode influenciar mais do que o informativo e o de manifestações diversas da cidadania, por se referir a uma iniciativa que parte do Estado em direção à cidadania (o Estado submete alguma questão para ter acesso à opinião pública);
- d) o propositivo tem maior poder de influência do que os três anteriores, pois se refere ao envio de sugestões legislativas dos cidadãos, abrangendo a atividade principal do Poder Legislativo que é o de propor e aprovar novas legislações no âmbito de sua abrangência;
- e) o colaborativo pode influenciar mais do que os quatro anteriores, pois coteja uma interação socioestatal que inclui o processo de deliberação conjunta;
- f) o decisório tem maior poder de influência do que os cinco anteriores, pois nele é a cidadania a responsável pelo processo de tomada de decisão.

O tratamento dos dados da pesquisa foi analítico, descritivo e interpretativo.

Principais resultados

Ao acessar os websites legislativos, na primeira coleta de dados, foram encontrados oito diferentes canais de participação: Audiências Públicas, Co-

missões, Consultas Públicas, Deputados, Envio de Sugestão Legislativa, Ouvidoria, Propostas Legislativas e Serviço de Informação ao Cidadão.

A segunda coleta de dados possibilitou verificar os canais que efetivamente funcionavam e identificar o que eles permitiam ao cidadão. Foram encontrados, entre os 26 websites legislativos analisados, um total de **107 canais de participação**, destes:

- a) 74 canais eram **informativos** (70% do total): 13 Solicitações de Informação, 22 Deputados, 15 Comissões e 24 ao canal Propostas Legislativas;
- b) 8 eram de **feedback ao Estado** (7% do total): três de Audiências Públicas e cinco de Consultas Públicas;
- c) 22 canais de **manifestações diversas da cidadania** (20%): canal Ouvidoria;
- d) 3 canais **propositivos** (3% do total): Envio de Sugestão Legislativa;
- e) nenhum canal **colaborativo**;
- f) nenhum canal **decisório**.

Estes achados demonstram que a maioria dos canais de participação ofertados nos websites das assembleias legislativas pertence ao primeiro nível de participação eletrônica, que é o Informativo. Este nível tem baixo poder de influência na decisão política. Na sequência vieram os canais de Manifestações diversas da cidadania, o segundo nível de e-participação, depois os de Feedback ao Estado, o terceiro nível de e-participação e, por fim, os Propositivos, correspondentes ao quinto nível de participação eletrônica. Não foram encontrados canais que possibilitassem a participação eletrônica dos níveis 4 e 6, Colaborativo e Decisório, respectivamente.

A média geral de canais de participação ofertados por website de assembleia legislativa ficou em 4,1 (resultante da divisão de 107 canais pelo número de 26 portais legislativos), sendo que diferenças regionais foram evidenciadas nos resultados, pois as médias de canais ofertados, por website, eram maiores nos portais das assembleias legislativas dos estados das regiões Sudeste (média de 6 canais) e Sul (média de 5 canais) do Brasil do que nos das regiões Norte (média 3 canais), Nordeste e Centro-Oeste (ambas com média de 4 canais).

Os websites com maiores ofertas de canais de participação eram os das Assembleias Legislativas dos estados de Minas Gerais (ALMG) e de São Paulo (Alesp), com 7 canais; e dos estados do Paraná (Alep) e de Pernambuco (Alepe), com 6 canais. Já os portais legislativos que menos ofertavam canais de parti-

cipação, eram os das Assembleias Legislativas dos estados do Rio Grande do Norte (ALRN), com 1 canal; da Bahia (Alba) e do Amapá (Alap) com 2 canais.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa divulgada permitem concluir que, dos oito canais encontrados nos websites, quatro permitiriam aos cidadãos exercerem CDNE sobre o parlamento (parlamentares, comissões e, em decorrência, ao próprio processo legislativo): Solicitação de Informações, Deputados, Comissões e Propostas Legislativas – todos associados ao nível de e-participação informativo. Avaliamos que o exercício dos CDNE, a partir dos dispositivos informativos, se dá pelo fato de que, ao garantirem o acesso à informação, eles permitem ao cidadão a supervisão e fiscalização da atuação dos representantes políticos nos parlamentos estaduais. Além disso, o que também contribui para considerarmos os canais informativos como promotores de CDNE, é o fato de que há uma institucionalização do acesso à informação, a partir da Lei Federal 12.527/2011 que determina a obrigatoriedade dos órgãos dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – de disponibilizarem, aos cidadãos, o acesso às informações públicas.

Apesar de considerar que através dos canais informativos, o cidadão consegue supervisionar e fiscalizar, a atuação dos representantes políticos nas assembleias legislativas, o que é importante, e, por este motivo, não podem ser desconsiderados, também avaliamos que estes dispositivos possibilitam um “controle social fraco”, perante os agentes públicos no parlamento, utilizando uma expressão de Gurza Lavalle e Isunza Vera (2013) para designar controles sociais desarticulados de mecanismos de responsabilização e sanção. Nesse sentido, corroboramos o pensamento desses autores, ao resgatar que, nas categorias analíticas utilizadas, nesta investigação, para a análise de dados, os canais informativos foram considerados de nível 1, ou seja, com menor possibilidade de incidência sobre o processo decisório.

Quanto aos dispositivos de Feedback ao Estado (Audiência Pública e Consulta Pública) e Propositivo (Envio de Sugestão Legislativa), o estudo aqui divulgado não deu conta de perceber se a participação cidadã, por meio dos dispositivos referidos, influenciava, de alguma forma, a atuação dos parlamentares no processo legislativo.

Sobre o canal que permite Manifestações diversas da cidadania, relativo ao canal Ouvidoria, que possibilita ao cidadão o envio de críticas, sugestões, reclamações, denúncias etc., entre outras manifestações, para o parlamento, não o consideramos como um CDNE, pois, no Poder Legis-

lativo, ele ainda não foi institucionalizado e esta pesquisa não possibilitou avaliar o efetivo poder de influência dessas manifestações sobre a atuação dos representantes políticos nos parlamentos estaduais.

Depois dessas considerações, a resposta ao questionamento: “Os canais de participação dos websites das assembleias legislativas e os controles democráticos não eleitorais: uma relação possível?”, é sim! Embora haja muito o que se avançar para que essa participação se configure em CDNE fortes, capazes de incidir efetivamente na decisão política.

Esta investigação deixa, também, como contribuição, a sugestão de uma nova categorização para análise de iniciativas de participação eletrônica, promovidas pelo Estado, independente do poder – no caso da pesquisa aqui divulgada foi utilizada para análise de iniciativa do Poder Legislativo em nível estadual –, que incluem duas novas categorias analíticas que se somam a outras quatro já existentes na literatura.

Referências

ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Planning Association**, v. 35, n. 4, p. 216-224, jul. 1969.

BRAGA, Sérgio Soares; MITOZO, Isabele Batista; TADRA, Julia. As funções educativas dos e-parlamentos: uma análise longitudinal do caso brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 162, p. 1192-1215, 2016.

BRASIL. **Lei Federal 12.527/2011**. Lei de acesso à informação. Disponível em: <https://bit.ly/4dw0b1W>. Acesso: 20 jan. 2026.

COSTA, Gabriela da. **Transparência e Dados Abertos no Ecossistema Legislativo Brasileiro**: Do desempenho dos Legislativos às apropriações pelos Infomediários. 2021. 161f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CRUZ, Adriana M. S. da. **Assembleias Legislativas do Norte**: um estudo sobre a utilização da lei de acesso à informação nos anos de 2020 a 2022. 2022. 125f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista.

FARRANHA, Ana Cláudia. Mecanismos para a construção da transparência: uma breve análise entre o caminho da democracia representativa e a democracia digital. *In*: PINHO, José Antonio Gomes de. **Artefatos digitais para a mobilização da sociedade civil**: perspectivas para avanço da democracia. Salvador: EDUFBA, 2016.

FERREIRA, Rodrigo G. **Transparência pública e controle social**: uma análise do portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). 2023. 106f. Dis-

sertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo: Unisinos, v. 2, n. 3, p. 214-222, set./dez. 2005.

GOMES, Wilson. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. *In*: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-45.

GOMES, Wilson. 20 anos de política: Estado e democracia digitais. *In*: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016, p. 39-77.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital: história, problemas e temas**. Organizado por Sergio Amadeu da Silveira. São Paulo: Edições Sesc, 2018. (Coleção Democracia Digital).

GURZA LAVALLE, Adrián. O controle social e a participação no Brasil. **Accountability Research Center**, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4bGVNfR>. Acesso em: 19 out. 2023.

GURZA LAVALLE, Adrián; ISUNZA VERA, Ernesto. Participação e Controle Social. *In*: IVO, Anete B. L. (coord.). **Dicionário temático. Desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013, p. 349-357.

HACKER, Kenneth L.; DIJK, Jan van. What is Digital Democracy? *In*: HACKER, Kenneth L.; DIJK, Jan van (eds.). **Digital democracy, issues of theory and practice**. London: SAGE Publications, 2000, p. 1-9.

ISUNZA VERA, Ernesto; GURZA LAVALLE, Adrián. Develando cauces recurrentes. Los controles democráticos no electorales como prácticas de resignificación en la construcción democrática. *In*: ISUNZA VERA, Ernesto; GURZA LAVALLE, Adrián. **Controles democráticos no electorales y regímenes de redición de cuentas en el sur global: México, Colombia, Brasil, China y Surdáfrica**. Oxford: Peter Lang Ltda, International Academic Publishers – United Kingdom, 2018, p. 1-44.

LADINHO JÚNIOR, Giovani da S. **Participação cidadã e Poder Legislativo estadual: estudo da influência do cidadão na proposição de leis por intermédio do portal da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. 2019. 148f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1999.

MACINTOSH, Ann. Characterizing E-Participation in Policy-Making. **Proceedings of the 37th Hawaii International Conference on System Sciences**, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/4m8MfxO>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MEDEIROS, Sérgio A. J. de. **Gestão da informação legislativa**: proposta de desenvolvimento de política de acesso aos projetos de lei da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. 2023. 115f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MELO, Licemar Vieira. **De panfletos eletrônicos a canais efetivos**: uma análise dos dispositivos tecnológicos de participação nos websites das Assembleias Legislativas. 2023. 459f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

MENDONÇA, Ricardo F. Uma agenda de reflexões sobre parlamento e democracia digital. In: BERNARDES, Cristiane B. *et al.* **Parlamento Digital**: conceitos e práticas. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2023.

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. Teledemocracia, cibercidadania y derechos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 8-46, jul./dez. 2014.

SAMPAIO, Rafael Cardoso *et al.* Estado da arte da democracia digital no Brasil: oferta e sobrevivência das iniciativas (1999-2016). **Revista do Serviço Público**, v. 70, p. 693-734, 2019.

SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

SUBIRATS, Joan. *¿Podemos seguir haciendo lo que hacíamos?* Elementos de debate sobre democracia y Administración Pública para la nueva época. In: SCHNEIDER, Cecilia (org.). **Democracia digital**: câmbios em la gestion, el gobierno y la politica en América Latina y España. Avellaneda: Undav Ediciones, 2016, p. 50-81.

TAMBOURIS, Efhitimios; LIOTAS, Naoum; TARABANIS, Konstantinos. A Framework for Assessing eParticipation Projects and Tools. **Proceedings of the 40th Hawaii International Conference on System Sciences**, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/4m2UyuP>. Acesso em: 21 set. 2021.

VASCONCELOS, Taise de A. **Controladoria e transparência pública**: o caso da Assembleia Legislativa do Ceará. 2022. 108f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

A BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO E O ESPORTE UNIVERSITÁRIO

Erasmu Braz dos Santos

Introdução

Segundo preceitos constitucionais, o esporte é um direito de todos (Brasil, 1988). Ele é dividido em manifestações e níveis, conforme a Lei n. 9.615/1998 (Brasil, 1998) e a Lei Geral do Esporte (Brasil, 2023a). Então, é dever do Estado fomentar o esporte para os cidadãos. Logo, em uma instituição pública, a universidade como um ator estatal pode contribuir para oportunizar o acesso ao esporte, em conformidade com os ditames da constituição cidadã.

A universidade, do ponto de vista do neoinstitucionalismo histórico (North, 1990; Hall; Taylor, 2003) pode ser considerada como uma instituição formal e, como tal, ela importa em se tratando de políticas públicas. Ela é dotada de uma gama de aspectos que a qualificam, como as autonomias administrativa, financeira e de cátedra (Brasil, 1988, 1996). Desta forma, esta instituição e seus atores podem e devem conformar conteúdo de política pública.

Comumente se pensa que, em se tratando de políticas públicas, a primícia do prescritivo normativo é um aspecto cabal; afinal, a formulação de uma política pública, em tese, visa solucionar um problema para a sociedade. De fato, é difícil manter um conteúdo de política pública em pé quando lhe falta o básico. Mas, como preconizaram Pressman e Wildavsky (1984) num estudo clássico sobre políticas públicas, o que se formula no alto escalão (tomadores de decisões) nem sempre faz efeito no âmbito da implementação. Daí acreditar-se que, de alguma forma, os atores envolvidos no nível horizontal podem fazer alguma diferença, como alterar o conteúdo de política pública, dando *feedback* para sua reformulação.

O processo de produção de políticas públicas tem se tornado cada vez mais complexo, com o adensamento da interação entre atores diversificados, financiamentos variados e construção multinível (Pires, 2018; Marques, 2018; Bichir, 2018) dando relevância a instâncias como a implementação, antes pouco valorizada (Lotta, 2019) e sendo uma alternativa analítica às estruturas que valorizam burocracias verticalizadas (Pires, 2018). Neste cenário, novos moldes configurativos organizacionais têm emergido e alguns atores, como por exemplo a BME, têm ganhado novo *status*.

Até então tida como um não problema em políticas públicas (Pires, 2018), a BME passou a ganhar relevância na implementação. Essa burocracia é definida como intermediária, agindo no meio do Estado e realizando interações com burocracias do alto escalão (tomadores de decisões) e a da ponta, do nível de rua (contato direto com os beneficiários da política). Possui características técnico-políticas e técnico-gerenciais. Na técnico-política, envolve relações que a BME constrói com o alto escalão visando a produção de relações com vistas a atender às demandas da implementação e desta forma, abrange poder de barganha. Já na técnica-gerencial, a BME busca colocar em prática as ações estabelecidas via estratégias num extrato superior, demandando os desafios de construir padrões dentro das instituições, gerindo os serviços e levando sempre em consideração as relações cotidianas com os outros atores da implementação (Lotta; Pires; Oliveira, 2015).

É desejável também que esse burocrata possua autonomia, que seria um certo grau de liberdade de ação, com fins de criar ou melhorar regras e normas (Lotta; Cavalcante, 2015) para tomada de decisões. Como também discricionariedade, traduzida como agir e dar respostas mediante situações não previstas (Cavalcante; Camões; Knop, 2015). São alguns exemplos de BME, tanto na esfera estatal como não estatal: diretores, coordenadores, supervisores (Lotta; Pires; Oliveira, 2015). Lopez e Praça (2018) os identificam no âmbito estatal como aqueles atores que ocupam cargos de confiança.

Esse panorama sobre a BME o torna importante como ator da implementação, podendo ser pensado como objeto analítico como numa perspectiva relacional (Kuratko *et al.*, 2005) tendo como base interações num âmbito *bottom-up* – portanto mais horizontalizada –, em detrimento de estruturas calcadas na verticalização, como no caso estrutural *top-down* (Wise, 2004). Ademais, uma pergunta contemporânea que os estudos têm buscado responder é como a BME busca influenciar e regular as relações na implementação de políticas? (Lotta; Pires; Oliveira, 2015).

Mediante essas premissas, acredita-se que a atuação da BME ganhe ainda mais importância em determinados conteúdos de políticas públicas que recebem pouca atenção do Estado, como é o caso do esporte universitário, pouco regulado e com precariedades no nível local. Tendo inclusive entendimento dúbio de como ele se configura no âmbito da universidade, muito confundido como assistência estudantil e até mesmo extensionista (Barbosa, 2017). Dentro deste âmbito também pouco se preocupam com a atuação da BME (Vieira; Athayde, 2023; Castilho, 2020; Belato, 2018; Pereira; Silva, 2019; Ribeiro; Marin, 2012; Starepravo *et al.*, 2010; Azevedo, 2008).

Diante dessa lacuna, a questão que norteou esse estudo foi com a BME atuou na implementação do esporte universitário mediante marco regu-

latório antigo e com pouca assistência do Estado. Desta forma, buscando entender como ela agiu e conseguiu promover ações que pudessem mitigar as precariedades da implementação.

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi investigar como atuou na implementação do esporte universitário a BME de uma universidade pública federal num contexto de marco regulatório frouxo no período de 2003 a 2022.

Metodologia

Este estudo se caracterizou como descritivo e qualitativo (Bauer; Gaskell, 2015). Foram utilizadas, na coleta de dados, pesquisa documental e entrevista semiestruturada. Sendo na pesquisa documental analisada a legislação do esporte universitário e do seu regramento no nível local. Estes foram nomeados de Tutorial Padrão do Esporte (UFMT, 2017b), Plano de Desenvolvimento Institucional (UFMT, 2019), Estatuto da Universidade (Brasil, 2008), Regimento da Faculdade de Educação Física (UFMT, 2017) e Estatuto e Regulamento da Federação Matogrossense do Esporte Universitário (FMEU, 2009, 2020). Os documentos foram cedidos ou acessados conforme a lei de acesso à informação (Brasil, 2011). Neles, observou-se o estudo do contexto, da autoria, da autenticidade e da confiabilidade do material, da sua natureza, dos conceitos-chave e da lógica interna do texto (Cellard, 2012).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com questões que remeteram aos aspectos teórico-analíticos da BME e da estrutura da sua implementação. Além da BME, foram entrevistados também os atores não estatais da Atlética Universitária, Atléticas Acadêmicas e uma entidade subnacional, a Federação Estadual do Esporte Universitário. Chegamos a esses atores por meio da técnica bola de neve, em que um vai indicando o próximo, mais significativo de ser entrevistado (Sampaio; Lycarião, 2021). Por fim, foram entrevistados quatro BMEs, 10 representantes das Atléticas Acadêmicas (AA) e Universitária (AU) e dois atores da entidade subnacional. Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, obtendo o Parecer consubstanciado n. 6.427.291.

Entender a realidade contemporânea do conteúdo da política pública remete também ao seu contexto histórico. E o neoinstitucionalismo histórico nos oferece ferramentas para ajudar a entender melhor esse fenômeno (Hall; Taylor, 2003). Sendo assim, a trajetória histórica foi a ferramenta utilizada para revelar o esporte no âmbito da universidade, que foi realizado pelos atores que incidiram diretamente no conteúdo de política pública.

O período do estudo abrangeu de 2003 a 2022. Neste período, esteve em vigor a Lei n. 9.615/1998, e ademais a atual lei, que sofreu algumas sanções (Brasil, 2023b), não substituiu totalmente a anterior. Demandará ainda algum tempo para ser efetivamente implantada e seus efeitos serão melhor analisados *a posteriori*, já que um conteúdo de política pública, para ser analisado com mais consistência, necessita de um certo tempo de maturação (Sabatier, 1991).

O caso do estudo foi a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá, uma universidade pública federal (UFMT, 2024). Ela foi escolhida como caso do estudo, principalmente pelo fato de ser o mais avançado e antigo em termos de estrutura de implementação do esporte no Estado; portanto, por conveniência, exequibilidade e razões teórico-metodológicas.

Para análise de dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo categorial temática. A codificação obedeceu ao critério semântico (Bardin, 2016). Os códigos foram definidos *a priori* oriundos da estrutura da implementação, sendo prescritivo normativo, financiamento, infraestrutura e interações.

Resultados e discussão

Os principais atos do marco regulatório do esporte universitário que estabeleceram uma relação no sentido de como ele deveria ser realizado no nível local (implementação) foram: o conjunto do Decreto-Lei n. 3.617 de 1941, Lei n. 6.251 de 1975, Decreto n. 80.228. de 1977 e a Portaria n. 236 do Ministério da Educação de 1987. Já o conjunto das demais leis no plano nacional, foram: 9.615/1998, 10.264/2001, 10.891/2004, 12.395/2011, Decreto n. 7.984/2013, Lei n. 13.756/2018); no plano estadual a Lei n. 11.551/2021 e no plano municipal a Lei n. 5.045/2007, Lei n. 3.778/1998 e Lei n. 4.872/2006. São leis que citavam ou tratavam o esporte universitário de forma superficial ou nem citavam, como no plano municipal.

Chama a atenção o novo código civil, a Lei n. 10.406/2002 (Brasil, 2002) que acabou impactando o esporte universitário, uma vez que as AA (as de curso) se proliferaram, se baseando nele. Mas, esse conjunto de leis, se for considerado apenas o período estabelecido da pesquisa (2003 a 2022), quase não se referiu à implementação do esporte universitário, ainda menos se considerar as esferas públicas estadual e municipal. Por este motivo, inferiu-se que nesse período o esporte universitário possuiu marco regulatório antigo.

No plano local, no que tange à pesquisa documental, evidenciou-se que não havia implantada uma política pública institucional do esporte na universidade. Portanto, na ausência desse importante documento, encontramos uma estrutura hierárquica mais fluída, com a BME com ampla autonomia e

discricionarieidade. Diante desse cenário, os *corpora* formados pelos documentos apresentaram algumas pistas que deram a entender como a implementação funcionou. Tanto o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Estatuto da UFMT e o regimento da Faculdade de Educação Física (FEF) foram claros em estabelecer uma relação direta com o esporte extensionista, destinados especialmente para a comunidade externa à universidade. Os acadêmicos também são citados no PDI e no Estatuto da UFMT, com a vertente educacional.

A relação do esporte com a saúde e o lazer, motiva a promoção de ações, integradas com o ensino, a pesquisa e a extensão visando a participação da comunidade e da sociedade. A prática desportiva também tem contribuído nas ações afirmativas da UFMT, na medida que sua vivência proporciona a interação entre os estudantes e o vínculo com a Instituição, através de representação em eventos de Jogos Estudantis e práticas esportivas sistemáticas, nos diversos espaços acadêmicos destinados a esse fim (UFMT, 2019, p. 62).

Porém, nos documentos Tutorial Padrão do Esporte, Termo de Compromisso, Estatuto e Regulamento da FMEU, tanto o tipo de esporte¹ quanto o tipo de público é bem específico, sendo acadêmicos de graduação e pós-graduação, corroborando com o marco regulatório sendo nomeado de esporte universitário. Nestes foram estabelecidos uma relação direta, em que tratavam especificamente do esporte universitário institucional, voltado para as competições esportivas universitárias, portanto, na dimensão rendimento, ficando desta forma marginal ao prescritivo normativo. Duas evidências do Estatuto da FMEU resumem esse conjunto de documentos.

Art. 61º - Entende-se por esporte universitário, para fins deste estatuto, todas as modalidades esportivas, praticadas por estudantes universitários e que sejam regulamentadas por suas respectivas Confederações Brasileiras e ou reconhecida pela Federação Internacional do Esporte Universitário – FISU.

Art. 62º - entende-se por atleta universitário, para fins deste estatuto, a pessoa que esteja devidamente matriculada em instituição de ensino superior, que tenha idade conforme as regras do esporte universitário (FMEU, 2020, p. 27).

1. Tipo de esporte foi um termo que foi adotado neste trabalho para diferenciar as diferentes formas que o esporte foi tratado na universidade no período da pesquisa. Essa diferenciação teve o objetivo de facilitar a interpretação daquilo se estava sendo discutido e analisado. Não teve nenhuma intenção de nominar uma tipologia para o esporte.

A partir desses documentos coletados, procurou-se estabelecer a localização institucional do esporte na universidade. De acordo com os dados coletados, são apresentados abaixo os esquemas resumidos com a localização institucional e suas burocracias, em que o setor responsável pelo esporte se assentou de 2003 até 2008 (Figura 1); depois de 2009 até 2016 (Figura 2) e depois, de 2016 em diante². Destaca-se que apesar de não existir uma política institucional local, havia uma estrutura de implementação, ainda que com poucos financiamento e infraestrutura.

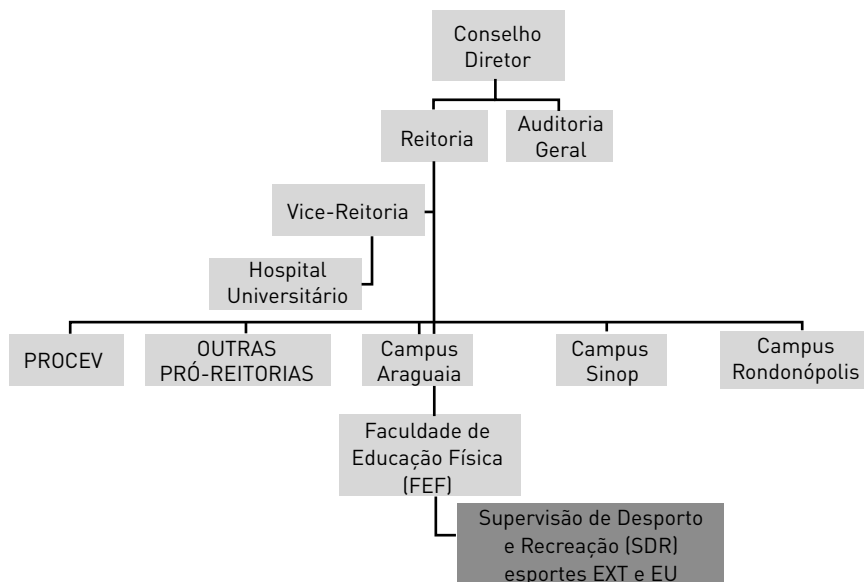


Figura 1. Organograma da UFMT de 2003 a 2008 com localizações dos esportes extensionista (EXT) e universitário (EU)

Fonte: Criação do autor (2024).

2. Para consulta do organograma completo da instituição, sugere-se: <https://bit.ly/4p7kN3e>.

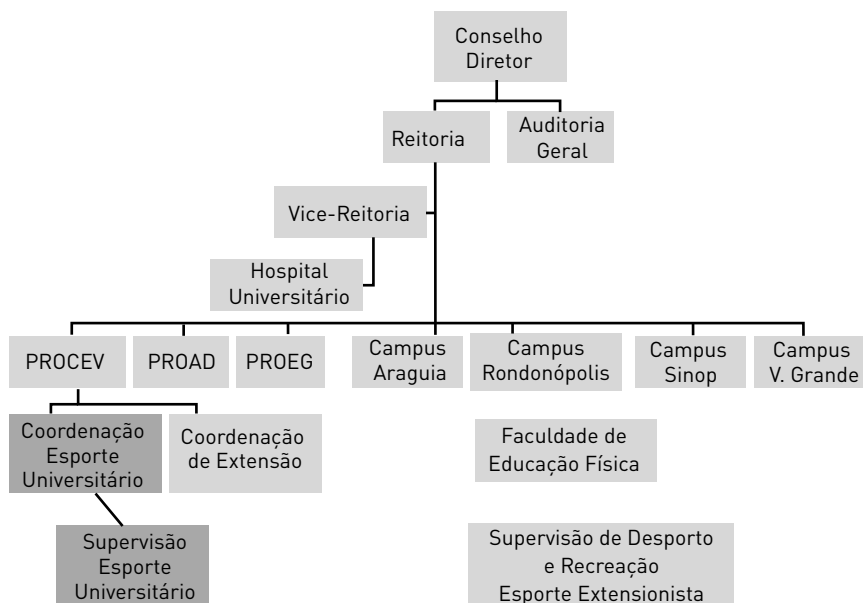


Figura 2. Organograma da UFMT de 2009 até meados de 2016 com localizações dos EXT e EU
 Fonte: Criação do autor (2024).

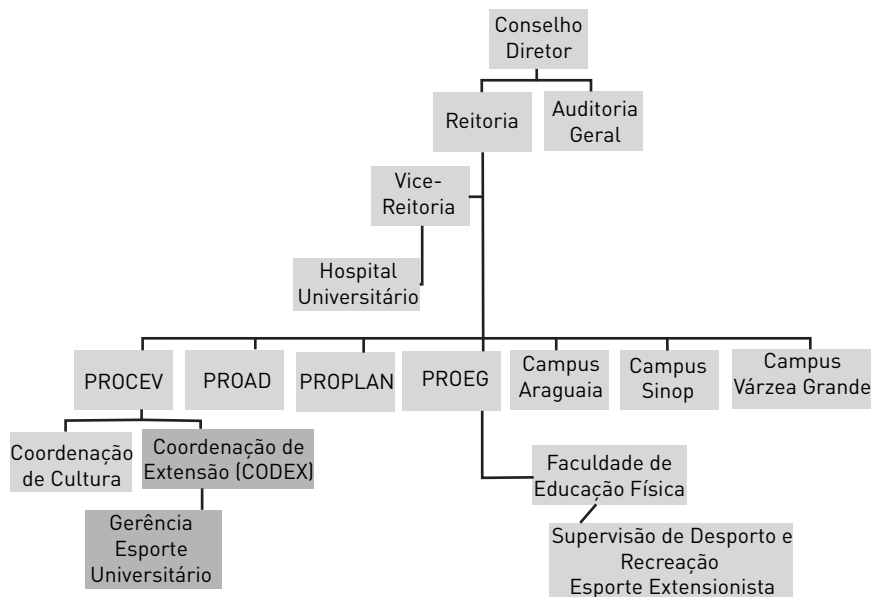


Figura 3. Organograma da UFMT a partir de meados de 2016 com localizações dos EU e EXT
 Fonte: Criação do autor (2024).

No período da pesquisa de 2003 a 2008, o esporte da universidade estava ligado diretamente à FEF via Supervisão de Desporto e Recreação (SDR), conforme Figura 1. A SDR tinha como principal mote as ações extensionistas (para comunidade externa à universidade) e ações voltadas para o público interno (servidores e seus dependentes). Porém, pelas diretrizes da extensão, o público interno não faz parte do seu escopo (Forproex, 2012), um exemplo de atuação marginal ao prescritivo normativo no nível local.

5.1. Entende-se como Extensão o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promova a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, mediados por estudantes de graduação e pós-graduação orientados por um ou mais docente(s) e/ou técnico-administrativo(s), dentro do princípio constitucional da indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

4.2 articulação com a sociedade numa perspectiva multi, inter e transdisciplinar e interinstitucional. Preferencialmente que privilegiem grupos em vulnerabilidade e/ou de grande pertinência social com o objetivo de transformação social. 4.3 Que articulam de forma efetiva o ensino e a pesquisa. 4.4 Que difundam seus resultados acadêmicos, científicos e culturais (UFMT, 2018).

Baseado nas evidências extraídas nesse período, pode-se afirmar que, geralmente, o esporte destinado aos acadêmicos (esporte universitário) acabava sendo uma ação autônoma dos próprios acadêmicos, via uma AU, com algum tipo de suporte da SDR/FEF, uma BME indireta ao esporte universitário.

Então assim é quase que nula essa condição [apoio ao EU por parte da SDR/FEF]. Não estou nem responsabilizando eles ou a gente porque na verdade acho que faltava esse entendimento de que o acadêmico, o presidente da atlética, pode sim ser um agente para que o esporte universitário pudesse ser visto de uma maneira diferente naquele momento (AU1, 2024).

Naquele tempo, a UFMT, até não tinha um departamento próprio para cuidar do esporte universitário. Isso era muito capitaneado através da faculdade de educação física [SDR], as pessoas que mais nos davam suporte administrativo interno, no sentido de viabilizar as ações ou a estrutura, a participação da própria UFMT dentro do processo dos jogos universitários mato-grossense (BFMEU, 2024).

Por sua natureza de foco na parte acadêmica, esses atores acabavam realizando do jeito que era possível o esporte universitário, sendo de forma voluntária e sem recursos financeiros; tinham que buscar ajuda ou se cotizavam para realizar as ações.

A gente tentava se organizar internamente promovendo campeonatos, né, para que a gente pudesse ali depois, compor um grupo de acadêmicos que representassem a universidade em algumas modalidades, né, para que a gente fosse representado no estadual [jogos universitários] (AU2, 2023).

Então a gente começou a fazer esses pequenos campeonatos cobrando um valor para que a gente pudesse levantar recursos para comprar uniforme. Para quando havia, para quando começavam as competições, é, retornaram as competições da FMEU a gente tivesse a oportunidade e o dinheiro para poder entrar também com os times da universidade. Então é, a gente sempre tentava trabalhar o seletivo interno para, dentro desses, escolher quem ia representar a universidade. Em alguns casos, eles próprios tinham que resolver o recurso para poder ir. E então foi muito aquele momento em que cada um deu o seu dinheiro, a sua contribuição financeira para que acontecesse (AU1, 2024).

Esse comportamento, aliado ao fato de como a instituição via sua BME existente (com foco extensionista), ajudava de acordo com a capacidade, dando o tom de precariedade ao esporte universitário interno. Já num segundo momento (2009-2016), conforme Figura 2, o esporte como era tratado na instituição sofre uma mudança transformacional, na qual aquele destinado aos acadêmicos passa a ter uma atenção mais direta da burocracia institucional. É criada uma coordenação alocada não mais na FEF, mas sim na Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência. Essa mudança foi relevante, pois permitiu que o esporte universitário pudesse ter melhor acompanhamento por parte da instituição. Desta forma, mesmo que ainda que não fazendo parte de uma política pública institucional, o aproxima mais da institucionalidade. Antes, sob os auspícios unicamente dos acadêmicos, sofria com precariedades de recursos e organização.

... Foi criada uma Pró-Reitoria específica de Cultura e Extensão e Vivência, onde eu tive de prazer de estar junto do [nome omitido], que era o pró-reitor, [eu] estava na coordenação de esporte e acabamos desenvolvendo, fortalecendo um pouco mais esse trabalho [esporte universitário], que é oriundo [da FEF], [mas] foi criado uma Pró-Reitoria para ajudar (BME2, 2024).

A [UFMT] ganhou uma coordenação que inicialmente foi exercida pelo professor [nome omitido] depois pelo professor [nome omitido] e que deu um “up”, na organização interna e no apoio que a UFMT deveria e deve sempre

dar aos seus alunos para que participem do movimento do esporte universitário, seja aqui no Estado, seja nos eventos nacionais (BFMEU, 2024).

A partir do ano de 2016 até o final do ano de 2022, conforme novo desenho institucional (Figura 3), o esporte na universidade sofre uma nova mudança transformacional, que faz emergir ainda com mais força a diferenciação do esporte realizado na instituição. Houve um rebaixamento institucional da BME do esporte universitário, na qual criou-se um embargo, ao submeter essa BME a uma outra, da extensão universitária, já que o esporte universitário e a extensão são de êgides e propósitos diferentes. Ficou mais evidente que esta gerência passou a aproximar o esporte universitário da institucionalidade. Daí ficou mais clara na instituição a existência de dois tipos de esportes: o extensionista (para a comunidade externa) e o esporte universitário (para acadêmicos de graduação e pós-graduação).

Todavia, com a centralização do esporte universitário institucional na nova burocracia criada, os acadêmicos passaram a se concentrar nas suas AA, deixando a responsabilidade do esporte universitário institucional para a BME. Então, esse outro ator, que já existia, mas de forma tímida na trajetória histórica, emerge nesse contexto, as AA. Elas realizavam um tipo de esporte que misturava o tradicional, mas com inovações e adaptações de regras, um esporte universitário mais autônomo. Até mesmo no sentido literal da palavra, já que essas atléticas eram conduzidas por atores não estatais, sem poder de ingerência na universidade. Apesar de existirem e serem reconhecidas pela burocracia estatal, a maioria das AA não possuíam normativo jurídico regular, sendo assim, marginais ao prescritivo normativo.

Apesar dessa condição, a BME não deixou de interagir com as Atléticas. Essas interações giravam em torno de haver uma relação amistosa entre as partes, com a BME dando algum tipo de assistência, intervindo em situações de conflitos, ou de atendimento de alguma questão operacional (tipo de serviço) entre as Atléticas e as outras burocracias da universidade.

Uma atlética ela não é só voltada para o esporte, o intuito dela é esportivo, mas as ações são voltadas as várias áreas, né. Tem casos de atléticas que são mais voltadas para o festivo. Tem casos de atléticas que é voltada mais para a prática esportiva e tem caso de atléticas que são voltadas para a competição (AA3, 2024).

Na linha das atléticas a gente trabalhava muito com a questão da integração dos alunos. Era um ponto que era a nossa prioridade. Porque eram alunos diferentes, diversidade, ideologia e tudo mais. Não entramos nesse aspecto, mas acaba tendo que a gente conseguia agregar todos os tipos de pessoas (AA1, 2024).

Resume-se na Figura 4 a trajetória histórica do esporte na UFMT, que teve como característica a predominância na instituição do esporte extensionista em todo o contexto histórico estudado. Porém, houve mudanças, em que o esporte universitário passou a ter uma BME própria, que aproximou esse esporte da institucionalização, ainda que sem regramento consistente. Com essa ancoragem do esporte universitário de forma institucional, os acadêmicos passam a se concentrar em suas atléticas e com isso deixam para a BME atuar e organizar a implementação do esporte universitário na instituição.

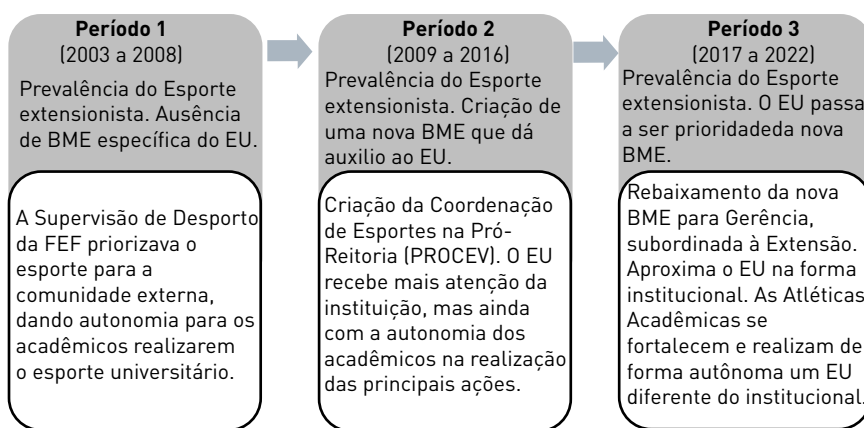


Figura 4. Trajetória do esporte na UFMT enquanto prioridade e seus públicos (2003-2022)

Fonte: Elaboração do autor (2024).

A universidade possuía uma boa infraestrutura para as ações do esporte³ (UFMT, 2023). Os espaços físicos esportivos eram gerenciados pela SDR/FEF e nem sempre, na trajetória histórica, foi acompanhada de manutenção adequada, já que houve períodos em que havia falta de reposição de materiais e não realização de reformas que de tempos em tempos são necessárias, em se tratando de espaços físicos.

A universidade não conseguia fazer a manutenção dos espaços físicos com frequência. Então o ginásio de esportes tinha muita precariedade com goteiras no teto, piso emborrachado soltando, parte elétrica e hidráulica danificadas, vestiários necessitando de reformas. Fora as lâmpadas que viviam queimando e não tinha reposição. As quadras externas também sofriam dessa falta de manutenção, bem como o campo e a pista de atletismo (BME3, 2023).

3. Para mais detalhes, consultar o sítio: <https://bit.ly/4p8nGkj>. Acesso em: 15 dez. 2023.

Essa condição possivelmente pode ser atribuída à ausência de recurso financeiro que desse conta da manutenção dos espaços. Como o financiamento da universidade advinha principalmente do Estado, e este muito atrelado às políticas restritivas, em detrimento de adoção de políticas keynesianas, contingenciava e efetuava cortes nos orçamentos das universidades. Isso se refletia não só na manutenção da infraestrutura da praça esportiva, mas também, no esporte universitário que careceu de financiamento na maior parte do tempo. Desde a carga sobre os ombros dos acadêmicos, que buscavam meios de suprir as ações, passando por um sistema de demanda com a BME atuando ao recorrer ao alto escalão, até a conquista de uma rubrica própria para o esporte universitário.

Não havia destinação de orçamento para o esporte da extensão e nem para o esporte universitário. No esporte universitário, os alunos é quem pagavam as inscrições e se cotizavam nas ações para participar do esporte universitário (BME 1, 2023).

Então, não tinha um orçamento na coordenação. Geralmente sempre vinha para assistência estudantil. E dentro da Pró-Reitoria, o nosso pró-reitor na época, viu uma destinação de orçamento que poderia ser gerido tanto para cultura, como para o esporte. Porque geralmente quando vinha era assistência estudantil, ou era bolsa, ou era alguma coisa que era destinada (BME 2, 2023).

De qualquer forma, foi acertado junto à Pró-Reitoria que o esporte teria um orçamento específico, uma espécie de rubrica que não poderia ser retirado para outras atividades da Pró-Reitoria (BME 3, 2023).

Era comum eu ir só ou acompanhado pelo Pró-Reitor ou pela Coordenadora de Extensão ou até mesmo pelo Gerente de Projetos na Proplan e principalmente na Proad para tratar dos assuntos do orçamento do esporte. Era uma forma de garantir que aquilo que conquistamos para o esporte universitário fosse mantido durante o ano. (BME 3, 2023).

No entanto, a partir da adoção desse financiamento, houve vários cortes substanciais a ele, colocando a BME em situação difícil, frente às demandas necessárias para gerir o esporte universitário, principalmente a partir de uma organização sistematizada em curso. Desta forma, ela buscava resolver os problemas revisando e adequando as questões operacionais na nova realidade.

Então aí nesse momento, é um momento que eu tenho que parar, reorganizar, traçar. Eu tenho que ter prioridade. Eu tenho que entender o que que dá para

fazer, o que que não dá para fazer, porque eu organizo praticamente as ações só de Cuiabá. Mas, o orçamento que tem ele é dividido com os outros campi, né. Então é o tempo todo, tem que reorganizar a rota (BME 4, 2024).

As interações foram importantes para a garantia do financiamento, ainda que este tenha sofrido cortes drásticos. Mas elas foram um instrumento valioso que a BME utilizou bem para acessar alguns atores de burocracias diversas, tanto interna quanto externamente à universidade. Por meio das interações, praticou sua característica técnico-política, utilizando-se das interações pessoais, para ganhos na implementação.

Bom, busquei sempre os acessos aos setores que de alguma forma impactavam as ações do esporte universitário. Não que fossem atendidas todas as demandas, mas pelo menos éramos recebidos e ouvidos pelos pró-reitores, principalmente o da Procev e da Proad. Com a reitoria era mais raro. Vinha mais cobranças, na verdade. Faltou um pouco esse elo, eu acho. Mas, por toda organização administrativa da instituição como estava imposta era naturalmente mais distante mesmo (BME 2, 2024).

[nome omitido] ele foi presidente da [nome omitido], foi acadêmico nosso, né. Eu tive conhecimento, nós fomos colegas de algumas disciplinas afins que nós tínhamos da Educação Física com a Medicina e isso abre as portas pra gente depois. Ele com uma grande empresa que é a [nome omitido] ajudou muito a universidade, a área esportiva não só área esportiva, mas a área da universidade através desse conhecimento que a gente sempre colocava quando estávamos ali na Pró-reitoria, de Cultura, Extensão e Vivência que a gente ia junto com [nome omitido] a gente acabava fechando algum tipo de parceria (BME 2, 2024).

Alguns gestores esportivos nos atenderam ou vieram até a PROCEV, como os representantes da Federal do Rio de Janeiro, Federal do Tocantins, Federal do Amazonas, Federal de Goiás e da UnB. Percebi que a situação não era muito diferente entre as instituições. E o problema maior delas era o financiamento. Algumas estavam melhor do que as outras, mas no restante aparentemente o esporte universitário sofria das mesmas precariedades (BME 3, 2024).

Durante um Fórum com gestores esportivos das universidades federais percebi que todos enfrentavam invariavelmente os mesmos problemas e que as iniciativas tomadas na UFMT estavam surtindo resultados ao verificar pelas experiências de outras instituições que estavam em condições mais precárias (BME 3, 2024).

Daí, internamente a gente tem que dialogar bastante aqui, né? Por exemplo, uma questão que mudou nos últimos anos de quando eu entrei para agora, antes a palavra esporte, ela não estava escrita dentro do seguro, né? Da apólice de seguro da UFMT. Então hoje em dia é tem essa redação. Antes, lá, a atividade de ensino, pesquisa e extensão [estavam garantidos], o esporte não. Hoje em dia se algum aluno machucar a gente tem dentro da modalidade de ressarcimento, a gente tem um seguro (BME 4, 2024).

Essas interações da BME resultaram em ganhos para o esporte universitário no nível local enquanto conteúdo de política pública, ainda que com regramento fraco. Fez com que ele se aproximasse da institucionalidade, principalmente a partir da criação de uma burocracia direta ao esporte universitário.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi investigar como atuou na implementação do esporte universitário a BME, em uma universidade pública federal, num contexto de marco regulatório frouxo, no período de 2003 a 2022.

Nos achados a trajetória histórica, a atuação da BME contribuiu para uma construção de esporte universitário que se aproximou da institucionalidade, ainda que sem sustentação robusta do regramento como conteúdo de política pública. As suas interações foram importantes nesse sentido. Por meio dela, conseguiu acessar diversos atores internos e externos à universidade na qual foi sugerindo uma construção multinível (Marques, 2018) do esporte universitário, botando em prática suas características técnico-política e técnico-gerencial. O que a BME fez no local, para além de apenas a execução, importou (Bichir, 2018). Aparentemente não houve dissensão entre as burocracias (extensionista e esporte universitário institucional) e as AA, apesar de se apresentarem, em alguns momentos, marginais ao prescritivo normativo. Mas, pela trajetória histórica do esporte universitário na instituição, observou-se que a atuação da BME principalmente pela via das interações, garantiu mais estabilidade ao esporte universitário enquanto conteúdo de política, da qual foi fazendo uma construção linear, ainda que não respaldada pela instituição do aspecto formal (prescritivo normativo) consistente. Ou seja, na trajetória histórica, ainda que com precariedades, o esporte universitário em suas versões (institucional e das atléticas acadêmicas) não deixou de existir como conteúdo de política pública.

Aparentemente, houve uma convergência em prol da figura da BME, que foi agregando ganhos à implementação do esporte universitário ao longo do tempo. Houve uma relação distanciada das atléticas, mas ao mesmo tempo simbiótica, denotando haver uma condição de valores compartilhados (o fun-

cionamento do esporte universitário na universidade), ainda que não pensada do ponto de vista de construção coletiva, já que aparentemente muitas decisões foram tomadas por ações discricionárias, pela autonomia da BME.

Entender a atuação da BME na implementação do esporte universitário com o marco regulatório antigo, pouco regulado, foi uma importante contribuição sobre o tema em tela, a qual acredita-se que soma para o atual debate de como a BME busca influenciar e regular as relações na implementação das políticas. Porém, há muitos outros aspectos que podem ser estudados com fins de provocar reflexões no meio científico. Sugere-se dois aqui, quais sejam: 1) avançar o estudo para a BME de outras universidades estatais e não estatais, investigando como elas lidam com o marco regulatório e o financiamento do esporte universitário; 2) identificar os mecanismos que levam os atores do esporte universitário a não se aglutinarem coletivamente para o desenvolvimento do conteúdo de política pública, deixando boa carga de seu desenvolvimento sobre os ombros da BME.

Referências

AZEVEDO, José. **Desporto Universitário**: Um estudo de caso na Universidade Federal do Acre. 2008. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desporto na Área de Gestão Desportiva) – Universidade do Porto, Porto.

BARBOSA, Claudio Gomes. **A gestão pública do esporte universitário brasileiro**: a bola não deve entrar por acaso. 2017. 95f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BELATO, Ana Kelly de Moraes Silva. **Um estudo sobre a política de esporte universitário na Universidade de Brasília** – UnB (2009-2016). 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília.

BICHIR, Renata Mirandola. Governança multinível. **Boletim de Análise Político-institucional**, n. 19, p. 49-55, dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3MR9miH>. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 6.251 de 8 de outubro de 1975**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1975.

BRASIL. **Decreto n. 80.228 de 25 de agosto de 1977**. Regulamenta a Lei n. 6.251/77. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1977.

BRASIL. **Portaria n. 236 de 8 de abril de 1987**. Dispõe sobre normas para o desporto universitário. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1987.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1996.

BRASIL. **Lei n. 9.615 de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre esporte e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1998.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2002.

BRASIL. **Portaria SESu n. 628, de 03 de setembro de 2008**. Secretaria de Ensino Superior. Estatuto UFMT. Publicada no Diário Oficial da União (DOU), n. 171 de 04/09/2008, seção 1 página 12. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <https://bit.ly/4b0CLkr>. Acesso em: 10 de jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.527 de 18 novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2011.

BRASIL. **Lei n. 14.597 de 14 junho de 2023**. Institui Lei Geral do Esporte. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2023a. Disponível em: <https://bit.ly/4p6CDmQ>. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. **Lei Geral do Esportes é sancionada com vetos**. Da agência do Estado Senado Notícias. Senado Federal 15 de junho de 2023b. Disponível em: <https://bit.ly/4j6XKEc>. Acesso em: 8 out. 2024.

CASTILHO, Michele Lobo. **Política de esporte e lazer da UFT: uma proposta de diretrizes para a sua construção**. 2020. 128f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciência e Saúde) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; KNOP, Márcia Nascimento Henriques. Burocracia de médio escalão nos setores governamentais: semelhanças e diferenças. *In*: CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela (orgs.). **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília: Enap, 2015, p. 57-90. Disponível em: <https://bit.ly/3NWZCUT>. Acesso em: 28 set. 2024.

CELLARD, André. Análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa, enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-316.

FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE ESPORTES UNIVERSITÁRIOS (FMEU). **Estatuto 2009 03 de fevereiro de 2009**. Cuiabá, MT: FMEU, 2009.

FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE ESPORTES UNIVERSITÁRIOS (FMEU). **Estatuto da Federação Matogrossense de Esportes Universitários. 03 de março de 2020**. Cuiabá, MT: FMEU, 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, v. 53, p. 193-223, 2003.

KURATKO, Donald F. *et al.* A model of middle-level managers' entrepreneurial behavior. **Entrepreneurship Theory & Practice**, p. 699-716, nov. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/4pQMlp9>. Acesso em: 17 set. 2023.

LOPEZ, Felix; PRAÇA, Sergio. Cargos de confiança e políticas públicas no executivo federal. *In*: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs.). **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil**. Interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap, 2018, p. 141-160.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. *In*: LOTTA, Gabriela. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019, p. 11-38. Disponível em: <https://bit.ly/492kXD2>. Acesso em: 16 out. 2023.

LOTTA, Gabriela; CAVALCANTE, Pedro. Conclusão: perfis, trajetórias, relações: em busca de uma análise abrangente dos burocratas de médio escalão do governo federal. *In*: CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela (orgs.). **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília: Enap, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3NWZCUT>. Acesso em: 28 set. 2024.

LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha Coelho; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. *In*: CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela (orgs.). **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília: Enap, 2015, p. 23-55. Disponível em: <https://bit.ly/3NWZCUT>. Acesso em: 28 set. 2024.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. *In*: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Fiocruz, 2018.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PEREIRA, Brisa de Assis; SILVA, Luciano Pereira da. Políticas de Esporte e Lazer nas Universidades Federais de Minas Gerais: Um olhar sobre as Associações Atléticas Acadêmicas. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, dez. 2019.

PIRES, Roberto Rocha C. O trabalho na burocracia de médio escalão e a suas influências nas políticas públicas. *In*: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018, p. 185-206.

PRESSMAN, Jeffrey L. L.; WILDAVSKY, Aaron. **Implementation: How great expectations in Washington are dashed in Oakland**. 3. ed. Berkeley: University of California Press, 1984.

RIBEIRO, Gabriela Machado; MARIN, Elizara Carolina. Universidades públicas e as políticas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, set. 2012.

SABATIER, Paul A. Toward Better Theories of the Policy Process. **PS: Political Science and Politics**, v. 24, n. 2, p. 147-156, jun. 1991.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

STAREPRAVO, Fernando Augusto *et al.* Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. Brasília, **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 131-148, maio 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Resolução Consuni n. 08 de 01 junho de 2017**. Dispõe sobre aprovação interna do Regimento Interno da Faculdade de Educação Física. Cuiabá, MT: UFMT, 2017a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Tutorial padrão do esporte universitário**. Cuiabá, MT: UFMT, Gerência de Projetos Esportivos e Lazer, Coordenação de Extensão, 2017b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Edital n. 004/ext/2018. Fluxo contínuo de ações de extensão**. Cuiabá, MT: Coordenação de Extensão, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3MYvlyK>. Acesso em: 19 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Cuiabá, MT: UFMT, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3MRruZR>. Acesso em: 6 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **FEF. Infraestrutura**. Cuiabá, MT: UFMT, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/48R1G8L>. Acesso em: 8 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). **Conheça mais sobre a UFMT**. Cuiabá, MT: UFMT, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4pTBJeR>. Acesso em: 18 set. 2024.

VIEIRA, Pablo Rogério da Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. Análise do esporte na política universitária de assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 21, e30692, 2023. DOI: 10.36453/cefe.2023.30692.

WISE, Lois Recascino. Bureaucratic posture: on the need for a composite theory of bureaucratic behavior. **Public Administration Review**, v. 64, n. 6, p. 669-680, nov.-dez. 2004.

A (IN)EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO ÀS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): CENÁRIOS E INCERTEZAS

Diego Duque de Carvalho

Márcio Pereira Dias

Introdução

O objeto deste capítulo é analisar os atores sociais que se tornaram aliados na luta pelo tratamento e reabilitação de um grupo extremamente vulnerável: a família de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Importa pontuar que a família está no mesmo patamar do núcleo do espectro (o autista), pois inúmeros fatores são considerados aos indivíduos que integram o desafio dessa parcela da população.

O autismo ou TEA tornou-se um tema muito debatido, sobretudo pelo elevado crescimento de diagnósticos nos últimos anos. A criança com TEA necessita de cuidados e acompanhamentos especiais, bem como de tratamentos multidisciplinares, o que demanda um apoio quase em caráter de exclusividade da família. De acordo com Porcino *et al.* (2022)¹ o tratamento consiste em intensivas terapias, o que é conhecido pela medicina como processo de mentalização, buscando uma reestruturação cognitiva, variando sua intensidade de acordo com as necessidades de cada criança, no intuito de propiciar a reabilitação e uma vida cotidiana mais autônoma.

Diante disso, para efeitos da pesquisa, surgem várias indagações: quais os problemas enfrentados pelas famílias de portadores de TEA? Como esses problemas estão se apresentando para o Estado? Como o Estado vem administrando a situação dessas pessoas? Existem tratamentos oferecidos pelo poder público em escala suficiente para suprir as demandas da população? Quais medidas estão sendo tomadas pelo Estado a fim de reduzir o ônus dessas famílias? Está havendo real interação entre os atores sociais?

Neste trabalho, abordaremos de forma incipiente estas questões, com o objetivo de esclarecer a atuação do Poder Judiciário, como impulsionador, a fim de dar

1. Trata-se de obra organizada por Gislei Frota Aragão, professor do curso de Medicina da Universidade Estadual do Ceará, com temas selecionados exclusivamente sobre o autismo, com um vasto repertório de artigos que tratam de diversas questões enfrentadas pelas crianças com TEA, pelas famílias TEA e profissionais da área de saúde.

clareza à situação emergencial vivenciada no Brasil com o aumento exponencial dos casos de autismo. Destacamos o Poder Judiciário pelo fato de haver um significativo aumento do número de processos e decisões judiciais. O Poder Judiciário tornou-se o espaço da defesa dos direitos de uma parcela das pessoas com autismo.

No entanto, análises dessas decisões mostram que apenas o Poder Judiciário não é capaz de sanar a questão social, sobretudo pelo fato de que as decisões são personalíssimas e não atingem maior parte das pessoas com TEA. Por outro lado, balizam a atuação do Estado, direcionando esforços e permitindo uma noção sobre a profundidade da crise instalada.

Debateremos sobre a crise e seus impactos sociais. Para tanto, torna-se necessário abordar o espectro, suas características e os impactos sofridos e causados pelos atores.

O Transtorno do Espectro Autista

O termo autismo infantil foi proposto por Kanner², em 1943, para designar aspecto do distúrbio autístico do contato afetivo, como uma condicionalidade que afeta as relações específicas e possui manifestações comportamentais tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente “normal”, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino (Tamanaha; Perissinoto; Chiari, 2008).

Em muitos casos, estes atrasos significam a comunicação tardia ou mesmo a ausência total de articulação verbal atingindo diretamente a saúde da criança. No entanto, estes problemas vão muito além da interação social. A infância do autista é muito mais difícil do que da criança típica. Amizades e brincadeiras dependem de comunicação e este é ponto fraco do TEA. Crianças autistas que não se comunicam são solitárias, tendem a afastar-se das pessoas e acabam atrasando seu desenvolvimento diante das condições do TEA.

Como o objeto deste texto não é explicar causas do autismo, mas a interação dos atores sociais na busca pela melhoria de vida das pessoas que são acometidas pelo espectro, não adentraremos nas questões médicas e psicológicas, mas na im-

2. Conhecido como o pai do autismo, Chaskel Leib Kanner, também chamado de Leo Kanner, foi um psiquiatra, médico e ativista social austro-americano, referenciado por seu trabalho relacionado ao autismo infantil. Fez importantes contribuições ao campo do autismo, tais como o notável estudo “Problemas de Nosologia e Psicodinâmica do Autismo Infantil Precoce”, onde estuda o autismo infantil precoce e sua sintomatologia.

portância da recuperação do indivíduo por meio de iniciativas sociais, promovidas pela efetivação das garantias fundamentais e de políticas públicas de proteção.

O número de crianças diagnosticadas com autismo vem aumentando. Até 2011, 25 a cada 10 mil (1 a cada 400) crianças até 8 anos apresentavam algum grau de autismo; em 2017 esse número aumentou consideravelmente sendo uma a cada 160 crianças; e em 2024, este número chegou a incríveis 1 a cada 36 nascimentos³ (Aragão, 2022)⁴.

Estes dados se devem tanto a fatores idiopáticos como a fatores conhecidos como aumento no número de médicos especializados, melhor difusão dos conceitos, formas de diagnósticos, amplitude da síndrome autística nas novas classificações internacionais e aumento da pesquisa, trazendo cada vez mais compreensão do que vem a ser o autismo (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019, p. 1).

Naturalmente, a busca pela cura ou melhora nas condições de vida através do tratamento precoce tem levado pais, cada vez mais cedo, a investigar eventuais desacertos cognitivos das crianças, situação que justifica o aumento no número de diagnósticos. Quanto mais cedo houver a intervenção, maiores são as chances de melhorar o desenvolvimento da criança, pois, “retardar a estimulação significa perder o período ótimo de estimular a aquisição de cada habilidade da criança.” (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019, p. 2).

O primeiro desafio enfrentado pelos pais é conseguir um diagnóstico para um problema que começa a ser percebido simplesmente como comportamentos inadequados ou atraso no desenvolvimento. Atualmente, no Brasil, o atendimento público com neuropediatra pode demorar até dois meses⁵, diante da pouca oferta de profissionais e da grande demanda. Após o diagnóstico, a comunidade médica vem recomendando o *tratamento precoce* como o tratamento adequado para o TEA (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019, p. 4).

3. Estes dados foram confirmados em 2017 e registrado o aumento em 2021 pelo *Centers for Disease Control and Prevention* – Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) –, órgão governamental dos EUA que vem monitorando o aumento dos casos de autismo nos EUA e no mundo. Através do *Autism and Developmental Disabilities Monitoring* (ADDM), programa financiado pela CDC para coletar dados, pode-se entender melhor o número e as características de crianças com TEA. O órgão vem monitorando este aumento desde 2000, quando estabeleceu o ADDM, identificando sinais importantes reconhecidos no meio científico, sendo citado pela maioria dos estudos nesta linha de pesquisa.

4. Professor da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil.

5. Fizemos tentativas de realização da consulta junto à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e outros médicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em unidades de Salvador-Bahia, sendo informado prazo superior a 2 meses para realização do serviço, sendo em lista de espera diante de grande demanda.

Por outro lado, os tratamentos são onerosos e contínuos⁶, trazendo ao Estado e às famílias dispendiosa obrigação financeira em prol da saúde dessas crianças. A carga horária de tratamento pode chegar a 40 horas semanais⁷ por meio de terapias intensivas utilizando os métodos mais aceitos na medicina tais como *Applied Behavior Analysis* (ABA), *Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children* (TEACCH), modelo ESDM (Modelo DENVER de Estimulação precoce) e o *The Picture Exchange Communication System* (PECS). A diferença dos métodos é explicada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (2019, p. 16), cabendo ao profissional que a acompanha traçar um plano individualizado de intervenção com base nesses métodos.

A insuficiente oferta no tratamento por parte do Poder Executivo justificou o amparo pelo Judiciário, intervindo por meio de obrigações e sanções impostas aos demais poderes. Com o advento dessas obrigações, surgiram sanções que passaram a onerar o orçamento dos entes públicos, delegando uma difícil missão ao Estado: cumprir plenamente os preceitos Constitucionais. A inexistência de estabelecimentos especializados, números de profissionais limitados ou sem a capacitação específica necessária e a burocracia para atendimento são alguns dos problemas que o poder público deve corrigir.

Segundo Sarlet (2023, p. 70-71), “o indivíduo deve poder levar uma vida que corresponda às exigências do princípio da dignidade da pessoa humana”⁸. Com fulcro nessa garantia, é forçoso dizer que a simples falha da prestação à saúde, por sua ineficácia ou inoperância relativa, viola os direitos humanos e fundamentais das pessoas com autismo.

Dos novos atores

Com o crescimento do número de diagnósticos, incide a necessidade de tratamentos. Conforme pontua a neuropediatra Isis Mariana, “a demanda por tratamento é desesperadora e mesmo as clínicas particulares não possuem condições de oferecer a todos que precisam”. Ou seja, não

6. Fizemos orçamentos em 5 clínicas diferentes que tratam crianças com autismo na cidade de Salvador-Bahia e os valores variam entre R\$180,00 à R\$300,00 por sessão (45 min – 1 hora), a depender do profissional.

7. Por tratar-se de crianças em fases das chamadas “podas neurais”, os menores passam por tratamentos intensivos, a medicina majoritária vem aplicando o uso de terapias intensivas no tratamento de crianças com TEA, este estudo confirmou vultuoso volume de decisões judiciais neste sentido, a exemplo do AI: 22088405420188260000 SP 2208840-54.2018.8.26.0000, Relator: Alcides Leopoldo.

8. O ilustre autor Ingo Sarlet aborda os direitos fundamentais à luz da teoria do mínimo existencial, sob a qual traça um paralelo entre a dignidade da pessoa humana e a assistência social de modo a promovê-la e protegê-la (a dignidade).

existem postos ou espaços públicos e particulares suficientes para atender a quantidade de pessoas que necessitam dos tratamentos.

Mães e pais abdicam das demais dimensões da vida pessoal para traçarem um plano de evolução do quadro clínico dos seus filhos, se lançando no tratamento como interventores, ou ficando de suporte para administrar as crianças que não podem permanecer em creches que não dispõem de profissionais capacitados para atendê-las.

Com isso, observou-se a crescente luta de familiares de pessoas com TEA tanto em movimentos sociais, como na esfera judicial. Em todo o Brasil, o descontentamento trouxe a união de um grupo que não luta apenas por seus direitos, mas pelos que amam e não podem expressar sua indignação.

Se para Ingo Sarlet os direitos fundamentais são simultaneamente pressupostos, garantia e instrumento do princípio democrático de autodeterminação dos povos por intermédio de cada indivíduo, é de igual modo direito e garantia a luta pela igualdade entre os indivíduos típicos e atípicos. Clinicamente, esta igualdade pode ser alcançada por meio de cuidados continuados da família, dos profissionais da área de saúde, da sociedade e área da educação (Piovesan *et al.*, 2018).

Ulrich Beck esclarece que a sociedade moderna e industrial “é definida como sociedade de grandes grupos, no sentido de uma sociedade de classes e camadas sociais” (Beck, 2010, p. 16). A formação da camada “autista” tomou força nos últimos anos, devendo ser considerada pelo sentimento de distribuição de riscos, aumentados em crianças e famílias neurodivergentes.

Essa mobilização levou a questão às esferas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Segundo estudo, a insegurança jurídica diante da busca por tratamentos para o TEA tem forçado o legislativo a criar alternativas de resolver o problema por meio de propostas. Somente no primeiro semestre de 2021, três diferentes propostas foram apresentadas ao Congresso Nacional, o PL 630⁹, o PL 1505¹⁰ e o PL 1917¹¹.

Não é demasiado dizer que estamos passando por uma revolução social e jurídica indispensável para evitar a crise que pode ser provocada pelo colapso de milhões de famílias no Brasil. Não se tem como falar de direito à

9. Altera a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para obrigar o poder público a fomentar projetos e programas específicos de atenção à saúde e educação especializada para pessoas com TEA.

10. Estabelece os mecanismos de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde brasileiro no âmbito da Política Nacional de Inovação Tecnológica em Saúde e dá outras providências.

11. Obriga os planos e seguros de saúde a fornecer atendimento multiprofissional, inclusive com terapias baseadas na Análise do Comportamento Aplicada sob a sistemática composta por supervisor e assistente terapêutico, à criança diagnosticada com TEA ou que possua atrasos no seu desenvolvimento que indiquem risco de TEA.

saúde sem comentar os ensinamentos de Sarlet e Figueiredo (2007)¹² que já constatavam em 2007 o aumento dos casos de judicialização no sentido de provocar cobrança cada vez mais arrojada por parte dos aplicadores do direito, para ver a efetividade do direito fundamental à saúde.

Consoante se observa da evidência de problemas enfrentados pelo surgimento dessa sensível camada, desencadeando uma crise que vem forçando os poderes a agirem cada vez mais rápido, destacamos a necessidade de observar o trabalho de Ricardo Lobo Torres (1989 *apud* Sarlet; Figueiredo, 2007)¹³ e Sarlet sobre o que seria um “mínimo existencial” para um portador de TEA a fim de traçar a linha onde a pressão deve ser exercida.

À *prima face*, estamos diante de uma pessoa com diversas “camadas de vulnerabilidade”¹⁴, camadas estas que impedem o indivíduo de exercer as faculdades da própria dignidade humana, tal como a comunicação. Não é forçoso dizer que somente após retiradas as finas camadas que compõem as comorbidades do TEA, a criança começa a vislumbrar os problemas das pessoas típicas. Ou seja, a dignidade humana do autista deve ser encarada como o desdobramento de conquistas (*capabilities*¹⁵ ou *capacity approach* nos ensinamentos de Amartya Sen (1985)) em suas capacidades obtidas, principalmente, com tratamentos precoces que visam sua reabilitação.

Neste ponto, citamos o importante ensinamento de Amartya Sen (1985), quanto ao conceito de desenvolvimento humano baseado na expansão das capacidades das pessoas, traduzindo a busca e o caminho perseguido pelos atores que buscam a integração social das crianças autistas. Interessante trabalho sobre a análise conceitual do que vem a ser as capacidades para o alcance do desenvolvimento humano foi desenvolvido por Thais Cavalcanti. Para a autora, é na filosofia que o termo capacidade adquire um significado amplo e complexo relacionado à potencialidade do indivíduo (Cavalcanti, 2019, p. 173). Este entendimento é necessário, pois o autista, na maioria dos casos, acumula atrasos que o impedem de fazer até mesmo as coisas mais básicas (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019, p. 13).

Diante desse cenário, resta às famílias a busca por suporte especializado para aplicar os tratamentos que visam desenvolver as capacidades das

12. Importante trabalho, demonstrando sua atualidade diante dos problemas constitucionais de afirmação dos direitos sociais, em especial à saúde.

13. Citado por Sarlet e Figueiredo como, ao que se sabe, ser autor do primeiro ensaio especialmente dedicado ao tema no Brasil.

14. Conceito trazido pela Dra. Florência Luna, no qual a autora explora a ideia de camadas de vulnerabilidade sobrepondo-se, das mais expostas às mais ocultas, simplificando o tratamento do conceito de vulnerabilidade.

15. Teoria traçada pelo renomado professor de economia e filósofo Amartya Sen, que consiste em dar o significado moral da capacidade dos indivíduos de alcançar o tipo de vida que eles têm razão para valorizar.

crianças. Desta forma, passaram a buscar o poder judiciário, diante da inefetividade dos demais poderes.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), registrou um aumento significativo no número de ações judiciais relacionadas ao autismo. A judicialização tornou-se a única forma encontrada pelos responsáveis para garantir o acesso às intervenções essenciais que não são disponibilizadas de forma adequada pelo SUS.

Efeitos no Poder Judiciário

Com a elevação do número de portadores de TEA, surgiram grupos sensíveis ao tema. O Judiciário, vanguardista da aplicação da força dos direitos dos autistas, tornou regra rogar à Constituição Federal em prol do custeio integral do tratamento para pessoas que não tem condições de pagá-lo. As decisões se pautam essencialmente no artigo 5º e 6º da Constituição (direito à vida e à saúde), além do artigo 18 da Lei 13.146¹⁶.

Se por um lado a sociedade é, para Aristóteles (1997), a instância onde o homem alcança sua mais alta virtude e perfeição se tornando cidadão, aquele que é incapaz de vivê-la equivaleria a um animal ou a Deus; por outro, a noção de obrigação para com os demais cidadãos é para o Estado um compromisso da sua própria existência. É, pois, daquele representante do Estado a obrigação de dividir os conflitos, amarguras, ciúmes e fricções, cumprindo a todos viver de acordo com a Constituição. Embora o Judiciário esteja diligente em termos de avanços na iniciativa de melhoria das condições de vida da pessoa com autismo e sua família, pouco pode fazer quanto à indisponibilidade orçamentária para o custeio do tratamento, senão obrigar os demais poderes a instituí-la, forçando-o por meio de sanções.

Com efeito, a pressão exercida pelo Poder Judiciário, originada pela grande quantidade de ações propostas pelos atores, tem atingido o fortalecimento do tema em escala nacional. Quanto mais decisões favoráveis à causa dos autistas, melhores serão as perspectivas tanto no sentido de reabilitação, como na constituição de políticas públicas de proteção.

Um grande avanço foi o acesso facilitado à justiça por meio da gratuidade às crianças que enfrentavam problemas para requerer seu direito e viviam atrasos na concessão de liminares. Em muitos casos, os juízes de primeira instância deixavam de conceder à liminar para intimar os pais acerca da condição financeira, o que esbarra em uma questão de direito e vulnerabilidade. Os

16. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão e cidadania.

tribunais já firmaram entendimento no sentido que a criança quando pleiteia direito próprio, a ela cabe a gratuidade, ainda que representada por seus pais com condições financeiras. Tal entendimento tornou-se regra nos últimos anos com precedentes do Superior Tribunal de Justiça – STJ (Brasil, 2023¹⁷).

Cada vez mais crianças estão conseguindo tratamento por meio de liminares, forçando o poder público a se mover por receio da sanção judicial. A condição de ser criança com necessidades especiais tornou-se uma porta aberta para concessão de direitos.

O CNJ¹⁸ tem atuado pressionando os atores a agirem em prol da evolução dos pacientes. Prova disso foi a instituição da portaria nº. 315, que elaborou estudos e materiais destinados à orientação e ao treinamento no atendimento e na atuação diante de pessoas com TEA.

Quanto à questão social da situação financeira das famílias com TEA, surgem dois pontos cruciais: o cumprimento de custeio de necessidades para além das terapias e a preocupação com o futuro dessas crianças, devido à sua limitação para a independência (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019, p. 20).

Com a implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁹, houve um aumento significativo na judicialização por pessoas com autismo. Com o aumento das concessões, a publicização e massificação da informação aumentou o número de ações. Mas, ao contrário do que possa parecer, o aumento exponencial é fator positivo, pois, o que se busca é “zerar” a quantidade de TEA que necessitem e não tenham qualquer amparo financeiro pela autarquia previdenciária.

Segundo dados apanhados pelo INSS, triplicou a liberação de BPC²⁰ para pessoas com autismo, o que chamou a atenção das autoridades, que passaram a realizar um “pente fino” reavaliando os casos para aplicação de cortes, revelando a outra face do problema, o embate entre Executivo e Judiciário.

Importa aqui asseverar os ensinamentos de Sarlet e Figueiredo (2007), pontuando que a doutrina e jurisprudência além da premissa que existem várias maneiras de realizar garantias e obrigações de prestações vinculadas ao mínimo existencial, incumbindo ao legislador a função de dispor sobre o tema da forma de fruição, seu montante, as condições para fruição, podendo os tribunais decidir sobre este padrão existencial mínimo.

17. Disponível em: <https://bit.ly/41K3UCh>. Acesso em: 22 nov. 2024.

18. Disponível em: <https://bit.ly/4qiPkw3>. Acesso em: 22 nov. 2024.

19. Previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é devido ao grupo familiar cuja renda *per capita* seja igual ou inferior à ¼ do salário-mínimo.

20. Dados levantados pela inédita pesquisa realizada pelo UOL em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a reportagem, embasada em pesquisa inédita, trouxe dados precisos e importantes para a comunidade autista, sendo citada em diversos trabalhos científicos sobre o tema. governo-lula.htm

Ainda para Sarlet e Figueiredo (2007), a dignidade da pessoa humana somente estará assegurada – em termos de condições básicas a serem garantidas pelo Estado e pela sociedade – onde a todos e a qualquer um estiver garantida, nem mais nem menor do que uma vida saudável. Este entendimento é precioso e coaduna com o cenário jurídico atual, no qual se busca sopesar a saúde como fator anterior à dignidade plena; afinal, é com saúde que se atinge a dignidade.

Mesmo com os inúmeros reconhecimentos dos direitos dos autistas pelo STF²¹, vê-se cada vez mais “travas” na luta pela defesa dos interesses dos portadores de TEA, sobretudo em face de questões orçamentárias oriundas de ausências de políticas públicas voltadas para a efetivação do direito a saúde e dignidade humana.

Importante destacar que até agora só discorreremos sobre o acesso ao tratamento e suporte à vida. Os valores sociais do trabalho e dignidade, consuetudinários da vida moderna, representam outro problema social a ser observado. O desenvolvimento da ampliação das liberdades individuais desse grupo vulnerável substitui o foco da renda pelo desenvolvimento das capacidades. Ciente da possibilidade de reabilitação, a dúvida sobre se é mais oneroso tratar o TEA por alguns anos ou arcar eternamente com uma possível invalidez, deixa óbvia a escolha e expõe aqueles que a ela se opõem.

Políticas públicas e os poderes Legislativo e Executivo

As decisões judiciais favoráveis ao pleito dos autistas têm elevado o risco financeiro do Estado, conforme demonstra a pesquisa supracitada, revelando a eventual inoperância do Poder Público em aplicar as garantias constitucionais (Silva, 2023). Em contrapartida, o tratamento oneroso e contínuo tem de igual modo preocupado os legisladores pela necessidade de regulamentação dos direitos dessa camada da sociedade.

Pela primeira vez na história, o Censo (2022) trouxe questionamento sobre o diagnóstico de TEA dentre seus entrevistados e a dimensão do desafio a ser enfrentado. Tal fato foi um grande passo para entendermos a proporção das necessidades sociais sobre as quais devem recair as políticas públicas.

Enquanto as famílias dos portadores de TEA se conformarem com leis genéricas, ficarão desguarnecidas pela inefetividade das políticas públicas. Aliado a essas questões, cresce o empobrecimento dessas famílias (Sociedade Brasileira de Psiquiatria, 2019, p. 20).

Como o Judiciário ampliou as possibilidades do acesso à justiça, com a Portaria n. 315 do CNJ, o Legislativo, ainda que tardiamente, editou o Projeto de Lei 630/21 que obriga o poder público a investir em projetos específi-

21. Dentre algumas delas, podemos citar as ADIs 4.275, 5.337 e o RE 1.063.405.

cos para pessoa com autismo, o que é um grande avanço na luta por políticas públicas e sua efetivação. Para o autor do projeto, deputado Glaustin da Fokus (GO), “Esse ‘acesso’ vem sendo garantido sem as necessárias adaptações que compreendam as peculiaridades do autismo e que incorporem os avanços científicos nessa área” (Agência Câmara de Notícias, 2023).

Como a maior parte dos processos judicializados ainda repousa dentre os titulares de planos de saúde, há uma pressão por parte do sistema de seguros de saúde, que vê o elevado custeio determinado por decisões judiciais como risco à existência do negócio. Enquanto isso, usuários e clientes reclamam dos aumentos das mensalidades dos planos privados e questionam os lucros dessas empresas, gerando controvérsias jurídicas envolvendo a cobertura de tratamentos para pessoas com TEA pelos planos privados de saúde (Barbosa; Silva, 2025). Encontra-se em votação o Projeto de Lei 1917/2021 que obriga planos e seguros de saúde a fornecerem atendimento multiprofissional, inclusive terapias baseadas na Análise do Comportamento Aplicada, sob a sistemática composta por supervisor e assistente terapêutico, a crianças diagnosticadas com TEA.

Enquanto o Estado se atenta à judicialização, esquece do fato que o judicializado é apenas uma pequena parcela da população com TEA. A questão social repousa nos 2 milhões de autistas do Brasil²² e não apenas nos milhares que buscaram a via judicial.

O avanço alcançado pelo Legislativo, com a criação do BPC, apesar de representar um marco histórico na vida das famílias no TEA, faz parte do dilema desenvolvido no tópico anterior. Embora existam políticas públicas para o tratamento de doenças, levantando sempre a bandeira da saúde pública, quando se fala de autismo em crianças, deve-se levar em consideração o fato de que o transtorno é algo a ser enfrentado de forma plena e irrestrita. Os dados do portal da transparência mostram que R\$ 180,83 bilhões de reais são destinados a saúde, mas infelizmente não há qualquer direcionamento de parte significativa desses recursos para o enfrentamento do autismo (Brasil, 2024²³).

Alvo direto das manifestações, o Poder Executivo está em ritmo lento acerca da efetivação de políticas públicas. Quando um surto de tuberculose, meningite, sarampo ou qualquer outra crise de saúde sanitária surgem, há erradicação, vacinação e o tratamento é realizado para a população. Porém, quando se fala em TEA, o aumento do número de processos judiciais, leis ou benefícios é compreendido como fator orçamentário negativo. A discussão política se estende além do Judiciário, nas iniciativas que visam obrigar o Estado a promover as necessidades básicas de dignidade e saúde da pessoa portadora de TEA.

22. Dados com referências nas pesquisas apuradas pelo CDC, conforme alhures demonstrado em rodapé.

23. Disponível em: <https://bit.ly/4eVWnZc>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Diante da alta tensão entre o alto custo operacional do tratamento e os anseios das famílias que veem cada vez mais um cenário nada promissor de desenvolvimento humano, assertivo Dias²⁴ ao apontar esta polarização nos últimos cinquenta anos como um fator que conduz à descidadanização. Resta, pois, o autismo em uma espécie de eixo tensionado amorfo e inovador onde é mais fácil o Estado oferecer um auxílio ínfimo a se ocupar com altos custos de tratamentos que podem ser efetivos na reabilitação do indivíduo.

Enquanto a falta de recursos e infraestrutura, em todos os ambientes necessários (casa, clínica e escola), é uma realidade, a inércia executiva vem forçando o Judiciário com ações para que as crianças tenham o mínimo adequado para se desenvolverem. Decisões como a proferida na Apelação n. 5009050-52.2020.4.04.7004 (Brasil, 2020²⁵) são um alento para quem ainda sofre com a inércia do poder executivo (em âmbito Federal, Estadual e Municipal). Outro marco para esta década foram as válidas iniciativas de conscientização acerca do tema, que vem crescendo em vários âmbitos, embora necessitem de maior frequência e investimentos por parte do Estado (Veloso e Sousa; Batista Moreira; Almeida Cruz, 2022).

A interação dos atores sociais

Para Touraine (1998, p. 37), o ator social é

alguém que, engajado em relações concretas, profissionais, econômicas, mas também igualmente ligado à nacionalidade ou gênero, procura aumentar sua autonomia, controlar o tempo e suas condições de trabalho ou existência.

A maioria dos autistas não tem como lutar por seus direitos, pois são crianças e adolescentes em desenvolvimento de suas capacidades.

O desenvolvimento das interações entre as famílias, poderes Judiciário, Legislativo e Executivo tem alcançado conquistas, embora ainda insuficientes diante da complexidade do cenário. Esse paradoxo reflete o quão delicada é a situação, sobretudo pela inefetivação de políticas públicas de proteção das famílias vulneráveis, ainda dependentes de medidas paliativas como o recurso ao Judiciário.

A (in)efetividade das políticas públicas, em face dos contingentes excluídos, focalizada na vulnerabilidade de pessoas ou grupos, muitos dos quais se denominou de “invisíveis”, corrobora o entendimento de que o Brasil não caminha em bom ritmo para a proteção da comunidade autista. Pode-se

24. Dias, Márcio Pereira. A vulnerabilidade: suas (re)configurações, paradoxos e contornos na experiência latino-americana. *Revista Processus de Estudos Jurídicos*, v. XVII, n. I, 2016.

25. Disponível em: <https://bit.ly/3QawVEG>. Acesso em: 22 nov. 2024.

observar que os poderes estão passando por modificações. Fica evidenciada a necessidade de implementação de políticas públicas que assegurem à comunidade do TEA o mínimo científico.

Enquanto o empoderamento da família TEA significa mais atuação na causa, mais relevância e melhores expectativas para as crianças autistas, torna-se evidente o desafio colocado ao Estado para atender a essas demandas sociais crescentes.

Considerações finais

A complexidade da interação entre os atores sociais, diante do fenômeno do TEA, deve ser encarada como um objetivo a ser resolvido, delimitando a atuação de cada poder, o que aliviaria o judiciário, na sua porção vanguardista e participe na luta pela efetivação dos direitos fundamentais dos autistas.

À luz das fontes pesquisadas, restou claro que o maior dilema é a extensão nacional do TEA, ainda velada pelo receio dos representantes públicos em enfrentarem a real dimensão da questão em âmbito social, através de iniciativas efetivas para a melhoria da vida das pessoas em foco.

Uma série de evidências indicam que o Executivo busca evitar a publicização e a convocação geral para diagnósticos desse grupo, assim como é feito nas epidemias. Se o fizesse, teríamos um cenário mais realista para enfrentamento do problema e a dimensão concreta de sua complexidade. Diante da forma como encaram a questão orçamentária ocasionada pelas decisões judiciais, seria exagero falarmos em uma “pandemia de autismo”? Deixamos a questão para reflexão e para o estímulo a novas pesquisas sobre o tema.

A implantação e efetivação de políticas públicas de proteção aos portadores de TEA é um imperativo. A criação de centros de tratamento para o desenvolvimento de crianças e adolescentes com autismo é uma necessidade. A elaboração de políticas que visem a acolher toda a população TEA, com propostas orçamentárias para tratamento, pesquisa e desenvolvimento de pessoas com autismo, dando-se condições à existência digna e plena.

Observa-se como a intervenção dos atores sociais tem se dado de forma descompassada com as expectativas das famílias com TEA, de modo que a inefetividade acompanha esse desarranjo, afetando o tratamento e desenvolvimento da criança e a vida das famílias. A crise financeira advinda da ausência de suporte adequado de grande parte das famílias que possuem pessoas no TEA é uma realidade. Embora alguns avanços tenham sido alcançados, a insuficiência de políticas públicas tem ocasionado a intervenção do Judiciário.

Nota-se que medidas necessárias para a constituição e efetivação de políticas públicas pressionam o poder público no âmbito de uma crise que

afeta todas as esferas da sociedade. Estamos diante de um horizonte de incertezas, e novas pesquisas deverão ser conduzidas para acompanhar essa realidade com o cuidado que ela merece.

Referências

ALBUQUERQUE, Geovana. Comissão discute prioridade no Orçamento para núcleos de atendimento a crianças com autismo. **Agência Câmara de Notícias**, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4j2RLAe>. Acesso em: 23 nov. 2024.

ARAGÃO, Gislei Frota (org.). **Transtorno do Espectro Autista**: concepção atual e multidisciplinar na saúde. Campina Grande: Editora Amplla, 2022.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BARBOSA, Poliana; SILVA, Ianá. Planos de saúde e cobertura de tratamentos para pessoas com TEA: análise jurídica das principais controvérsias. **Revista Foco**, v. 18, n. 5, e8457, p. 1-19, 2025.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/44XtxSv>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/48Ss94o>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Apelação n. 5009050-52.2020.4.04.7004/PR. Relator: Min. Márcio Antônio Rocha. **Jusbrasil**, Porto Alegre, 14 set. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3QawVEG>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 2.055.363/MG. Relatora: Min. Nancy Andrighi. **Jusbrasil**, Brasília, DF, 30 jun. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/41K3UCh>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://bit.ly/4eVWnZc>. Acesso em: 22 nov. 2024.

CAVALCANTI, Thais. A “Abordagem das Capacidades” na teoria de Amartya Sen sobre o desenvolvimento humano. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 1, p. 173-173, 2019.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Prevalence and characteristics of autism spectrum disorder among children aged 8 years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 sites, United States, 2020. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, v. 72, n. 2, p. 1-14, 2023.

DIAS, Márcio Pereira. A vulnerabilidade: suas (re)configurações, paradoxos e contornos na experiência latino-americana. **Revista Processus de Estudos Jurídicos**, v. XVII, n. I, 2016.

PIOVESAN, Josieli *et al.* **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4teRzSl>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PORCINO, José Marciel Araújo *et al.* Aspectos neuropsicológicos de criança com transtorno do espectro do autismo no processo de aprendizagem. *In*: ARAGÃO, Gislei Frota (org.). **Transtorno do Espectro Autista: concepção atual e multidisciplinar na saúde**. Campina Grande: Editora Amplla, 2022, p. 47-65.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas aproximações. **Direitos Fundamentais & Justiça**, São Paulo, n. 1, p. 171-213, out./dez. 2007.

SEN, Amartya. **Commodities and Capabilities**. Nova Delhi: Oxford University Press, 1985.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Natália Maria Luz. Problemas atípicos, soluções complexas: projetos de lei como respostas à judicialização do tratamento do autismo. **Revista Jurídica**, v. 27, n. 123, jun. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). **Transtorno do Espectro Autista: Manual de Orientação**. São Paulo: SBP, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/48NgEwD>. Acesso em: 4 out. 2024.

TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 13, n. 3, p. 296-299, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. São Paulo: EDUSC, 1998.

VELOSO E SOUSA, Caissa; BATISTA MOREIRA, Gisele; ALMEIDA CRUZ, Marina. Marketing social e campanhas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista. **Revista de Administração da Unimep**, v. 19, n. 8, p. 2-21, 2022.

A DEMISSÃO DO ESTADO E O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO: SEBRAE COMO (CON)FORMADOR DE NOVOS SUJEITOS

Cristian Andrei Tisatto

Introdução

As políticas públicas resultam de disputas constantes entre grupos sociais com interesses diversos, que se organizam e utilizam seus recursos para incidir sobre o Estado. Mais do que escolhas técnicas, as políticas expressam concepções rivais de mundo, que buscam institucionalização por meio da força estatal. Assim, as decisões políticas não apenas respondem a demandas, mas também consolidam projetos ideológicos que se projetam na sociedade, influenciando o senso comum.

O senso comum, moldado por discursos e valores, orienta formas de pensar e agir, repercutindo diretamente na qualidade do debate público e político. Nesse processo, a educação ocupa papel estratégico: atua tanto na reprodução da ordem social quanto na possibilidade de elaboração de projetos alternativos comprometidos com a vida coletiva e republicana. A escola, como espaço de socialização e formação de subjetividades, torna-se alvo de disputas que envolvem valores, identidades e concepções de sociedade.

Em tempos de reconfiguração do capitalismo, sobretudo sob a racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), grupos com maior poder econômico criam estruturas para influenciar políticas públicas, oferecendo não apenas materiais e recursos, mas um projeto de educação. Esse projeto difunde valores e visões de mundo que buscam moldar subjetividades de crianças e jovens, consolidando um *ethos* alinhado ao mercado.

Todos nascemos participantes de uma concepção de mundo, que internalizamos e naturalizamos por meio da socialização. Nesse sentido, quem disputa a educação, disputa também a modelagem dessa concepção. É nesse cenário que se insere o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Fundado em 1972 como entidade privada sem fins lucrativos, o Sebrae tem como finalidade apoiar e desenvolver micro e pequenas empresas, promovendo o empreendedorismo. Com o tempo, tornou-se também um dos principais difusores da chamada Pedagogia Empreendedora, expandindo sua atuação para dentro das escolas públicas, por meio de programas, formações docentes e materiais pedagógicos.

Neste capítulo, analisamos dois programas centrais do Sebrae: o CER e o Programa Cidades Empreendedoras. A análise apoia-se nos referenciais teóricos de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, buscando compreender como tais iniciativas se inserem nas disputas pela formação de subjetividades e na conformação da educação às lógicas neoliberais. O método adotado é a análise documental crítica, que toma como base documentos, materiais institucionais e dados oficiais do Sebrae.

O texto está estruturado em três partes principais, além desta introdução. Na primeira, discutimos a escola como espaço estratégico de manutenção do poder e de produção de subjetividades. Na segunda, analisamos a relação entre Estado e iniciativa privada, com foco na atuação do Sebrae na educação. Nas seções finais, examinamos criticamente essas experiências à luz de Foucault e Bourdieu, refletindo sobre seus impactos e implicações para as políticas educacionais brasileiras.

A escola como instrumento de manutenção do poder

Por que a escola importa e por que sua credibilidade vem sendo questionada? Para além da família, a escola é a instituição que mais influencia a formação dos indivíduos. Desde os clássicos da Sociologia, como Durkheim, reconhece-se seu papel na socialização e configuração dos sujeitos:

Cada sociedade elabora um certo ideal do homem, ou seja, daquilo que ele deve ser tanto do ponto de vista intelectual quanto físico e moral; esse ideal é, em certa medida, o mesmo para todos os cidadãos, mas se diferencia conforme os meios singulares que cada sociedade abriga. É este ideal, único e diverso ao mesmo tempo, que constitui o polo da educação (Durkheim, 2013, p. 52).

Em tempos de reorganização do capitalismo há interesse de determinados grupos sociais dotados de maior poder econômico que se preocupam em conformar subjetividades, investindo na construção de um *ethos* social capaz de difundir e atender seus interesses e expectativas. Assim, buscam articular ações, recrutar saberes que se desdobram em poder para promover tal difusão. Instituições como a escola são utilizadas como instrumentos que subsidiam a formação de sujeitos, um espaço disputado por grupos sociais que passam a vislumbrar tais instituições por reconhecerem suas potencialidades de contribuir com a construção de projetos societários.

O sujeito não nasce pronto. Ele é formado ao longo de sua trajetória pelas experiências sociais e pelas instituições que regulam a vida coletiva. A educação desempenha, assim, papel decisivo: internaliza elementos históricos, sociais, cul-

turais e políticos, constituindo identidades e moldando subjetividades. Nesse processo, a escola assume lugar central como espaço de socialização secundária.

Esse papel, contudo, não é neutro. A formação escolar é resultado de disputas de poder, que buscam estabelecer hegemonias e construir um senso comum capaz de legitimar valores e práticas dominantes. Para os grupos hegemônicos, a escola é um dispositivo de poder (Foucault, 2008), utilizado para formar o sujeito ideal para cada contexto histórico: indivíduos dóceis e produtivos, adaptados à lógica capitalista.

Nancy Fraser (2020), reinterpretando Gramsci, destaca que a classe dominante naturaliza sua visão de mundo, transformando-a em senso comum. A educação é central nesse processo. Barbieri (2021) reforça essa perspectiva, ao compreender a escola como espaço privilegiado de produção de subjetividades.

No contexto contemporâneo, marcado pela racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), a escola é capturada por lógicas que valorizam a competição, a meritocracia e o empreendedorismo. Foucault (2008) já advertia que a governamentalidade neoliberal se materializa em instituições como a escola, que moldam condutas e subjetividades em conformidade com as exigências do capitalismo.

Nas reformas educacionais em foco evidencia-se o projeto capitalista neoliberal, avançando sobre as políticas educacionais. Nele prioriza-se as individualidades em detrimento dos projetos coletivos, o discurso do mérito substitui a ideia de bem-estar social, o empreendedorismo individual é a promessa de avanço na melhoria da educação brasileira. Esses pressupostos passam a ocupar espaços de formação docente, seminários promovidos pelas gestões escolares, apoiados por instituições representativas de interesses de grupos sociais específicos com capacidade e poder econômico e político, capaz de influenciar políticas educacionais. Ou seja, está em jogo a formação das juventudes, suas ideias sobre o trabalho e suas percepções sobre o mundo.

Assim, o gerenciamento da vida passa a ocorrer por diferentes mecanismos compreendidos como dispositivos de controle. Entre eles, destaca-se justamente a escola, cuja função é modelar e formar sujeitos para que se tornem aquilo que deles se espera. Trata-se de um exercício de micropoder, que, em rede, sustenta as relações macropolíticas, legitimando desigualdades e consolidando a racionalidade neoliberal.

Por outro lado, a escola conserva também um potencial de resistência. Como lembra Fraser (2020), a construção de blocos contra-hegemônicos depende da disputa por novas versões do senso comum, capazes de desafiar a hegemonia neoliberal e propor alternativas baseadas em justiça social, democracia e cidadania crítica. Nesse sentido, compreender a escola como espaço

de disputa é fundamental para problematizar seu papel tanto na manutenção quanto na transformação das relações sociais.

Estado, mercado e o avanço da iniciativa privada

Conforme estudos desenvolvidos por Caetano (2019) e Peroni e Caetano (2020), as disputas sobre a escola e seu conteúdo se intensificam a partir das reformas que culminaram na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Michetti (2020) e Tisatto e Bento (2021a, 2021b) mapeiam e discutem os principais grupos de interesse que participaram da formulação da BNCC e disputaram a escola pública, com interesses que, por vezes, não correspondem às expectativas de uma escola republicana, comprometida com a erradicação das desigualdades e o desvelamento das contradições que o sistema socioeconômico capitalista produz.

Os trabalhos supracitados evidenciam a intensa participação do empresariado brasileiro, operando na formulação e implementação de políticas públicas em tempos de reformas da educação que transformam o ensino médio. Freitas (2021) analisa que o empresariado busca a construção de uma pedagogia hegemônica, com a participação do mundo corporativo sobre as políticas educacionais, o que implica na preponderância de percepções de grupos de interesse sobre a escola e como ela deve operar. Para além disso, propõe uma redefinição do papel do Estado, que através da escola investe na subjetividade e na governamentalidade dos indivíduos, atuando como um dispositivo de controle e disciplinamento.

Tais reformas educacionais recentes, como a BNCC e o Novo Ensino Médio, representam expressões concretas da reconfiguração do capitalismo sob a racionalidade neoliberal. Esses marcos curriculares deslocam o foco do bem-estar coletivo para a responsabilização individual, substituem o direito à educação pelo discurso da empregabilidade e reforçam a lógica da meritocracia. Nesse processo, o Estado torna-se cada vez mais poroso às influências de grupos privados que passam a disputar a formulação das políticas públicas (Michetti, 2020; Peroni; Caetano, 2020; Lavallo *et al.*, 2018).

Pierre Bourdieu (2014) descreveu esse movimento como a “demissão do Estado”, em que funções historicamente atribuídas ao poder público são transferidas ao mercado. A educação, nesse contexto, deixa de ser um bem público voltado à cidadania e se transforma em espaço de experimentação de lógicas privadas, aproximando-se da racionalidade empresarial. Essa dinâmica é reforçada pelo avanço da chamada Nova Gestão Pública, que busca gerir serviços estatais segundo parâmetros do mercado, priorizando resultados, indicadores e eficiência.

Michel Foucault (2008) auxilia a compreender esse processo ao discutir a governamentalidade neoliberal: um conjunto de práticas e saberes que tem como alvo principal a população e como instrumento central os dispositivos de controle. A educação, nesse sentido, deixa de ser apenas espaço de transmissão de conhecimento e passa a ser mecanismo de produção de sujeitos empreendedores, responsáveis por gerir sua própria vida como “empresas de si”.

O capitalismo se reconfigura e uma nova governamentalidade passa a ser necessária para subsidiar as transformações. Conforme Alvarez-Uria (1996) a cada reforma da educação, grupos sociais disputam por espaço em prol de ter suas perspectivas e interesses difundidos e legitimados pela instituição escolar – que historicamente, reproduz engrenagens capazes de subsidiar a manutenção das realidades sociais marcadas pela desigualdade e privilégios para poucos – seja por meio do currículo escolar, das práticas pedagógicas desenvolvidas ou investindo na formação de um *ethos*, de um conjunto de valores que subsidia práticas sociais.

O fato é que, para que o capitalismo se consolide como uma racionalidade que impera nas relações sociais, precisa constituir-se de legitimidade; portanto, na continuidade de um senso comum baseado na naturalização das desigualdades, na racionalização da perspectiva neoliberal como única alternativa de sociabilidade, fabricando indivíduos que se distanciam de projetos coletivos e da produção de um senso comum democrático.

Esse cenário abre espaço para que instituições privadas ampliem sua presença nas escolas públicas, legitimadas por narrativas de modernização, inovação e qualidade. O Sebrae se insere justamente nesse contexto: apresentando-se como parceiro do Estado, mas difundindo valores e práticas alinhados ao empreendedorismo e ao mercado, reforça a formação de subjetividades adaptadas à lógica neoliberal.

O Sebrae e a educação empreendedora

O Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE)

Criado em 2013, o PNEE constitui o eixo estruturante das ações do Sebrae no campo educacional. Seu objetivo declarado é inserir o empreendedorismo em todos os níveis de ensino, da educação básica ao ensino superior, por meio de parcerias com secretarias de educação e instituições escolares.

O programa disponibiliza gratuitamente materiais didáticos, cursos, oficinas e consultorias, que incluem desde projetos para alunos do ensino fundamental até disciplinas em cursos técnicos e de graduação. Dados do Sebrae apontam que o PNEE já beneficiou mais de 5 milhões de estudantes e capacitou 165 mil professores em mais de 9 mil instituições de ensino.

Embora não se restrinja à formação de futuros empresários, o PNEE busca difundir o empreendedorismo como comportamento e mentalidade ideais, voltado ao protagonismo juvenil, ao planejamento de projetos de vida e à adaptação às exigências do mercado de trabalho.

O CER – Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora

Também criado em 2013, o CER atua como repositório e difusor das práticas do PNEE. É uma plataforma digital que reúne planos de aula alinhados à BNCC, ebooks, podcasts, cursos online, jogos e trilhas de aprendizagem. O CER se organiza em dois portais: um voltado para professores e gestores escolares, outro para estudantes.

Para os docentes, a plataforma oferece materiais didáticos, guias para secretários de educação, trilhas de capacitação e conteúdo que posicionam o professor como “líder” e formador de mentalidades empreendedoras. Para os estudantes, disponibiliza jogos e atividades que simulam situações de negócios, reforçando competências como proatividade, resiliência e criatividade.

Segundo dados do próprio Sebrae, o CER já alcançou cerca de cinco mil municípios, com impacto direto em mais de 9 milhões de estudantes e na capacitação de aproximadamente 490 mil professores. Esses números demonstram o alcance nacional do programa e seu papel central na difusão da pedagogia empreendedora.

O Programa Cidades Empreendedoras

Além do PNEE e do CER, o Sebrae opera o Programa Cidades Empreendedoras, que visa fortalecer o ambiente de negócios nos municípios. Entre seus dez eixos de atuação, destaca-se a educação empreendedora, com foco na formação de professores e alunos da rede pública.

Na região dos vales do Sinos, Caí e Paranhana, o Sebrae tem investido de forma sistemática na formação de professores e gestores escolares, consolidando sua presença como ator influente na área educacional. Para exemplificar, em Campo Bom, em 2023, promoveu capacitação em gestão escolar para 120 educadores; em Estância Velha, também em 2023, organizou uma Oficina de Emoções e Empatia voltada ao desenvolvimento socioemocional docente; e, em Dois Irmãos, no mesmo ano, realizou ações de qualificação de servidores para a gestão escolar¹. Essas iniciativas revelam que a atuação do Sebrae ultrapassa o apoio a

1. Disponível no sítio do Sebrae: <https://bit.ly/48SPgx6>. Acesso em: 15 ago. 2025.

micro e pequenas empresas e passa a incidir diretamente no cotidiano da escola pública, ao moldar práticas pedagógicas e formas de gestão, reforçando sua estratégia de difundir valores empreendedores por meio da formação docente.

A proposta é explícita: despertar o empreendedorismo na juventude como estratégia de inclusão social e acesso ao mercado de trabalho. Para os estudantes, o portal do programa disponibiliza jogos, trilhas e cursos online, abordando temas como projeto de vida, educação financeira, sustentabilidade e mundo do trabalho. Um exemplo é o jogo “Barbaridade”, em que o jovem deve gerenciar um salão de beleza, aprendendo a lidar com clientes, tempo de atendimento e fluxo de caixa.

Essas iniciativas revelam como o Sebrae atua simultaneamente sobre professores e estudantes, moldando práticas pedagógicas e subjetividades decorrentes. Trata-se de um esforço sistemático de difusão da pedagogia das competências (Kuenzer, 2011), em sintonia com os pressupostos da BNCC e com a lógica da responsabilização individual, típica da racionalidade neoliberal.

Análise crítica: Foucault e Bourdieu

A atuação do Sebrae na educação pode ser compreendida como expressão da racionalidade neoliberal que se dissemina por meio de dispositivos de controle (Foucault, 2008). Ao introduzir o empreendedorismo individual como comportamento desejável, o Sebrae promove a constituição de sujeitos que devem gerir a própria vida como empresas de si, responsáveis individualmente por seus sucessos e fracassos. Trata-se de um processo de governamentalidade, no qual a escola opera como tecnologia de governo das condutas.

O empreendedor de si representa, nesse sentido, o *homo economicus* neoliberal: autônomo, competitivo e permanentemente adaptável às necessidades do capital. Essa subjetividade é fabricada através de formações docentes, planos de aula, jogos digitais e itinerários formativos, todos voltados para a difusão de competências e habilidades individuais. A educação, assim, se converte em um campo estratégico de produção de subjetividades neoliberais.

Pierre Bourdieu (2014) ajuda a ampliar essa análise ao destacar a demissão do Estado e a transferência de responsabilidades públicas para atores privados. A retração do financiamento estatal e a fragilização de políticas educacionais universais abriram espaço para a presença de instituições como o Sebrae, legitimadas pela promessa de inovação e qualidade. Ao ocupar esse vazio, o Sebrae transforma interesses empresariais em conteúdos pedagógicos, convertendo capital econômico em capital simbólico, que adquire aparência de neutralidade e legitimidade.

A escola, nesse processo, deixa de ser apenas espaço de ensino e aprendizagem para se tornar instrumento de hegemonia. Grupos privados, a partir do

Sebrae, utilizam sua capacidade de articulação e seus recursos para difundir uma concepção de mundo que naturaliza a lógica de mercado. Isso reforça a tese gramsciana de que a hegemonia se constrói não apenas pela coerção, mas também pelo consenso: ao transformar seus valores em senso comum, a classe dominante assegura sua direção moral e intelectual sobre a sociedade.

No caso da educação empreendedora, o consenso é produzido a partir de narrativas como “projeto de vida”, “protagonismo juvenil” e “inovação”, que mascaram a precarização e deslocam para o indivíduo a responsabilidade por superar desigualdades estruturais. Dessa forma, o Sebrae atua como um aparelho privado de hegemonia, inserido na sociedade civil, mas com forte capacidade de incidir sobre as políticas públicas e de conformar práticas escolares e subjetividades.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste capítulo buscou compreender a atuação do Sebrae na educação como parte do avanço da racionalidade neoliberal e da reconfiguração das políticas públicas no Brasil. Mostrou-se que programas como o PNEE, o CER e o Cidades Empreendedoras não apenas ampliam a presença do empreendedorismo no currículo escolar, mas também contribuem para moldar professores e estudantes segundo valores de competição, autonomia individual e adaptação ao mercado.

O Estado, considerado nos discursos circulantes como lento, burocrático, “inchado” e ineficiente não atenderia ao interesse público com “agilidade”. Essas narrativas geralmente incluem a pecha da corrupção, sempre creditando o mau uso do recurso público e a educação de baixa qualidade ao Estado, colocando em xeque sua eficácia. Para determinados grupos, a solução proposta é abrir espaço para a iniciativa privada, supostamente mais ágil e competente. Ignora-se quase que totalmente o fato de que parte da corrupção sempre envolve entes privados e que nas grandes crises, é o Estado que atua para dirimir e contornar os efeitos junto à população.

Isso ocorre porque as oligarquias se mobilizam, de modo a formar, através dos dispositivos possíveis, uma massa de sujeitos convertidos aos ideais do neoliberalismo. A formação de subjetividades dóceis, sujeitos disciplinados, prontos para incorporar e reproduzir a lógica do capital, alegadamente a melhor alternativa de sociabilidade, envolve vários dispositivos, e a instituição escolar é mirada como espaço importante nessa reprodução.

A partir dos referenciais de Foucault e Bourdieu, argumentou-se que essa atuação deve ser lida como um processo de governamentalidade e de “demissão” do Estado: por meio da educação, fabricam-se sujeitos empreendedores

de si, enquanto o Estado transfere suas responsabilidades para instituições privadas. Assim, o Sebrae consolida-se como ator político relevante, capaz de difundir um *ethos* empresarial no interior das escolas públicas.

Ao mesmo tempo, a análise evidenciou que a escola é um espaço ambíguo, que enseja suas contradições. Se, por um lado, legitima interesses dominantes e reforça desigualdades, por outro, conserva potencial de resistência e de construção de alternativas contra-hegemônicas. Esse potencial depende da capacidade de grupos sociais organizados de disputar o senso comum e propor projetos educacionais orientados pela justiça social, pela democracia e pela emancipação crítica.

Concluir que a escola é campo em disputa significa reconhecer que a incidência de atores privados como o Sebrae não é inevitável nem natural. Trata-se de um processo histórico, fruto de escolhas políticas e de correlações de forças. Por isso, compreender como essas disputas se dão é condição necessária para que possamos pensar em alternativas que reafirmem a educação como direito, e não como mercadoria. O propósito deste texto não foi esgotar o debate, tampouco aprofundar as ações do Sebrae, em relação ao campo educacional, mas evidenciar que a lógica do empreendedorismo, de natureza corporativa vem ocupando espaços e se apresentando ao campo educacional.

Referências

- ALVAREZ-URIA, Fernando. A escola e o espírito do capitalismo. *In*: COSTA, Marisa (org.). **Educação básica na virada do século**. São Paulo: Cortez, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CAETANO, Maria Raquel. A Base Nacional Comum Curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 19, n. 2, p. 132-141, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- FOUCAULT, Michel. Introdução – “Por uma genealogia do poder”. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. VII-XXIII.
- FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 145-152.
- FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 167-179.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 277-293.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREITAS, S. da S. **A pedagogia da hegemonia**: empresariado e a educação. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 712-734, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.43863. Disponível em: <https://bit.ly/3QMtncm>. Acesso em: 3 dez. 2025.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAVALLE, Adrian Gurza *et al.* Abertura – Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. *In*: LAVALLE, Adrian Gurza *et al.* **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2018, p. 20-86.

MICHETTI, Miqueli. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 102, fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4v5qMto>. Acesso em: 12 dez. 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. Redes dentro de redes e as novas alianças entre estado e mercado. **Educere et Educare**, [s.l.], v. 15, n. 37, 15 fev. 2020.

SEBRAE. **Programa CER** – Cidades Empreendedoras, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4qsd7d3>. Acesso em: 20 jul. 2025.

TISATTO, Cristian Andrei; BENTO, Juliane Santana. Cidadania e neoliberalismo: o capital importa nas políticas públicas de educação? **Textura** - Revista de Educação e Letras, Canoas, v. 23, n. 53, p. 359-383, 2021a.

TISATTO, Cristian Andrei; BENTO, Juliane Santana. Atores e disputas: a quem interessam as políticas públicas do campo educacional? **Revista Germinal** - Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 13, n. 2, ago. 2021b.

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO

Márcio Pereira Dias

Introdução

As Políticas Públicas protagonizam a forma de intervenção dos Poderes Públicos, dinamizadas para reverter cenários em conflito, ou evitar a instauração de situações de crise social. Partindo deste contexto, na primeira década do século XXI, se inaugurou um exercício de ação bem específico, direcionado à adequação de políticas de ações afirmativas que buscassem viabilizar o acesso à educação superior pelos jovens que concluíram o ensino médio em instituições públicas e também para aqueles que o fizeram em escolas privadas, quando beneficiados com bolsas de estudos. Paralelamente, programas governamentais instigaram um exercício determinante do acesso à educação superior por jovens pardos, pretos e indígenas, e pelas pessoas com algum tipo de deficiência.

Nesse contexto, o Programa Universidade para Todos (Prouni) foi instituído em 2004, e promulgado pela Lei n. 11.096/2005. O seu objetivo era conceder bolsas de estudo para alunos matriculados em instituições privadas de ensino superior que frequentaram o ensino médio em escolas públicas – ou particulares com bolsa integral – a partir de critérios baseados na renda familiar. A implementação de uma política pública desse formato no Brasil era, e ainda é, essencial como estratégia de promover o acesso ao ensino superior.

Desde o ano 2000, o total de vagas oferecidas em cursos de graduação privados excede em mais do que 50% o total de vagas em cursos de graduação públicos. Nos últimos anos, esse indicador ultrapassou os 75%. Assim, políticas públicas de acesso à educação têm potencial de elevar a taxa de escolarização da população brasileira. Portanto, a existência de políticas de inclusão no ensino superior focadas no critério da renda familiar, como é o caso do Prouni, são essenciais para a promoção do acesso de jovens carentes nos cursos de graduação.

O Prouni já concedeu mais de 5,2 milhões de bolsas. Em especial, desde 2014, os totais anuais de bolsas ofertadas pelo Programa superam o patamar de aproximadamente 300 mil bolsas e alcançaram, em 2022, o maior quantitativo, com a disponibilização de mais de 460 mil bolsas (Reis; Pinheiro; Belmiro, 2023).

É incontestável que o Prouni se mostra como facilitador do acesso à educação superior. O Programa incentiva Instituição de Ensino Superior (IES) privadas a oferecerem bolsa para estudantes de baixa renda, mediante compensação tributária, consolidando-se como instrumento determinante da redução das desigualdades sociais. No entanto, ao observar as peculiaridades definidas pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação –, é imperioso questionar se o Prouni atende a expectativa nacional de democratização do acesso à educação superior, servindo de ferramenta à equidade social?

Políticas públicas e o Prouni

No decorrer do progresso da civilização humana, o Estado assumiu uma função eminentemente social, cabendo-lhe cumprir prestações em prol do bem comum, e assegurar o cumprimento de direitos que garantam as mínimas condições de dignidade. Nesse sentido, dentre os direitos fundamentais estabelecidos, repousa o direito à educação, cujo acesso perfaz um daqueles direitos que devem ser assegurados pelo Estado.

Da forma que modernamente se configurou, o direito à educação pode ser traduzido basicamente em dois aspectos: a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola, mediante educação com nível de qualidade semelhante para todos. O direito à educação traz uma potencialidade emancipadora do ponto de vista individual e igualitária do ponto de vista social, visto que a sua afirmação parte do pressuposto que a escolarização é niveladora das desigualdades do ponto de partida. [...] direito à educação pressupõe o papel ativo e responsável do Estado tanto na formulação de políticas públicas para a sua efetivação, quanto na obrigatoriedade de oferecer ensino com iguais possibilidades para todos (Araujo, 2011, p. 287).

Partindo da ideia central de que os direitos fundamentais perfazem os direitos humanos reconhecidos e positivados pela Constituição de um estado, ecoa notadamente claro que o direito à educação é um direito fundamental que legitima o cidadão a exigir do Estado o cumprimento de prestações pertinentes à sua garantia e efetividade. Não obstante, chama-se atenção ao fato de que:

Na perspectiva dialética contrapõem-se realidades sociais absolutamente distintas perpassados por interesses contrapostos. De um lado um poder hegemônico fortemente enraizado, concentrando alto capital social e poder simbólico (Bourdieu, 2008) e que imputa aos pobres

a crença quanto à possibilidade de acender socialmente mediante o trabalho árduo e submisso ao capital. As conquistas sociais inscritas na Constituição Cidadã de 1988 significaram uma valorização de longos anos de empenho em direção inversa às desigualdades persistentes. Do outro lado, atores sociais historicamente submetidos ao poder simbólico, com poucos recursos para reagir à situação, conjugando-se a uma lógica conservadora e liberal que domina o cenário social, buscando manter o status estabelecido (Ruscheinsky; Schwinge, 2015).

Por este caminho, e já integrado ao sentido de políticas sociais e educacionais, enquanto políticas públicas, resta evidente que a efetivação do acesso à educação é efeito da implementação de políticas públicas educacionais promovidas pelo Estado. Nesse sentido, é sempre interessante recordar que toda a perspectiva inerente ao processo de inclusão na educação superior requer planejamento, deliberação, implementação e avaliação (Wainer; Melguizo, 2018). No elenco das políticas públicas educacionais que o Estado brasileiro implementou para assegurar o acesso à educação superior, encontra-se o Prouni, que surgiu para concretizar a previsão constitucional de que o acesso à educação seria democratizado, conferindo-se condições igualitárias para todos galgarem formação nas distintas etapas da educação formal, inclusive na educação superior.

O Prouni é uma medida governamental que visa otimizar o acesso à educação superior, e a respectiva permanência, dos filhos de famílias carentes, desprovidos das condições adequadas para cumprirem com o pagamento das mensalidades nas IES privadas. Sobre este aspecto, deve-se realçar que o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei n. 13.005/2014, decênio 2014-2024, ao abordar a educação superior, estipulou como fundamento de sua Meta 12, a perspectiva de

eleva a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público (Brasil, 2014).

Nesse sentido, e conforme se observa pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2020, a taxa líquida de matrícula na educação superior, ou seja, o percentual de matrículas da população de 18 a 24 anos, alcançou o registro de 18,1%, restando 14,9 pontos percentuais abaixo da meta. Relativamente a isto, o Observatório do PNE, plataforma de monitoramento organizada pela sociedade civil, destaca que houve um crescimento contínuo na taxa líquida de matrícula entre os anos 2004 e 2008, momento em esse indicador refreou o

avanço da meta, elevando-se em tão somente 3,3 pontos percentuais de 2009 a 2020 (IBGE, 2020a).

Em razão dessa análise, evidencia-se que em 2005, ano de início da vigência do Prouni, a taxa de matrículas alcançava a marca de 11,5%, frente aos 18,1% pontos percentuais de 2020, revelando um crescimento de 6,5%, no período de 15 anos, bem abaixo dos 33%, estipulado pela Meta 12 do PNE (IBGE, 2015).

De fato, percebe-se, *a priori*, que muito embora se constate um crescimento no número de matrículas na rede de ensino superior, pouco se conhece a respeito dos mecanismos de promoveram esse avanço, e, por consequência dos entraves enfrentados durante a implementação do PNE, sobretudo por ainda se estar tão distante da meta estipulada para o corrente ano. Em que pese o refreamento do acesso à educação superior não favorecer o propósito de expansão planejado pelo PNE, tem-se no Prouni um mecanismo indiscutível de democratização do acesso à educação superior e de equidade social. É importante verificar em que medida o Prouni colaborou com este avanço, de modo a que efetivamente tenha correspondido como uma ferramenta fundamental ao cumprimento do Direito Humano à educação.

Em razão do modelo social e de conformação do poder do Estado, a educação brasileira historicamente seguiu um paradigma elitizado, construindo-se, e consolidando-se como um modelo educacional que privilegiava os filhos das elites. Desde os mais remotos tempos de constituição da sociedade brasileira, a formação em nível superior era alcançada apenas pelos estudantes ricos que se utilizavam do poder aquisitivo de seus pais para galgarem titulação além-mar. Durante o período da colonização portuguesa:

Para graduarem-se, os estudantes da elite colonial portuguesa, considerados portugueses nascidos no Brasil, tinham de se deslocar até a metrópole. Na Colônia, o ensino formal esteve a cargo da Companhia de Jesus: os jesuítas dedicavam-se desde a cristianização dos indígenas organizados em aldeamentos, até a formação do clero, em seminários teológicos e a educação dos filhos da classe dominante nos colégios reais. Nesses últimos, era oferecida uma educação medieval latina com elementos de grego, a qual preparava seus estudantes, por meio dos estudos menores, a fim de poderem frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal (Oliveira, 2002, p. 24).

Vencidas as fases que culminaram com a transformação do modelo político brasileiro, quando o país resgatou a perspectiva de instauração democrática, as universidades, ou as entidades universitárias, experimentaram um momento

expansionista. Já mais recentemente, sob a nova dialética constitucional, e seguindo a orientação de democratização do acesso à educação superior, o Estado autorizou a abertura de Instituições de educação superior dentro de um novo marco hierárquico, e, assim, os brasileiros conheceram o desenvolvimento de Faculdades, Centros Universitários e Universidades privadas, que passaram a dividir espaço com as instituições Públicas, Confessionais e Comunitárias, na busca pela apropriação de uma fatia do desejado mercado educacional.

A esperança dos brasileiros menos abastados é fortalecida com as expectativas criadas de que estaria chegada a hora de mudanças e estaria assegurado que os brasileiros, encontrariam acesso educacional em todos os níveis.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva aprofundou esse processo. Criou a Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial, modificou o Sistema de Financiamento ao Estudante e criou o Programa Universidade para Todos, previu bolsas e vagas específicas para “negros”. Em 2003, o Conselho Nacional de Educação exarou as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

Em 2010, foi promulgado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12288/2010), destinado a garantir a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos da população negra, bem como o combate à intolerância étnica, nos termos do seu artigo 1º (STF, 2018, p. 23-24).

Com o desenho das medidas acima enunciadas as práticas do governo se ajustam à implantação de um sistema concessor de bolsas de estudos, e permite às IES privadas, mesmo aquelas com natureza econômica e de fim lucrativo, participarem de um novo programa governamental. O Prouni foi criado com o propósito de conceder bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes brasileiros carentes.

Surgido com uma conotação de provocar a justiça social, favorecendo às camadas menos abastadas da sociedade brasileira, em cuja origem se identificavam jovens entre 18 e 24 anos, que enfrentavam dificuldades para o acesso à educação superior, o Prouni, representa um dos pilares de inserção social e acesso à educação, promovidos pelo Governo Federal, principalmente no marco do primeiro mandato de Lula (2003-2006). É sabido, no cenário universitário nacional, que o Prouni:

Configura-se em uma engenhosa construção que desde o primeiro ano de sua implantação recebeu apoio de diversos setores da sociedade que acreditaram na possibilidade de democratização do acesso à

educação superior e de inclusão social, por meio de ação afirmativa. Também recebeu críticas de segmentos que apontavam, entre outros aspectos, que o programa se constituía em uma manobra do Executivo para favorecer as instituições de educação superior privadas, por meio de renúncia fiscal (Marques, 2015, p. 53).

É de se notar que o Prouni se forma como uma experiência social sem precedentes, ao levar aos filhos de famílias vulneráveis, social e economicamente, a perspectiva de um caminho de realização profissional e humana. Nesse sentido, é imperioso dizer que as políticas públicas de educação, de uma outra forma, se configuram a partir das posições de atores coletivos em luta ideológica, que exteriorizam não raras às vezes posicionamentos antagônicos.

Não se pode descartar que a medida social embutida no Prouni tem

o caráter de inserção e “empoderamento” de uma parcela numerosa da nossa população, sem que dela decorram prejuízos para outros segmentos sociais, uma vez que o acesso ao ensino superior está igualmente franqueado a todos (STF, 2018, p. 46).

Enquanto ferramenta de acesso à educação superior, o Prouni:

Deu oportunidade a estudantes de baixa renda, negros e oriundos da escola pública, firmou-se como uma alternativa real para um tipo de indivíduo que é ainda constringido por imensas desigualdades em sua vida. Outro ponto: o bolsista passa por um processo de seleção que é o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), fato distante da quase totalidade das IES privadas de tipo lucrativo, já que poucas levam a sério o vestibular. Junto a isso, exigem-se do bolsista 75% de aprovação no total das disciplinas cursadas em cada período letivo. Como resultado, os bolsistas, em geral, tendem a possuir desempenho igual ou superior aos alunos pagantes. Por fim, o PROUNI colocou certa ordem na “terra sem lei” antes existente no setor privado de ensino superior ao trazer para o âmbito governamental certo controle das isenções que esse setor sempre usufruiu (Almeida, 2015, p. 51).

Com um olhar atento para o redimensionamento do cenário universitário brasileiro, e observação ao novo perfil de frequentadores dos corredores das academias de educação superior, estabelecido a partir da instituição do Prouni, pode-se dizer que o Estado brasileiro passa a conviver com uma expectativa de igualdade material, configurada pela ampliação de oportunidades reais de acesso à educação superior por aqueles que outrora padeciam da formação.

Ao viabilizar o acesso à educação superior pelos estudantes originários das famílias mais carentes, o Prouni incrementa um fazer sociopolítico intrínseco à solidificação do princípio constitucional da igualdade, escudando a dignidade humana, em virtude de otimizar o nivelamento das possibilidades de crescimento pessoal. Quanto ao Prouni pode-se observar que:

Cinco critérios, objetivos e bem delimitados, foram escolhidos pelo legislador para atender a uma situação geradora de uma grande perplexidade: a coexistência, de um lado, de um baixíssimo percentual da população que logra obter o grau acadêmico universitário e, de outro, a comprovada existência de vagas ociosas nos cursos superiores do país, predominantemente em universidades privadas. Some-se a isso, é claro, a evidente dificuldade de acesso à educação superior pelos indivíduos pertencentes às camadas sociais mais humildes (STF, 2018, p. 42).

Por assim dizer, “há um mínimo de necessidades fundamentais que são substancialmente idênticas em todos, numa determinada sociedade e numa determinada época” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 604).

Quanto maior é a necessidade fundamental não satisfeita de alguém, tanto maiores são os benefícios que ele recebe. Aquele cujas necessidades fundamentais já foram quase satisfeitas pode não receber nada e talvez até tenha de renunciar a alguma coisa supérflua para prover às necessidades dos outros. O resultado final desta distribuição desigual será, mais uma vez, um maior nivelamento da riqueza e das oportunidades. “A cada um segundo a sua necessidade” é outro princípio de nivelamento ainda mais radical. Ele impõe, pelo menos teoricamente, à sociedade e, em especial, ao Governo o dever de satisfazer todas as necessidades de cada um, por muito desiguais que elas sejam em gênero e grau (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 604).

Coerente com a

premente necessidade de saneamento daquela genérica situação de desigualdades para cujo enfrentamento a Constituição se revelou tão incapaz a ponto de ver esclerosadas as instituições nascidas sob o seu arcabouço ou guarda-chuva normativo (STF, 2018, p. 25).

Dessa forma, é importante ter-se em questão que a política de expansão extensiva e intensiva tinha por objetivo reduzir as distâncias geográficas e as desigualdades territoriais da educação superior em termos regionais.

As últimas duas décadas do século 20 da história brasileira se caracterizam por um nítido confronto ou conflito entre manutenção das desigualdades e a reivindicação de novos direitos. As desigualdades parecem constituir-se uma realidade persistente e, ao mesmo tempo, reinventada, de acordo com as circunstâncias. Nesse sentido, pode-se falar em descontinuidades: quais as desigualdades que se acentuaram ou quais as que se diluíram nos últimos anos? A descontinuidade se manifesta tanto na supressão, quanto na inovação ou expansão dos direitos e das oportunidades: étnicas, sistema educacional, trabalho, opção sexual, consumo, meio ambiente, entre outros. A segurança pública e seguridade social apresentam-se como uma temática significativa das desigualdades persistentes (Ruscheinsky, 2008, p. 50).

Prudente se faz observar que a delimitação do acesso à educação superior, antes do Prouni, privilegiado aos filhos de famílias detentoras do poder econômico, oprimia a igualdade social, perecendo o direito humano à educação, pois, como bem esclarecem Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 604), “as pessoas são desiguais quanto às suas necessidades fundamentais não satisfeitas”. O Prouni, relativamente à educação superior, equaliza as oportunidades econômicas de acesso, democratiza a formação superior à sociedade brasileira.

As ações afirmativas são consideradas políticas públicas temporárias, promovidas pelo Estado, que objetivam a promoção da igualdade entre grupos sociais, que historicamente não tiveram seus direitos garantidos pelas políticas universais. Logo, essas medidas, em sentido restrito, configuram-se como um mecanismo para o acesso à escolaridade, a cargos públicos e privados e a outros espaços da sociedade que nunca tiveram acesso (Marques, 2015, p. 55).

Dentro dessa ótica, o Prouni contribui para o suplante da histórica injustiça cometida pela sociedade brasileira, que, ao longo dos tempos excluiu uma parcela de seus comuns “das condições de elevação de seu patamar social, cultural e econômico, dadas as barreiras que se põem desde o nascimento em condições materiais desvantajosas” (Marques, 2015, p. 56). Vistos estes dados, e congênere com todo o exposto acima, o Brasil se mostra como um país de notórias desigualdades. É indiscutível, assim, que:

A persistência das desigualdades, como continuidade e descontinuidade dos direitos e da distribuição de renda, pode ser atestada, de um lado, a partir do significado do leque de direitos inscritos na Constituição de 1988, de outro lado pela trajetória da economia, com renda

concentrada e ainda financiamentos frágeis para o montante das políticas públicas universalizantes (Ruscheinsky, 2008, p. 51).

Forçoso, com tudo, afirmar-se que acessar as políticas públicas, as ações e serviços públicos, não raro depende de “sorte”, ou de boas relações, muito mais do que na garantia de um direito. O fato leva ao descrédito das instituições, a deturpação da norma, reafirmando a disparidade de oportunidades (Ruscheinsky; Schwinge, 2015).

O Prouni como política de redução das desigualdades sociais

O direito à educação do ponto de vista republicano e de uma sociedade democrática se põe como um mecanismo fundamental de consolidação dos direitos humanos. Cabe reconhecer e referir que a ótica do direito à educação se encontra ao longo da história intimamente conectada às possibilidades de desdobramento dos direitos humanos em termos gerais (Dias, 2007). E como tal se encontra normatizado pela Constituição Federal de 1988. Desta forma, compreende-se que o Estado brasileiro tenta otimizar e executar a política pública que visa assegurar este direito social ao cidadão. Nesse sentido, buscar-se-á compreender a efetividade das políticas afirmativas em matéria de educação superior, que passaram a ser fortalecidas no cenário brasileiro.

A edição dos interesses difusos

A despeito de todos os elementos que totalizaram as discussões e propostas, o Prouni simboliza o “carro-chefe” da democratização do acesso à educação superior. Não obstante, deve-se destacar que, desde a elaboração do Projeto de Lei original que seria enviado ao Congresso em 13 de maio de 2004, até a conformação de sua versão definitiva pela edição da Lei 11.096/2005, a proposta preliminar foi alvo de muitas alterações, as quais sofreram influências fortes dos mais diversos interesses. Neste sentido, tem-se o entendimento de que “o parco teor cidadão do Prouni, manifesto quando do lançamento da proposta, foi ainda mais tolhido, pois os benefícios e sua amplitude se reduziram.” (Catani; Hey; Gilioli, 2006, p. 126). Através da Exposição Interministerial n. 061/2204/MEC/MF, a formatação da Medida Provisória justificou-se pela própria história do processo legislativo que buscou reportar-se às próprias origens do Prouni. Em sua essência

[...] foi submetido ao Congresso Nacional pelo Projeto de Lei nº 3.582, em maio de 2004. Nessa ocasião, o Projeto de Lei foi acom-

panhado de pedido de Urgência Constitucional, tendo em vista a necessidade de implementar o programa idealizado, sem olvidar, contudo, a incontornável necessidade dos debates parlamentares, ínsitos ao processo legislativo ordinário que tenha por objeto norma de semelhante abrangência social (Brasil, 2004).

Imediatamente após o projeto de lei chegar ao Congresso Nacional, as mantenedoras das instituições privadas propuseram modificações no Prouni. Inicialmente, desejavam incluir bolsas parciais, com o propósito de desobrigar as entidades filantrópicas a destinarem 20% da gratuidade para a oferta de bolsas integrais. Igualmente, manifestaram-se pela ampliação da faixa de renda familiar *per capita* de um, para três salários mínimos.

Não se pode desconsiderar que o ambiente empresarial perfaz o segmento da sociedade que mais empreende pressões, articulando conjunções em seu benefício. É claro que as IES privadas se resguardam sob o fato de desenvolverem funções sociais e econômicas, mas seu poder de lobby é significativo. Dentro desta vertente, inclusive representantes das mantenedoras externaram suas preocupações relacionadas com o fator retenção. Foi justamente em razão da preocupação com a renda que também se põe a questão da permanência do estudante no ensino superior, que intensificaram o pedido de modificação da renda familiar para três salários mínimos, o que produziria uma melhor expectativa de continuidade do vínculo do aluno com a instituição.

A despeito de toda essa movimentação, o presidente da Comissão Extraordinária e o relator do Projeto elaboraram um projeto substitutivo para o Projeto de Lei n. 3.582/2004, na tentativa de viabilizar a conciliação entre o interesse do governo pela democratização do ensino superior ao estudante de baixa renda com todo o debate parlamentar acumulado ao longo do trâmite do referido projeto legal, integrando, por outro lado, as manifestações formuladas pelas mantenedoras de instituições de ensino superior (Brasil, 2004). Sobre este aspecto, convém observar que o PL recebeu 292 propostas de emendas.

Dentre as aceitas pelo relator do PL na Câmara até 12.08.2004, permitiu-se que as IES filantrópicas destinassem meia-bolsa (50% do valor do curso) aos estudantes, diferentemente do previsto no PL. Para as beneficentes, a exigência de bolsas integrais caiu de 20% para 10%. Já a faixa de rendimento dos bolsistas integrais subiu de um para 1,5 s.m. (Catani; Hey, Gilioli, 2006, p. 130).

Em face desta atuação por parte das mantenedoras, viu-se que toda a articulação política relacionada à regulação da educação superior focou a busca pelo

consenso, de maneira que se conjugaram os mais variados interesses e sugestões manifestadas pelos distintos setores envolvidos com a formação superior. Foi desta maneira que a proposta da medida provisória condensou todos os esforços das IES.

Desde uma perspectiva política, deve-se anotar que a incorporação das emendas sugeridas decorreu efetivamente da atuação dos partidos políticos representados no Congresso Nacional.

De fato, tanto o debate alimentado pelos parlamentares quanto as pretensões da sociedade civil encontram amplo respaldo na reformulação do PROUNI, evidenciando significativas alterações no teor do texto, se confrontado com o Projeto de Lei de maio de 2004 (Brasil, 2004).

A despeito desta situação, ressalta-se que o Prouni preservou intacto sua base estrutural, resguardando o intuito de conceder bolsas integrais e parciais de estudos para os cursos de graduação, no âmbito das instituições privadas com e sem fins lucrativos, abrigoando o preceito natural de destinar-se:

[...] a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; a estudante portador de necessidades especiais, nos termos da lei; a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica; como consta de seu Artigo 1º e dos incisos do Artigo 2º, respectivamente (Brasil, 2004).

Examinados os documentos legais, tem-se, que a medida provisória procurou oferecer à educação superior um caráter diferenciado, elevando-a à categoria de bem fundamental, mesmo que não lograsse submeter ao regime tributário e fiscal,

indistintamente aplicável à atividade empresarial orientada pela mercadoria e pelo consumo. Ora, ninguém ignora que os tributos cobrados de instituições de ensino superior são repassados aos estudantes por meio da cobrança de mensalidades, conforme a racionalidade econômica empresarial (Brasil, 2004).

Parece fazer sentido, no desenvolvimento das reflexões aqui em curso a contribuição de Touraine a propósito de premissas da sociedade tecnocrata, tecnológica, hedonista em que se tem elegido o acesso ao consumo como referência também para as políticas estatais. Com isto se desidrata o sujeito pelo destaque dado às mercadorias ou se eclipsa a relevância do despertar das capacidades de engendrar relações sociais. Isto por que para o autor é a

construção da realidade social segundo um modelo oposto ao do sujeito, que destrói este substituindo o sentido pelo sinal, a profundidade da vida psicológica pela superfície do objeto, ou a seriedade do amor pelos jogos de sedução (Touraine, 1994, p. 233).

Por ocasião do debate e da opção por uma escolha a medida provisória associou a política de acesso democrático à educação superior com as medidas tributárias. Destaca-se, sobre este aspecto, que o tratamento tributário diferenciado outorgado às atividades congêneres com a oferta da educação superior não buscava apenas flexibilizar ou desonerar as mantenedoras, mas, de sobremodo, reduzir o custo da mensalidade de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, ou seja, tem como meta desonerar o bolso do estudante, em especial, do estudante de baixa renda que, de outra forma, ficaria privado de formação educacional superior (Brasil, 2004).

Para facilitar a consolidação do Prouni, a medida provisória viabilizou que as mantenedoras de instituições de educação superior beneficiadas por eventual compensação tributária pudessem migrar para o regime jurídico de fins lucrativos. É fundamental assinalar que de uma ou de outra forma, o projeto final acabou refletindo também o jogo político, com a atuação bastante marcada dos atores envolvidos, e no final o MEC acomodou os interesses de todos (Guerra; Fernandes, 2009, p. 297). Tem-se, com isto, que o governo brasileiro adotou, como alternativa para o desenvolvimento da educação superior, se utilizar da iniciativa privada.

Avanços em matéria de equidade social

Observando-se a realidade da população jovem, na época em que o Prouni foi idealizado aos dias atuais, houve aumento de 14% da participação dos jovens pertencentes a faixa de renda de até 1,5 salário mínimo, no universo da população – de 18 a 24 anos – que frequentava educação superior. Em geral, houve um incremento nos números, de forma que os 11,9% de outrora subiram para 40,8% do total de alunos matriculados na educação superior (Ipea, 2021, p. 226). Vista esta realidade, tem-se que o Prouni, embora extremamente relevante por si só, não é capaz de promover um acesso global dos estudantes provenientes de famílias desfavorecidas, à educação superior. Outras medidas carecem ser implementadas.

Ressalta-se assim, e mais uma vez, que as políticas afirmativas se revelam imperiosas à estabilidade e efetividade da democratização do acesso à educação superior. Não se pode esquecer que em situações de elevado índice de desigualdades, como ocorre no Brasil, as políticas compensatórias são elementos essenciais para alcançar-se o propósito de democratização do acesso

à educação superior. É importante anotar que, na medida em que se tem, no país, a perspectiva de lograr-se o desenvolvimento nacional,

com a erradicação da miséria e a pobreza se tornando residual, seria esperado que algumas dessas ações sofressem redução ao longo do tempo. Acontecendo isso, poder-se-ia afirmar que tanto as políticas estruturantes, quanto as compensatórias teriam cumprido o seu papel (Ipea, 2015, p. 227-228).

Uma constatação de base é a de que o Brasil fez um considerável esforço de redução nos contingentes de famílias de baixa renda e nos níveis de desigualdades sociais decorrentes. Remanesce, malgrado isso, ao lado da melhoria nas condições materiais de vida, um quadro por vezes preocupante de carências e desigualdades nas dotações de capital cultural, que se traduzem em desníveis na apropriação e exercício de direitos sociais, na qualidade da participação política, nos padrões de solidariedade e convivência social pacífica e, de igual modo, nas condições de acesso e usufruto das melhores oportunidades educativas (Ipea, 2015, p. 228).

A despeito de todo o progresso na ordem de acesso, e perspectiva de permanência na educação superior promovido pelo Prouni, o Brasil ainda convive com uma situação traumática. Os reflexos das questões de qualidade na educação fundamental são notórios, o que reclamam o desenvolvimento de políticas que determinem a obtenção, no final dos primeiros anos de escolarização,

os níveis de letramento que deveriam estar consolidados em seu início – e se projetam na chamada “crise” do ensino médio e nos preocupantes níveis de desempenho dos estudantes no expandido ensino superior (Ipea, 2015, p. 228).

Esse quadro impõe – especialmente ante os desafios postos pelo estilo de desenvolvimento econômico e social que se almeja no futuro próximo – um complexo desafio de construir estratégias para compor políticas públicas que assegurem, ao mesmo tempo e de modo sinérgico, ganhos substanciais de qualidade educativa e de equidade no acesso a seus benefícios (Ipea, 2015, p. 228).

Os problemas, todavia, existem e os desafios persistem aguçando as mentes que instigam o Estado a refletir, diagnosticar e desenvolver políticas públicas não apenas de acesso e permanência nos distintos âmbitos de educação, como ao levante da qualidade dos processos educacionais brasileiros.

As tensões e as condições de acesso

Historicamente, os indicadores da educação formal brasileira decorrem da efetividade das políticas públicas. A abordagem da temática para a ampliação do acesso à educação superior implica igualmente uma discussão sobre o processo de construção de uma sociedade menos desigual e mais democrática (Dias, 2007).

Por isto, não se pode esquecer que a questão relacionada com o acesso à educação superior no Brasil sempre foi polêmica, tendo em vista colocar em xeque as perspectivas mais elitistas de retenção, “visando, em grande parte, a manutenção do prestígio dos diplomas e o *status* dos profissionais no mercado de trabalho” (Oliveira *et al.*, 2008, p. 80), assim como manter as expectativas

mais populares de ampliação do acesso, o que representa aspirações de largas camadas da sociedade, objetivando inserção profissional que garanta melhoria nas condições de vida e de ascensão social (Oliveira *et al.*, 2008, p. 80).

A despeito da distinção fenomenológica entre o acesso, a permanência e a expansão da educação superior, sua análise deve ser elaborada de forma integrada, uma vez que:

A permanência dá sentido ao acesso, configurando a continuidade da trajetória de formação; a expansão tem relação (e impacto) com o acesso, na proporção do crescimento quantitativo (instituições, vagas, matrículas, docentes, financiamento) e das suas características (ensino público/gratuito, organização acadêmica, curso, avaliação/qualidade). De igual forma, poder-se-ia mencionar outros fenômenos distintos, mas a ele articulados, como financiamento e evasão. Tais questões convergem para a afirmativa de que o acesso não comporta uma explicação isolada ou descontextualizada. Por acesso, entende-se a participação na educação superior. Na perspectiva acadêmica, o ato de acessar, inicialmente, implica considerar o ingresso a esse nível de ensino. No entanto, torna-se limitante o desprezo das dimensões de permanência e de conclusão dos estudos (Silva; Veloso, 2010, p. 222).

Ressalta-se, por isso, que o significado de acesso à educação superior vai mais além do que permitir o ingresso do estudante no ambiente da graduação no ensino superior. O sentido da expressão engloba dimensões significativas, representativas, sim, do ingresso, mas determinantes da permanência, da efetividade da formação, e da redução das desigualdades sociais.

Isso, sem sombra de dúvidas, revela-se como fator determinante da prerrogativa de democratização do acesso, de maneira que o “democrático ou democratizante refere-se a um atributo do acesso capaz de explicitar as suas características em face da realidade” (Silva; Veloso, 2010, p. 222). É em razão desse detalhe de importância crucial, que a LDB tenha promovido a consolidação da autonomia das universidades para o gerenciamento do acesso dos estudantes legitimados à frequência da educação superior.

Ressalta-se que antes de publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o então presidente Collor de Melo, no ano de 1990, através do Decreto n. 99.490/90, decretara a autonomia para as universidades, como forma de materializar uma crítica ao seccionamento e à seletividade social promovida pelo então tradicional processo vestibular.

Com essa autonomia, observa-se que o processo de diversificação dos modelos de seleção nas IES intensifica-se; entretanto, isso não significa o fim do processo de elitização e de seletividade social (Oliveira *et al.*, 2008, p. 81).

Muito embora, observe-se que, de fato, a expansão das IES privadas revogou a figura do vestibular, percebe-se que as instituições particulares, de acordo com Ristoff (2008, p. 45), antes do Prouni, somente se mostravam como uma promessa distante de ingresso e permanência para os filhos das famílias de classes menos favorecidas.

Na maior parte dos processos seletivos para o ingresso no ensino superior, existentes no País, o ideário das aptidões e capacidades naturais e a meritocracia estão na base da seleção dos melhores. Os critérios do mérito e biopsicológicos justificam as diferenças individuais e a hierarquização social. Acaba por haver um processo de naturalização da seleção por meio da idealização de processos seletivos considerados mais isentos e mais justos no que se refere ao princípio de igualdade de condições para acesso. Prevaecem os critérios naturais de aptidão e de inteligência, em detrimento das variáveis ou condicionantes socioeconômicas de seleção, mesmo que a sociologia moderna demonstre que o mérito é socialmente construído (Oliveira *et al.*, 2008, p. 82).

Isto, sabidamente, tem um significado muito peculiar, e indica a criação de novas alternativas destinadas para centenas de milhares de jovens oriundos das classes menos favorecidas da sociedade, estudantes de escola pública, que tinham vedado o acesso à educação superior.

Não basta mais expandir o setor privado – as vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público – elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados (Ristoff, 2008, p. 45).

Não obstante que os indicadores oficiais são determinantes para compreender-se que ainda hoje o acesso e à permanência na educação superior se diferenciam entre os estudantes originários de classes diferentes, demarcando uma considerável distinção relacionada não apenas ao nível socioeconômico, mas ao gênero, à raça e à etnia. É importante ter-se em evidência que, no Brasil, a proporção de indivíduos com 25 anos ou mais de idade que concluíram a educação básica obrigatória, ou seja, finalizaram, no mínimo, o ensino médio, preservou-se numa trajetória de crescimento e alcançou 47,4%, em 2022. Dentre estes 47,4%, apenas 26,9% concluíram o ensino médio e 16,9% concluíram o ensino superior (IBGE, 2022, p. 3).

[...] Entre aqueles que não completaram a educação básica, 6,9% eram sem instrução, 33,1% tinham o ensino fundamental incompleto, 8,1% tinham o ensino fundamental completo e 4,5%, o ensino médio incompleto. Apesar dos avanços, mais da metade da população de 25 anos ou mais de idade, no Brasil, não havia completado a educação escolar básica e obrigatória em 2018 (IBGE, 2019, p. 3).

Esse quadro, por si só, é fundamental para o entendimento das condições adversas à que estão submetidos os mais frágeis da sociedade, enfrentando perdas múltiplas em sua trajetória educacional, que resguarda, o quanto são desiguais dos mais abastados.

Em outras palavras: é notório que existem vagas nas instituições superiores privadas que não são preenchidas. E é lícito concluir que uma das razões para este fenômeno sejam as dificuldades financeiras das famílias de arcar com o custo das mensalidades escolares (STF, 2018, p. 43).

Uma vez rompida a barreira ou o obstáculo financeiro, é possível afirmar com Marx (2011, p. 170) que novos pretendentes emergem no universo social:

Se não tenho dinheiro para viajar, não tenho necessidade – nenhuma necessidade real e que se autorrealize – de viajar. Se tenho vocação para estudar, mas sem dinheiro para isso, então não tenho vocação para estudar, isto é, uma vocação efetiva, genuína. Reciprocamente, se não tenho verdadeira

vocação para estudar, mas tenho a vontade e o dinheiro para isso, então tenho vocação autêntica.

Independentemente da maturidade e da efetividade da Constituição de 1988, tem-se que os direitos sociais e fundamentais do cidadão brasileiro sofrem lentamente, deixando milhões de brasileiros à margem da dignidade. Por isto, não se pode desprezar uma certeza, percebida além das fronteiras brasileiras, que a pobreza de aspecto quase que permanente, pela qual diversas gerações se relacionam, alcança uma quantidade considerável de famílias. Essa pobreza decorre da falta completa de oportunidades educacionais, o que notadamente provoca uma indiscutível inconsistência na mobilidade social. Isto caracteriza, em essência, o que poderíamos qualificar como “ciclos cumulativos de desvantagens competitivas”, elemento de bloqueio socioeconômico que “confina milhões de brasileiros a viver eternamente na pobreza” (STF, 2018, p. 43).

Considerações finais

O percurso realizado neste estudo partiu de uma análise do Direito Humano à Educação, levando-se em consideração a origem da Educação enquanto instrumento que possibilita o desenvolvimento humano e a consequente transformação da sociedade. Sob o prisma de que os direitos sociais não se efetivam pela sua simples existência, adentrou-se no estudo do Prouni enquanto política pública, instrumento de efetivação do acesso à educação superior brasileira que promove a equidade das oportunidades sociais.

Neste sentido, foi decisivo olhar o Prouni sob a ótica da redução das desigualdades, colocando-se em evidência a efetividade do programa. Por isso, compreender as implicações do estabelecimento das condições de acesso do estudante ao programa, tornou-se crucial para a verificação das intenções do legislador, no sentido de promover uma política pública voltada para a equidade social.

Importante ressaltar que o Prouni evidenciou uma proposta de política pública educacional que se apresenta como uma alternativa adequada para amenizar os problemas de acesso à educação superior, e desta forma, possibilitar aos beneficiados pelo programa uma oportunidade de afirmação no mercado de trabalho, reduzindo desigualdades e promovendo a equidade social.

Notada essa emblemática marca nas duas primeiras décadas do século XXI e das subsequentes ações implementadas, não se pode encerrar este estudo sem registrar que tal iniciativa não deve ser verificada como conclusiva.

O Prouni nasceu para representar a medida governamental que estabelece uma política pública educacional efetiva que, por ações positivas,

de inclusão, não apenas mostra-se como determinante para reverter os quadros de desigualdade, atenuando a histórica e desproporcional situação dos estudantes provenientes de famílias de baixa renda.

Ocorre que, não obstante a grandeza da proposta, o seu alcance em matrículas, e a projeção formal das perspectivas de mudança do cenário de desigualdade social, econômica e educacional, na prática e no ambiente da vida, a situação revela-se mais complexa. No estudo, verificou-se que os alunos bolsistas do Prouni atenderam os critérios estabelecidos pelo Programa, uma vez que seu perfil refletia jovens de baixa renda, na sua maioria mulheres brancas, que estudaram em escolas públicas. Tem-se, pela análise dos números de matrículas, que o Prouni, embora extremamente relevante por si só, não é capaz de promover um acesso global dos estudantes provenientes de famílias desfavorecidas, à educação superior.

Independente disso, o Prouni é a melhor e mais democratizante política pública instaurada para equalizar o desequilíbrio no acesso à educação superior. O programa possibilita que o estudante ingresse em uma universidade e lá permaneça durante sua jornada acadêmica. Ressalta-se, com isto, que ações políticas afirmativas, como as do Prouni, surgem como adequadas em privilegiarem segmentos sociais desfavorecidos. O Prouni despertou o sentido de efetivar a equidade, através da perspectiva de ingresso.

Referências

- ALMEIDA, Wilson Mesquita de. O PROUNI e o ensino superior privado lucrativo no Brasil. **GEA Opinião**, Rio de Janeiro, n. 16, set. 2015.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011.
- AZEVEDO, Vanessa Lúcia Santos de *et al.* **Política social**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; SANTOS, Clarissa Tagliari. A permeabilidade social das carreiras do Ensino Superior. *Cad. CRH*, Salvador, v. 24, n. 63, p. 535-554, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BONETI, Lindomar. **Políticas públicas por dentro**. 3. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://bit.ly/4snvAr9>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória n. 213, de 10 de setembro de 2004**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/49pFWQz>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014].

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. O PROUNI na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. **Linhas Críticas**, [s.l.], v. 11, n. 20, p. 55-68, 2005. DOI: 10.26512/lc.v11i20.3216. Disponível em: <https://bit.ly/4v692yd>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula. A Educação Superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 2, n. 3, p. 414-429, 2007.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

DIAS, Adelaide Alves. Da educação como direito humano aos Direitos Humanos como princípio educativo. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* (orgs.). **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2007.

GUERRA, Lenin C. B.; FERNANDES, Antonio S. A. O processo de criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI): interesses e escolhas no Congresso nacional. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 18, n. 2, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Educação 2018**. Informativo. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/4pWh75B>. Acesso em: 26 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2020: Amostra - famílias**. Disponível em: <https://bit.ly/493trcW>. Acesso em: 22 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de dados de município**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4s4jK6X>. Acesso em: 28 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Educação superior e sobre-educação no Brasil entre 1980 e 2010**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021. (Texto para discussão).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas de cotas não raciais aumentam a admissão de pretos e de pardos na Universidade? **Revista de Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, n. 44, p. 229-246, jan./jun. 2015.

MARQUES, Eugenia P. S. O PROUNI e a democratização do acesso à Educação Superior no Brasil. **Cadernos do GEA**, n. 7, 2015.

MARX, Karl. **Manuscrtos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

OLIVEIRA, João Ferreira *et al.* Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. *In*: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (orgs.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: Inep, 2008, p. 71-88.

OLIVEN, Ruben G. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). *In*: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Sumaré: Anpocs; Brasília: Capes, 2002, p. 15-44.

REIS, Breno Salomon; PINHEIRO, Diego; BELMIRO, Célio. **Efeitos do Prouni sobre a inserção no mercado de trabalho formal: análise a partir de modelos de regressão**. Evidência Express; Escola Nacional de Administração Pública; Latitude, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/48LGq4h>. Acesso em: 15 dez. 2023.

RISTOFF, Dilvo. Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. *In*: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (orgs.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: Inep, 2008, p. 39-50.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Desigualdades persistentes, direitos e democracia contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 44, n. 1, p. 49-57, jan./abr. 2008.

RUSCHEINSKY, Aloísio; SCHWINGE, Glademir. Os dilemas do saneamento ambiental e a construção de políticas públicas de saúde. Século XXI. **Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, 2015.

SILVA, Maria das Graças; VELOSO, Thereza Cristina. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, n. 30, p. 221-235, jul./dez. 2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Igualdade Étnico-Racial e Políticas de Cotas e Compensação: Jurisprudência do STF e Bibliografia Temática**. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4sR5dLO>. Acesso em: 15 dez. 2023.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

WAINER, Jacques; MELGUIZO, Tatiana. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. 1-28, 2018.

A NOVA DIREITA FRANCESA E A INVENÇÃO DO “GRAMSCISMO DE DIREITA”

Dorian Moreira Filho

Introdução

Vivemos em uma configuração política de ascensão global e assíncrona das Extremas Direitas Nacionalistas (EDs), o que sinaliza para uma ameaça ao pacto liberal-democrático, impulsionada por ondas populistas reacionárias (Lynch, 2022), que prometem punir o “sistema” e restaurar a ordem para os “esquecidos”¹ da globalização. Central para esses movimentos é a luta cultural pela hegemonia, que busca transformar radicalmente a sociedade através do discurso e da ação coordenada de organizações (Vasconcelos, 2025) ou, como em Gramsci (1934/2017, p. 1585-1624) de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH).

Essa ascensão representa uma ruptura estratégica desde o pós-Segunda Guerra Mundial, quando o legado do Nazifascismo ostracizou a palavra neofascista remanescente. Já no final dos anos 1960, uma nova doutrina que focava na preservação da identidade europeia “branca” como igual axiomáticamente e hierarquicamente a outras “culturas”, mas julgando-se ameaçada pela Modernidade “totalitária” das ideologias “do mesmo”, “etnocidas”, buscava reformular os velhos fascismos em uma ideologia tradicional, mas suprafascista (Evola *apud* Vasconcelos, 2025). E, diferente dos nacionalismos revolucionários, a disputa por esta “nova visão de mundo” deveria se dar através da disputa pela “hegemonia cultural”. Uma opção de disputa política discursiva acima dos partidos do “sistema”. Essa virada discursiva surgiu sob a liderança do Groupement de Recherche et Études Pour La Civilization Européenne (Grece), ou NDF, fundado em 1968.

O grupo de intelectuais autodenominado Grece se define como uma sociedade “metapolítica” que busca disputar a “hegemonia” junto à “sociedade civil”, para moldar uma “nova cultura”, que destrua o presente e prepare o “futuro dos povos” – um futuro que é inspirado pela tradição e que é baseado em uma metafísica “ideal” passada; contudo, sem apontar para um período áureo específico o qual deveríamos revivificar. Essa sociedade, cujo “senso comum” teria aderido a esta “nova cultura”, só poderia surgir pela disputa de ideias e não na arena estritamente política (Vasconcelos, 2023a, p. 31). Em 1981, o conceito nativo deste grupo, conhecido como “metapolítica” é, pela primeira

1. Os termos colocados entre aspas são aqueles utilizados pelos ideólogos do Grupo Grece.

vez, teorizado e rotulado como se tratando de um “Gramscismo de Direita” (De Benoist, 1982). Uma caracterização, à época, estratégica.

Como abordaremos mais adiante, o Grece se constituiu em torno de Alain De Benoist e de Dominique Venner (um jovem intelectual neofascista e um veterano do nacionalismo revolucionário), como uma entidade de cunho cultural com o objetivo de repensar a tradição fascista, derrotada pelos aliados na Segunda Grande Guerra. Eles se dotaram, para tanto, do que Gramsci chamaria de um vasto Aparelho de Hegemonia Privado (APH) contra-hegemônico, com revistas eruditas e generalistas (*Nouvelle École*, *Éléments*, *Krisis*) Editoras (*Labyrinthe*) além de participar ou fundar revistas de grande circulação (*Valeurs Actuelles*, *Figaro Magazine*) e colocá-las por décadas sob a linha editorial deste grupo intelectual. Através deste APH ou com parceiros, os intelectuais do Grece vão produzir e publicar reportagens, textos teóricos e doutrinários, ensaios e livros para pesar na batalha política, interferindo no senso comum do tempo presente.

Versões dessa atuação “metapolítica”, sob a ampla apelação de “guerra cultural”, são hoje o modelo seguido por diversas vertentes e movimentos de EDs que se dizem versadas em Gramsci, visando o controle do poder cultural e, por via de consequências, a hegemonia sobre a cultura e a dominação política. No Brasil, organizações como Brasil Paralelo (BPL) e o Instituto Cultural Floresta (ICL), que são emanações das ideias do falecido intelectual tradicionalista Olavo de Carvalho (Paulo, 2020), ecoam essa ideia de que a esquerda domina a sociedade pelo poder cultural sub-reptício, remontando ao pensamento do Grece. Diferente da NDF que diz erigir Gramsci como modelo de ação, as “novas direitas” olavistas veem o intelectual italiano como agente político perigoso e dizem reagir em “legítima defesa” ao “gramscismo cultural” de esquerda através de um “contra-gramscismo” ou de uma ação “contra-hegemônica”.

Apesar dessa apropriação dos preceitos do italiano, o historiador Jean-Clau de Zancarini (2023) argumenta que o “Gramscismo de Direita” é uma usurpação e distorção do legado de Gramsci. Zancarini mostra como as apropriações precursoras do neofascista italiano Pino Rauti chegam a Alain De Benoist – fundador e principal intelectual do Grece. Pode-se argumentar que a base da estratégia metapolítica é iluminada pelas ideias tradicionalistas de René Guénon e de Julius Evola, pela via de Rauti, justamente (Sedgwick, 2024, p. 451, 453). Isso porque o tradicionalismo rejeita a arena política moderna como espaço legítimo de retorno à tradição metafísica original e universal que eles querem ver triunfar. Se a luta pela sociedade “ideal” tradicional, no caso guenoniano/evoliano, não acontece pela disputa política-eleitoral que eles desprezam, a batalha tem de se dar em um nível outro. Este nível, seguindo a tradição metafísica de Guénon e Evola, no caso do Grece, é “o nível da cultura” (Faye, 1982).

Dada a ascensão das EDs identitárias e da guerra cultural vagamente baseada em Gramsci por elas promovida, este trabalho busca: 1) Apresentar o grupo intelectual que possibilitou pensar a “Guerra Cultural” como ação política, à extrema direita, usando um intelectual comunista, Antonio Gramsci, como fundamento do conceito de “metapolítica”; 2) Discutir os principais conceitos de Antonio Gramsci que estariam potencialmente vinculados ao conceito de “metapolítica”; 3) Analisar e refletir sobre os limites do uso das ideias de Gramsci para além dos objetivos emancipatórios que o autor italiano ambicionava.

Com base na análise de edições da revista *Éléments* (publicação bimensal jornalística de vulgarização da doutrina do Grece), textos de colóquios do Grece e entrevistas de Alain De Benoist, procuraremos, usando os conceitos de Antonio Gramsci que sejam atinentes à noção geral de “Guerra Cultural”, iluminar nossa apresentação e análise do chamado “Gramscismo de direita” por seus autores grecistas. Assim, primeiramente, mobilizamos uma série de autores que procuraram interpretar o trabalho de Gramsci, que é copioso, disperso e nunca sistematizado pelo filósofo italiano em vida. Notadamente, utilizamos Coutinho (2011), Buci-Glucksmann (1975), Hoare e Sperber (2019) e Liguori e Voza (2016), além de leitura dirigida dos *Cadernos do Cárcere* (Q) e das correspondências de Antonio Gramsci.

Para descrever e analisar a estratégia dita “metapolítica” do Grece, nos servimos de um corpus literário e jornalístico produzido pela NDF. Especificamente, aplicamos a técnica de análise de conteúdo segundo Bardin (1993, p. 125-168), em particular na reconstrução do surgimento, definição e evolução da ação dita “metapolítica”, pelo Grece. Em nosso trabalho de pesquisa, do qual este texto é um recorte (Moreira Filho, 2025), com um *corpus* mais amplo em escopo, examinamos os números 1, 8, 14, 31, 32, 33, 43, 44-45, 54, 77, 94, 157 e 204 da revista do Grece. Também compôs o corpus um número em particular de *Nouvelle École* 21-22, livros e entrevistas que fazem parte do trabalho doutrinário de Alain De Benoist e os anais dos colóquios nacionais XIV e XV do Grece. Neste recorte, nos debruçamos sobre o corpus de dados sempre que detectados elementos do discurso da NDF, para enriquecer nosso conhecimento do que constitui a “metapolítica” grecista.

A existência desse vasto corpus discursivo surgido depois da fundação da NDF dá uma ideia do comprometimento do grupo e de seus intelectuais com uma guerra cultural a travar contra a Modernidade, sua epistemologia e normatividade. Exploraremos este aspecto dos meios materiais para a luta cultural ao longo deste trabalho.

O que mostraremos é que, muito embora o Grece tenha adotado uma estratégia que dialoga com o pensamento de Gramsci para forjar sua versão de uma

“guerra cultural”, há limites a este exercício. Sobretudo, o objetivo final da “metapolítica”, que é preparar um clima social propício a uma revolução reacionária, oposta aos objetivos emancipatórios de Gramsci. A “metapolítica” do Grece visa abolir os valores burgueses e igualitários do senso comum, ao passo que Gramsci, ainda que igualmente contrário aos valores burgueses, quis instalar no senso comum um desejo de buscar um nível superior de igualdade na sociedade, que para ele seria o Estado Regulado surgido de uma revolução comunista bem-sucedida.

Ademais, Vasconcellos abordou as origens e os usos contemporâneos do conceito – metapolítica – e nos lembra que a metapolítica, ainda que mais reivindicada pelas EDs contemporâneas, também tem sua conceptualização à esquerda (2025, p. 13-15). Há então, duas vertentes de metapolítica, de maneira esquemática, como explica o sociólogo:

No século XX, a concorrência entre as propostas fascistas e socialistas podem ser entendidas como duas direções críticas dos limites da metapolítica liberal diante da dinâmica contraditória da história e que se realizaram como projetos diversos de “modernidade alternativa”: um regressivo, ancorado em valores conservadores e reacionários; e outro, progressivo, fundado no ideal universal de classe. Ambos, no entanto, naufragaram (Vasconcelos, 2025, p. 14).

Neste trabalho exploraremos esta dicotomia em mais detalhes ao cotejar a “metapolítica” do Grece e a visão gramsciana da guerra cultural que, aliás, Vasconcelos nos lembra que pode ter sido influenciada pela metapolítica de Benedetto Croce, referência maior para o comunista italiano (2025, p. 18).

Grece: uma nova direita intelectual

A NDF, denominação dada pela imprensa ao Grece, foi fundada em 1968, e se define como uma associação engajada que considera que “a cultura não deve ser o ‘jardim exclusivo’ dos marxistas” (Duranton-Crabol, 1988, p. 40). O Grece surge em uma configuração política liberal-democrática que, segundo a visão do grupo de intelectuais, lhes é desfavorável.

Os pensadores grecistas se propuseram a oferecer uma visão de uma “contra-sociedade ideal” que serviria de contraideologia em uma “guerra cultural” contra os “igualitarismos” tanto de esquerda como de direita, supostamente oriundos de uma “matriz ideológica comum”: o cristianismo, os ideais iluministas e a Modernidade. Trata-se de um pensamento antimoderno na sua “Visão de Mundo” ou cosmovisão. O Tradicionalismo de Guénon, Julius Evola e

o Conservadorismo Alemão são fundamentais na construção dessa alternativa filosófica e social à Modernidade, bem como da estratégia “metapolítica”, central para a difusão de tais ideias (Sedgwick, 2024).

Em uma perspectiva “metapolítica”, para os grecistas, sendo a obra de Antonio Gramsci “ao mesmo tempo um paiol de armas e uma caixa de ferramentas” (Taguieff; Tarnero; Badinter, 1983, p. 78) disponíveis a qualquer corrente de pensamento e não somente à esquerda marxista. O “Gramscismo de direita” também poderia corresponder a uma “virada discursiva” reacionária, conforme propôs McManus (2020), de interesse pelas formas discursivas de ativismo, além da produção de um discurso centrado na valorização da identidade (no caso europeia/branca) e de sua defesa contra os inimigos dos “povos enraizados”. Como explica o acadêmico estadunidense:

[...] devemos reconhecer que esse conservadorismo é semelhante à política pós-moderna de esquerda ao enfatizar a identidade como o locus para a autoridade epistêmica e normativa. Também é semelhante aos seus homólogos de esquerda ao empregar muitas das mesmas táticas e até mesmo retórica (McManus, 2020, p. 142).

Em resumo, esta corrente pós-fascista, conforme Traverso (2015, 2019), que mobiliza uma aparelhagem teórica que também alimentou os fascismos históricos, mas tem o cuidado de se distanciar deste legado político visto por muitos como infame, é um grupo de reflexão, um instrumento de batalha e um difusor de uma doutrina similar a velhas formas do fascismo e do tradicionalismo do início do século XX, com nova roupagem. Esta se pretende como uma terceira via ideológica ao liberalismo e ao socialismo. Ela busca ser antimoderna, antiburguesa, aliando anticapitalismo, anti-imperialismo à uma visão epistemológica e normativa que é hierárquica, etno-identitária e anti-individualista, onde a pessoa é axiomáticamente preferível ao indivíduo e o direito “dos povos enraizados” (europeus “verdadeiros”) é preferível aos “direitos humanos”.

A importância da disputa pela “hegemonia” e a apropriação do legado gramsciano pelo Grece

Parece-nos pertinente trazer noções iniciais dos princípios e conceitos gramscianos. Parece-nos importante fazê-lo porque a dita ação “metapolítica” do Grece que nos ocupa aqui é central para o sucesso do que eles declaram ser seus objetivos – o surgimento de uma “nova cultura”, leia-se de uma nova ideologia que seja majoritária, antimoderna, não conformista e de valores an-

tiburgueses. Desta forma, é importante que o(a) leitor(a) deste trabalho tenha em mente esses rudimentos teóricos para poder cotejar tais noções com o que o conteúdo gramscista nos diz ser uma ação cultural fundada em Gramsci.

Antonio Gramsci, nascido em 1891 em Ales, província de Cagliari, na Itália, é filho da pequena burguesia sarda. Ele chega a Turim em 1911 para concorrer a uma bolsa para estudantes de baixa renda, aspirando à uma formação universitária. Apesar de ter recebido o benefício, devido à sua frágil saúde que o impede de cumprir todas as obrigações acadêmicas, abandona os estudos formais e se envolve com o jornalismo operário e com o próprio movimento operário.

Em 1919 funda, com outros jovens intelectuais marxistas, o “L’Ordine Nuovo” – “Resenha semanal da nova cultura socialista”. Além do legado teórico, em torno desse órgão de imprensa que é partidário se forma uma corrente do Partido Socialista Italiano (PSI) que, dois anos mais tarde, romperá e formará o Partido Comunista Italiano (PCI) do qual Gramsci será um dos mais destacados dirigentes nacionais. Interessante notar que *Éléments* tem como subtítulo “por uma Civilização Europeia” – claramente contrastando “cultura” e o adjetivo “socialista” com “civilização” e o adjetivo “europeia” ainda que evocando o legado do italiano.

É devido à sua luta antifascista que Gramsci, em 1926, junto com outros deputados, acaba em um cárcere político que durará, no seu caso, quase uma década. Dos anos de cárcere resultaram 33 cadernos com anotações teóricas de todo o tipo e diversas cartas onde, além de trivialidades, o filósofo e jornalista aborda temas e conceitos que ocupavam seu trabalho intelectual. Estas notas não sistematizadas em vida, representam o amadurecimento do pensamento que o jovem Gramsci produziu nos seus escritos pré-carcerários nunca publicados em forma de antologia.

Posto que Gramsci não teve tempo de unificar seu trabalho, a soma dos hoje conhecidos como “escritos políticos” pré-carcerários, e de seus cadernos e correspondências, constituem uma espécie de canteiro de obras – inacabado, com materiais e peças dispersas em constante trabalho de interpretação. Seus conceitos, princípios e pistas de trabalho, por isso, aparecem de forma dispersa em diversos pontos do seu legado carcerário.

Assim, como explica Coutinho (2011, p. 20),

a principal questão a que Gramsci tenta responder nos Cadernos é a seguinte: por que, apesar da crise econômica aguda e da situação objetivamente revolucionária existente na Itália e em boa parte da Europa no início dos anos 1920, não foi possível repetir ali a vitoriosa experiência dos bolcheviques na Rússia?

A resposta a esta pergunta começa pela evolução da teoria do Estado, em Gramsci, do conceito de “hegemonia” que inova em relação à Marx, Engels e Lênin sem romper completamente com seus escritos pré-carcerários, mas os ajustando à realidade histórica em que ele vivia (Buci-Glucksmann, 1975).

No que nos interessa, comecemos pelo conceito de “hegemonia” e de Estado em Gramsci. Aqui, retemos que o autor, pensando como um dirigente revolucionário comunista, procura, conceitualmente, resolver o problema das alianças políticas necessárias, inicialmente, no interior do proletariado (“classe revolucionária”).

No tempo do pensador, o reino Italiano, recentemente unificado, havia produzido uma sociedade socioeconomicamente díspar, com um proletariado campesino e mais empobrecido no Sul, e um outro proletariado, ainda que em luta por direitos salariais e trabalhista, com mais acesso ao conforto moderno, no Norte industrializado.

Este panorama levava a disputas setoriais, ou para falar como Gramsci, corporativas, entre os diferentes ofícios e regiões. O militante comunista que era Gramsci, inicialmente, vê a busca pela “hegemonia política” como uma relação pedagógica e cultural operada pela classe operária e para a classe operária se politizar e se unificar contra a hegemonia burguesa do “ressurgimento italiano”, e depois, unificada, alcançar o poder. A esse processo Gramsci chamou de “catarse”.

Já a hegemonia para Gramsci é o fundamento filosófico de um regime historicamente dominado por uma classe social e precisa ser entendida como uma relação de força no interior do regime. Como a luta pela conquista da hegemonia é, sobretudo, um instrumento de politização e unificação da classe operária, ela não pode ser pensada como dominação, inicialmente, mas como direção da classe revolucionária em ascensão – pois não se deveria precisar dominar ou coagir aliados. Então, hegemonia é uma relação pedagógico cultural e uma *preparação* de uma direção política.

Dito isso, por hegemonia o filósofo italiano, no Caderno do Cárcere (Q) n. 1 nota § 59, entende o segue na citação abaixo. Embora ele tenha abordado o tema desde os tempos de jornalista em “*L'Ordine Nuovo*” e que esteja estreitamente ligado à definição leninista de “hegemonia do proletariado” (Buci-Glucksmann, 1975), em Q1, ganha um delineamento mais maduro e amplamente discutido até hoje:

O exercício “normal” da hegemonia no terreno tornado clássico do regime parlamentar é caracterizado por uma combinação da força e do consenso, que se equilibram, sem que a força supere em muito o consenso, mas antes, que pareça apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos assim chamados órgãos de opinião pública (Buci-Glucksmann, 1975, p. 375).

A “hegemonia”, segundo interpreta Buci-Glucksmann (1975), é o que se busca pelo consenso durante a fase pré-revolucionária e o que garante que o exercício transitório do poder de Estado pós revolucionário (em direção da síntese hegeliana do “Estado Regulado”) em Gramsci, seja sustentado. Mas o que nos interessa aqui é que desta definição, decorrem outros conceitos fortes em Gramsci, que supostamente teriam de estar presentes na reflexão grecista de sua ação política dita cultural. Por exemplo, “sociedade civil”, o espaço de construção de um consenso pré-revolucionário, “sociedade política”, “Estado Integral” e dos meios materiais da disputa pela “hegemonia” que são os APH e “aparelho de coerção”, que garante a hegemonia quando não há mais consenso entre dominados e dominantes.

A “hegemonia”, no sentido ideológico, então, é a capacidade da classe dirigente de determinar o que Gramsci chamou de “filosofia do tempo” que orienta à ação do Estado, tanto institucionalizando o consenso por uma “constituição” política, como o assegurando pela coerção – no equilíbrio entre consenso e força do qual falamos.

A noção de “hegemonia” está também intimamente ligada à sua concepção de Estado; quer dizer, uma articulação entre consentimento de diversas classes sociais pela adoção de um “senso comum” hegemônico que se disputa na “sociedade civil” e se traduz na ocupação da “sociedade política” que opera, sob a direção hegemônica da classe dominante que alcançou consentimento previamente na batalha ideológica, pedagógica e crítica.

Gramsci infere este equilíbrio e os instrumentos de conquista da hegemonia cultural a partir da sua reflexão sobre o papel do intelectual na construção da revolução cultural que antecederia a tomada do poder. Nas cartas do cárcere, há um trecho muito discutido onde ele clarifica esta cadeia de inferências, se não de forma canônica, pelo menos de forma clara e sucinta:

Além disso, ampliei muito a noção de intelectual e não me limito à noção atual que só leva em conta os grandes intelectuais. Este estudo também leva a especificar certas características do conceito de Estado que normalmente é entendido como uma sociedade política (ou ditadura ou aparelho coercitivo para adaptar a massa popular ao tipo de produção e à economia de um determinado momento) e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, hegemonia exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, sindicatos, escolas, etc.). E é precisamente na sociedade civil que os intelectuais trabalham [...] (Gramsci, 1953/2002, p. 179).

Primeiro, para o italiano, o intelectual surge da classe trabalhadora e deve trabalhar para a construção de um consenso de classes, a fim de dirigir a sociedade de forma democrática rumo à uma revolução que ele pensa poderá abolir a hegemonia burguesa, o regime disciplinar do trabalho e a organização econômica forjados pelo capitalismo. Em outras palavras: pôr fim a um regime de submissão. Algo como um antepassado da noção de “dispositivo” em Foucault (Foucault *et al.*, 1977); o intelectual, que não é apenas o grande pensador, mas aquele que age em uma rede mais ou menos integrada de instituições, obra pela construção do “senso comum”. Logo, da hegemonia ascendente ou instalada, por uma direção político-social, e não uma ditadura. Nesta última, sem consentimento, apenas a ação dos “Aparelhos de Coerção” do “Estado Estrito” produz um consentimento constringido ou coagido.

As organizações privadas são o que Antônio Gramsci chamará de “Aparelhos Privados de Hegemonia” (APH) – que além das grandes instituições disciplinares e de normalização, para falar como Foucault, ele incluirá a imprensa, as instituições culturais e até mesmo o folclore; e, sobretudo, partidos, sindicatos e associações comunitárias. O resultado, segundo o filósofo, é que é o “Estado que educa para o consenso [...]”.

O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (Liguori; Voza, 2016, p. 947).

Segundo, como argumenta Hoare, “Em Gramsci, a hegemonia serve para enfatizar as dimensões culturais e morais do exercício do poder político” (Hoare; Sperber, 2019, p. 295), o que o distingue de Lênin, de certa forma (Buci-Glucksmann, 1975). E como este poder político, como já dissemos, só pode ser conquistado por uma direção política que construa pedagogicamente a hegemonia e o consentimento, pela conquista do senso comum. “A hegemonia, portanto, serve para denotar a aliança de classes, sob a liderança do proletariado, como condição da revolução” (Hoare; Sperber, 2019, p. 297).

Terceiro, neste trecho célebre, ele nos define, sem nomear, o que seria o Estado “Integral”: um poder cultural e filosófico que se conquista e se exerce na “sociedade civil”, mas se assenta e encontra sua forma legal na “sociedade política”. Propõe que o local de intervenção do intelectual – que é, para Gramsci, o educador da classe revolucionária e o porta voz da emancipação dos subalternos – é no seio dos APHs da sociedade civil. Dito de outra forma: Estado Integral seria a hegemonia de um grupo junto à sociedade civil e à sociedade política, esta, encouraçado de coerção (Gramsci, Q 6, 244 *apud* Hoare; Sperber, 2019, p. 308).

Assim, este Estado mais complexo, típico das sociedades nas quais existe um capitalismo mais desenvolvido e onde se socializou a participação política pelo sufrágio universal masculino, dialeticamente, no nível da sua superestrutura, opera uma relação permanente de forças entre “sociedade civil” e “sociedade política”. Como interpreta Coutinho (2011, p. 25):

[A] “**sociedade civil**” designa o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, os parlamentos, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc. [...] ele a considera como parte do Estado, como uma decisiva arena [...] na qual os diferentes grupos sociais lutam para conservar ou conquistar hegemonia. [já a] [...] “**sociedade política**”, designa o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção; trata-se do que ele chama muitas vezes de Estado em sentido estrito ou Estado-coerção [...] (grifos nossos).

Enfim, se resumimos o que foi dito até aqui, com auxílio dos autores:

[...] a hegemonia [...] é a direção política de um grupo social e supõe ainda uma estratégia de aliança [...]; uma simbiose de coerção e consentimento como mecanismos fundamentais de poder; a formulação de um projeto político de forma universalista e ética; a remodelação da paisagem ideológica e da vida cultural; uma relação educativa original; uma mutação moral e cognitiva da consciência social (Hoare; Sperber, 2019, p. 340).

Esses conceitos, originalmente interpretados por Gramsci, negam o determinismo econômico que levaria, estruturalmente, ao triunfo da classe operária na batalha entre as classes, conforme a visão marxista mais clássica, repensando a superestrutura ideológica e a historicidade das relações sociais. Para o italiano, uma classe que quer ser dominante precisa preparar o terreno para o triunfo pela cultura, quer dizer, produzindo uma crítica da cultura dominante que rompa com o consenso existente que garante a hegemonia operante de um grupo sobre outro.

Ademais, em sociedades onde a democracia é um terreno legal e discursivo da luta pela hegemonia (sociedades ocidentais), leia-se a conquista do aparelho de coerção, conviria uma estratégia que levasse em consideração a diferença fundamental com sociedades cuja forma social da hegemonia é quase que puramente coercitiva (sociedades orientais) (Coutinho, 2011, p. 28). Dito de forma mais esquemática e simples: a “Guerra de Movimentos” visa um golpe ou

contragolpe de Estado a fim de democratizar uma sociedade que vive sob uma forma de ditadura; a “guerra de posições” visa à conquista do poder por uma relação pedagógica com as massas e isso se traduz pela defesa de uma luta preparatória que se inscreve no tempo longo. Sem dúvida, além de cultural, esta “guerra de posições”, na visão do filósofo italiano, tem no terreno democrático em surgimento no que ele chama de “Ocidente” o campo próprio de batalha.

Fica claro que, para Antonio Gramsci, em um regime autoritário, devido à verticalidade e coerção como forma preferenciais de obtenção de consentimento e à carência de uma opinião pública bem constituída, a estratégia do golpe direto de força parecia uma forma mais adequada de alcance do poder no nível do “Estado estrito”.

Inversamente, as democracias emergentes do seu tempo viviam sob a “ilusão” da ideologia democrática liberal que operava no interior da “sociedade civil”, trabalhando constantemente a opinião pública para manter seu posto de classe dirigente. Quer dizer, buscando obter o consentimento formal na forma do sufrágio universal – pensando em termos rousseauianos – produzindo, a intervalos determinados, a “vontade geral” fruto da “soberania popular”.

Ainda que criticando os limites da democracia liberal, fica claro pela sua visão da “hegemonia”, que devido à ontologia desse regime, ele era o campo de batalha próprio para a guerra de trincheiras que preconizava para a mudança de paradigma cultural. Este, sob a direção proletária, levaria à aliança de classes e ao fim da sociedade política, quer dizer, a uma sociedade sem coerção como princípio organizador.

Como explicam Liguori e Voza (2016, p. 566), Gramsci desmonta a concepção da soberania popular

[...] que se exerce uma vez a cada três, quatro ou cinco anos: [porque] basta o predomínio ideológico (ou emotivo) naquele dia determinado para ter uma maioria que dominará por três, quatro ou cinco anos, ainda que, passada a emoção, a massa eleitoral se separe de sua expressão legal.

Sendo assim,

tal orientação artificial da opinião pública é conseguida por meio dos *mass media* e dos “persuasores ocultos”, naquele tempo representados pelo rádio e pela imprensa popular (Liguori; Voza, 2016, p. 566).

Concluem os autores que “de democracia é, portanto, dada uma definição de ‘renovação orgânica’ do grupo dirigente, além de profícua atividade de ‘direção’ dos grupos aliados” (Liguori; Voza, 2016, p. 556).

O que gostaríamos de reter deste ponto é que: 1) Gramsci, pela reflexão sobre hegemonia e sua teorização do “Estado Integral”, descreve a luta de classes, em termos pedagógicos e em seguida culturais, ideológicos e morais; 2) ele pensa que a hegemonia se disputa no seio da “sociedade civil” cuja democracia liberal é o suporte material dos diversos campos da batalha das classes ascendentes e hegemônicas, entrincheiradas em seus aparelhos privados de hegemonia; 3) “Hegemonia” se demonstra pelo “senso comum” e o potencial de uma classe em busca de emancipação de formulá-lo antecede à conquista do “Estado Estrito” coercitivo; 4) que, pela “sociedade civil” é possível à classe dominante dirigir, com consentimento, pela opinião pública, as classes dominadas; 5) Que a “sociedade civil” corresponde a um “regime de verdade” iluminista ao qual Gramsci adere e, contrariamente, o Grece e a extrema direita, historicamente, rejeitam e pretendem substituir por um “regime de verdade” que se escora nos mitos e nos heróis como epistemologia e normatividade “natural” da vida e da sociedade.

Grece: metapolítica como instrumento de difusão das ideias e de crítica do pensamento dito “dominante”

A “metapolítica”, segundo os membros do Grece, é um conceito que busca caracterizar uma ação política. A NDF diz ter encontrado inspiração, segundo seus membros fundadores, não somente no trabalho teórico de Vladimir Ilyich Ulyanov, o Lênin, como já propunha Dominique Vener na década de 1960 mas, sobretudo, em Antonio Gramsci (Crezegut, 2020, p. 1351-1418). Aliás, um dos colóquios do Grece (16º Colóquio Nacional) teve como título: “Por um Gramscismo de Direita”.

Contudo, tanto para o universitário Anthony Crezegut, quanto para o historiador, biógrafo e exegeta de Gramsci, Jean-Claude Zancarini, ou ainda para o sociólogo Vasconcelos (2025), a “metapolítica” também encontra fonte de inspiração no tradicionalismo de Julius Evola, graças à circulação do jovem estudante “neofascista”, De Benoist – codinome Fabrice Laroche – entre Paris e Roma, no início dos anos 1960 (Zancarini, 2023).

Então, para De Benoist, baseado na leitura que ele tem de Antonio Gramsci, e que poderia ser parcelar (Crezegut, 2020, p. 1351-1418), o legado do intelectual italiano não é apenas um instrumento da esquerda marxista, mas “uma caixa de ferramentas” à disposição de qualquer escola de pensamento que queira influenciar as ideias do tempo presente (Taguieff; Tornero; Badinter, 1983, p. 78).

Ademais, segundo relatos de membros fundadores do Grece, recolhidos por Crezegut (2020), eles primeiro teriam tido contato com Gramsci, fonte de onde a “metapolítica” derivaria, através de De Benoist. Em seguida, pelo menos até o 16º Colóquio, pouco teriam lido do italiano, como explica Jean-Yves Le Gallou. A fonte tradicionalista evoliana, como já dissemos acima, no corpus que analisamos, é sempre escamoteada, ainda que Julius Evola não seja renegado no corpus doutrinário-jornalístico do Grece (Éléments, 1979, p. 24-25).

Dentro do vasto corpus jornalístico e doutrinário do Grece, o volume de textos trazidos pelos painelistas convidados para o 16º colóquio constitui a principal fonte documental deste trabalho, juntamente com um caderno de entrevistas de Alain De Benoist. Ainda assim, nosso trabalho de pesquisa em torno deste grupo (Moreira Filho, 2025), como não se limitou à análise da “metapolítica”, também consultou a produção jornalística do Grece em um recorte que corresponde aos anos de formação da doutrina grequista, do meio dos anos 1970 até a metade da década de 1980.

Isto posto, nosso exame do *corpus* pertinente à “metapolítica” nos permite afirmar que, no momento em que o debate em torno do “Gramscismo de direita” acontece, entre 15 temáticas por nós destacadas nos seis textos apresentados durante o Colóquio em Versalhes em 1981, fica claro que a ênfase dos painelistas recai sobre enunciados que tratam de um campo lexical centrado nos termos: “Poder Cultural” (22 ocorrências), do seu “decurso longo de tempo” (19 ocorrências), da situação “Fora do Poder Político” do Grece (10 ocorrências) e no “Nível das Ideias” (9 ocorrências) com o objetivo de apresentar/transformar “Valores” (7 ocorrências), e uma “Visão do Mundo” (6 ocorrências). Guillaume Faye define o “gramscismo de direita” como a difusão de um sistema de valores a longo prazo, através de uma estratégia “metapolítica” fora das instituições políticas, no plano da linguagem e dos objetivos (Faye, 1982, p. 74).

Nenhum dos seis painelistas – nem mesmo De Benoist – cita diretamente o trabalho de Antônio Gramsci. Todos, quando ligam a temática principal das suas intervenções ao pensamento do teórico italiano, o fazem através de outros textos de De Benoist. Nem mesmo o principal intelectual do Grece (que é De Benoist), ao abrir os trabalhos do colóquio, traz alguma citação do pensador comunista.

Então, em primeiro lugar, a “Metapolítica”, conforme o corpus analisado, pretende difundir um sistema de valores que agirá a longo prazo. Este sistema de valores, como vimos, encontra no combate cultural o terreno privilegiado, conforme o Grece acredita ser o pensamento de Gramsci, para que este novo sistema de valores venha a fazer parte do “senso comum” de uma época, seja sua “filosofia do cotidiano”.

Como discutimos acima, em uma “sociedade do comentário” (Noiriel, 2006) dotada de uma opinião pública mais desenvolvida e nutrida por um complexo aparelho ideológico superestrutural, Gramsci, pensando no caso italiano e nas possibilidades de sucesso da luta revolucionária, preconiza a “guerra de posição” ao invés do “assalto direto” de uma “guerra de movimento”, como no caso russo. É a tenacidade e a reflexão antes da ação que contam, e nos parece ser este o caso para os grecistas.

Em seguida, Guillaume Faye nos explica que a “metapolítica” é uma ação que ocorre “fora das instituições políticas, no plano da linguagem como no plano dos objetivos.” Isto é, diferentemente do que preconizava Antonio Gramsci, o Grece não se propõe a ser a vanguarda de um programa ideal portado por um partido cujos intelectuais, quadros e militantes seriam o futuro Estado em gestação. O que o Grece pretende é uma “nova cultura”, fundada em uma “filosofia perene” (Sedgwick, 2024, p. 454). Uma sociedade “ideal” à imagem da verdade metafísica tradicionalista – seguindo os objetivos de dois dos filósofos que os inspiram – René Guénon e Julius Evola – entre outras fontes intelectuais diversificadas que reivindicam para o seu pensamento.

Por fim, o grecista da primeira hora que foi Faye nos diz que “o GRECE (*sic*) difunde assim uma visão de mundo que pode ser exprimida, seja pela ação cultural, seja em um plano estritamente intelectual na construção de um corpus teórico” que seria “coerente” (Faye, 1982, p. 74). Em outras palavras, uma forma de trabalho intelectual, no sentido da reflexão, estritamente e não organicamente como preconizava Gramsci, devido ao fato de não serem um grupo com reflexão programática, mas em busca de uma verdade essencial. Além disso, se consideram porta-vozes de uma “nova elite” de um povo como destino étnico, não por causa de uma classe revolucionária oprimida – o que os afasta ainda mais do filósofo italiano no qual dizem encontrar inspiração.

O grecismo se dotou, então, como nos modelos leninistas-gramscistas nos quais se dizem inspirar, de organismos capazes de produzir campos de influência em diversos níveis de notoriedade e em distintos meios socio-profissionais, culturais, além de círculos de poder (Mills, 1956). Ou seja, um APH como indicamos acima.

No entanto, o objetivo de todo o movimento de extrema direita que tem suas posições marcadas pelo tradicionalismo guenoniano-evoliano, é uma revolução antimoderna que não passa pela via da política estabelecida, mas pelo retorno a uma “filosofia do tempo”, por assim dizer. Esta, sem ser fiel a instituições ou a regimes, constrói uma sociedade fiel a uma suposta verdade eterna que a Modernidade escamoteou em suas concepções materialistas, racionalistas e igualitaristas (Vasconcelos, 2023a).

Assim, o pensamento de Gramsci não era apenas uma “caixa de ferramentas” a serviço genérico de qualquer tipo de ideia ou ideologia. Gramsci tinha como objetivo a conquista da “hegemonia” não como exercício diletante, mas como etapa necessária para atingir uma sociedade comunista a partir de sociedades capitalistas mais complexas, como a italiana. Quais os limites do “gramscismo de direita” face ao pensamento do seu suposto inspirador? Qual o papel do intelectual, se ele não é orgânico ao partido, mas à “causa étnica dos povos” e não “da classe”?

De Benoist, em diversos pontos de sua trajetória, como intelectual público do Grece, procurou esclarecer as relações que existem entre a teoria política de Gramsci e a “Metapolítica”. Por exemplo, em 1998, à revista *Enquête sur L'Histoire*, ele fala daquilo que, na sua visão, mais aproxima o italiano da ação grequista:

Ao contrário de Marx, que via na vida social e cultural apenas uma “superestrutura” geradora de falsa consciência, Gramsci entendia que o que move a vida das pessoas são as ideias gerais, os valores e os mitos (De Benoist, 1998, p. 53-54).

No entanto, na mesma entrevista, o filósofo novodireitista salienta os limites do gramscismo na ação dita “metapolítica”, declarando que

Gramsci pertencia ao Partido Comunista Italiano, enquanto eu me coloco numa perspectiva decididamente “metapolítica”. A “metapolítica” não consiste em fazer política de forma diferente, mas em intervir num outro nível, que é o das ideias (De Benoist, 1998, p. 53-54).

Ainda assim, anos depois, De Benoist sopesa e justifica a ação grequista nessas bases, explicando que

é claro que a “metapolítica”, assim entendida, pode ter consequências políticas: a Revolução Francesa não teria sido possível, pelo menos na forma que conhecemos, sem o trabalho dos enciclopedistas e dos filósofos iluministas. Mas tais consequências, sempre imprevisíveis, situam-se num nível diferente. Lênin não teria sido marxista se Marx não tivesse escrito antes dele, mas isso não significa que Marx teria aprovado Lênin! (De Benoist, 2006, p. 182)

Por fim, ainda que não orgânico, De Benoist, em *Zinnober*, se vê como um intelectual e define, em uma perspectiva “metapolítica”, qual seria o papel do intelectual na batalha cultural:

Sou sem dúvida um intelectual. Mas hoje o intelectual já não tem o papel essencial que teve no passado. Na França, os últimos “grandes intelectuais” foram Jean-Paul Sartre, Michel Foucault e Pierre Bourdieu [...] No entanto, continuo convencido de que o papel do intelectual, ainda que hoje seja mais difícil de cumprir, é insubstituível. O intelectual deve ter um único objetivo: procurar compreender e fazer com que as pessoas compreendam a realidade social e o momento histórico que é o seu (De Benoist, 2006, p. 155-178).

Longe de um programa, o que este combate “metapolítico” parece buscar não é a preparação de uma revolução programática concebida previamente, mas a (re)introdução, no “senso comum” de que o melhor instrumento de resistência contra o que eles chamam de “totalitarismos” seriam as identidades culturais – que elas sejam operantes ou, se preciso for, recompostas e revificadas pelo novo “Poder Cultural” (Glott, 1982).

Por fim, gostaríamos de trazer, a perspectiva de Buela (2018) conforme nos resume Vasconcelos (2025) sobre como a metapolítica deveria ser concebida:

“[...] 1) uma “metapolítica sem metafísica”, como visão hermenêutica e analítica dos conceitos e das opiniões políticas pré-concebidas, em um sentido supostamente neutro-descritivo; 2) uma “metapolítica sem política”, voltada a modificação das mentalidades e a ocupação das esferas de construção da opinião pública para criar um senso comum novo, abdicando de uma ação política direta; para a transformação da sociedade, o poder cultural é o princípio fundamental e não a ocupação de cargos políticos, formação de partidos e governo; 3) uma “metafísica da política”: representada principalmente pela filosofia do Tradicionalismo [...] seria uma forma de retornar a verdades eternas consolidadas [...] para dar solução ao problema da decadência do mundo ocidental e refundá-lo por meio de uma restauração de valores, princípios e estruturas antimodernas ou pré modernas (Vasconcelos, 2025, p. 16).

Se tomarmos em conta o que preconizava Gramsci e tomarmos seus conceitos como a articulação de uma metapolítica emancipatória de inspiração marxista, cotejando-os com a metapolítica proposta pelo Grece, veremos que ela se aproxima mais das três conceitualizações de Buela que as do autor italiano. Ainda que, em termos de meios materiais e de objetivo geral de moldar o senso comum, a NDF pareça espelhar as ideias gramscianas, por outro lado, turno após turno, De Benoist se desvia mais do *telos* do comunista.

O intelectual grecista nos explica que sim, o Grece pretende pesar e alterar o senso comum em um sentido que lhes pareça romper com os valores burgueses, superando a Modernidade. Neste sentido, mais adiante ele esclarece que é um intelectual, mas não de partido. Logo, se coloca e coloca a metapolítica como vazia de “metafísica”, sendo uma hermenêutica do tempo presente; por fim, ele acaba exprimindo um desejo de ultrapassar o regime de verdade contemporâneo, no desejo que tem de uma verdade eterna no modelo tradicionalista, no qual também se inspira.

Considerações finais

Para Gramsci, a “Guerra Cultural” era uma tática de trincheiras em um contexto político com espessa sociedade civil, em um “regime de verdade” em que se dirigia a “opinião” como forma de construção da hegemonia dirigente intraclasses, em favor dos interesses da classe dominante. É nesse campo, entrincheirados, que as direções das classes ascendentes e já (ou ainda) dominantes deveriam se livrar de uma “guerra cultural” pela “hegemonia nacional”.

O que o Grece pretende é alcançar, pela batalha de ideias no seio da sociedade civil, uma “nova cultura”, fundada em uma “filosofia perene” (Sedgwick, 2024, p. 454). Ainda que soe gramsciano, como explica Sedgwick, tal estratégia busca uma sociedade “ideal” à imagem da verdade metafísica tradicionalista.

Em Gramsci, a guerra cultural precisa se dotar dos meios materiais para atingir os objetivos do combate cultural e pedagógico que ele preconiza. Ele chamou estes meios materiais de Aparelhos Privados de Hegemonia – instrumentos voltados a trabalhar a “opinião” ou o “senso comum” no seio do espaço entrincheirado que ele chama de “sociedade civil” do Estado.

O grecismo se dotou, então, como nos modelos leninistas-gramscianos nos quais se dizem inspirar, de diversos organismos capazes de produzir campos de influência em diversos níveis de notoriedade e em diferentes meios socioprofissionais, culturais e de círculos de poder. Ou seja, um Aparelho Privado de Hegemonia como apresentamos acima.

No entanto, a revolução que buscam não é do tipo transformadora das relações de dominação, mas de uma superação da sociedade moderna burguesa, numa espécie de volta a um ideal metafísico mais próximo da verdade étnica negada pelo igualitarismo e pelas ideologias da época que eles consideram “totalitárias”. Neste sentido, no “Gramscismo de Direita” transparece a fonte evolutiva ainda pouco explorada no que tange às origens intelectuais da “metapolítica” grecista e que, pensamos, deveria ser objeto de exploração em futuros trabalhos que se interessarão pela pesquisa desta forma particular de ação política.

Ademais, visto pelo prisma de Buela (2018) que nos traz Vasconcelos (2025), a metapolítica grecista se parece mais com uma hermenêutica do tempo presente, uma disputa pelo senso comum voltada para a superação da Modernidade burguesa através da volta de uma verdade eterna que eles consideram verdadeiramente universal – o que os afasta de Gramsci expondo os limites dessa filiação que parece mais estratégica que constitutiva do pensamento metapolítico do Grece.

Conforme nossa análise, o principal conflito entre o “Gramscismo de direita” e as ideias revolucionárias de Gramsci se encontra no *consentimento*. Para o italiano, como mostramos com Buci-Glucksmann, o consentimento tem de ser sempre renovado, bem como as direções, operando uma visão tornada hegemônica que precisa se renovar, para reestabelecer o consenso inicial.

No entanto, o “Gramscismo de Direita” não pode ser visto como mera metodologia de disputa cultural ou “metapolítica”, mas como um instrumento de retorno à uma sociedade pré-moderna, na qual a direção da sociedade é vista como obrigação “natural” de uma elite escolhida por suas habilidades natas, destinada a dirigir. Trata-se de uma visão de mundo hierárquica e sem mobilidade, sendo a busca do consentimento meramente tática e não uma condição para a manutenção da hegemonia.

Referências

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. 9. ed. Paris: Presses Universitaires de France – PUF, 1993.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci et l'État**: pour une théorie matérialiste de la philosophie. [Paris]: Fayard, 1975.

BUELA, Alberto. O que é a metapolítica? **Nova Resistência**, jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4qaLoxn>. Acesso em: 4 ago. 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2011.

CREZEGUT, Anthony. **Inventer Gramsci au XXe siècle**: décomposition d'une intelligence française au prisme italien. Phdthesis. [S.l.]: Institut d'Études Politiques de Paris – Sciences Po, 9 dez. 2020.

DE BENOIST, Alain, in: **Pour un “gramscismo de droite”**: actes du XVIème Colloque national du G.R.E.C.E., p. 71-80, Palais des congrès de Versailles, 29 novembre 1981, Labyrinthe, 1982.

DE BENOIST, Alain. Entrevista «Une école de pensée qui dérange». **Enquête sur l'histoire**, Paris, p. 53-54, maio-jun. 1998.

DE BENOIST, Alain. **C'est-à-dire**: entretiens, témoignages, explications. Paris: Association des Amis d'Alain de Benoist, 2006.

DURANTON-CRABOL, Anne-Marie. La « nouvelle droite » entre printemps et automne (1968-1986). **Persée**, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/4rXgjPq>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FAYE, Guillaume, in: **Pour un “gramscismo de droite”**: actes du XVIème Colloque national du G.R.E.C.E., p. 9-21, Palais des congrès de Versailles, 29 novembre 1981, Labyrinthe, 1982.

FOUCAULT, Michel *et al.* Le jeu de Michel Foucault. Ornicar? **Bulletin Périodique du champ freudien**, n. 10, p. 62-93, jul. 1977. Disponível em: <https://bit.ly/4pF1QpQ>. Acesso em: 1 ago. 2025.

GLOT, Claudine, in: **Pour un “gramscismo de droite”**: actes du XVIème Colloque national du G.R.E.C.E., p. 55-71, Palais des congrès de Versailles, 29 novembre 1981, Labyrinthe, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Letras de la prison**: lettres écrites entre 1926-1937. Chicoutimi: J.-M. Tremblay, 1953/2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Vol. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Vol. 2. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2023.

GRECE. La guerre culturelle. **Revue Éléments**, n. 1, ago. 1979. Disponível em: <https://bit.ly/48A3R0r>. Acesso em: 15 maio 2025.

GRECE. La nouvelle droite à visage découvert. **Revue Éléments**, n. 32, 1979. Disponível em: <https://bit.ly/44oPEko>. Acesso em: 3 dez. 2024.

GRECE. Le droit à la différence. **Revue Éléments**, n. 33, 1980. Disponível em: <https://bit.ly/4pxpJzg>. Acesso em: 3 dez. 2024.

HOARE, George; SPERBER, Nathan. **Introduction à Antonio Gramsci**. Nouvelle éd. Paris: la Découverte, 2019.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**: 1926 - 1937. [S.L.]: Boitempo, 2016.

LYNCH, Christian. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do Bolsonarismo. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MCMANUS, Matthew. **The Rise of Post-Modern Conservatism**: Neoliberalism, Post-Modern Culture, and Reactionary Politics. Palgrave: Macmillan, 2020.

MILLS, Charles Wright. **The Power Elite**. 1956. Oxford: Oxford University Press, 1956.

MOREIRA FILHO, Dorian Luiz Borges. **Do lenço oriental ao véu islâmico: “Convergências Perversas”** a partir do Grece na França. 2025. (No prelo). Disponível em: <https://bit.ly/4181n4S>. Acesso em: 3 out. 2025.

NOIRIEL, Gérard. **Introduction à la socio-histoire**. Paris: la Découverte, 2006.

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos da Brasil Paralelo – uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 10, n. 1, jun. 2020.

SEDGWICK, Mark. The Traditionalist micro-utopia of Bloomington, Indiana. **Journal of Political Ideologies**, v. 29, n. 3, p. 449-463, set. 2024.

TAGUIEFF, Pierre-André; TARNERO, Jacques; BADINTER, Robert. **Vous avez dit fascismes?** [S.L.]: Fenix, 1983.

TRAVERSO, Enzo. Spectres du fascisme. Les métamorphoses des droites radicales au XXI^e siècle. **Revue du Crieur**, v. 1, n. 1, p. 104-121, 2015.

TRAVERSO, Enzo. Do fascismo ao pós-fascismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 2, p. 12-44, 2019.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. O suprafascismo de Julius Evola e os fundamentos da nova direita iliberal. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 119, p. 14-47, out. 2023a.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A dissidência tradicionalista: a reinvenção da extrema direita brasileira como aliança “vermelho-marrom”. **Almanaque de Ciência Política**, v. 7, n. 2, p. 1-29, dez. 2023b.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **A metapolítica das Novas Direitas: origens da arqueomodernidade como reinvenção crítica do fascismo**. 2025. (No prelo).

ZANCARINI, Jean-Claude. L'improbable « gramscismo de droite ». **AOC media**, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/44TkSjG>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LP3 - ECONOMIA, SOCIEDADE E EMANCIPAÇÃO

VIVENDO E PENSANDO O DIFERENTE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Aline Mendonça dos Santos

Apresentação do tema e contextualização do objeto

O presente capítulo revisita os resultados da pesquisa que deu origem a dissertação de mestrado “Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária”¹ concluída no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos no ano de 2003.

Embora tenham se passado 22 anos, a dissertação e a pesquisa são atuais e contribuem para compreensão da economia solidária como estratégia política e econômica, mas sobretudo como processo de construção de subjetividade dos trabalhadores e da mudança de representações sociais que eles/as desenvolvem.

A economia solidária tem sido enfoque de estudo e pesquisa, uma vez que é articulada por diversos setores da sociedade como opção concreta, imediata e alternativa de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, sendo também pautada pelo movimento político como estratégia de outro modo de produzir e viver. A discussão reflete-se também nas Ciências Sociais que, interessadas pelo comportamento social e suas várias formas de organização, preocupam-se com as questões do mundo do trabalho que norteiam boa parte de seus estudos.

Apesar de possuir uma longa história, a economia solidária ainda tem pouca visibilidade e importância econômica. No entanto, as organizações coletivas vêm apresentando um significado cultural importante, constituindo-se como processo de enfrentamento à precarização das condições e relações de trabalho. Tais organizações não estão se constituindo em simples paliativos à falta de empregos, mas sim configurando-se como criadoras de uma “nova cultura do trabalho”, alicerçada nos pressupostos da solidariedade, da autogestão e da igualdade.

Pesquisadores estão dedicando esforços para observar as maneiras como se constitui o processo, identificando potencialidades e obstáculos, pois se trata de uma temática que vem apresentando relevância social, política e econômica. São muitas as indagações e especulações a respeito do tema e boa parte dos resultados aponta para um fenômeno baseado numa outra

1. Santos, Aline Mendonça. *Vivendo e Pensando o Diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária*. 2004. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

racionalidade econômica capaz de proporcionar uma outra relação de trabalho e, conseqüentemente, uma outra sociedade que não seja marcada pelo individualismo da sociedade contemporânea (Singer, 2003).

Na época que a pesquisa foi realizada, os estudos sobre economia solidária, na maior parte, estavam preocupados com a prática e o conceito em si. Desta forma, sentiu-se a necessidade de compreender a dialética estabelecida entre a subjetividade dos trabalhadores e o processo de trabalho realizado por eles, trazendo abordagem inovadora para aquela primeira década do século XXI.

A subjetividade do trabalhador e seus desdobramentos: a consciência, a percepção, a construção das ideias e a opinião configuraram o foco de estudo da pesquisa intitulada “Representações Sociais dos trabalhadores nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da região metropolitana de Porto Alegre”, na perspectiva de estabelecer a relação com a práxis e compreender a dinâmica desse processo. Para estudar as representações sociais no contexto da economia solidária, fez-se necessário compreender diferentes situações, pois os EES se formam a partir de diferentes circunstâncias, como por exemplo uma massa falida empresarial ou um grupo de desempregados em busca de opções. Portanto, embora os empreendimentos partilhem da mesma lógica, são oriundos de movimentos distintos e as vivências (parte influente nas representações sociais) pregressas dos trabalhadores que fazem parte destes movimentos vão ser diferentes.

Com este entendimento, realizou-se uma pesquisa qualitativa orientada por um estudo multi casos, que abrange diferentes situações da economia solidária, pois esta não é uma realidade homogênea. São três EES que agregam características diferentes: Univens², Cooperei³ e Coolabore⁴. Foram

2. Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens) é uma cooperativa predominantemente de mulheres que surgiu em 1996. Da necessidade de emprego e renda para trabalhadoras da Vila Nossa Senhora Aparecida, no Bairro Sarandi, as cooperadas constituíram um processo que une economia solidária e atitude sustentável. Vinte e um anos depois da criação, a cooperativa criou uma cadeia produtiva do algodão orgânico com parceiros nas cinco regiões do Brasil: a Justa Trama.

3. A Cooperativa De Produção Cristo Rei Ltda. foi fundada em 2001 no município de São Leopoldo. Trata-se de uma cooperativa de metalúrgicos, oriunda de uma massa falida, com mais ou menos 40 cooperados, de ambos os sexos. Na época da pesquisa era considerada um empreendimento com história recente, apenas 2 anos de formação. A Cooperei é oriunda da antiga empresa Alumínio Econômico, que teve falência decretada e com a ajuda do sindicato, das políticas públicas de economia solidária do governo Olívio Dutra e da Anteag, os trabalhadores assumiram a massa falida em forma de cooperativa. Apesar das dificuldades, a Cooperei segue em funcionamento.

4. A Coolabore surgiu em 1994, trata-se de uma usina de triagem de lixo urbano, tratamento dos resíduos orgânicos e comercialização do lixo reciclável, situada no município de Campo Bom. Esse empreendimento foi constituído com mais ou menos 40 cooperados e na ocasião da pesquisa era predominantemente do sexo masculino. A maior parte dos cooperados vem do mesmo segmento: setor calçadista que sofreu com os processos de reestruturação produtiva da década de 1990. O empreendimento foi constituído em função da dificuldade de trabalho. Os trabalhadores estavam desempregados e identificaram a Cooperativa como uma alternativa.

entrevistados 4 trabalhadores de cada EES, totalizando 12 pessoas que foram definidas de forma a garantir a diversidade dos empreendimentos, ou seja: homens e mulheres, fundadores e pessoas com adesão recente, trabalhadores da produção e da administração e, ainda, diversidade em termos geracionais.

Para estudar tal subjetividade, foi necessário procurar um conceito que respondesse ao objeto de investigação pretendido. O conceito de representações sociais foi o que melhor atendeu a essa necessidade. A noção de representações sociais destaca-se frente a outros termos integrantes da subjetividade como opiniões, ideias e imagens, termos esses demasiadamente estáticos e descritivos. Já as representações sociais são resultado de uma dialética entre a percepção do sujeito e o momento histórico que está vivendo.

Para Jovchelovitch (2000, p. 79), os processos que engendram as representações sociais se configurem a partir da comunicação e das práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte e cultura. Desta forma, as representações não se centram em sujeitos individuais, mas em fenômenos produzidos pelas construções da realidade social. Nos estudos sobre economia solidária, à época, ainda não havia sido identificada a utilização do conceito de representações sociais como recurso teórico, tendo sido uma inovação teórica na pesquisa.

Ao vivenciar a experiência da economia solidária os trabalhadores passam a difundir e partilhar representações, possibilitando a elaboração de ideias, imagens, práticas sociais que ocorrem nas condições de comunicação e ação dos trabalhadores. Portanto, há uma interação entre os trabalhadores e, a partir dela, produz-se um conhecimento socialmente elaborado e partilhado pelo grupo que constrói a realidade comum, compreendendo outras percepções do contexto em que estão inseridos. Ao produto dessa interação atribui-se o nome de representações sociais.

O conceito de representações sociais ocupa um espaço significativo no quadro teórico e metodológico de diversas áreas das Ciências Sociais, além da leitura elaborada pela Psicologia Social. Verifica-se que, conforme a área de conhecimento, este conceito adquire matrizes específicas. Enquanto fenômeno, porém, todas as áreas reconhecem que se trata de um produto das práticas sociais, conceito por sua vez bastante flexível. Neste quadro, o conceito durkheimiano de representações coletivas constitui-se numa referência para o desenvolvimento da teoria das representações sociais por Serge Moscovici, sendo também considerado como ponto de ruptura para o desenvolvimento dessa teoria, uma vez que se trata de compreender não mais a tradição, mas a inovação; não mais a vida social consolidada, mas uma vida social em vias de se fazer.

É a luz desta concepção que busquei estudar as representações dos trabalhadores em EES e entender o que mudou na consciência deles, desde que passaram a vivenciar a prática concreta da autogestão, uma vez que a teoria

da economia solidária afirma existir uma série de transformações na realidade dos trabalhadores, que antes vivenciavam outras práticas de trabalho abstrato, entendidas como alienantes porque hierárquicas.

O estudo das representações sociais permitiu entender o que os trabalhadores pensavam a partir de suas práticas de trabalho anterior, concebidas no modo de produção capitalista, e o que pensam vivenciando um processo de economia solidária. Ora, se a economia solidária está sendo considerada como um novo espaço de inserção social, a prática dos trabalhadores e as aspirações oriundas delas são significativos objetos de investigação, pois o lugar, a postura e as funções que assumem determinam os conteúdos representacionais e a relação estabelecida com o social.

Os conceitos de experiência social⁵ e de representações sociais são destacados como referências para refletir o que pensam, imaginam, falam e criam os sujeitos envolvidos na economia solidária. Os conceitos se completam; é a interação entre o indivíduo, cuja experiência é única, implicada em relações sociais, que possibilita a construção da subjetividade. É possível dizer que as representações sociais não estão separadas da experiência social. Elas são formadas num ambiente de interação com as práticas, ou seja, num ambiente de vivência, de experiência dos indivíduos.

A consciência coletiva, responsável pela organização solidária, é constituída por diferentes representações. A intenção foi a de investigar as percepções, os valores contidos nas representações sociais dos trabalhadores envolvidos com empreendimentos de economia solidária e que desenvolvem tais consciências, configurando as relações no interior do empreendimento, impulsionando ou não o sucesso da iniciativa coletiva.

Um coletivo de trabalhadores é condicionado por diversas representações sociais que influenciam a ação cotidiana. Portanto, entender a importância dessas representações no processo pressupõe entender questões como: quais são as representações sociais que motivam as adesões iniciais dos trabalhadores ao empreendimento econômico solidário? Tais representações induzem a um aprofundamento das práticas solidárias e autogestionárias ou alimentam resistências a elas? Essa dialética que articula subjetividade e prática social, ou na concepção teórica adotada, a dialética entre representação social e experiência social, foi o caminho teórico-metodológico do trabalho.

5. A experiência social é a atividade, o trabalho pela qual o indivíduo pode construir uma identidade social, quando articula as diversas lógicas de ação nas quais ele está engajado. Em outras palavras, é este trabalho que aproxima o indivíduo de uma representação do sujeito, e é esse trabalho que se torna objeto de uma sociologia da experiência (Wautier, 2003, p. 188).

O caráter alternativo da economia solidária

São muitas as dimensões alternativas da economia solidária. Além de ser apresentada como alternativa ao capitalismo, a economia solidária também é considerada alternativa ao trabalho alienado, à exploração no trabalho, à individualização do trabalhador, à sua submissão. Implica a disseminação de uma outra economia e, assim, de outras formas de produzir e viver e de novas oportunidades de trabalho e de geração de renda. Quando se utiliza a expressão “alternativa”, logo vem o questionamento: alternativa a quê? Vivemos numa época em que há uma sensação de que não existem alternativas ao capitalismo (Santos, 2002).

Ora, o predomínio do capitalismo não implica que não ocorram variações em seu interior. A economia solidária é baseada em princípios e valores não capitalistas e, portanto, pode possibilitar transformações qualitativas dentro do sistema vigente. Trata-se de mudanças graduais que compreendem formas de produzir, de consumir e de viver.

São muitos os teóricos que contribuem para a discussão acerca da economia solidária no Brasil, conseqüentemente, são muitas as abordagens teóricas a respeito do tema. O livro *A outra economia*, organizado por Antonio David Cattani (em 2003, atualizado em 2009) ilustra essa variedade de posturas teóricas sobre a economia solidária e foi uma referência importante para este estudo, na época em que foi realizado. A importância da economia solidária, como um contraponto à economia capitalista, tem sido alvo de pesquisa de inúmeros intelectuais, muitos deles de extrema relevância para o aprofundamento do debate do tema em questão. No entanto, em virtude das limitações decorrentes de uma dissertação de mestrado, na época do estudo destacou-se três teóricos, cujos esforços para a compreensão da economia solidária foram muito expressivos e ainda hoje são relevantes para o debate: Marcos Arruda, Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger.

Arruda, economista e educador, foi fundador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). Foi o PACS que deu maior evidência à sua reflexão a respeito da autogestão, logo no início dos anos 1990. Partindo de um paradigma mais holístico da compreensão da sociedade e do ser humano, Arruda apresenta um discurso axiológico e não só analítico. Ele defende a economia solidária como via para a construção de uma nova globalização. Nesse sentido, a economia solidária não está orientada apenas aos problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, competitiva, mas sim para constituir o fundamento de uma outra globalização, humanizadora, assegurada na diversidade e na complementaridade de seus membros, possibilitando um desenvolvimento sustentável e socialmente justo (Arruda, 1997). E define:

O desafio é fazer da globalização um processo que democratize não apenas o direito à opinião, mas os direitos e deveres da plena cidadania para todos os membros das sociedades nacionais e da sociedade global. Gerar processos de participação que, por um lado, estabeleçam a cada pessoa e comunidade humana sua condição de sujeito do seu próprio desenvolvimento e, por outro lado, cultivem e integrem a diversidade das capacidades, desejos e aspirações num movimento que redirecione os mercados, atribua um conteúdo democrático ao Estado, e reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional (Arruda, 1996, p. 45).

Singer foi um renomado economista nacional e a principal referência da economia solidária no Brasil. Foi Secretário Nacional de economia solidária nos governos Lula e Dilma (2003 a 2016)⁶. Seu envolvimento com o tema se deu logo no início da década de 1990, quando trabalhadores e sindicalistas o convidaram para refletir a respeito da dinâmica do mundo do trabalho e alternativas para sobreviver nele. Neste período, diversas empresas autogestionárias foram fundadas, assumindo massas falidas (ou empresas recuperadas pelos trabalhadores) e salvando postos de trabalho. Foi quando começou a prestar assessoria à Associação Nacional do Trabalhadores de Empresas Autogestionárias (Anteag).

Singer afirmava que a economia solidária surge como tentativa de estabelecer um modo de produção e redistribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Com ousadia e segurança, Singer defendia a economia solidária como um novo modo de produção, ou seja, tratava-se de um modo solidário de produção e distribuição (Singer, 2000, p. 13). Além disso, a experiência coletiva de trabalho enseja a reconstrução da cidadania, pois ao se integrarem a estas iniciativas, muitos experimentam, pela primeira vez, o gozo de direitos iguais, a experiência de serem livres e expressarem suas posições, sendo ouvidos pelo coletivo de trabalho.

Dessa forma, Singer atribui à economia solidária um caráter revolucionário que não interfere apenas em situações macro como a superação de desemprego e exclusão, mas que interfere diretamente em novas relações de trabalho dos cooperados, desses com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. (Singer, 2000, p. 28). Enfim, ele acreditava na economia solidária como um possível e valioso instrumento de negação da ordem vigente, afirmando:

Duma maneira ou doutra, a construção da economia solidária tem sido, em muitos países ao longo de muitas gerações uma das principais

6. Ver biografia “Paul Singer: uma vida por outra economia” publicada no livro *Paul Singer: democracia, economia e autogestão* (Santos; Nascimento, 2018).

formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais (Singer, 2000, p. 15).

Gaiger começou a se envolver com o tema a partir de estudos realizados com os Projetos Alternativos Comunitários, da Cáritas Brasileira. Na pesquisa “Significados e Tendências da Economia Solidária”, denominava as iniciativas de economia solidária como “Empreendimentos Econômicos Solidários” (EES), caracterizados como experiências de geração de renda regidos por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (Gaiger, 2000, p. 31).

Nesse sentido, os EES são aquelas experiências que transcendem o patamar da subsistência, com base em uma nova racionalidade, unindo cooperação e busca de eficiência, gerando um certo grau de acumulação, crescimento e viabilidade em médio prazo (Gaiger, 1998, p. 57).

O autor compreendia a consolidação da economia solidária considerando que os EES são base para a reconstrução do meio social em que vivem as classes populares (Lechat, 2002, p. 13). Considera as formulações, que apontam a economia solidária como um novo modo de produção não capitalista, audaciosas, pois não se trata de uma superação do modo de produção capitalista (Gaiger, 2001). Segundo ele, a economia solidária promove outras relações de trabalho que são atípicas ao modo de produção capitalista, que engendram práticas de cooperação e reciprocidade responsáveis pela adesão dos trabalhadores às iniciativas solidárias. Contudo, tais práticas não ameaçam a reprodução capitalista.

São várias as iniciativas alternativas à lógica mercantil do sistema econômico vigente, como clubes de troca e cooperativas de crédito, mas essas são iniciativas em caráter experimental que valem pelo valor intrínseco, não por terem um impacto no cerne do capitalismo. Trata-se de uma modificação na forma social de produção, mas a base capitalista, derivada de forças produtivas, continua a mesma. Para assegurar a sobrevivência os EES precisam ter viabilidade econômica diante do atual sistema econômico, pois precisam lidar com as externalidades capitalistas (Gaiger, 2001).

As transformações oriundas da relação condicionada pela economia solidária dependem de uma dialética entre as forças produtivas e as relações de produção, que ocorre no contexto da velha sociedade, ou seja, não é preciso que tal sociedade seja exaurida para que tal dialética ocorra. É viável que a economia solidária seja considerada uma alternativa e possível contradição ao capitalismo, mas nem por isso significa que ele esteja em colapso. Diante dessa complexa condição, a economia solidária, como forma social de produção solidária, é entendida como alternativa diante de outras possibilidades postas ao trabalhador (Gaiger, 2001).

Enfim, embora existam diferentes formulações, os estudiosos apresentam uma questão em comum: a economia solidária é um projeto político e econômico importante, que interessa cada vez mais ao conjunto da sociedade e que se configura como alternativa ao processo vigente.

As representações sociais nas experiências de economia solidária

A proposta de organização do trabalho coletivo tende a promover mudanças na forma como os trabalhadores se relacionam com o empreendimento, provocando uma mudança nos seus comportamentos, que passariam a ser mais participativos e solidários. Esse fato é manifestado pelos próprios trabalhadores, ao reconhecerem que, antes da sua inserção no EES, tais comportamentos não existiam.

[...] aí a gente muda completamente, ser sócio é bem diferente do que trabalhar numa fábrica de empregado, tendo um patrão, aqui a relação ocorre de patrão para patrão – somos todos sócios, e de empregado para empregado – porque também somos todos trabalhadores do chão de fábrica (Fábio)⁷.

Os trabalhadores reconhecem uma mudança na prática, no comportamento, mas não necessariamente nas suas maneiras de pensar, ou seja, nas suas representações sociais. Essa é uma questão que oscila com as diferenças existentes entre os empreendimentos pesquisados. Ou seja, há empreendimentos em que essas mudanças ainda estão muito alicerçadas no discurso, mas que implica pouco na prática, pois os trabalhadores ainda não internalizaram o próprio discurso para provocar uma mudança concreta nas ações e nas representações sociais.

É o caso do EES novo, oriundo de massa falida. A maioria dos trabalhadores atuou na antiga empresa pelo menos 20 anos e estava há apenas 2 anos organizada em cooperativa. Eles mal sabiam do que se trata e demonstram dificuldades em abandonar a cultura de trabalho assalariado.

Os outros dois empreendimentos também tiveram dificuldades de se familiarizar com as novas práticas. A Coolabore não é oriunda de massa falida, mas praticamente todos os seus cooperados vieram do setor industrial do calçado e alguns deles, principalmente os mais velhos, ainda guardavam as representações da relação de trabalho anterior. A vantagem da Coolabore em relação à Cooperei é que ela estava organizada há muito mais tempo, e o grupo pode refletir mais sobre os novos valores, comparando-os com os valores anteriores. A Univens também viveu esse conflito, mas com menos in-

7. Os nomes utilizados nesse trabalho são nomes fantasia, a fim de preservar o anonimato dos entrevistados.

tensidade que os outros dois EES, porque as trabalhadoras vêm de segmentos distintos, organizaram-se a partir do movimento comunitário – deste modo, já viviam uma relação de participação e democracia – e já tinham uma história de organização do empreendimento, na época do estudo há sete anos.

Enfim, indiferente do nível que o EES tenha alcançado no processo de organização coletiva, os trabalhadores ainda estão marcados por uma cultura dominante, padronizada, em que muitas vezes predomina a divisão do trabalho, a divisão entre patrão e empregado. Nesse sentido, os trabalhadores ainda carregam um sentimento de subordinação visível e seus comportamentos oscilam entre o novo e o velho, sendo que o novo ainda é algo que nem todos os trabalhadores assimilaram. O discurso do cooperativismo e da organização coletiva, grande parte dos trabalhadores o têm, mesmo não tendo incorporado plenamente os valores e princípios nas práticas cotidianas. A disparidade está nos diferentes momentos históricos que os trabalhadores estão vivendo. Nos EES mais antigos, os trabalhadores falam de suas práticas de forma mais incisiva, as falas a seguir refletem isso:

Tem uma caminhada com muito conflito ainda. Essa compreensão de empregados, de cumprir uma tarefa, de chegar no final do mês e dizer: acabou, agora é uma coisa que é nossa, é um empreendimento coletivo, que amanhã depende da gente, que se ele for melhor vai ser bom pra todo mundo. Isso a gente bate muito, a gente discute muito. Quem já tem essa compreensão sou eu [...]. Tem uma caminhada de mudança, mas muito pra se fazer e acho que a gente vai fazer isso a vida inteira. Para mim, isso da cooperativa tem uma marca muito grande, eu não trocaria a cooperativa hoje por nada, por nenhum cargo de confiança, por nenhum emprego, por nada. Não me prende nada a questão do valor financeiro daqui, eu gosto de levantar de manhã cedo e pensar que eu vou vir pra cá... (Cláudia).

Percebe-se que existe uma mudança de comportamento nas relações de trabalho, mas nem sempre essa mudança vem acompanhada de novas representações.

A relação com o novo empreendimento

Todos os doze trabalhadores entrevistados apresentavam, em maior ou menor grau, uma relação de proximidade e credibilidade com o empreendimento em que atuavam. A diferença está na cumplicidade, no grau envolvimento que os trabalhadores tinham com o mesmo.

O crescente envolvimento dos trabalhadores com os EES ocorre por motivos diferentes, mas todos baseados no retorno e no benefício que a prática da economia solidária lhes garante. Esse retorno se manifesta de várias formas, seja no aspecto financeiro, seja por uma situação de autonomia ou de solidariedade.

No EES novo, onde os cooperados não tiveram o tempo necessário para obter os retornos efetivos, a relação se sustenta por certo anseio do que está por vir e na crença de que as coisas vão melhorar. De toda forma, o discurso de que estão “trabalhando para si mesmos e não para o patrão” anima a relação dos trabalhadores com o EES; a cumplicidade que alguns conseguem desenvolver se traduz no compromisso que assumem com o EES.

Dentre tantas situações, percebeu-se que o compromisso não se configura apenas na produção ou administração do negócio, mas também na consolidação da nova proposta: a economia solidária. Destaca-se a participação em atividades que buscam promover o movimento da Ecosol como fóruns municipais, regionais, estaduais e nacionais; reuniões e seminários promovidos pelas entidades de apoio; participação em espaços de comercialização; troca de experiências de acordo com os respectivos segmentos etc. Por exemplo, um dos trabalhadores informou que numa das reuniões do fórum regional, os EES que trabalham com reciclagem acertaram uma espécie de intercâmbio, em que trabalhadores do empreendimento A tiveram uma experiência de trabalho no empreendimento B, o B no C e a assim por diante. Tudo em virtude de qualificar o processo, adquirir experiência em diferentes contextos.

O compromisso com a produção é o mais evidente, pois tal sentimento os trabalhadores trazem consigo das práticas de trabalho anteriores, que mobilizavam a relação de trabalho em torno da produção. É com essa compreensão que os trabalhadores organizam o trabalho no EES e afirmam a importância da união, no sentido de que o produto final é resultado da sinergia dos esforços individuais. No EES, o envolvimento com a produção é maior do que nas práticas anteriores, pois o aumento da produção significa manter seus postos de trabalho e conquistar melhorias para o empreendimento – que é de todos. Nesse sentido, a união em torno da produção existe em função do interesse individual dos trabalhadores, que concorrem para o mesmo fim.

Já o compromisso com a administração do negócio reflete-se na participação efetiva dos trabalhadores com os processos de decisão, fiscalização, ética no trabalho etc. Os trabalhadores se referem aos mecanismos de participação formal (assembleias, conselhos) como espaços fundamentais para o bom andamento do empreendimento. No caso do EES mais antigo, apresentam certa satisfação ao descrever como, aos poucos, foram se apropriando desses espaços. No início tinham receio, ficavam tímidos e quase sempre apenas uma pessoa falava. À época da pesquisa, essa situação já tinha mudado e as pessoas, deliberadamente, opinavam e manifestavam interesse nas decisões do empreendimento, querendo participar. Percebe-se também um envolvimento informal dos trabalhadores, que estão normalmente atentos e, no decorrer do trabalho, comentam situações que podem ser abordadas na próxima assembleia.

No empreendimento novo, esse interesse não apresentava maior relevância. A maior parte dos trabalhadores continuava atrelada à relação de trabalho anterior, em que eles se envolviam apenas com a produção. O discurso da importância da participação existe, mas parece que os trabalhadores ainda não descobriram como fazer e para que participar. Apenas sabem que a assembleia e outras instâncias de participação são algumas das condições que envolvem a nova prática de trabalho.

Enfim, o compromisso com o EES existe, embora seja limitado em algumas circunstâncias, mesmo porque nem todos os trabalhadores têm a mesma concepção em relação ao empreendimento. De uma maneira geral, percebe-se que a relação dos cooperados com o EES vai se estreitando aos poucos, em decorrência de um processo que une vivência e reflexão sobre a nova prática.

A relação entre os trabalhadores

“Liberdade no trabalho” é uma expressão unânime na fala dos entrevistados, ao se referirem ao trabalho na cooperativa. Os trabalhadores sabem suas obrigações para com a produção e o fato de terem uma relação de trabalho mais livre, na qual escutam música, cantam, brincam uns com os outros, conversam, uma relação que os deixa mais à vontade para trabalhar, não significa prejuízo para o processo produtivo, ao contrário. Diante deste ambiente de trabalho mais livre, os trabalhadores desenvolvem melhores relações uns com os outros. Isso se evidencia no cotidiano, nas relações de poder, de solidariedade e de confiança. Existe a clareza que no EES há uma maior circularidade das funções e dos saberes, mas ao mesmo tempo percebe-se que há um certo afastamento ou evitação dos cargos de gestão. No empreendimento oriundo de massa falida, os espaços ainda estão demarcados segundo o modelo que caracterizava a empresa anterior. Isso em razão de ser o mesmo ambiente de trabalho, o mesmo maquinário, a mesma divisão do trabalho em funções. O espaço administrativo não interessa tanto aos trabalhadores do “chão da fábrica”, para eles qualquer um pode assumir o controle da gestão, desde que tenham seus empregos garantidos. Num EES, em que a dinâmica e a relação de trabalho continuam iguais, é mais difícil provocar uma mudança na cultura do trabalho, mas essa estrutura, aos poucos, é tensionada em favor de maior participação, num processo coletivo de aprendizagem.

No EES citado anteriormente, as relações de poder ainda estão um pouco verticalizadas, não por indução de alguns, mas por presumível omissão da maioria dos trabalhadores, que ainda não se ajustou à nova dinâmica de organização do trabalho e do EES. É importante frisar que no EES novo, embora exista uma relação de costumes enraizados, os trabalhadores admitem que a relação entre eles está diferente: mais livre e participativa. Nos EES mais antigos, a relação de

poder é mais horizontal, mesmo assim existe ainda, em alguns momentos, certa centralização do poder. Isso é reconhecido pelos trabalhadores e a priori não os incomoda, pois não interfere na boa relação que mantêm entre si.

Portanto, nos três EES estudados a questão do poder ainda apresenta lacunas do ponto de vista da autogestão, mas parece que os trabalhadores têm essa questão bem resolvida. A figura do presidente, ou de qualquer outro membro do conselho administrativo, não é soberana como costumava ser nas experiências de trabalho que tiveram anteriormente. Para eles, soberano é o coletivo. O conselho administrativo, na posição de delegado, conduz o EES da forma como o grupo resolve. O fato de as mesmas pessoas estarem com a responsabilidade administrativa há muito tempo não implica em prejuízo do princípio de igualdade defendido pelos grupos, embora a autogestão preconize a alternância em posições de gestão da cooperativa.

Percebe-se que o que move essa relação dos trabalhadores, na Cooperei, Univens e Coolabore, é a confiança que os trabalhadores desenvolveram uns nos outros. Nem todas as iniciativas de economia solidária possuem a confiança que esses três grupos possuem, isso faz muita diferença. Trata-se de uma confiança construída ao longo do tempo, que criou raízes mesmo antes dos trabalhadores constituírem os respectivos empreendimentos. Cada EES tem suas particularidades e a confiança foi desenvolvida em torno delas.

A Univens tem sua história ligada a uma comunidade, unida para melhorar as condições de habitação das pessoas que residiam naquele espaço. Quando resolveram montar a cooperativa, as pessoas já tinham uma história em comum, uma história de luta. Outro fator que contribui para a relação de confiança entre as trabalhadoras da Univens é que, além de colegas de trabalho, são todas vizinhas. Elas convivem dentro do espaço de trabalho e fora dele também.

Na Cooperei, os trabalhadores confiam porque se conhecem há muito tempo. Aliás, se não fosse por isso, eles não se teriam unido para organizar a cooperativa. Foram muitos anos trabalhando juntos na empresa Alumínio Econômico, mesmo sem ter uma relação mais estreita (o ritmo de trabalho não permitia interações), eles se conheciam, sabiam o que faziam e como faziam. É visível que esse EES estava com mais dificuldade de consolidação do que os outros dois EES da pesquisa, mas se não fosse por essa condição de confiança, provavelmente o grupo não se sustentaria. Na fala de Ricardo essa percepção se evidencia: “A confiança existe, às vezes a cabeça muda. Bah! Nós já nos conhecemos há muito tempo, se não fosse esse mesmo pessoal, ia ser bem mais difícil”.

Na Coolabore, a confiança se construiu na medida em que o empreendimento foi dando certo, pois estavam todos desempregados, oriundos do mesmo segmento (indústria do calçado), sendo alguns sindicalistas que não acreditavam muito na possibilidade da cooperativa. Quando a cooperativa

começou a ter visibilidade, ganhou licitações e mais tarde se instalou como usina é que os trabalhadores começaram a acreditar e a desenvolver uma relação entre eles, ou seja, precisaram primeiro desenvolver a confiança no projeto, para depois promovê-la entre eles mesmos e para fora.

Enfim, por diferentes circunstâncias, a confiança é assegurada pelos trabalhadores desses empreendimentos e é essa relação que mantém a harmonia que existe no ambiente de trabalho.

Outro indicador fundamental é a solidariedade. No cotidiano dos EES a solidariedade se manifesta por atitudes como cuidado, amparo, socorro. Existe uma preocupação, um zelo entre os trabalhadores, comum aos três empreendimentos e que os diferencia de uma empresa capitalista. São várias as situações abordadas nas entrevistas que dimensionam essa questão como um importante pilar na sustentação da boa relação entre os trabalhadores. Existe uma compreensão em relação aos problemas pessoais dos trabalhadores, hoje eles olham para isso com atenção, prontos para escutar e apoiar no que for preciso. Percebe-se aqui uma relação de reciprocidade: “eu faço por ti porque amanhã pode ser eu que esteja no teu lugar”. Eis o relato de Fábio:

[...] os problemas aqui são muito toleráveis, existe um regimento entre nós que conta mais para colocar a pessoa na obrigação, mas na real não acontece, ninguém é suspenso com três dias de falta, nem com dez [...]. Então é muito tolerado. Se alguém ligar dizendo que tem alguém doente nós entendemos: eu tolero hoje, amanhã alguém tolera – é um jogo de cintura.

Nesse mesmo sentido, os trabalhadores foram promovendo uma relação de partilha, cuidado, troca e entreatajuda com outros grupos. Essa solidariedade manifestou-se em algumas falas:

Eu acho que a cooperativa está constantemente melhorando, a cooperativa já tem essa coisa de ir pra frente, e a gente vê os outros grupos, o comprometimento com outros grupos do Vale. A gente conseguiu relacionamento com outros grupos. A gente fez uma troca com outros grupos de reciclagem da região, fazendo um intercâmbio, troca de experiências, a gente pode ajudar os outros grupos (Pablo).

Assim, os trabalhadores se surpreendem com a nova dinâmica de trabalho, de como a nova prática promove melhores relações entre eles e com o que está fora do EES, de como a vivência no grupo os tornou pessoas melhores, capazes de conduzir um empreendimento com responsabilidade e compromisso com o que os cerca. A valorização da “ajuda mútua” corresponde a uma perspectiva de que com união, somando forças, ajudando a solucionar

problemas há de se alcançar resultados melhores. No início, os objetivos individuais e coletivos se associaram de forma mecânica, mas com o tempo passaram a associar-se de forma articulada, estratégica, apresentando-se mutuamente implicados. Dessa forma, vivenciar e descobrir a experiência da economia solidária é fundamental para o processo de economia solidária.

O papel decisivo da participação

A participação é um dos fatores decisórios no processo de consolidação do EES. Os outros temas-indicadores visados nas entrevistas tais como: liberdade, compromisso, confiança e outros, adquirem um outro significado a partir da participação, internalizando-a como parte indissociável da nova relação de trabalho.

O ato de participar do desenvolvimento do EES permite que o trabalhador se aproxime do sentido integral do próprio trabalho, até então estranho a ele ou ela. Isso em função de que a participação inibe a contradição que existe entre gestão do processo de trabalho e sua realização. Nesse sentido, há uma assimilação efetiva do trabalhador em relação ao seu próprio trabalho, caminhando no sentido da autogestão, num processo complexo e não linear. A valorização dessa participação foi evidenciada na fala abaixo:

[...] tivemos reuniões no começo de praticamente uma pessoa só falar, hoje nós já temos, na mesma reunião, dependendo do assunto – dezesseis pessoas, dezessete levantando o dedo e falando. Quatro anos atrás as pessoas não tinham iniciativa. Agora é diferente, mas com calma, para não ter a chamada queimação. Então hoje, se tem alguma coisa para falar a pessoa já conversa (Fábio).

O diálogo é um destaque nas intervenções dos trabalhadores. A partir do diálogo eles identificam diferenças, erros, possibilidades etc. Trata-se de uma mútua exposição das angústias, dúvidas, percepções, preferências etc.

No EES novo, o fato de ocorrer divergências durante as assembleias não é muito apreciável. Os cooperados ainda identificam união com concordância; por isso, na concepção deles, se há contradição a cooperativa não se desenvolve bem. Nos outros dois EES as divergências são bem-vindas, é claro para os trabalhadores que elas são necessárias para a reflexão do grupo, dela fazem parte. Entendem que é saudável as pessoas admitirem posições diferentes, afinal as pessoas são diferentes e devem poder se manifestar no coletivo.

A existência de conflitos no interior do EES é responsável pelo aumento da participação. No EES novo, os trabalhadores têm mais dificuldades de admitir o conflito, revelando certa esquiva dos espaços que promovem a interação. Isso ocorre aparentemente por medo da exposição e provoca insatis-

fação em relação ao trabalho. A valorização da diferença faz os trabalhadores reverem seus posicionamentos, implicando uma mudança em suas próprias percepções. Assim, produzem suas representações sociais: a partir de uma interação com o outro e das novas aprendizagens que isso gera.

Os trabalhadores têm presente a necessidade de agregar esforços para a constituição de um produto de qualidade. Disso depende o futuro do EES e, conseqüentemente, os seus próprios futuros pessoais.

Enfim, é claro que a prática da economia solidária possibilita um envolvimento maior dos trabalhadores com o processo de trabalho e isso estimula um trabalhador sujeito do processo, ativo e cidadão. Vivenciar a nova relação de trabalho e consolidar uma outra cultura, potencialmente, induz a um sujeito disposto a construir uma outra sociedade, pois o indivíduo leva consigo, para fora do EES, os princípios de igualdade e participação que ali vivencia. Eis o entusiasmo de Fábio, ao perceber a questão:

Então tu percebes a diferença, tu te envolve mais, tu ocupa a tua cabeça, tu pensa mais e tu te envolve em si. Bah! Graças a Deus! Assim ó, eu acho que eu me desenvolvi uns 80% a mais do que eu era, isso é em tudo: aqui, como no relacionamento em casa, com as pessoas de fora, na rua, muito mais diferente. A cooperativa te abre, tu tem um caminho mais aberto. Todos percebem que eu estou diferente, em tudo, tu muda, até a situação financeira, em tudo.

Dessa forma, pode-se dizer que a mudança de comportamento dos trabalhadores no EES contribui para o desenvolvimento de outras representações sociais, que se estendem para além do universo da cooperativa. Essa questão remete às elaborações teóricas da economia solidária, que pontuam que os valores vividos dentro dos EES tendem a transbordar para outros espaços, favorecendo uma sociedade mais democrática, justa e solidária (Singer, 2000). Por fim, a interação com o outro, somada à responsabilidade com o trabalho, parece construir a nova relação dos trabalhadores, seja com o EES, seja com os demais trabalhadores, ou consigo mesmo. Aí reside uma das potências da economia solidária como forma de trabalhar e de viver.

Considerações finais

Embora não se trate de dar um caráter conclusivo às questões aqui abordadas, mesmo porque não é essa a intenção do trabalho, algumas observações derivadas deste processo de pesquisa merecem ser enunciadas.

É certo que existe uma fragilidade nos EES, no que diz respeito a capital financeiro e condições técnicas de realizar o trabalho e obter o produto da melhor forma possível. Isso não é característico só dos EES

pesquisados, mas da maioria das iniciativas de economia solidária do Brasil. A economia solidária ainda não conquistou um apreço significativo da sociedade, Estado e de organizações de crédito, mas o pouco apoio que existe tem sido importante para consolidar alguns avanços.

Mesmo com essas dificuldades, os EES se sustentam, pois as fragilidades técnicas e financeiras não obscurecem o elemento político e solidário dos mesmos, sua motivação para construir a experiência. O elemento político e a constituição de um ambiente participativo e democrático são fatores decisivos para que a economia solidária seja sustentada e configurada como alternativa de geração de trabalho e renda e alternativa para o trabalhador viver outra relação de trabalho, que impede a acumulação de capital e promove outras representações sociais.

No EES, o trabalho alcança a centralidade, na medida em que os trabalhadores se tornam o centro da gestão e da produção da cooperativa. A participação, responsável pelo envolvimento do trabalhador com esse processo, é também responsável por um desenvolvimento pessoal daqueles que se permitem conceber novas representações, vivenciando-as. Por isso, é possível dizer que os benefícios oriundos do trabalho coletivo e cooperativo extrapolam o material e o econômico, alcançando outras esferas da vida.

A economia solidária no Brasil ainda é incipiente, trata-se de um processo que possui uma visibilidade muito frágil, para se afirmar que houve uma mudança efetiva na cultura do trabalho. Muito ainda deve ser feito, como fortalecer espaços de interação entre os trabalhadores, promover formações que possibilitem maior conhecimento sobre os processos que estão ocorrendo e abordar a economia solidária como uma alternativa de fato.

Pode-se dizer que as práticas de economia solidária, mesmo incipientes, atuam sobre a subjetividade dos trabalhadores, alterando suas representações sociais. Não é possível afirmar que todas as representações se manifestam em benefício das novas práticas e relações de trabalho. Mas é bem verdade que os entrevistados apresentam traços de mudança nas formas de pensar, trabalhar e, conseqüentemente, viver. Mesmo aqueles mais resistentes reconhecem o fato de que existe uma diferença no contexto da economia solidária e que, bem ou mal, eles também o modificam, construindo outras percepções do espaço de trabalho e fora dele também.

Uma limitação da pesquisa, reconhecida à época, foi a de que é difícil identificar se houve mudanças profundas nas representações sociais apenas pela realização de entrevistas. Nem todos os trabalhadores pareciam efetivamente convencidos do que estavam dizendo, por isso a convivência com os grupos pesquisados foi muito importante para a análise dos dados da pesquisa, para a fidedignidade e qualidade das análises, bem como minha experiência profissional.

Acredito que o somatório entre essas duas fontes (primárias e secundárias) permitiu uma análise relativamente concisa e, ao mesmo tempo, dinâmica. Uma

análise que apresenta como resultados mudanças nas representações sociais dos trabalhadores, oriundas de confrontos entre experiências e discursos diferentes.

Pode-se dizer que novas representações sociais se formam a partir da prática de economia solidária, não com a intensidade que se poderia esperar, mas constituindo representações construídas cautelosamente, equilibrando a dinâmica de interação entre os trabalhadores e o desenvolvimento do EES.

As mudanças ocorridas nas representações sociais dos trabalhadores promoveram melhores relações de trabalho. A partir delas, os trabalhadores estão mais envolvidos e comprometidos com o contexto em que estão inseridos. À época, reconheci que era ainda muito cedo para afirmar uma mudança na cultura do trabalho, pois a mudança de algumas representações em favor da economia solidária não forneceu elementos suficientes para a *consolidação* de uma outra cultura, que estimulasse não somente novas relações de trabalho, mas também relações sociais e econômicas mais abrangentes.

Afinal, como dizia Gramsci, a cultura é uma situação que vai além das condições individuais:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (1982, *apud* Tiriba, 2001, p. 238).

Manter viva a utopia dessa nova cultura de trabalho a partir de práticas associativas e participativas é um dos grandes desafios da economia solidária, que deverá continuar a ser construído por todos aqueles e aquelas que acreditam na possibilidade de uma outra economia e, conseqüentemente, de uma outra sociedade e outro mundo possíveis. Essa ideia-força segue viva até hoje.

Referências

- ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. *In: Conferência sobre Globalização e Cidadania*, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. Rio de Janeiro, 1996.
- ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 74, p. 6-17, set./nov. 1997.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO TRABALHADORES DE EMPRESAS AUTOGESTIONÁRIAS (ANTEAG). **Autogestão** – construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. São Paulo: Anteag, 2000.

- CATTANI, Antonio David (org.). A outra economia: os conceitos essenciais. *In*: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- GAIGER, Luiz Inácio. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Revista Contexto e Educação**, Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, abr./jun. 1998.
- GAIGER, Luiz Inácio. Significados e tendências da economia solidária. *In*: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio. **Economia popular solidária: uma conversa de Luiz Inácio Gaiger com o conselho de escolas de trabalhadores**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2001.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LECHAT, Noëlle. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. *In*: **II Seminário de Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares**, Unicamp, 2002. (Palestra).
- SANTOS, Aline Mendonça. **Vivendo e Pensando o Diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária**. 2004. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- SANTOS, Aline Mendonça; NASCIMENTO, Cláudio. **Paul Singer: democracia, economia e autogestão**. Marília: Lutas Anticapital, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. **Economia Solidária: possibilidades e desafios**. Proposta, 88/89. Março/Agosto de 2001.
- SINGER, Paul. Economia Solidária. *In*: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Unijuí, 2001.
- WAUTIER, Anne Marie. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Revista Sociologias**, Porto Alegre: UFRGS, IFCH, ano 5, n. 9, 2003.

DOS VÍNCULOS SOCIAIS À LIDERANÇA SOLIDÁRIA COMPARTILHADA NAS PRÁTICAS COOPERATIVAS E AUTOGESTIONÁRIAS

Robinson Henrique Scholz

Introdução

O presente capítulo aborda os principais conceitos teóricos que fundamentaram o estudo doutoral realizado no PPGCS-Unisinos, com foco na economia solidária e nos vínculos sociais (Scholz, 2017). O objetivo é explorar como esses conceitos podem contribuir para o entendimento das práticas cooperativas e suas dinâmicas, no contexto da economia solidária. A partir do paradigma da dádiva, que envolve temas como solidariedade, reciprocidade, confiança e cooperação, buscou-se relacionar esses princípios à estrutura e funcionamento dos empreendimentos da economia solidária. Também se enfoca as tensões que surgem entre os valores da economia solidária, que vão além da lógica econômica e o sistema dominante capitalista, cujo ânimo é o lucro. A interação desses elementos é essencial para a formulação de chaves epistemológicas de pesquisa, pois muitos dos modelos organizacionais cooperativos-solidários enfrentam desafios ao se contrapor ao sistema capitalista vigente, que busca maximizar lucros em detrimento da inclusão social (Singer, 2002).

A emergência da liderança solidária compartilhada é vista como um processo dinâmico que descentraliza o poder dentro dos grupos, permitindo que todos os membros possam exercer papéis de liderança, desde que possuam conhecimentos, habilidades e atitudes apropriadas (Scholz, 2017). Este modelo mostrou-se possível em empreendimentos autogestionários, como cooperativas, onde todos são envolvidos ativamente na gestão e operação do negócio. No entanto, essa liderança não se manifesta de forma igualitária em todos os grupos, variando conforme o contexto e a dinâmica de cada organização.

Em um cenário de mudanças sociais e organizacionais, a necessidade de novas práticas organizativas se torna essencial para atender às demandas da sociedade contemporânea. Embora o conceito de evolução cronológica tenha sido dominante nas ciências sociais (Jovchelovitch, 2008), a realidade das organizações mostra que a evolução não é linear, mas sim contraditória e imprevisível. Esse entendimento é importante, especialmente em organizações coletivas e associativas que operam no campo do cooperativismo e da econo-

mia solidária, onde os processos organizacionais buscam atender a desafios de sustentabilidade e de inclusão social (Veronese; Scholz, 2013).

A construção da liderança solidária compartilhada depende do engajamento dos indivíduos em ações coletivas e de sua disposição para aprender novas formas de organização e planejamento estratégico. Este modelo de liderança, em que a cooperação e a responsabilidade são compartilhadas, reflete práticas de conduta que orientam os indivíduos para um objetivo comum. A liberdade e a obrigação de estabelecer vínculos sociais (Bajoit, 2006) são fundamentais para fortalecer os coletivos de trabalho cooperativos, garantindo que esses espaços produzam trabalho e renda por meio da economia solidária.

Empreendimentos de economia solidária frequentemente surgem em contextos de marginalização social e falta de oportunidades de trabalho formal (Gaiger, 2015). Indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica, muitas vezes nas periferias urbanas, buscam alternativas para garantir sua subsistência. A liderança nesses contextos assume um caráter coletivo, voltado para o autossustento e a inclusão, com práticas de gestão que se afastam das estruturas tradicionais e buscam empoderar os membros de forma colaborativa.

Por fim, o texto aponta para a importância de inovar nas práticas de gestão e liderança dentro dos empreendimentos coletivos, principalmente no contexto da economia solidária. A autogestão, como modelo de governança, propõe uma forma democrática de tomar decisões, com base na participação e deliberação coletiva, como em assembleias. As práticas autogestionárias não são isentas de tensões, mas contribuem para um processo contínuo de construção social, que busca promover a autonomia e o fortalecimento de grupos que, por meio da cooperação, conseguem superar desafios sociais e econômicos.

Vínculos sociais e economia solidária

No entendimento dos vínculos sociais dentro da economia solidária, destaca-se que as formas de organização associativas são predominantemente compostas por grupos de pessoas que buscam objetivos comuns. A cooperação e a autogestão, baseadas em princípios de igualdade e participação, são fundamentais para o êxito dessas iniciativas. O psicólogo social Kurt Lewin (1978) argumentava que, para compreender a dinâmica desses grupos, é necessário observar como se formam as lideranças e a autoridade dentro deles, além de compreender a função que essas organizações desempenham na sociedade. O grupo, portanto, se caracteriza pela troca de crenças e valores, permitindo uma identificação mútua entre seus membros e a criação de práticas sociais coletivas (Lewin, 1978; Scholz, 2009). A pluralidade das experiências e com-

petências dos indivíduos dentro do grupo contribui para a formação de uma organização coesa, capaz de promover transformações sociais significativas por meio de práticas coletivas (Veronese; Scholz, 2013).

Contudo, a literatura alerta para os riscos de que a busca pela eficiência econômica em cooperativas e empreendimentos solidários possa prejudicar os valores cooperativos. Schneider (2015) enfatiza que, embora os objetivos econômicos sejam importantes, não podem ser o foco exclusivo dessas organizações, pois isso reduziria a cooperativa a um simples registro legal, desvirtuando seus objetivos sociais. Em vez disso, para ser uma cooperativa genuína, deve-se priorizar o bem-estar coletivo, a dignidade humana e a promoção dos direitos humanos. A adesão plena aos princípios cooperativos depende, assim, do envolvimento dos cooperados em práticas de gestão que fomentem vínculos sociais duradouros e a reciprocidade entre os membros. Isso contribui para a construção de uma verdadeira economia solidária, capaz de gerar trabalho e renda de forma inclusiva e sustentável (Sabourin, 2011).

A construção dos vínculos sociais e a prática da reciprocidade na economia solidária podem ser melhor compreendidas à luz do paradigma da dádiva, conforme apresentado por Marcel Mauss (2011). Em seu estudo sobre as trocas de presentes nas sociedades “arcaicas”, Mauss destacou que a dádiva implica em um ciclo de dar-receber-retribuir, em que a reciprocidade não é apenas uma obrigação, mas também uma forma de liberdade e geração de novas relações sociais. A dádiva não se limita ao ato de transferir algo de valor material, mas envolve também uma troca simbólica, capaz de fortalecer os laços sociais e criar uma rede de solidariedade entre os indivíduos. Nesse sentido, a dádiva se torna um mecanismo para a construção de vínculos sociais mais profundos e para a promoção de uma economia baseada na cooperação (Godbout, 1998; Caillé, 1998). O conceito de liberdade na dádiva permite que as relações de troca transcendam a lógica utilitarista, gerando, assim, uma sociabilidade mais inclusiva e recíproca, própria da economia solidária: é lógico e racional cooperar.

Além disso, a compreensão dos vínculos sociais e da reciprocidade no contexto da economia solidária envolve uma análise das relações de poder e autoridade dentro dos grupos. Haesler (2002) destaca que os vínculos sociais, frequentemente negligenciados nas metodologias tradicionais das ciências sociais, são centrais para a construção da sociabilidade e da intersubjetividade nas práticas solidárias. A reciprocidade, na lógica da dádiva, não é apenas uma troca material, mas também uma troca simbólica, que permite aos indivíduos se conectarem e se reconhecerem em um nível mais profundo de reciprocidade e interdependência. Esses vínculos sociais são essenciais para o funcionamento

das cooperativas e empreendimentos solidários, pois são eles que sustentam as práticas cooperativas e garantem a continuidade das relações de trabalho em um ambiente de solidariedade (Haesler, 2002). O desafio está em entender como esses vínculos podem ser mantidos e fortalecidos em face das adversidades do sistema capitalista e das dificuldades internas dessas organizações.

A reflexão sobre as relações sociais na economia solidária também leva à análise dos conflitos que podem surgir dentro desses grupos. Mauss (2011) observa que, em muitas situações, a recusa ou o não cumprimento da reciprocidade pode gerar conflitos, o que é observado em diferentes contextos da vida social, incluindo as relações de trabalho e as interações cotidianas. O desentendimento sobre as obrigações de dar e receber pode afetar a harmonia do grupo e gerar divisões internas. Polanyi (2012) também aponta para a importância de manter os laços sociais e de garantir que as trocas recíprocas sejam cumpridas, uma vez que a violação dessas regras sociais pode marginalizar o indivíduo e prejudicar a coesão do grupo. No contexto da economia solidária, a manutenção desses laços é crucial para a sustentabilidade das iniciativas, pois eles são fundamentais para a construção de um ambiente de confiança e colaboração entre os membros da cooperativa ou associação (Polanyi, 2012).

A análise da economia solidária e seus vínculos sociais também envolve uma crítica ao modelo capitalista, que desvaloriza o trabalho como vetor de bem estar social em favor da maximização do lucro para poucos. Schneider (2005) argumenta que a verdadeira riqueza está no ser humano, e que as práticas econômicas devem ser voltadas para a valorização da dignidade humana e para a promoção do bem-estar coletivo. Isso implica uma redefinição das formas de organização econômica e da distribuição do trabalho, de modo a permitir que a sociedade, como um todo, possa decidir coletivamente sobre as suas prioridades e necessidades. A economia solidária, ao propiciar uma alternativa ao modelo capitalista, visa promover uma maior justiça social, proporcionando a inclusão de grupos marginalizados e a criação de novas formas de trabalho e renda, baseadas em princípios de cooperação e solidariedade (Schneider, 2005).

O estudo sobre a cooperação e a economia solidária envolve uma compreensão aprofundada das ideologias e práticas que guiam a organização de coletivos. Tais práticas, quando bem articuladas, permitem que indivíduos sigam líderes que acreditam em objetivos comuns e possuem a capacidade de atingir resultados concretos. De acordo com Villegas (1979), a distinção fundamental entre doutrinas e teorias está na forma como essas se posicionam diante da realidade social. As doutrinas são normativas e idealistas, oferecendo uma visão utópica de futuro, orientando as ações dos indivíduos em direção

a um destino coletivo. Por outro lado, as teorias tratam da realidade tal como ela é, buscando identificar os mecanismos para organizar coletivos, como as cooperativas, para alcançar objetivos imediatos e, eventualmente, avançar para um futuro mais próximo do idealizado (Villegas, 1979, p. 81).

As doutrinas e as teorias se posicionam em diferentes planos de análise. Enquanto as doutrinas estão no campo das ideias e da associação, as teorias se voltam para a realidade social e a organização prática. Segundo Bourdieu (1990), a sociedade é composta por um conjunto de relações interdependentes entre os indivíduos, configurando um “espaço de posições” em que as relações são definidas não apenas pela proximidade ou distância física, mas pela posição relativa dos sujeitos na estrutura social. Para Bajoit (2006), as cooperativas podem ser vistas como espaços de organização social nos quais os sujeitos estão relacionados e formam uma rede de interações que orientam a prática coletiva.

A economia solidária, conforme teorizada por Gaiger (2015), se aplica a cooperativas, associações e outros empreendimentos coletivos, sendo caracterizada pela gestão compartilhada das atividades pelos membros e pela socialização dos meios de produção. Esta abordagem busca oferecer uma alternativa ao modelo econômico tradicional, oferecendo protagonismo econômico e político aos trabalhadores vulneráveis, criando um espaço inclusivo que combate a exclusão social. A liderança, conforme Veronese e Scholz (2013), é crucial para o sucesso desses empreendimentos, sendo fundamental para a criação de relações de confiança, união e solidariedade entre os membros, o que fortalece a organização coletiva.

A reciprocidade, conceito central para a organização das cooperativas e da economia solidária, é abordada por diversos teóricos como um mecanismo essencial nas relações sociais. Segundo Sabourin (2008), a reciprocidade implica uma preocupação genuína pelo outro, sendo este o princípio fundamental que impulsiona a ação e a cooperação; ajudar o outro é projetar, simbolicamente, a aposta de que quando eu precisar, serei ajudado. A dádiva, entendida como a troca de algo sem esperar algo em troca, é um dos meios pelos quais a reciprocidade se manifesta, criando vínculos e fortalecendo as relações sociais (Sabourin, 2008, p. 135).

A ideia de dádiva é discutida por Haesler (2002), que diferencia a “coisa dada” em duas naturezas: uma que visa a utilidade do objeto em si e outra que busca estabelecer ou fortalecer um vínculo entre os indivíduos. A dádiva não se limita à troca de objetos, mas se estende à construção de relações de solidariedade, amizade e confiança, essenciais para a coesão dentro das cooperativas. Segundo Mauss (2011), a dádiva e a reciprocidade estão profundamente ligadas à organização social e econômica, sendo

essenciais para a manutenção da estrutura social em comunidades que não dependem de registros formais, como ilustrado pelo comércio de Kula nas Ilhas Trobriand, onde a troca de presentes é essencial para manter a união e a reciprocidade entre os membros das tribos.

Além disso, Polanyi (2012) discute como a reciprocidade é fundamental para a organização da sociedade, na qual as trocas de presentes e contrapartidas econômicas não são apenas um mecanismo de troca material, mas também de estabelecimento de vínculos sociais. Essas trocas são vistas como fundamentais para o funcionamento da economia e da sociedade, criando uma rede de solidariedade que facilita a troca e o compartilhamento de recursos entre os indivíduos.

Para Bajoit (2006), a articulação das motivações dos indivíduos em grupos sociais é um fator chave para a organização das cooperativas. As motivações podem ser tanto objetivas (impostas por forças externas) quanto subjetivas (baseadas nas intenções dos indivíduos). A articulação dessas motivações cria uma rede de interações e de gestão relacional, na qual os sujeitos se comprometem com as lógicas de ação social que orientam a cooperação. Bajoit (2006) também destaca que, ao articular suas motivações, os indivíduos não apenas se integram a um grupo, mas constroem uma identidade coletiva, o que torna as cooperativas espaços dinâmicos de transformação social.

A identidade, nesse contexto, é construída através da interação entre os membros e da troca de posições sociais que ocorrem dentro do coletivo. Segundo Gaiger (2008), aceitar a dádiva como elemento central da reciprocidade implica reconhecer que a dádiva pura, desprovida de qualquer interesse, é uma condição limite, sendo mais útil considerar as formas de dádiva que combinam desinteresse com interesse. Esse entendimento é fundamental para compreender as relações de troca dentro das cooperativas, onde os indivíduos buscam, ao mesmo tempo, a construção de vínculos sociais e a obtenção de benefícios materiais.

A análise das cooperativas e demais iniciativas de economia solidária revela que a reciprocidade e a dádiva são componentes fundamentais para a organização social e econômica desses empreendimentos. As relações de cooperação, baseadas em vínculos de solidariedade e confiança, permitem a construção de identidades coletivas e o fortalecimento das organizações cooperativas. Além disso, a gestão relacional, que articula as motivações objetivas e subjetivas dos indivíduos, é essencial para seu sucesso, já que cria uma base para o desenvolvimento de ações coletivas e para a superação das dificuldades causadas pelas desigualdades sociais.

Como destaca Sabourin (2011), a reciprocidade não se limita a uma simples troca de bens ou serviços, mas envolve uma rede complexa de interações afetivas, econômicas e simbólicas que fortalecem as relações sociais e garantem a coesão do grupo. Nesse contexto, a dádiva, ao estabelecer um vínculo entre os indivíduos, se torna um elemento central para a dinâmica de cooperação e solidariedade nas cooperativas e empreendimentos de economia solidária. Essas práticas, que buscam a inclusão e o protagonismo dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade, têm o potencial de transformar as relações sociais e econômicas, criando alternativas ao modelo capitalista dominante e promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

Observa-se, também, a importância dos vínculos sociais e políticos com a gestão pública, para garantir a continuidade das atividades cooperativas, quando estas prestam algum tipo de serviço e são remuneradas pelo setor público. Como exemplo, temos as cooperativas de catadores e catadoras, em que o vínculo entre prefeitura e cooperativa decorre principalmente da reciprocidade estabelecida entre as partes por meio de um contrato formal, no qual ambas as entidades desempenham papéis complementares no processo. A gestão pública é responsável pela coleta dos resíduos no município e contrata as cooperativas para executar essa tarefa; por sua vez, as cooperativas têm a responsabilidade de cumprir as cláusulas do contrato, o que, por vezes, impacta negativamente a prática da autogestão da cooperativa (Albuquerque, 2003). Dessa forma, as relações contratuais se entrelaçam com as relações sociais, formando um mecanismo complexo e contraditório, em que os compromissos assumidos através do contrato prevalecem, em detrimento da reciprocidade, que poderia gerar vínculos mais significativos se desenvolvidos adequadamente (Caillé, 1998).

Contribuindo nesse entendimento, recupera-se também o conceito de *habitus*, proposto por Pierre Bourdieu (2007), que refere-se ao conjunto de disposições duráveis e transferíveis que orientam o comportamento dos indivíduos dentro de um campo social específico. Essas disposições não são aprendidas de forma consciente ou explícita, mas internalizadas ao longo do tempo por meio da experiência e da interação social. O *habitus* atua como uma estrutura cognitiva que orienta as ações dos sujeitos, guiando suas preferências, escolhas, julgamentos e até mesmo as formas de se relacionar com o mundo e com os outros.

No contexto da economia solidária, o *habitus* assume um papel central na análise dos vínculos sociais e das práticas coletivas dentro de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Ao investigar as dinâmicas internas das cooperativas, se revela como o *habitus* dos cooperantes é moldado pela

experiência compartilhada do trabalho coletivo, que envolve suas práticas sociais de trabalho autogestionários e revelam o gosto pelo que desenvolvem e o compromisso que assumem perante os demais trabalhadores e a sociedade.

A partir disso, é possível identificar alguns dispositivos que fortalecem a formação e a manutenção dos vínculos sociais no contexto da economia solidária e do cooperativismo. Entre os principais dispositivos estão o prazer pelo trabalho, as lógicas de solidariedade afetiva, que surgem quando pessoas próximas compartilham a mesma identidade coletiva, e as relações de vizinhança, que favorecem a proximidade entre o local de residência e o ambiente de trabalho. Um aspecto central nesse contexto é o mecanismo de distinção relacionado ao gosto pelo trabalho, que, por meio de uma crítica construtiva, potencializa os vínculos sociais. Esse processo contribui para a formação de uma compreensão mais profunda sobre o trabalho, os laços necessários à sua realização e as fragilidades do processo, gerando, assim, a necessidade de mudanças no processo organizacional. Esse entendimento, por sua vez, se reflete na constituição de estratégias práticas para implementar as modificações necessárias na gestão e nas relações dentro da cooperativa.

Em suma, buscou-se, nesta seção do texto, a compreensão da economia solidária a partir dos conceitos de dádiva, reciprocidade e vínculos sociais, propondo uma análise dos grupos cooperativos que buscam gerar trabalho e renda de forma solidária. A centralidade da dádiva nas relações sociais e econômicas dessas organizações é crucial para entender os processos de troca e solidariedade, que vão além do simples utilitarismo e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No entanto, os desafios relacionados à preservação desses vínculos e à manutenção dos princípios cooperativos em face das pressões do sistema capitalista permanecem como questões a serem aprofundadas em futuras pesquisas acadêmicas.

Liderança solidária compartilhada

Partindo de uma análise sociológica e organizacional, a pesquisa que embasa este texto refletiu sobre as práticas de liderança e como elas podem ser eficazes quando adaptadas aos princípios da economia solidária e autogestão. Santos e Meneses (2009) destacam que as experiências sociais vivenciadas produzem práticas que, por sua vez, geram resultados, refletindo um processo contínuo de coprodução e reprodução de contextos que geram conhecimento. Tais práticas e resultados são impulsionados pelo engajamento dos atores sociais comprometidos com projetos coletivos, como no caso das cooperativas. Nesse contexto, as práticas de liderança podem ser repensa-

das para fortalecer organizações cooperativas, principalmente quando os sujeitos envolvidos adotam lógicas de solidariedade e reciprocidade (Bajoit, 2006). A liderança, ao ser pensada em um ambiente coletivo e autogestionário, permite tornar mais evidentes as disputas competitivas e possibilita um gerenciamento eficaz dessas tensões (Borges *et al.*, 2013).

A literatura administrativa sobre liderança, conforme Senge (2004), sugere que o líder deve ser alguém capaz de definir o caminho, tomar decisões fundamentais e energizar a equipe. No entanto, para Senge, o líder está sempre em um processo de aprendizado, que é contínuo, e as teorias aprendidas são constantemente validadas ou ajustadas. Em tempos de mudança socioeconômica, especialmente nas organizações autogestionárias, é necessário que os líderes ampliem suas capacidades para compreender complexidades e externalidades, esclarecer visões e aperfeiçoar modelos mentais compartilhados. Esse processo é essencial para a aprendizagem coletiva e para catalisar mudanças dentro das organizações (Senge, 2004; Scholz, 2009).

A liderança nas organizações autogestionárias também envolve uma sensibilidade para as dinâmicas do grupo, como destacam Gardner (1996) e Bajoit (2006). A liderança, portanto, não é apenas uma habilidade de comando, mas também um exercício de empatia, articulando informações e conhecimentos para motivar e unificar o grupo. Bajoit (2006) destaca que a ação coletiva depende de um engajamento efetivo de indivíduos, além da presença de processos de liderança, recursos e uma história comum de luta, que reforça a coesão do grupo.

A importância da liderança para a efetividade da ação coletiva é fundamental, pois ela mobiliza o grupo em direção aos objetivos estabelecidos. Isso implica que as lideranças em EES devem ser capazes de identificar as lógicas de solidariedade e as permutas que os membros do grupo estabelecem, bem como garantir que os objetivos organizacionais estejam alinhados com as identidades pessoais de seus integrantes (Locks, 2016). O autor ressalta que a liderança também pode ser vista através de uma lente sociológica, reconhecendo que muitas vezes há confusão entre o papel do líder e a sua personalidade, o que pode dificultar o reconhecimento do comportamento esperado no contexto organizacional.

Lewin (1978) orienta que a liderança democrática é crucial para mudanças culturais dentro de grupos, especialmente em contextos cooperativos. Ele afirma que a aprendizagem em grupo é mais eficaz do que abordagens individuais, principalmente quando se busca modificar padrões culturais profundos dentro de uma organização. Isso implica que os líderes em organizações autogestionárias devem promover a cooperação

e a socialização da aprendizagem para todos os membros, garantindo um desenvolvimento contínuo e integrado das práticas cooperativas.

A prática da liderança não se limita a habilidades sociais e políticas, mas envolve um processo contínuo de guiar e influenciar as práticas do grupo, buscando sempre alcançar os objetivos coletivos. Como explicam Carvell (1980) e Senge (2004), a liderança eficaz envolve o dimensionamento adequado das necessidades da equipe e a definição de estratégias conforme o contexto. A confiança no líder é crucial, pois ela influencia diretamente a performance do grupo. A liderança, nesse sentido, exerce grande impacto sobre o comportamento dos membros, ao motivá-los e direcioná-los para alcançar os objetivos organizacionais estabelecidos. Esses autores pensam a liderança e a aprendizagem organizacional em contextos de empresas convencionais, heterogestionárias, que têm a presença de hierarquia entre os cargos.

Dentro de EES, a liderança precisa ser um agente de mudança, capaz de levar os integrantes a se identificarem com os objetivos do coletivo. A liderança empoderadora precisa criar condições favoráveis para o desenvolvimento do potencial da equipe, além de manter uma visão sistêmica e atenta ao contexto externo (Macêdo *et al.*, 2012). A liderança precisa ser participativa, compreensiva, motivadora, e ao mesmo tempo firme nos objetivos da organização, assegurando que os membros permaneçam comprometidos e unidos na busca pelos objetivos do grupo (Limongi-França, 2013).

Em contrapartida, Chanlat (2000) observa que, no contexto das organizações capitalistas, a reestruturação produtiva do capital tem causado a perda de segurança e liberdade entre os gestores, resultando em dificuldades para estabelecer relações informais e acordos espontâneos. Isso se opõe à necessidade de uma gestão que valorize aspectos sociológicos, psicológicos e econômicos, fundamentais para o exercício da liderança em organizações que buscam integrar a autogestão e a participação democrática.

A crítica à gestão racional-legal, conforme Weber (2001), é relevante para os processos autogestionários, já que a liderança nesses contextos não pode se basear em uma dominação burocrática. A liderança em organizações autogestionárias é mais voltada para representação política e institucional do que para uma chefia hierárquica. Isso implica que a liderança deve ser pedagógica, ensinando aos membros do grupo a importância da democracia e da participação ativa no processo decisório, deve circular, oportunizando que todos participem (Schneider, 2007).

A transformação das visões e práticas dos membros do grupo, como descrito por Castanheira e Pereira (2008), é um desafio pedagógico fundamental para o sucesso da economia solidária. A educação no contexto

cooperativo vai além da distribuição de conhecimento, buscando criar um entendimento profundo sobre a complexidade das relações e do funcionamento do trabalho coletivo, promovendo a mobilização dos membros e a responsabilidade compartilhada (Schneider, 2007). A liderança, portanto, desempenha um papel crucial no despertar da consciência coletiva dentro dos grupos autogestionários, garantindo que os membros se comprometam com os objetivos e valores do empreendimento cooperativo.

A história e as narrativas do grupo, conforme Veronese e Scholz (2013), são essenciais para a coesão dos membros, pois elas ajudam a fortalecer o sentido de identidade e pertencimento ao grupo. O papel do líder, portanto, não é apenas gerencial, mas também simbólico, na medida em que ele facilita o acesso às narrativas históricas do grupo e legitima o papel de cada membro, promovendo um ambiente de diálogo e intercâmbio que sustenta a ação coletiva.

O estudo da liderança em EES traz à tona questões importantes sobre como os líderes podem desempenhar um papel essencial no fortalecimento das organizações cooperativas. Para isso, é necessário compreender a dinâmica social e histórica que envolve esses grupos, a fim de identificar as melhores práticas que possam ser adotadas para o alcance de objetivos coletivos. Santos e Meneses (2009) destacam que as experiências sociais vividas pelos membros de um grupo geram práticas e, por consequência, resultados, num processo de coprodução e reprodução dos contextos. Esses resultados são fruto do engajamento de atores sociais comprometidos com o projeto coletivo, o que permite pensar em práticas de liderança que favoreçam o fortalecimento desses empreendimentos. O conhecimento gerado nesse processo não é apenas resultado da ação de um indivíduo, mas do trabalho conjunto dos membros do grupo, que buscam alcançar seus objetivos por meio de um esforço coletivo.

Uma questão fundamental no desenvolvimento de práticas de liderança compartilhada é a adoção de lógicas de solidariedade e reciprocidade, como afirma Bajoit (2006), para que as disputas internas, inevitáveis em qualquer grupo, sejam manejadas de forma construtiva. Esses princípios são essenciais para a promoção de uma ação coletiva eficaz, pois permitem que as tensões e divergências sejam superadas em nome de um objetivo comum. Borges *et al.* (2013) acrescentam que, ao trazer disputas competitivas para o âmbito público organizacional, elas podem ser tratadas de maneira mais transparente e, assim, mais bem manejadas. Este movimento de gestão das tensões internas requer líderes que saibam como articular as diferentes perspectivas e interesses do grupo, de modo que todos se sintam parte do processo decisório e responsáveis pelo sucesso da organização.

A liderança, segundo a literatura administrativa, é comumente associada a indivíduos que definem os rumos da organização, tomam decisões cruciais e energizam as equipes (Senge, 2004). Contudo, o autor vai além e propõe que o líder está sempre em um processo de mutação e crescimento, sendo capaz de ajustar e corrigir suas práticas à medida que vai aprendendo com a experiência. Esse processo contínuo de adaptação e aprendizagem é ainda mais relevante em contextos de organizações autogestionárias, onde as decisões são tomadas coletivamente e a flexibilidade é necessária para lidar com as mudanças constantes da dinâmica socioeconômica global. Scholz (2009) observa que, nesses contextos, o líder deve expandir suas capacidades de compreensão das complexidades que envolvem o grupo, além de ser responsável pela aprendizagem coletiva, catalisando processos que envolvem todos os membros do grupo.

O principal desafio que os líderes enfrentam em EES é justamente a criação de condições que favoreçam a aprendizagem coletiva, de modo que todos os membros possam contribuir de maneira significativa para os objetivos do grupo. Gardner (1996) destaca que a percepção sensível de grupo é essencial para que o líder possa motivar e unificar os membros, criando um ambiente de empatia e colaboração. Para Bajoit (2006), a simples presença de indivíduos engajados no processo não é suficiente para garantir o sucesso da ação coletiva. A liderança precisa ser exercida de maneira que promova a mobilização social duradoura e a organização do grupo, com o apoio de recursos e tradições que reforcem a identidade e o compromisso do grupo com seus objetivos. Nesse sentido, a liderança é um fator determinante para a efetividade da ação coletiva e deve ser sustentada por princípios de solidariedade, comprometimento e organização, como evidenciam as pesquisas de Veronese e Scholz (2011).

O papel da liderança não se limita ao aspecto da motivação ou organização do trabalho. Ela envolve a criação de uma cultura organizacional que valorize a participação e o engajamento de todos os membros, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma democrática e compartilhada. De acordo com Lewin (1978), a aprendizagem coletiva e a mudança cultural em grupos dependem de processos que envolvem o trabalho em grupo e a troca de experiências. Esses processos não só permitem a mudança de padrões culturais dentro do grupo, mas também potencializam a cooperação e a socialização da aprendizagem adquirida pelos líderes. O líder, portanto, deve estar preparado para promover a transformação dos membros do grupo, incentivando o desenvolvimento de suas capacidades e a internalização de práticas cooperativas e solidárias. Limongi-França (2013) reforça que a confiança no líder é essencial para que os membros do grupo sigam as orientações e trabalhem juntos em direção aos objetivos organizacionais,

destacando que a energia e a sinergia dentro do grupo são fundamentais para manter o comprometimento e alcançar os resultados desejados.

A liderança também envolve o estabelecimento de uma visão sistêmica que permita ao líder ter uma percepção ampla do contexto e das necessidades do grupo. Para Macêdo *et al.* (2012), isso significa que o líder deve estar atento tanto às demandas internas da equipe quanto às mudanças externas que podem impactar a organização. A liderança eficaz em EES requer que os líderes respeitem os processos autogestionários e cooperativos, reconhecendo a importância de equilibrar as necessidades individuais com as necessidades coletivas. A prática da liderança não pode ser apenas uma ação unilateral, mas deve ser baseada em um diálogo constante, onde as experiências, opiniões e ideias dos membros são compartilhadas e utilizadas para atingir os objetivos comuns.

No entanto, a aplicação de modelos de liderança solidária compartilhada nem sempre é simples ou decorrência automática da forma de organização cooperativa. A perspectiva de gestão individualista vai contra os princípios da autogestão e da liderança solidária, que exigem uma abordagem mais colaborativa e menos hierárquica. Tragtenberg (1989) também observa que o conceito de *management* precisa ir além da rigidez burocrática e adotar uma abordagem mais dinâmica e inovadora, em sintonia com os processos de mudança e de adaptação das organizações.

A liderança em contextos cooperativos exige, portanto, uma reeducação coletiva que permita aos membros do grupo entender a complexidade da economia de mercado e as formas de cooperação entre si. Castanheira e Pereira (2008) afirmam que essa reeducação é um desafio pedagógico, pois envolve transformar a visão dos membros sobre o funcionamento do mercado e promover uma compreensão mais profunda das práticas cooperativas. Schneider (2007) complementa essa visão ao destacar que a educação no contexto cooperativo vai além da simples transmissão de conhecimento. Ela envolve um compromisso profundo com a comunidade e com o processo de transformação das práticas organizacionais, utilizando o cooperativismo como um projeto pedagógico que valoriza a mobilização e a responsabilidade dos membros.

Veronese e Scholz (2013) ressaltam que a liderança solidária compartilhada é um processo contínuo de aprendizagem, que exige um esforço constante de todos os membros para garantir a realização dos objetivos coletivos, ou seja: é uma construção sem garantias, é uma aposta; assim como a dádiva, tratada na seção anterior do texto. Nesse modelo, o líder atua mais como um representante político e institucional, do que como um chefe, e é responsável por garantir que as decisões tomadas pelo grupo reflitam seus interesses e objetivos

comuns. Assim, a liderança no contexto dos EES deve ser entendida como um processo coletivo, que exige não só habilidades de gestão, mas também um compromisso com a solidariedade, a cooperação e a autogestão.

Considerações finais

A abordagem teórica e metodológica empregada neste texto teve como base a análise dos vínculos sociais, das lógicas de solidariedade e reciprocidade, bem como da liderança, destacando a interdependência entre os sujeitos e a dinâmica que emerge no processo coletivo de resolução de conflitos e tomada de decisões na economia solidária. Desta forma, concluiu-se que a importância da interação social, dos processos de aprendizagem e da gestão de conflitos são elementos cruciais para o fortalecimento dos vínculos sociais e o desenvolvimento da liderança solidária compartilhada.

Os vínculos sociais que permeiam o desenvolvimento dos EES, em sua forma de *habitus*, influencia a maneira como os sujeitos se relacionam com o trabalho coletivo. O estudo revelou um hábito de trabalho, uma “cultura” construída ao longo do tempo pelos cooperados, que favorece a construção de vínculos sociais com base no compartilhamento de experiências e a construção de um saber coletivo. Esse *habitus*, forjado no contexto do trabalho associado, possibilita a troca de críticas e o aprendizado constante no grupo, criando um espaço para reflexões sobre o trabalho realizado, tanto individualmente quanto coletivamente. Esse processo de reflexão coletiva sobre as práticas e os conflitos que surgem na convivência diária permite que o grupo se fortaleça, contribuindo para a manutenção dos vínculos sociais, com base na solidariedade e na reciprocidade, elementos centrais da economia solidária.

O conflito, entendido como uma chave para a compreensão da dinâmica interna nos grupos sociais, bem como na economia solidária, emerge nas discussões críticas, funcionando como um motor para o aprofundamento dos vínculos sociais e a avaliação das ações do grupo. Os conflitos gerados no âmbito das cooperativas são fundamentais para o processo de reflexão e deliberação coletiva, sendo tratados de maneira a fortalecer a solidariedade entre os membros do grupo. Ao mesmo tempo, o conflito também aponta para as fragilidades nos vínculos, exigindo uma constante avaliação das lógicas de solidariedade e reciprocidade. Esse processo, caracterizado por contradições e tensões, é analisado à luz do paradigma da dádiva, que permite compreender as relações de interesse e as utilidades desses vínculos no fortalecimento da autogestão organizacional e na busca pela implementação de mudanças necessárias aos coletivos de geração de trabalho e renda.

O conceito de liderança solidária compartilhada é entendido como um exercício coletivo de gestão, no qual as responsabilidades são distribuídas de maneira descentralizada entre os membros do grupo. Entende-se que a liderança solidária compartilhada, ao lidar com os conflitos e estabelecer os canais de comunicação necessários para o consenso, cria um espaço de aprendizagem coletiva. Nesse espaço, os sujeitos aprendem não apenas as dinâmicas de gestão do trabalho coletivo, mas também a importância do cumprimento dos compromissos assumidos perante o grupo e a sensibilidade para perceber os desafios enfrentados na busca pela projeção de ações coletivas que visem o fortalecimento da organização. A liderança solidária compartilhada, portanto, é um processo contínuo de construção, no qual os sujeitos exercem suas funções em um contexto que exige comprometimento, responsabilidade e colaboração mútua.

Ademais, destaca-se a implementação de ações coletivas que buscam a resolução dos conflitos e a continuidade das cooperativas, mesmo em momentos de crise. As práticas de educação, a participação nas reuniões de gestão, a criação de comissões para solucionar problemas administrativos e a sistematização das informações são algumas das estratégias que podem ser utilizadas para garantir o andamento da organização e o exercício da liderança solidária compartilhada. A experiência de aprendizado coletivo entre os sujeitos, seja na tomada de decisões, na resolução de problemas ou na reflexão sobre as práticas desenvolvidas, é um elemento central na construção de práticas sociais significativas ao desenvolvimento da economia solidária. Este processo contínuo de experimentação e avaliação, que se desenrola ao longo do tempo, possibilita o fortalecimento dos vínculos sociais e a construção de uma liderança solidária compartilhada, que se adapta às necessidades do grupo e às demandas externas.

Por outro lado, conflitos internos e externos geram dinâmicas distintas de gestão, com diferentes implicações para a gestão cooperativa e para a liderança solidária compartilhada. Quando os conflitos são internos, a construção do consenso é mais demorada e difícil, exigindo mais reflexão e debates. Por outro lado, os conflitos externos, que envolvem a relação com o meio ambiente, a gestão pública e os parceiros, demandam uma ação mais rápida e eficaz, com a liderança solidária compartilhada se concentrando na busca por soluções coletivas. A dinâmica de enfrentamento dos conflitos internos e externos, portanto, contribui para a construção de estratégias de gestão cooperativa, uma vez que os sujeitos são constantemente desafiados a tomar decisões coletivas que envolvem tanto a preservação dos vínculos sociais quanto a busca por soluções para os problemas cotidianos da cooperativa.

Concluindo, a liderança solidária compartilhada constitui um processo contínuo e não linear de aprendizagem coletiva, reflexão e avaliação das práticas sociais desenvolvidas na economia solidária. A análise das dinâmicas de solidariedade, reciprocidade e (re)produção do habitus revela a complexidade do processo de gestão autogestionária em contextos de economia solidária, sendo esse processo essencial para o fortalecimento da organização e para a construção de um modelo de gestão cooperativa que seja capaz de se adaptar às diversas demandas sociais e econômicas. Aprofundar as pesquisas sobre a liderança solidária compartilhada, oferece uma contribuição significativa para a compreensão das dinâmicas cooperativas e da gestão de empreendimentos de economia solidária, abrindo caminhos para novos estudos e discussões teóricas sobre o tema.

Referências

- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. *In*: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- BAJOIT, Guy. **Tudo muda**: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.
- BORGES, Maria de Lourdes *et al.* Interações e ações dos sujeitos na cultura da gestão de resíduos. **Mouseion**, n. 14, p. 99-120, abr. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológico. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 5-38, 1998.
- CARVELL, Fred J. **Relações humanas nos negócios**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 116-122, jan./jun. 2008.
- CHANLAT, Jean-François. **Ciências sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2008.
- GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 79, p. 43-63, 2015.

- GARDNER, Howard. **Mentes que lideram**: uma anatomia da liderança. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.
- GODBOUT, Jacques T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 39-51, 1998.
- HAESLER, Aldo. A demonstração da dádiva – Abordagens filosóficas e sociológicas. *In*: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 137-160.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LEWIN, Kurt. **Problemas de dinâmica de grupos**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos – PRH**: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2013.
- LOCKS, Pompílio. Lideranças, clientelismo e movimentos sociais: reflexões a partir do caso da economia solidária. **Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 1, p. 94-119, 2016.
- MACÊDO, Ivanildo Izaias de *et al.* **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 131-138, fev. 2008.
- SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- SCHNEIDER, Jose Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- SCHNEIDER, Jose Odelso. **Educação e capacitação cooperativa**: sua importância e aplicação. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- SCHOLZ, Robinson H. **Uma andorinha sozinha não faz verão**: relações de solidariedade promotoras da liderança solidária compartilhada. 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- SCHOLZ, Robinson H. **“Se tem que resolver, pensamos juntos e colocamos em ação”**: estratégia como prática no desenvolvimento da liderança solidária compartilhada. 2017. 171f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem**. 17. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1989.

VERONESE, Marília Verissimo; SCHOLZ, Robinson H. O processo emergência da liderança solidária compartilhada: um estudo de casos múltiplos. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2011, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2011, p. 1-17.

VERONESE, Marília Verissimo; SCHOLZ, Robinson H. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 41-64, jul./dez. 2013.

VILLEGAS, Rogelio. Doutrina e teoria em cooperativismo: o desafio face a realidade das cooperativas na América Latina. **Série cooperativismo 3**, São Leopoldo, ano XIII, v. 8, n. 20, p. 79-95, 1979.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. *In*: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber - Sociologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

RECONECTAR ECONOMIA E POLÍTICA: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA, AUTOGESTÃO E AUTONOMIA

Gustavo M. de Oliveira

Introdução

Estamos en el medio de una crisis, no de situaciones consumadas del todo. [...] Se trata de fenómenos políticos, sociales, subjetivos e intersubjetivos. Son el resultado de enfrentamientos y de derrotas del mundo del trabajo frente al capital, de consiguientes cambios en las relaciones de fuerzas políticas. Implican decisiones y acciones de las gentes de este mundo. De opciones, por lo tanto, y de sus correspondientes acciones. Para cada quien, no solo para algunos.
(Aníbal Quijano)

A sociologia política latino-americana vem contribuindo, pouco a pouco, à crítica do modo de produção capitalista como forma de gestão das necessidades materiais e do trabalho, assim como à crítica da forma-Estado-nação e da democracia liberal como forma de organização da vida em comum. Essa separação entre economia¹ e política² é, inclusive, um dos pontos criticados por parte da sociologia política na América Latina. O início do processo colonial e depois a conformação dos Estados-nação latino-americanos são os acontecimentos históricos que marcam tal separação, resultando, através de processos violentos, no monopólio da política aos Estados, assim como no monopólio da economia à forma-capital, demarcando essas duas dimensões da vida humana como supostamente independentes.

Enrique Dussel (2014) argumenta que o capitalismo chegou nas Américas no mesmo momento em que chegou Cristóvão Colombo. Para o filósofo, não é possível analisar o processo de acumulação primitiva, por exemplo, que foi indispensável à transição do capitalismo mercantil ao industrial na Europa do século XVIII, sem considerar o papel dos intermináveis roubos e da escravidão, tanto das populações originárias da região quanto da população africana

1. Neste texto se utiliza a categoria *economia* como a gestão das necessidades materiais e do trabalho para a afirmação e reprodução da vida em comum.

2. Por sua vez, utilizo a categoria *política* como a organização dos demais âmbitos da vida, ou seja, para significar os processos de construção de acordos e leis que viabilizam a convivência humana em coletivo.

que foi trazida à força. É certo que a industrialização capitalista latino-americana somente se confirmou “tardiamente”, já no século XX; mesmo assim, a integração da região ao sistema mundial encontra suas origens, sempre sob exploração, violência e sangue, desde o ano de 1492 (Las Casas, 1969).

Muitas autoras e autores (Dussel, 2006; Meiksins Wood, 2000, 2006; Osorio, 2002; Roux, 2002, e outros) argumentam que foi o processo de expansão capitalista, primeiro na Europa e depois nos Estados Unidos da América (EUA) e na América Latina, que separou política e economia como dimensões antes integradas quando se pensa na afirmação, reprodução e organização da vida humana em sociedade. Em relação à política, tal separação terminou entregando seu monopólio ao Estado, como assinala Rhina Roux (2002, p. 232):

La comprensión de la política como una actividad referida al Estado, como acción orientada a dirigir el aparato estatal, a conquistar el poder político o a influir en él, sea como un medio o como un fin, forma parte del imaginario político de la modernidad que acompaña la existencia del Estado nacional, soberano y territorialmente delimitado, que se configura y difunde mundialmente entre los siglos XVI y XX.

Acompanhando a autora, é importante destacar que essa condição de quase sinônimos entre política e Estado produziu consequências irreparáveis ao entendimento dos povos na América Latina sobre o significado e as formas de reprodução da política. Se o Estado passou a ser quase sinônimo de política, seriam suas formas de funcionamento que terminariam se consolidando no intersubjetivo geral da população como a “forma típica” de manejar a política. No entanto, se trata de uma forma que tem enfoque na representação que garante a participação somente a uma pequena elite profissionalizada, restando assim a ideia e a prática da autonomia³ (se se quer, democracia direta ou radical) restrita ao imaginário utópico de uns poucos militantes e acadêmicos críticos à forma-Estado e à democracia neoliberal.

Por sua vez, e relacionando economia e política, Jaime Osorio (2002, p. 191, grifos do autor) contribui ao lembrar de Aristóteles:

“El hombre es un animal político”, afirma Aristóteles. Desde un terreno general esta afirmación permite una primera definición de la política, en

3. Neste texto se utiliza a categoria *autonomia*, mesmo considerando sua grande complexidade e polissemia, nos termos de Gilberto López y Rivas (2020, p. 81): *autonomia é “regirse mediante normativas y poderes propios, opuestos en consecuencia a toda dependencia o subordinación heterónoma, sería la acepción más generalizada, independientemente de los sujetos que la pongan en práctica”.*

tanto capacidad social de discutir y decidir sobre los asuntos públicos. *Estas funciones, en (una sociedad de clases como) el capitalismo, han sido expropiadas al grueso de la población como parte del ejercicio del poder de los sectores dominantes. Por ello es necesario hacer una reinterpretación de la aseveración aristotélica y afirmar: en el capitalismo los asalariados y demás miembros de las clases dominadas no son un animal político, pero su quehacer político se define por su disposición de llegar a serlo.*

Começo com tais reflexões não somente para abrir os caminhos aos demais argumentos que apresentarei na sequência, senão que como forma de localizar-me, seja especificamente neste texto, seja em relação às minhas opções teóricas e políticas em sentido mais amplo. Ou seja, me posiciono desde um lugar da crítica da sociologia e da economia enunciada desde a América Latina.

No contexto do diagnóstico que se acaba de apresentar, a economia solidária tem buscado seu lugar na América Latina como conceito teórico, como prática político-econômica e como projeto de sociedade desde a década de 1980. É diante desse cenário de fundo que o objetivo deste esforço foi, primeiro, (i) refletir criticamente sobre as abordagens mais difundidas do conceito de economia solidária na América Latina, confrontando-as com a perspectiva que se poderia chamar de “abordagem de inspiração anticolonial” do conceito, esta última menos difundida até o momento. Em segundo lugar, o objetivo foi (ii) aproximar as ideias de autogestão (em geral, vinculada à dimensão econômica da vida) e de autonomia (em geral, vinculada à dimensão política da vida) no caminho à reconexão entre economia e política. As principais perguntas ao redor das quais se apresentam as reflexões aqui presentes, são: quais são as principais características das abordagens mais conhecidas sobre a economia solidária na América Latina? Qual é a contribuição das abordagens de inspiração anticolonial? O que dizem ambas as abordagens à autogestão e à autonomia?

Para tentar responder tais perguntas e alcançar os objetivos assinalados, metodologicamente é importante dizer que, ainda que este seja um trabalho de corte teórico, se trata de um esforço que tem como base a minha tese de doutorado (Oliveira, 2021). Portanto, o que se busca com este texto é difundir alguns dos principais achados da pesquisa mencionada, que foi um estudo de casos comparados, de abordagem qualitativa. Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre Estado, movimentos sociais, economia solidária e autonomia, em um intento de integração entre a literatura do Norte global e a latino-americana. Além disso, se realizou investigação de campo utilizando as técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas com sujeitos dos movimentos sociais de economia solidária e dos estados no Brasil

e no México; foram 16 entrevistas em cada país, 12 com sujeitos dos movimentos e 4 com sujeitos vinculados aos Estados; totalizando 32 entrevistas que buscaram entender a conexão entre os processos de construção das autônias dos movimentos e as dinâmicas das relações entre eles e os Estados.

A economia solidária e sua abordagem mais difundida na América Latina

O processo de expansão do capitalismo na América Latina, considerado tardio em relação a Europa e EUA, ao fazer a transição da economia agrária à industrial, deixou grande parte da população às margens do sistema. Os índices de informalidade no trabalho (ocupados na economia informal *versus* ocupados totais) atuais no Brasil, na Colômbia e no México – para citar três exemplos latino-americanos – são 39,2% (IBGE, 2023), 55,8% (Dane, 2024) e 55,4% (Inegi, 2022), respectivamente. Aníbal Quijano (1998, p. 100-101) chamou esse trabalho “estranho” ao sistema capitalista de *polo marginal da economia* e o definiu como:

[...] las actividades económicas (productivas y comerciales) de trabajadores sin empleo, ni ingresos salariales estables; en las que se usa recursos residuales (los que no usa el capital) o de baja calidad y poco precio; que tienen muy baja productividad; ninguna o muy elemental división del trabajo; en la que se intercambia trabajo o fuerza de trabajo, principal pero no exclusivamente entre miembros de una misma familia y de manera privada; y cuya rentabilidad es tan baja que no permite sino ingresos para la sobrevivencia familiar o la reproducción de la misma actividad económica, sin ningún margen de acumulación o de capitalización.

Ou seja, o autor se refere ao polo marginal da economia como o setor produtivo e ocupacional que se situa fora das estruturas formais do capitalismo industrial, mas que, paradoxalmente, é fundamental para a reprodução do sistema econômico na América Latina. O polo marginal não é apenas um resquício de modos de produção pré-capitalistas, mas sim uma expressão da heterogeneidade estrutural característica do capitalismo periférico. Ele é composto por trabalhadores informais como pequenos produtores, comerciantes ambulantes e outras formas de ocupação que não se integram plenamente ao mercado formal de trabalho, mas que, ao mesmo tempo, garantem a subsistência de amplas camadas da população e interagem com os circuitos econômicos dominantes. A persistência desse polo marginal revela as limitações do desenvolvimento capitalista na região e a necessidade de alternativas que reconheçam as especificidades históricas e sociais de outras formas econômicas.

É no seio do polo marginal que emergem as experiências de economia solidária, ou seja, de trabalho coletivo-associado. Para o caso do Brasil – onde existem dados disponíveis –, de acordo com o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), baseado no II Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado entre 2010 e 2013 e publicado em 2014, dos 19.908 grupos de trabalho coletivo-associado mapeados, 30% (5.972) eram grupos informais sem conexão direta com a formalidade do capital, enquanto 69% estavam parcialmente integrados ao sistema. Destes últimos, 87% (11.951) estavam formalizados como associações sem fins lucrativos e 13% (1.786) como cooperativas. Se as cooperativas e as associações, sobretudo as primeiras, se assumem como integrantes do sistema capitalista, os grupos informais fazem parte do polo marginal de que fala Quijano, o que implica um tipo de relação mais ou menos indireta com o sistema.

Neste contexto, se pergunta: no âmbito do polo marginal, o que é a economia solidária? Para Antônio Cruz (2006, p. 69), a economia solidária é:

O conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais a) o trabalho; b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.); c) os resultados econômicos do empreendimento; d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento; e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes.

Além da contribuição de Cruz, vale a pena mencionar que *reciprocidade*, *interdependência* e *autogestão*, se bem não aparecem de forma explícita nas palavras do autor, são categorias chave para o entendimento do que é a economia solidária. É importante destacar, também, a relação entre seres humanos, cultura e natureza. No âmbito da economia solidária, tal relação aparece de maneira radicalmente oposta se colocada em perspectiva com a relação de dominação da natureza pela ação do capital, típica da economia capitalista, já que na economia solidária se trata de uma relação de integração seres humanos-cultura-natureza – tal como se pode ver em profundidade nas discussões sobre agroecologia e Bem Viver, por exemplo – e não de dominação dos primeiros pela segunda.

Também merece atenção a origem do conceito de economia solidária na América Latina. Tal origem remete a Luiz Razeto (1989), no Chile do final da década de 1980, e sua proposta bastante original de uma *economia da solidariedade*. Outros nomes que contribuíram ao desenvolvimento inicial do conceito e que podem ser identificados junto com Razeto como os principais nomes da economia solidária na virada de século são: José Luis Coraggio, na

Argentina, Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger, ambos no Brasil. Com o objetivo de sistematizar as experiências de solidariedade, reciprocidade e autogestão no interior do heterogêneo polo marginal da economia, os mencionados autores abriram caminho para um efervescente campo de pesquisa no âmbito da sociologia econômica latino-americana; e mesmo mundial.

Intentando explicar a vinculação entre economia e solidariedade, primeiro os autores buscaram inspiração nas contribuições dos chamados *socialistas utópicos* dos séculos XVIII e XIX, assim como na experiência cooperativista da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, na Manchester da metade do século XIX. Buscaram inspiração, também, nos estudos do antropólogo Bronisław Malinowski sobre os povos originários das Ilhas Trobriand na Oceania, sobretudo, a partir das interpretações de Marcel Mauss (2008) e Karl Polanyi (2000).

Além disso, encontraram também inspiração nas formas de vida pré-coloniais na América Latina, especialmente, as da região Andina, da América Central e do sudeste mexicano, que logo passaram a ser exemplos da possibilidade de associação entre economia e solidariedade com referência nas ideias de *comunidade* e de *cosmovisão*; surge daí a proposta do Bem Viver, por exemplo.

No entanto, não é menor destacar que não demorou para que tanto o conceito quanto a prática da economia solidária começassem a receber críticas. Críticas que passam, sem dúvidas, por sua característica não disruptiva e por seu suposto baixo nível de contestação no seio do sistema capitalista mundial vigente. Com tais questões em aberto, é comum que trabalhadores da economia solidária transitem entre ela e a economia “convencional”, a capitalista, de acordo com os altos e baixos dos índices e oportunidades da última. Mas, o que há de substantivo nessas críticas? De forma muito direta, a crítica central é aquela direcionada ao papel funcional – ou mesmo estruturante – que as experiências de economia solidária assumem, mesmo que às vezes de maneira indireta e não intencional, em suas relações com o sistema capitalista mundial.

No contexto do exposto até aqui, o acumulado de estudos sobre o tema permitem perceber, pelo menos, três distintas perspectivas sobre o papel das experiências de economia solidária diante do sistema-mundo capitalista-colonial: a) a perspectiva da já mencionada crítica da funcionalidade e papel estruturante da economia solidária diante do sistema econômico dominante; b) a perspectiva da economia solidária como fenômeno que aparentemente aparece para superar as ausências do sistema capitalista e que, por consequência, se torna um potencial *locus* de transformações intersubjetivas; e c) a perspectiva da economia solidária como projeto de sociedade, ou seja, como antecipadora de formas de gestão das necessidades materiais e do trabalho da sociedade já não capitalista do amanhã.

Para o primeiro caso, contribui Henrique Novaes (2006, p. 16):

[...] as cooperativas que surgiram por iniciativa dos trabalhadores comprometidos com a luta pela transformação substantiva da sociedade estão sendo funcionais a esta nova fase do capitalismo mundial, caracterizada pela perda significativa de direitos trabalhistas e barbárie social.

Com relação à segunda perspectiva, destaca Marília Veronese (2009, p. 4):

O caráter contraditório das relações sociais na contemporaneidade abre espaços para que distintos atores sociais busquem oportunidades para o encaminhamento de suas demandas, incluindo aqueles que se veem sem possibilidades de inclusão digna no mercado de trabalho predominantemente capitalista. Diante dessa realidade, o trabalho associativo e cooperativo parece ser uma das respostas viáveis, em termos de condições e meios de trabalho, ao considerar-se o empobrecimento das populações e a falta de oferta de emprego.

Por último, refletindo ao redor da terceira perspectiva, Singer (2002, p. 114, grifos do autor) propõe que

a economia solidária é ou poderá ser *mais do que uma resposta* à capacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*.

Essa terceira mirada demanda uma análise desde outras duas perspectivas: por um lado, as experiências *não capitalistas* e, por outro, as *anticapitalistas*. É com esta questão sobre a mesa que avanço à seguinte seção.

A abordagem de inspiração anticolonial do conceito: a crítica estrutural-totalizante

Boris Marañón (2017) reflete sobre uma racionalidade econômica radicalmente distinta daquela que é fruto do avanço histórico do sistema-mundo capitalista-colonial. Segundo o autor, essa *racionalidade outra* teria o potencial de, partindo da crítica explícita às estruturas de poder e dominação que mantém de pé o mencionado sistema, confrontar e disputar subjetividades e materialidades no caminho à sociedade do Bem Viver. Marañón (2017, p. 257), além do mencionado, examina as obras de Razeto, Coraggio e Singer, fazendo o seguinte diagnóstico:

Los corpus teóricos respectivos de Razeto, Coraggio y Singer carecen, aunque de manera diversa, de un esfuerzo por ubicar a la “economía solidaria” en las relaciones de poder más amplias (totalidad), esto es, de aquellas que nos vinculan a todos como sociedad, definiendo los lugares que ocupamos y los roles que desempeñamos (clasificación social) en la misma.

Como se pode ver, a principal questão de Marañón com relação aos argumentos dos citados autores se localiza ao redor daquela assinalada distinção entre experiências não capitalistas *versus* as anticapitalistas. Por um lado, Raze-to, Coraggio e Singer – aos quais se poderia adicionar Gaiger – que, se bem se esforçam para iluminar as características antagônicas entre economia solidária e economia capitalista, o fazem sem projetar a devida atenção à necessidade de reintegração das dimensões econômica e política da vida que, como já mencionado, se encontram separadas na América Latina, pelo menos, desde o início do processo colonial. Disso deriva a falta de atenção de tais autores, precursores do conceito de economia solidária na região, com a ideia de *totalidade*, tal qual indica Marañón (2017). Não se atentar a tal necessidade termina produzindo consequências tanto teóricas quanto epistemológicas. Singer (2002, p. 120-121) chegou a escrever, no início da década dos 2000, que

[...] a forma mais provável de crescimento da economia solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países. [...] Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários.

Não parece suficientemente convincente a proposta do autor. Como combater a economia capitalista armando-se de suas próprias lógicas destrutivas? Em seu indispensável livro – que cito aqui – o autor defende que as relações sociais internas aos grupos de trabalho da economia solidária estejam baseadas em valores cooperativos, enquanto as relações externas entre grupos de trabalho coletivo-associado e empresas capitalistas poderiam estar baseadas em valores como competição, no sentido da integração dos primeiros no mercado

capitalista (Brancaleone, 2019; Novaes, 2006). Mas, que tão avançada é a racionalidade humana que poderia atribuir valores e práticas distintas a tais relações internas e externas se se trata apenas de diferentes momentos de um mesmo processo de gestão das necessidades materiais e do trabalho?

Além disso, não parece factível que um grupo de trabalho coletivo-associado possa competir com uma empresa capitalista pelo menor preço de venda no mercado sem deixar de lado os valores caros à economia solidária em suas relações internas. Neste sentido, encontra lugar a mirada “[...] que resgata a crítica totalizante de Marx, [que argumenta que] é inconcebível a tentativa de se combinar ‘autogestão’ e ‘concorrência’” (Novaes, 2020, p. 78). O próprio Singer (2002, p. 20) se deu conta disso quando escreveu que as

cooperativas que vão bem [na competição externa, portanto, no mercado] podem vir a apresentar o quadro oposto: a lei do menor esforço concentra o poder de decisão de fato nos gestores e a empresa escorrega sem perceber para uma prática de heterogestão.

Por sua vez, a perspectiva de inspiração anticolonial do conceito, na qual se localizam Quijano e Marañón – assim como Laura Collin, Natalia Quiroga, Dania López, Eduardo Aguilar, entre outras e outros – argumenta, guardadas as particularidades de cada autor(a), que partindo do pressuposto da totalidade do sistema-mundo capitalista-colonial é necessário reconstruir e atualizar as referências de organização da substantiva da vida em comum (Oliveira, 2021) desde a crítica anticapitalista, antipatriarcal e anticolonial para reconectar economia e política em um mesmo entramado comunitário e cotidiano (Gutiérrez, 2015; Gutiérrez; Navarro, 2019).

Sobre como realizar tal tarefa, Collin é bastante direta (2012, p. 83): “insisto, por tanto, los modelos implican lógicas y la existencia de cambios sustantivos implica el cambio de la lógica”. A mensagem da autora parece bastante lúcida. É necessário produzir um giro na lógica de pensar, ou seja, da racionalidade. Sendo assim, o que se tem de fundo é uma questão de disputa epistemológica (Quijano, 1992, 2014a), portanto já não puramente disputas econômicas ou políticas; ou ambas. A teoria aparece aqui como um momento das lutas, ou seja, como uma luz que ilumina os caminhos por sobre os quais teria que passar o desenvolvimento histórico que é sempre aberto e de longa duração (Braudel, 1965), nunca é fatal; é importante mencionar. Outras teorias para outras práticas; outras práticas para outras teorias. Talvez seja esse o grande ensinamento da perspectiva anticolonial do conceito de economia solidária.

Neste contexto, se se aceita a ideia de que a gestão das necessidades materiais e do trabalho (mercado, economia) e a organização da vida em comum (Estado, política) podem e inclusive devem reencontrar-se como autonomia – nos termos mencionados na nota 3, ou seja, como autogoverno), então, será necessário enfrentar o desafio epistemológico da disputa por racionalidades considerando que

autogestão e auto-organização ou são vocábulos para divertir o povo ou significam exatamente isto: a auto-instituição explícita (sabendo-se tal, esclarecida tanto quanto possível) da sociedade (Castoriadis, 1979, p. 21).

Qualquer avanço na busca de respostas mais ou menos factíveis para o imenso desafio deixado por Quijano e Collin, com o qual muitas e muitos acadêmicos já estão comprometidos – dos quais se pode destacar o próprio Marañón (2012) que juntamente com López (2012) já falam há tempos de *solidariedade econômica*, ou Quiroga (2019) com a proposta de uma *economia pós-patriarcal*, ou ainda Aguilar (2020) com a ideia de *reprodução não capitalista da vida* –, passa pelo enfrentamento entre aquela racionalidade típica da economia capitalista: individualista, competitiva, egoísta, desigual, da escassez e alienante; e *aquela outra* racionalidade econômica: interdependente, colaborativa, da reciprocidade, da igualdade, da abundância e libertadora. Esta última perspectiva, se bem ainda aparece em maior medida como um novo horizonte histórico – Quijano (2014b) diria que não exatamente novo, mas reinventado, porque assim como tem base nas formas de vida pré-coloniais, já está atravessado por “atualizações coloniais” –, já é realidade em muitas comunidades da América Latina e do mundo.

Da aposta na ampliação da autogestão à autonomia como autogoverno

No contexto do que já se apresentou até aqui, como poderão a ideia e a prática da autogestão contribuir à superação de tais desafios? Primeiro, no entanto, é preciso perguntar-se o que é a autogestão? Se pode começar assinalando uma dicotomia que parece bastante pedagógica: autogestão-heterogestão. Para além desta, outras como técnica-gestão, hierarquia-igualdade e patrão-trabalhador também assumem caráter pedagógico. Sobre a técnica-gestão, por exemplo, no caso da autogestão o que se percebe é

um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa (Singer, 2002, p. 19).

Ou seja, ao lado da função técnico-repetitiva que não escapa de nenhum processo de trabalho continuado, a autogestão implica que o trabalhador desenvolva também a sua capacidade de gestão dos processos para além da técnica em si, ou seja, é preciso aprender a analisar e tomar decisões coletivamente.

Uma vez subjetivado pelo trabalhador o fato de ser um técnico-gestor, agora o desafio será o de encontrar os mecanismos que garantam que a tomada de decisão, tarefa elementar em qualquer forma de gestão, ocorra em nível de igualdade entre todos os trabalhadores-gestores desfazendo as estruturas hierárquicas típicas das empresas capitalistas. Neste sentido, qualquer que sejam os mecanismos/métodos utilizados (assembleias, plenárias, reuniões ordinárias etc.) eles dependem de acesso e fluidez das informações sobre os processos em questão. Uma vez garantido isso, “as ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo” (Singer, 2002, p. 18), constata-se assim que hierarquia e verticalidade não são sinônimos, já que assegurada a condição trabalhador-gestor e as tomadas de decisão em nível de igualdade, um equilíbrio entre horizontalidade e verticalidade sempre será necessário.

No entanto, muitas e muitos autores defendem que é incompleta e mais ou menos impotente a versão puramente *organizativa* da autogestão, ou seja, quando ela é projetada *apenas* para dentro das experiências dos grupos de trabalho coletivo-associado da economia solidária. Tais autores argumentam que a autogestão não poderia ficar restrita aos limites internos dos grupos de trabalho e que, portanto, deveria transcender seus muros, alcançando, assim, toda a diversidade de dimensões e espaços de convivência social no seu reencontro com a política.

Neste caminho, destacam-se três autores que contribuem para tal mirrada. Cassio Brancaleone (2019, p. 355) assinala: “A autogestão ou é generalizada, engendrando dinâmicas progressivas de autonomia individual e coletiva, ou não é nada. Ou melhor, é apenas latência e resistência”. Já Lia Tiriba (2008, p. 84) argumenta:

Nessa acepção, a autogestão tem o ideário da superação das relações de produção capitalistas e a constituição do socialismo, concebido como uma sociedade autogestionária.

E, por último, Novaes (2020, p. 82) defende:

Não pode haver uma teoria que se sustente olhando apenas “para dentro” das cooperativas, celebrando a nova forma de decisão “democrática”, “parlamentarista”, na qual os trabalhadores decidem coletivamente

os rumos de cada empresa sem se observar a permanência da perda do controle do produto do trabalho.

Mas, qual é a diferença entre organizar o que é específico da gestão das necessidades materiais e do trabalho no interior dos grupos de trabalho coletivo-associado e organizar as demandas das demais dimensões da vida que, obviamente, também demandam gestão? A resposta é simples: não existem diferenças. Esta é uma constatação importante porque indica a necessidade de defender a desconstrução histórica da separação entre economia e política, entre sociedade civil – no seu seio, com destaque ao mercado – e o Estado. Nesta linha, Claudio Nascimento (2019, p. 26) advoga pela

instalação de esferas públicas democráticas, a partir dos locais de trabalho, mas estendendo-se ao território, às cidades. Na Comuna de Paris, os trabalhadores formularam um programa que dizia respeito a todas as esferas sociais. Também na Iugoslávia – única experiência de longa duração – o processo iniciou com os conselhos operários nos locais de trabalho, disseminando-se posterior e lentamente pelo território, isto é, pelas comunidades.

Segundo Nascimento, o que se tem é a autogestão, como forma de gestionar a economia, transcendendo e imbricando-se à autonomia (entendida como capacidade política de guiar-se por normativas e poderes próprios), esta como forma de gestionar o que se entende hegemonicamente como política. Sem deixar tal discussão de lado, mas levando-a ao campo das reflexões anarquistas, René Berthier (2002, p. 61-62 *apud* Souza, 2017, p. 433) contribui:

“Autogestão” é, antes de tudo, o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no local de moradia. Vemos, então, já uma primeira característica da autogestão segundo os anarcossindicalistas: ela é, desde as estruturas elementares da sociedade (empresa, localidade), simultaneamente econômica e política.

Em resumo, são duas perspectivas. Uma é a que mira *para dentro* (autogestão com enfoque para dentro dos grupos de trabalho coletivo-associado, que não se preocupa com a relação de competição para fora, tal qual na mirada que se está

chamando de mais difundida do conceito de economia solidária) e a outra é a que mira *para dentro e para fora* (ou seja, que tem o enfoque na autogestão para dentro e que rechaça a competição para fora, tal qual na mirada que se está chamando de inspiração anticolonial do conceito de economia solidária). Neste contexto, parece que o desafio *para dentro* é o da politização e radicalização da autogestão, enquanto a tarefa *para fora* é o de sua articulação com o projeto de uma sociedade autônoma ou do Bem Viver, se se quer, uma sociedade autogestionária,

porque no se resuelve nada con una autogestión local aislada, no podemos hoy pensar el mundo como si fuéramos un punto olvidado en el planeta, no hay puntos olvidados ya, todo es importante para la valorización capitalista, y todo es importante para la construcción de las alternativas (Ceceña, 2010, p. 80).

Neste sentido, as experiências de tentativas de superação do desafio para dentro poderiam levar à experimentação de sua superação para fora. Em relação ao primeiro caso, será necessário carregar de política a autogestão, o que significa explorar ao máximo sua dimensão que atravessa as relações humanas como um todo. Sendo a política a disciplina típica da gestão das diferenças e dos conflitos humanos, portanto, das relações humanas em si, politizar a autogestão significa levá-la da condição abstrata de princípio à condição concreta de método explícito e sistemático a ser subjetivado pelos sujeitos da ação: autogestão como ação humana no que é do campo da economia, ou seja, *autogestão das necessidades materiais e do trabalho*. Uma vez assim subjetivada pelos sujeitos ela adquire capacidade pedagógica porque passa a ser experimentada concreta e simbolicamente: uma pedagogia da autogestão como base e caminho à uma sociedade na qual prevaleça a cultura do trabalho coletivo-associado contra o trabalho formal individual, alienante e explorador capitalista (Tiriba, 2006, 2008).

Essa cultura do trabalho coletivo-associado, que então tem a autogestão como princípio orientador e como ação, tem que ser comunicada como factível e ético-politicamente justa; assim, se chega no segundo desafio, o para fora. De maneira gradual e em disputa contra a cultura dominante vigente, a cultura do trabalho coletivo-associado poderá, organicamente, transcender tanto o núcleo dos grupos de trabalho quanto o dos movimentos sociais que aqueles grupos tendencialmente são parte. No entanto, dada a desigualdade diante da qual aparece a disputa de culturas do trabalho, os movimentos subalternos se encontram de frente com a tarefa histórica de potencializar a difusão e reprodução da cultura do trabalho coletivo-associado – sempre com destaque estratégico à autogestão e suas características incompatíveis com a forma-capital –, então poderão

completar o círculo que começa com a politização da autogestão, projetando-a aos mais distintos espaços de sociabilidade: Estado, mercado, família, escolas, universidades etc.; caracterizando-se também, portanto, como autonomia.

Essa dupla tarefa (para dentro e para fora) demanda equilíbrio. A tarefa para fora, que sempre poderá ser potencializada pela organização e articulação dos movimentos subalternos, em teoria não poderá demandar mais dos sujeitos do que a tarefa para dentro. Uma vez que o pêndulo repouse mais para fora do que para dentro, possivelmente sua ausência no polo para dentro produzirá déficits relacionados à pedagogia do trabalho coletivo-associado. Na dúvida, assegurar que se mantenha de pé a autogestão para dentro poderá ser mais frutífero para que não se perca a dimensão pedagógica, que sempre poderá ser um potencial disparador da autogestão para fora.

Falta ainda dizer que desde a mirada do projeto de sociedade, ou seja, do horizonte histórico de uma sociedade autogestionária, se tem aqui acordo com o que argumenta Brancalione (2019, p. 355):

retomar esse legado antissistêmico do conteúdo do conceito de autogestão significa, portanto, recolocar em cena elementos de reflexões oriundos da tradição anarquista e conselhistas, onde economia e política se reencontram na velha máxima do “autogoverno dos produtores associados”.

Por último, parece muito que se trata, então, de um duplo caminho combinado e sobreposto de politizar as relações econômicas pela via da autogestão – para dentro dos grupos de trabalho coletivo-associado – e transcender estrategicamente a autogestão até a política que se reencontra com a economia, agora como *autogestão e autonomia* – ou seja, para fora daqueles grupos singulares, para além de suas próprias fronteiras. Reconectar economia – desde a mirada da autogestão – e política – desde a mirada da autonomia – desde os polos marginais rumo ao Bem Viver (ou à sociedade autogestionária, a sociedade autônoma) que já não encontra lugar no horizonte histórico dos Estados-nação e do capital, senão em um horizonte anticapitalista e comunitário.

Reflexões finais

Para concluir, mas com o objetivo genuíno de seguir dialogando com as e os colegas do campo, considero que as abordagens mais difundidas do conceito de economia solidária não são suficientes para os desafios que nos impõe a época atual, porque consideram pouco o complexo entramado de estruturas de poder e dominação do sistema-mundo capitalista-colonial que, de fundo,

é o que mantém separadas as dimensões econômica e política da vida. Neste sentido, a autogestão ficou, nestas discussões, presa ao âmbito interno dos grupos de trabalho coletivo-associado, desperdiçando, portanto, sua capacidade de transcendência e de aproximação à ideia de autonomia.

Por sua vez, a abordagem de inspiração anticolonial do conceito parece ajudar mais porque argumenta, atualmente ainda mais como horizonte histórico, mas também já como prática *aqui e agora*, pela reconexão entre economia (autogestão) e política (autonomia) partindo, sobretudo, da ideia de totalidade e da necessidade de uma transformação epistemológica e intersubjetiva radical como condição àquela reconexão.

Por último, vale a pena mencionar que parece que, diante do desafio de reconectar economia e política, a ideia de autonomia, desde seu horizonte histórico comunitário (Oliveira, 2023a, 2023b, 2024), poderia ajudar mais do que a própria ideia de autogestão, mesmo em sua versão ampliada (para fora) e transcendente. Isso porque a autogestão esteve historicamente vinculada às discussões mais restritas à dimensão econômica da vida. Portanto, para reconectar economia e política em suas versões contra-hegemônicas (autogestão e autonomia, respectivamente): autogoverno popular-comunitário (Oliveira; Aguilar, 2022).

Referências

AGUILAR, Eduardo. **Manifiesto por la reproducción no capitalista de la vida y los caminos para su construcción**. Crítica a la Economía Social, Solidaria y del Sector Social de la Economía. 2020. 314f. Tesis (Doctorado en Economía Política del Desarrollo) – Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla.

BRANCALEONE, Cassio. Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária. In: LÓPEZ, Erika López *et al.* (coords.). **Anticapitalismos y sociabilidades emergentes: experiencias y horizontes en Latinoamérica y el Caribe**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2019.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, ano XVI, v. XXX, n. 62, p. 261-294, abr.-jun. 1965.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

CECEÑA, Ana Esther. Pensar la vida y el futuro de otra manera. In: LEÓN, Irene (coord.). **Sumak Kawsay / Buen Vivir y cambios civilizatorios**. Quito: FEDAEPS, 2010.

COLLIN, Laura. **Economía Solidaria: ¿capitalismo moralizador o movimiento contracultural?** México: El Colegio de Tlaxcala, 2012.

CRUZ, Antonio. **A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2006. 325f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Empleo informal y seguridad social**, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4paubDe>. Acesso em: 13 ago. 2024.

DUSSEL, Enrique. **20 tesis de política**. Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe. México: Siglo XXI, 2006.

DUSSEL, Enrique. **16 tesis de economía política: interpretación filosófica**. México: Siglo XXI, 2014.

GUTIÉRREZ, Raquel. **Horizonte Comunitario-Popular: antagonismo y producción de lo común en América Latina**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2015.

GUTIÉRREZ, Raquel; NAVARRO, Mina Lorena. Producir lo común para sostener y transformar la vida: algunas reflexiones desde la clave de la interdependencia. **Confluências**, v. 21, n. 2, p. 298-324, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua Trimestral: em 2023, taxa anual de desocupação cai em 26 UFs, 2023**. Disponível em: <https://bit.ly/4s9RYWJ>. Acesso em: 13 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). **Medición de la Economía Informal (MEI)**, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3MWK56L>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LAS CASAS, Bartolomé. **De Regia Potestate o derecho de autodeterminación**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1969.

LÓPEZ, Dania. La relevancia de la reciprocidad como relación social primordial en las propuestas de solidaridad económica y de una sociedad alternativa: algunas reflexiones teóricas. *In*: MARAÑÓN, Boris (coord.). **Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina: una perspectiva descolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. **Pueblos indígenas en tiempos de la Cuarta Transformación**. México: Bajo Tierra, 2020.

MARAÑÓN, Boris. Hacia el horizonte alternativo de los discursos y prácticas de resistencias descoloniales: notas sobre la solidaridad económica en el Buen Vivir. *In*: MARAÑÓN, Boris (coord.). **Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina: una perspectiva descolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.

- MARAÑÓN, Boris. Notas sobre la solidaridad económica y la decolonialidad del poder. *In: AMARILES, Cristina et al. Miradas sobre la economía social y solidaria en América Latina*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2017.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Coimbra: Edições 70, 2008.
- MEIKSINS WOOD, Ellen. **Democracia contra Capitalismo**: la renovación del materialismo histórico. México: Siglo XXI, 2000.
- MEIKSINS WOOD, Ellen. Estado, democracia y globalización. *In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. La Teoría Marxista Hoy: Problemas y Perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão comunal**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- NOVAES, Henrique. Quando os padrões destroem fábricas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias. **Trabalho Necessário**, Fluminense, RJ, n. 4, p. 1-20, 2006.
- NOVAES, Henrique. **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores. Marília: Lutas Anticapital, 2020.
- OLIVEIRA, Gustavo M. de. **“Caminhar perguntando”**: para além, apesar ou com o Estado? A construção de autonomias nos movimentos de economia solidária de Brasil e México. 2021. 358f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- OLIVEIRA, Gustavo M. de. Procesos autónomos e conflictualidade na comunidade indígena de San Andrés Totoltepec, Ciudad de México. **Mundo Livre**: revista multidisciplinar, v. 9, n. 1, p. 141-167, jan./jun. 2023a.
- OLIVEIRA, Gustavo M. de. Cinco tesis de las autonomías. Vida, lucha y procesos autónomos en el municipio indígena de Cherán (Michoacán - México). **Veredas, revista del Pensamiento Sociológico**, año 23, n. 44, p. 41-61, 2023b.
- OLIVEIRA, Gustavo M. de. Avivar a autonomia: movimentos sociais, economia solidária e experimentações democráticas para além do Estado. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1-29, 2024.
- OLIVEIRA, Gustavo M. de; AGUILAR, Eduardo E. Hacia otra economía y otra política. De la interdependencia al autogobierno popular-comunitario. **Ecología Política**, n. 63, p. 61-64, jun. 2022.
- OSORIO, Jaime. Sobre la política y el poder político. *In: ÁVALOS, Gerardo (coord.). Redefinir lo político*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/razionalidad. *Perú Indígena*, 13 (29), p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/49fPTAA>. Acesso em 5 maio. 2026.

QUIJANO, Aníbal. **La economía popular y sus caminos en América Latina**. Lima: Mosca Azul, 1998.

QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. *In*: CLÍMACO, Danilo (org.). **Aníbal Quijano: cuestiones y horizontes**, antología esencial (selección de textos). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014a.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014b.

QUIROGA, Natalia. **Economía pospatriarcal**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Lavaca, 2019.

RAZETO, Luis. Economía de la solidaridad. **Anales del IV Congreso de Economistas Javerianos**, Bogotá, 1989.

ROUX, Rhina. La política de los subalternos. *In*: ÁVALOS, Gerardo (coord.). **Redefinir lo político**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Marcelo L. de. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. **Educação Unisinos**, v. 10, n. 2, p. 116-122, maio-ago. 2006.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan./jun. 2008.

VERONESE, Marília. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais: Os desafios da Economia Solidária**, v. 84, p. 153-167, 2009.

DESCREVENDO O “SUMAK KAWSAY” COMO ALTERNATIVA AOS MODOS DE VIVER CAPITALISTAS: UMA ANÁLISE DO *BUEN VIVIR* AMERÍNDIO

Lorena de Sousa Ribeiro Calderon Arrueta

Ivan Osvaldo Calderon Arrueta Ribeiro

Introdução

Tomando como referência inicial a cosmovisão andina do *Sumak Kawsay*, o intuito principal deste trabalho é realizar uma análise dos saberes ameríndios que envolvem esta forma do *Buen Vivir*, enfocando a contraposição deste paradigma aos modos de vida tipicamente capitalistas.

Num segundo momento, se apresenta uma breve análise das epistemologias do Sul¹ no intuito de refletir sobre a implicação contra hegemônica deste termo, no sentido de preservação, sustentabilidade, emancipação e formas de vida alternativas à racionalidade neoliberal (Santos, 2009).

A questão central do texto é a relação entre o *Buen Vivir* ameríndio e os conceitos das epistemologias do Sul, especificamente as sociologias das ausências e das emergências. Para tal, faz-se necessário introduzir os conceitos e as origens do termo *Buen Vivir* ou *Sumak Kawsay*.

Conceito e origens do *Buen Vivir*

Apesar de serem dois termos que originam este conceito, o *Sumak Kawsay* (quéchua), e o *Suma Qamaña* (aymara) e do risco da perda dos sentidos originários do termo com a sua tradução para o espanhol, optou-se por utilizar majoritariamente o termo *Buen Vivir*, mais difundido no âmbito político e acadêmico latino-americano. De acordo com Fuscaldó e Urquidí (2015), além de tornar o texto mais fluido, a necessidade de dar visibilidade a tal experiência contra hegemônica torna necessária a opção por um dos termos.

[...] Sumak Kawsay en quechua, Suma Qamaña en Aymara o Buen Vivir en la traducción más difundida, representa una cosmovisión construida a través de muchos años por los pueblos altiplánicos de los Andes. Ella

1. Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul, aprender a partir do Sul e com o Sul (Santos, 2002).

no encarna necesariamente una manera de pensar y actuar de las comunidades altioplánicas, pues dicha perspectiva también es parte de la vida de otros pueblos originarios, como las comunidades Mapuche del sur, las poblaciones que habitan en la región amazónica o los diversos grupos autóctonos diseminados por todo el continente (De La Cuadra, 2015, p. 3).

Para De la Cuadra (2015), o *Buen Vivir* tem se constituído numa proposta e numa oportunidade de pensar em uma outra realidade, na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmonioso com a natureza e com outros seres (humanos e não-humanos), com a alteridade que os enriquece no cotidiano. Ainda na visão do mesmo autor, trata-se do reconhecimento de que existem diversos valores e formas de concepção do mundo, do respeito por todos os seres vivos que o integram e convivem nesta casa comum, a Terra.

Esta visão utópica vem se complementando e ampliando por meio da incorporação de múltiplos discursos e saberes disseminados pelos mais distintos cantos do planeta.

Por lo tanto, el Buen Vivir no es patrimonio de ningún grupo o sector social en particular, ni tampoco supone una fórmula mágica o catecismo al cual hay que adherir religiosamente. Es una propuesta en construcción permanente, es una concepción que parte de la idea de que existe una diversidad cultural, una pluralidad que se enriquece permanentemente en la convivencia cotidiana y que encuentra su armonía precisamente en el reconocimiento de esas diferentes formas de vivir. Es la búsqueda de una vida en fraternidad y cooperación del ser humano consigo mismo, con sus pares y con el conjunto de los seres que habitan en la naturaleza, todos formando parte de una entidad indisoluble e interdependiente, cuya existencia se delimita a partir de los otros (De La Cuadra, 2015, p. 3).

Tal visão não implica, no entanto, desconhecer que nas sociedades coexistem diferenças sociais, conflitos e desavenças entre seus membros, mas o que o *Buen Vivir* propõe é que estes obstáculos possam ser superados em torno de uma consciência e um compromisso coletivo que permita produzir uma vida mais plena e sustentável para todos.

Sob uma análise mais objetiva, na visão de Núñez e Pimentel (2014), o *Buen Vivir* apresenta-se num horizonte histórico, fundamentado numa interdependência da comunidade com a natureza e cujo recorrido se escreve com a palavra *vida*, o que supõe tirar o indivíduo do centro da criação, colocando às margens à razão instrumental e no seu lugar utilizar o conteúdo que emerge

desse coletivo que é inerente às economias associativas, as quais vicejam nas comunidades andinas latino-americanas.

Luego, el Buen Vivir es un conocimiento producido colectivamente, se transmite de forma oral y reside en una memoria que es práctica colectiva, no enciclopédica, son saberes vivos que se logran en lo que a falta de otro nombre, se le llama: asamblea (Núñez; Pimentel, 2014, p. 523).

Para Núñez e Pimentel (2014), é neste contexto que se encontra a possibilidade de reunir o Estado, o mercado e a sociedade, e para ampliar os critérios de valor assumindo o verdadeiro, o bom e o belo.

A origem do termo *Buen Vivir*, conforme Schalvezon (2012), em uma forma embrionária aparece, primeiramente, em documentos institucionais e publicações acadêmicas no contexto de

resistência às políticas desenvolvimentistas – fomentadas pelos governos nacionais e pelas organizações de cooperação internacional – que visavam à modernização do modo de vida tradicional “arcaico” do altiplano boliviano (Fuscaldo; Urquidi, 2015, p. 3-4).

La noción de “Buen vivir” es una extrapolación del concepto quechua “Sumak Kawsay” y nociones similares de otros pueblos indígenas de América Latina: el “Suma Qamaña” de los aymaras, el “Ñandereko” de los guaraníes, el “Shiir waras” de los achuar o aún el “Küme Mongen” mapuche, entre otros (Jiménez, 2011). En términos generales, estos conceptos indígenas convergen en un principio que se puede resumir de la siguiente manera: “vivir em armonía y equilibrio; en armonía con los ciclos de la Madre Tierra, del cosmos, de la vida y de la historia, y en equilibrio con toda forma de existencia” (Mamani, 2010, p. 32 *apud* Vanhulst, 2015, p. 5).

Por detrás dos projetos de desenvolvimento estava uma percepção do modo de vida comunitário como minoritário, rural, anacrônico e ineficiente em termos de gestão. Frente ao possível desmantelamento das lógicas comunitárias autóctones, os indígenas respondem politicamente desde a economia e da institucionalidade étnica em um processo de reconstituição e revalorização do *ayllu* “que es sin duda el contexto desde donde surgirá el Vivir Bien/Buen Vivir como política alternativa” (Schalvezon, 2012, p. 576).

Como forma de organização social própria do altiplano andino, os *ayllus* são comunidades formadas a partir das relações de parentesco e afinidade, família ampliada que organizam o trabalho agrícola através da lógica da recipro-

cidade e da solidariedade. Instituição básica do mundo indígena do altiplano, o ayllu serve de autorreferência para os indivíduos: “Fuera del ayllu, los comuneros indígenas tienen una sensación de desarraigo que los anula socialmente” (Fundo Indígena, 2005, p. 126 *apud* Fuscaldo; Urquidi, 2015, p. 4).

Segundo o intelectual aimará Simón Yampara (2011) citado aqui por Fuscaldo e Urquidi (2015) o *Ayllu* é a “casa cósmica andina” dentro da arquitetura e da engenharia de vida dos povos andinos. A saúde e a vitalidade das comunidades resultam da vida em harmonia com a comunidade, a natureza, o mundo divino e as leis. Uma relação equilibrada com a terra e com a ordem cósmica, representada pelos astros, montanhas e demais elementos da natureza. Esta relação de profunda integração entre todos os elementos do cosmos é um dos eixos centrais da proposta de *Buen Vivir* elaborada desde as comunidades indígenas.

Dentro da cosmogonia andina, o cosmos é povoado por uma multiplicidade de formas de existência interdependentes e inter-relacionadas (Huacani, 2010 *apud* Fuscaldo; Urquidi, 2015). Daí que a ideia aimará-quéchuá de *Buen Vivir*, traduzida também por “viver em plenitude”, significa ser capaz de viver em coletividade, com a natureza e consigo mesmo, através do bem-estar integral em uma vida holística, relacionada ao gozo e à alegria compartilhados por todos os membros da comunidade (Fuscaldo; Urquidi, 2015).

A epistemologia do *Sumak Kawsay*

Alguns autores vêm adotando e adaptando o conceito do *Buen Vivir* em diversas formas de correlação e analogias, tendo tomado força no discurso da sustentabilidade socioambiental nos últimos anos; porém, de fato não existe uma definição estrita, o que implica uma abordagem bastante abrangente quanto ao tema e suas vertentes de origem.

Eduardo Gudynas (2011 *apud* Vanhulst, 2015), menciona o *Buen vivir* como um projeto em construção, mais parecido a uma plataforma do que a um conceito claro e preciso. Conforme Vanhulst (2015), no campo acadêmico na América Latina, o *Buen vivir* está sendo evocado por vários autores mais ou menos centrais, como David Barkin, Arturo Escobar, Edgardo Lander, Héctor Alimonda, Leonardo Boff, Antonio Elizalde, Enrique Leff e ainda Gustavo Esteva, sendo que seus principais representantes são Alberto Acosta e Eduardo Gudynas. Por outro lado, observa Vanhulst (2015) que o *Buen vivir* conhece certa ressonância internacional, amplamente como discurso alternativo e proposta crítica ao problema da sustentabilidade desde América Latina.

Desta forma, ampliando o espectro para além do discurso latino-americano, pode-se notar o crescente interesse pelo discurso do *Buen vivir* em nível interna-

cional, através da revisão do número de publicações acadêmicas que contém a palavra-chave “*Buen vivir*” no seu título e o número de publicações que as citam:

Em pesquisa realizada por Vanhulst (2015), encontrada em busca na base de dados do Google acadêmico, afirma-se que somente em 2004 se encontra a primeira publicação sobre o *Sumak Kawsay* e trata-se do livro *Aprender en la sabiduría y el Buen vivir*, publicado pela Unesco em 2004 (García *et al.*, 2004). A obra se interessa pela iniciativa educativa equatoriana da Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas Amawtay Wasi. Porém a construção acadêmica dos discursos sobre o *Buen vivir* começa mais especificamente em 2008 (ano das negociações multilaterais da Assembleia Constitucional do Equador), adquirindo

[...] desde então certa importância internacional, com um crescimento expressivo das publicações (60 artigos publicados a cada ano e citados pela comunidade acadêmica desde 2010) (Vanhulst, 2015, p. 3).

Capitalismo, colonialismo e as epistemologias do Sul

Antes de adentrar no conceito de epistemologias do Sul, e para dele ter um melhor entendimento, faz-se necessário entender a articulação do Capitalismo e do Colonialismo, no sentido societário e epistemológico próprio a cada um dos termos.

Para Ferrarini (2008), capitalismo e colonialismo comportam a dupla faceta da questão social, respectivamente econômica e epistemológica, num sentido bastante complexo. A autora desenvolve a segunda faceta em seu texto, explicando que dar ênfase à dimensão epistemológica deve-se ao fato de ter sido menos contemplada pela teoria crítica moderna.

Na visão da autora,

o acréscimo do sufixo “ismo” ao termo “capital” demonstra a centralidade da dimensão econômica para a denominação e caracterização deste tipo de formação social, há séculos (Ferrarini, 2008, p. 5).

O capital não é uma coisa material, mas um processo que utiliza coisas materiais como momentos de sua existência continuamente dinâmica. Mais do que isso, é um processo social e não físico [...] O capital pode e deve assumir a forma física, mas só se pode captar seu significado se percebermos esses objetos materiais como corporificação e simbolização de uma totalidade que se expande. Um ser humano não pode existir sem carne e sangue, mas a essência do humano é que a carne e o sangue estão à serviço

de um propósito organizador, uma força vital. O mesmo se dá com o capital. Sem a finalidade organizadora da expansão, o capital se dispersa em blocos de construção material, necessários, mas não suficientes para definir seu propósito vital (Heilbroner, 1988, p. 27 *apud* Ferrarini, 2008, p. 5).

Ainda para Ferrarini (2008), o capitalismo é o primeiro sistema que tem na questão econômica o seu princípio central, justificando-se assim as análises centradas nessa dimensão.

Quanto ao colonialismo como análise epistemológica, é necessária a compreensão inicial da validação do Norte Global subjugando o Sul Global, como a lógica que legitimou a tese de que diferentes povos, territórios e culturas teriam que ser eliminados, banidos, subjugados e/ou escravizados. O Sul é epistêmico e político, não geográfico. Para Santos, é uma metáfora do sofrimento humano e devastação natural perpetradas pelo colonialismo do Norte.

Esta análise, para Ferrarini (2008), justifica-se no mesmo sentido epistemológico da validação do conhecimento do Norte global subjugando, ignorando ou até banindo os demais conhecimentos que não caibam no “cânone” científico norte centrado. Reforçando, os conceitos de Sul global e Norte global são epistêmicos, são metáforas do resultado do colonialismo, e não geográficos, pois existe um sul dentro do norte e um norte dentro do sul, a partir de dinâmicas de poder próprias às sociedades e territórios.

A colonização no sentido epistemológico fomenta uma formação hegemônica de saberes baseada na ciência validada como conhecimento absoluto cartesiano-positivista, cujos valores e concepções fundamentam e legitimam o capital e a forma societária que ele gera (Veronese, 2009).

Fazendo um breve apanhado conceitual sobre as epistemologias do Sul, Boaventura dos Santos procede a uma crítica do modelo de racionalidade ocidental, que ele denomina de razão indolente, propondo um conjunto de noções preliminares de outro modelo: a razão cosmopolita. Fundamenta-se esta análise de Santos (2002), em três procedimentos sociológicos nesta razão cosmopolita: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução.

Santos (2002) propõe seus escritos a partir de uma experiência social em vários países, no sentido de propor um modelo diferente de racionalidade. Os fatores circunstanciais, descritos através de um amplo projeto de pesquisa o levaram a estabelecer três conclusões:

Em primeiro lugar, a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Em segundo lugar, essa riqueza

social está a ser desperdiçada. [...] Em terceiro lugar, para combater o desperdício de experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar a credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos (Santos, 2002, p. 238).

Quanto à questão Norte-Sul, Meneses (2008), afirma que a constituição mútua do Norte e do Sul e a natureza hierárquica de suas relações permanecem cativas da persistência das relações capitalistas e imperiais, ou de colonialidade. No Norte global, os “outros” saberes, para além da ciência e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, excluídos da racionalidade moderna.

A relação colonial de exploração e dominação persiste nos dias de hoje, sendo talvez o eixo da colonização epistémica o mais difícil de criticar abertamente. A relação global etno-racial do projecto imperial do Norte Global vis à vis o Sul Global – metáfora da exploração e exclusão social – é parte da relação global capitalista. Esta hierarquização de saberes, juntamente com a hierarquia de sistemas económicos e políticos, assim como com a predominância de culturas de raiz eurocêntrica, tem sido apelidada por vários investigadores de ‘colonialidade do poder’. Uma das expressões mais claras da colonialidade das relações de poder acontece com a persistência da colonização epistémica, da reprodução de estereótipos e formas de discriminação (Meneses, 2008, p. 5).

Corroborando ainda Meneses (2008), no sentido de afirmar que a presença de diferentes lógicas e diferentes formas de pensar exige a possibilidade de diálogo e de comunicação entre culturas. A tradução intercultural, como proposta metodológica, revela o Sul global como um conjunto de epistemologias, extremamente dinâmicas. Abordadas neste caso por Santos (2002), como a sociologia das ausências, pois é necessário combater o desperdício da experiência social, buscando e incluindo ativamente os saberes invisibilizados. O estudo da sociologia das ausências deriva em cinco lógicas que são: *A ecologia de saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos, das trans-escalas e da produtividade*.

A primeira lógica, denominada pelo autor como a *Ecologia de saberes*, busca substituir a monocultura do saber científico por uma ecologia de saberes. “Esta ecologia de saberes permite não só superar a monocultura do saber científico, como a ideia de que os saberes não científicos são *alternativos* ao saber científico” (Santos, 2002, p. 250).

Na *ecologia das temporalidades* a sociologia das ausências

[...] visa libertar as práticas sociais tidas como não contemporâneas do seu estatuto de resíduo, restituindo-lhes a sua temporalidade própria e assim, a possibilidade de desenvolvimento autônomo (Santos, 2002, p. 251).

Para o autor, uma vez libertada do tempo linear imposto pela razão metonímica, e entregue à sua temporalidade própria, a atividade de um camponês africano, por exemplo, deixa de ser residual para ser contemporânea à do agricultor *hi-tech* nos EUA.

Um exemplo disto ocorre em algumas vinícolas (principalmente da América do Sul), que aderiram à filosofia da produção orgânica e biodinâmica.² Esta traz, além das técnicas modernas de cultivo, uma ampla gama de “saberes” ameríndios de períodos solares e lunares, utilização de técnicas menos agressivas de plantio e colheita, incluindo o sentido biodinâmico a plantação de multiculturas ao mesmo tempo ou em períodos transitórios.

A terceira lógica da produção de ausências proposta por Santos (2002) é a *ecologia dos reconhecimentos*, na qual se combate a desqualificação dos agentes das experiências sociais (práticas e saberes) de que eles são protagonistas, reconhecendo-os como sujeitos políticos relevantes. Entende-se aqui a falta de reconhecimento também pelo fato de observar quem se arroga o privilégio de determinar quem é igual e quem é diferente.

A *ecologia das trans-escalas* refere-se, de acordo com Santos (2002), à lógica da escala global, que é confrontada pela sociologia das ausências através da recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemônica. Em outras palavras “[...] ao desglobalizar o local relativamente à globalização hegemônica, a sociologia das ausências explora também a possibilidade de uma globalização contra hegemônica” (Santos, 2002, p. 25).

Por último a *ecologia da produtividade*, no domínio da lógica produtivista,

a sociologia das ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária etc. (Santos, 2002, p. 252).

2. O Biodinâmico tem como base os princípios antroposóficos criados por Rudolf Steiner (1861-1925). Assim como na viticultura orgânica, os vinhos biodinâmicos são feitos sem o uso de produtos químicos, mas vai muito mais além. Os produtores enxergam os vinhedos como um ecossistema, levando em consideração também a influência astrológica e o ciclo lunar. Ou seja, pode ser que a sementeira ou a colheita das uvas sejam feitas de acordo com a posição da lua ou dos planetas, por exemplo. Eles também utilizam vários preparados biodinâmicos no solo e podem até tratar as vinhas com homeopatia. Eles possuem uma visão muito mais holística da viticultura. (Enciclopédia Larousse do Vinho, 2001, p. 164).

O *Sumak Kawsay* como alternativa contra-hegemônica?

Para compreender melhor a proposta de Santos (2002), é necessário abordar duas outras questões: a da sociologia das emergências e a da teoria da tradução. Na primeira, afirma Santos (2002, p. 256), que se trata da “[...] investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas”. Neste sentido, esta sociologia consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles a potencialidade emancipatória, transformando as ausências em emergências (no sentido de emergir, surgir, ser reconhecida).

Este é o ponto em que se pode considerar o *Buen Vivir* como uma alternativa “possível”, pois parte de um equilíbrio entre as experiências e as expectativas sociais que os agentes que o praticam têm sobre os saberes e a ética indígena, orientado num sentido de emancipação social. Assim, é necessário observar o terceiro passo proposto por Santos (2002) que é o trabalho da tradução. Neste sentido, o autor afirma:

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. [...] o trabalho de tradução procura captar estes dois momentos: a relação hegemônica entre as experiências e o que nestas está para além dessa relação (Santos, 2002, p. 262).

Para finalizar esta questão, apresenta-se um exemplo da forma em que, pelo menos no sentido da sustentabilidade ambiental, o *Sumak Kawsay* tem servido de inspiração como uma oportunidade:

Según Eduardo Gudynas y Alberto Acosta, el Buen vivir se puede definir (muy abiertamente) como una “oportunidad para construir otra sociedad sustentada en la convivencia del ser humano en diversidad y armonía con la naturaleza, a partir del reconocimiento de los diversos valores culturales existentes en cada país y en el mundo” (Gudynas; Acosta, 2011, p. 103 *apud* Vanhulst, 2015, p. 4).

É possível observar hoje que, pelo menos no sentido de formar uma consciência do termo, as menções feitas nas recentes Constituições nacionais da Bolívia e do Equador³, apresentam oportunidade de desenvolvimento sustentável, princi-

3. Las constituciones de Bolivia y Ecuador introducen el concepto de “Buen Vivir” o “Vivir Bien” como un principio central, influenciado por cosmovisiones indígenas, que busca un desarrollo integral y sostenible, en armonía con la naturaleza y la sociedad, más allá de la acumulación material. Ambas constituciones reconocen a la naturaleza como sujeto de derechos y promueven la plurinacionalidad e interculturalidad (Barié, 2014, p. 10).

palmente pela estrutura social presente na população majoritariamente indígena destes dois países e pela contribuição de alguns intelectuais críticos da atualidade.

Como discurso alternativo a las versiones dominantes de desarrollo, es el resultado de una combinación particular entre (1) ciertos principios éticos de la antigua cultura andina (defendidos por los movimientos indígenas), (2) las contribuciones contemporáneas de algunos intelectuales críticos y (3) la incorporación liminar de estos principios en la esfera política, lo que es particularmente visible en Ecuador y Bolivia, que incluyeron el Buen vivir en sus nuevas constituciones (Vanhulst, 2015, p. 4).

Para Vanhulst (2015), nesse conjunto heterogêneo, podem-se distinguir os quatro elementos básicos constitutivos do discurso do *Buen vivir*: a ideia de harmonia com a natureza (incluindo os componentes abióticos), a reivindicação dos princípios e valores dos povos marginados ou subordinados, o Estado como garantia da satisfação das necessidades básicas (como educação, saúde, alimentação e água), da justiça social e da igualdade, e por último a democracia em todos os níveis da sociedade.

Ainda se destacam duas linhas de fundo transversal, de acordo com Vanhulst (2015): o *Buen Vivir* como paradigma crítico da modernidade eurocêntrica (antropocêntrica, capitalista, economicista e universalista) e como um novo projeto político intercultural.

A partir destes elementos constitutivos do discurso, vemos como este projeto se inscreve nas mudanças pós neoliberais que tentam reestabelecer o Estado como centro da gestão da vida pública e revalorizar o conhecimento e as práticas indígenas (Vanhulst, 2015, p. 4).

Considerações finais

A constituição do *Sumak Kawsay* enquanto emergência de novos conceitos filosóficos e projeto político-civilizacional pautado nas experiências indígenas, constitui um desafio aos paradigmas que fundamentam o projeto civilizacional da modernidade eurocêntrica colonialista e capitalista. Embora tenham suas origens em experiências ancestrais milenares, foram ganhando forma enquanto ferramenta mobilizadora, afirma Cortez (2011 *apud* Fuscaldo; Urquidi, 2015). Isso aconteceu a partir da década de 1990, no contexto de intensificação dos problemas sociais resultantes da implantação das políticas econômicas de ajuste estrutural realizadas no marco do neoliberalismo e da globalização hegemônica.

Para Fuscaldo e Urquidi (2015), nos últimos anos, o *Buen Vivir* vem ganhando visibilidade enquanto uma articulação discursiva da prática e do acumulado histórico da luta dos povos indígenas contra o colonialismo, o capitalismo e o paradigma de progresso e do desenvolvimento intrínseco ao projeto da modernidade. Apresenta-se simultaneamente enquanto princípio ético-filosófico e como novo projeto político e social que aponta para a possibilidade de construção de outros modos de vida e outras formas de organização social. Estas estariam pautadas conforme Santos (2010)⁴, nas experiências, enquanto saberes e práticas sociais, indígenas, em especial aquelas provenientes dos indígenas dos altiplanos.

Por fim, conforme Santos (2007), cada vez mais a ideia de *Buen Vivir* é articulada às experiências provenientes de outros povos do Sul Global. Daí a afirmação de Acosta (2012) de que o *Buen Vivir* é um conceito em construção, inacabado e indefinido, porém uma possibilidade concreta.

Referências

ACOSTA, Alberto. **El Buen Vivir**: Sumak kawsay, una oportunidad para pensar otros mundos. Barcelona: Icaria, 2012.

BARIÉ, Cletus Gregor. Nuevas narrativas constitucionales en Bolivia y Ecuador: el buen vivir y los derechos de la naturaleza. Latinoamérica. **Revista de Estudios Latinoamericanos** [En línea], n. 59, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/4peV1dA>. Acesso em: 14 jul. 2025.

DE LA CUADRA, Fernando. Buen Vivir: ¿Una auténtica alternativa post-capitalista? **Polis** [En línea], n. 40, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4stNqL0>. Acesso em: 25 out. 2024.

FERRARINI, Adriane V. **Pobreza**: possibilidade de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos, 2008.

4. O *Buen Vivir* coincide com as lutas fundamentadas na ideia das Epistemologias do Sul, apresentada por Santos (2010) como o conjunto de experiências dos povos subalternizados – entre os quais os povos indígenas – marginalizadas e desqualificadas ao longo da história pelo sistema dominante desde o início do processo de colonização. As diferentes instituições sociais e o pensamento científico dominante esforçaram-se em produzir a “não existência” de tais práticas sociais e saberes, considerando-as inferiores, improdutivas e residuais. As lutas contemporâneas deveriam enfrentar esta herança histórica de desigualdade epistêmica, o que exige a abertura para este conjunto de saberes e práticas produzidos por distintos povos, contextos e culturas do “sul” global. Sendo que “sul”, neste caso, não corresponde ao conceito geográfico, mas à metáfora para o sofrimento causado pelo capitalismo e pelo colonialismo em escala global, assim como para os processos de resistência que foram emergindo ao longo da história.

FUSCALDO, Bruna Muriel Huertas; URQUIDI, Vivian. O Buen Vivir e os saberes ancestrais frente ao neoeextrativismo do século XXI. **Polis** [En línea], n. 40, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/4jbsdB6>. Acesso em: 25 out. 2024.

LAROUSSE. **Enciclopédia Larousse do Vinho**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2001.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [on-line], n. 80, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/4pfOSxA>. Acesso em: 25 out. 2024.

NÚÑEZ, Nicolás Gómez; PIMENTEL, Boris Maraón (coords.). **Buen Vivir y descolonialidad**. Crítica al desarrollo y la racionalidad instrumentales. México, D.F.: Ediciones Universidad Nacional Autónoma de México e Instituto de Investigaciones Económicas, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2002, p. 23-56.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La reinvencción del Estado y el Estado plurinacional**. Santa Cruz de la Sierra: CENDA, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009, 23-73.

SCHALVEZON, Salvador. **Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir, dos conceptos constituyentes en formación leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyente**. Quito: Abya Iala, 2012.

VANHULST, Julien. El laberinto de los discursos del Buen vivir: entre Sumak Kawsay y Socialismo del siglo XXI. **Polis** [En línea], n. 40, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3Ngv6Vg>. Acesso em: 25 out. 2024.

VERONESE, Marília. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 153-167, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/45sKIAK>. Acesso em: 3 mar. 2025.

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO COLONIZADAS – PANC ANCESTRAIS: UM ENSAIO SOBRE MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E CONTRACOLONIZAÇÃO

Bruna Pedrosa Thomaz de Oliveira

Sem neutralidade: lugar de fala e de escrita

Este capítulo nasce da escolha consciente de escrever desde dentro: desde meu corpo, minha ancestralidade e meus territórios de pertencimento. Ele retrata algumas reflexões desenvolvidas da dissertação “Plantas Alimentícias Não Colonizadas – PANC ancestrais: um ensaio sobre memória, ancestralidade e contracolonização”, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e teve como principal objetivo analisar o conceito das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil, à luz das Ciências Sociais, num debate afro-orientado.

Seguindo a lógica do trabalho de onde deriva esse exercício reflexivo, nosso texto tem uma natureza ensaística com uma **escrita escreviente numa chave afroetnográfica** e visa, assim, questionar as incompletudes do conceito de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) e propor, a partir das aprendizagens e vivências junto a de povos e comunidades tradicionais, a noção de **Plantas Alimentícias Não Colonizadas (PANC ancestrais)** como horizonte cosmológico, político, teórico e cultural.

Para tal fundamento teórico-metodológico, lançamos mão da noção de **escrevivência**, elaborada por **Conceição Evaristo** (Evaristo, 2010, 2016, 2020; Felisberto, 2020), para quem escrever é registrar a vida de pessoas negras, não como simples testemunho, mas como gesto político de insurgência. Ao tomar a vida como matéria e a palavra como arma, Evaristo abre uma rota em que escrever é sempre resistir. É nesse chão que me coloco.

Ademais, caminho ao lado de **Zora Neale Hurston** (Basques, 2019; Lourenço, 2019; Böschemeier *et al.*, 2020; Bemerguy, 2021), que nos anos 1930 já ousava afirmar que uma **etnografia negra** não poderia ser neutra nem distante. Hurston escrevia de dentro da experiência, misturando narrativa, mito e observação, revelando que os métodos acadêmicos convencionais não eram suficientes para compreender os mundos que ela habitava. Nessa linhagem, a minha escrita é assumidamente situada: não

reivindica neutralidade, porque não existe neutralidade na ciência, mas sim um compromisso radical com a enunciação a partir das margens.

Essa posição metodológica encontra no pensamento de Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo (Santos, 2015, 2022, 2023; Silva, 2019), sustentação teórica estrutural para as elaborações aqui propostas. Adiantando debates, destacamos sua diferenciação entre **saberes sintéticos**, aqueles sistematizados pela academia e pelo Estado; e, **saberes orgânicos**, que são transmitidos na vivência, na oralidade, na prática cotidiana dos povos. Ele nos lembra que o conhecimento não nasce do isolamento, mas da **biointeração** que é a vida como resultado da relação contínua entre povos, territórios e todos os reinos de seres vivos (Santos, 2015). Sua proposição de **contracolonização** é aqui central, pois aponta não apenas para resistir, mas para construir epistemologias próprias, ancoradas na experiência negra e indígena.

PANC é um conceito que propõe uma nova tipologia para circunscrever uma parcela significativa de plantas comestíveis no Brasil (Kinupp, 2007; Kinupp; Lorenzi, 2014). Uma formulação que emergiu a partir da área da botânica, buscando diálogos interdisciplinares que apresentam a vasta quantidade de biodiversidade alimentar disponível para consumo humano, que é negligenciada por boa parte da sociedade brasileira urbano-contemporânea. As PANC alcançaram uma notoriedade ímpar fora das fronteiras universitárias, diferente de outras proposições acadêmicas similares. O lançamento do livro *Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas* em 2014 e sua constante aparição nos meios de comunicação, oportunizou a apropriação popular desta definição, construindo novos contextos sociais a este sistema de significações que nascem e se constituem por, pelo menos, duas dimensões primárias: científica e empírica.

Na minha dissertação, caracterizei as chamadas PANC como um **fato social** e assim, estar passível de ser estudado pelas ciências sociais não apenas uma tipologia de plantas, mas como um conceito que mobiliza práticas coletivas, discursos e representações. Por esta razão, é possível realizar a inferência de que as PANC têm ocupado um lugar relevante na cena alimentar no país, gerando um tecido social complexo e plural com diversidade de agentes, relações, representações e discursos. Essa mobilização acontece principalmente em **grandes metrópoles urbanizadas**, onde circulam públicos próximos da academia e com poder de consumo. As PANC se consolidam, assim, como categoria cultural mediada por relações de classe, de acesso à ciência e de prestígio social, mais do que como fenômeno da biodiversidade em si.

O acrônimo **PANC**, homófono a “PUNK”, evoca tanto a resiliência das plantas assim denominadas, capazes de brotar em ambientes inóspitos e desa-

fiar sistemas alimentares hegemônicos, quanto o imaginário da contracultura. Na literatura, as PANC são associadas a estratégias diversas: combate à fome (Monteiro, 2016; Duarte, 2017; Liberalesso, 2019; Aquino; Flores, 2021), potencial econômico (Biondo *et al.*, 2018), promoção da soberania e segurança alimentar (Paula Filho, 2015; Chaves, 2016; Jacob, 2020; Cunha *et al.*, 2021) e resgate de práticas alimentares tradicionais (Abrás, 2018; Ranieri, 2018; Gralha, 2020). Contudo, pouco se discute sobre as razões que explicam a emergência e a forte adesão social à terminologia; assim como seus desdobramentos sociais, possui implicações étnico-raciais que merecem atenção.

Diante do exposto até aqui, as fronteiras deste ensaio estão colocadas a narrar parte das experiências, reflexões e estranhamentos que confluíram para a elaboração de uma **crítica contracolonialista** a esse conceito emergente e com intensa tração mobilizadora de práticas coletivas no campo da alimentação brasileira, em interface com a sociobiodiversidade e saberes orgânicos de povos originários e tradicionais. A tese germinante que situa essa jornada investigativa é de que nova nomeação com natureza totalizante, para determinação de uma tipologia de plantas, é uma atualização colonizadora sob o conjunto sistematicamente organizado de saberes originários em torno de plantas comestíveis (Oliveira, 2023).

É necessário avançar em alguns pontos nesse panorama, e tenho entendido que esse avanço está na ordem de racializar o debate. Dialogando com essa base, a filósofa **Sueli Carneiro** (2005) oferece o conceito de **epistemicídio**, denunciando a destruição sistemática dos saberes negros e indígenas pela lógica colonial e racista da modernidade. Tão logo chegamos numa fricção: nomear plantas como “não convencionais” é uma forma de epistemicídio pois ignora que elas sempre foram convencionais para os povos que as cultivaram, preparando o terreno para uma “descoberta” que reforça o prestígio branco e acadêmico. E quando evocamos falas ancestrais como a da cozinheira e atriz indígena Tainá Marajoara, ou do mestre quilombola Nêgo Bispo, assim como outros atores dissidentes, destaca-se um questionamento contemporâneo acerca da gênese do conceito das PANC no país: **“não convencionais para quem?”**.

Essa é uma questão que desloca as PANC para uma arena de disputa das narrativas elaboradas a partir delas. Uma interrogação que anuncia outras camadas de compreensão que precisam ser consideradas em torno da categorização da diversidade alimentar que nos rodeia. As justificativas formuladas pelos defensores do termo PANC parecem ser insuficientes para responder a essa indagação, que também se revela como uma denúncia das intenções que, ainda que pareçam disruptivas, possuem limites visíveis quando percebidas dentro de um prisma colonialista, promovendo assim soluções paradoxais e contradi-

tórias quando colocadas vis-à-vis a paradigmas decoloniais (Quijano, 2005) e contracolonialistas (Santos, 2015, 2022, 2023; Silva, 2019).

Perguntar “*não convencionas para quem?*” vai além de um exercício semântico porque configura um cenário propício para desnudar a colonialidade inscrita na formulação do conceito de PANC (Quijano, 2005). É interrogar uma categoria que se apresenta como solução para a diversidade alimentar, mas que reproduz apagamentos e invisibiliza práticas afro-pindorâmicas.

O objetivo deste capítulo é duplo: por um lado, **evidenciar as lacunas e limites do conceito de PANC**, mostrando como ele se ancora na gastronomia de vanguarda, entendida como o movimento culinário que busca inovação estética e mercadológica, privilegiando restaurantes estrelados, chefs de prestígio e consumidores de elite, e nos circuitos mercadológicos; por outro, **defender a proposição das Plantas Alimentícias Não Colonizadas**, enunciada por Nêgo Bispo e assumida por mim como horizonte teórico e político. A partir da rota de **Sankofa**, conceito de origem akan que significa “*voltar para buscar o que ficou atrás*”, volto-me ao passado para colher as sementes que me permitem, hoje, escrever uma análise contracolonial no campo da alimentação e da cultura alimentar. Esse movimento está fundamentado na **teoria biointerativa** de Bispo (2015), que afirma a vida como interação contínua entre seres e territórios, e na consciência de que sem contracolonização não há futuro alimentar justo.

Entre o campo e o livro: fissuras da colonialidade

Minha trajetória com as chamadas PANC no Brasil é marcada por mais de uma década de envolvimento, que atravessa a prática culinária, a pesquisa acadêmica e a articulação política em torno da sociobiodiversidade. Ocupo esse universo como pesquisadora, nutricionista e curadora alimentar, mas também como mulher negra que encontrou nas plantas e nos saberes transmitidos em quintais, roças e cozinhas comunitárias um campo de resistência e criação. É desse lugar que falo, reconhecendo tanto as contribuições quanto as incompletudes do conceito de PANC. Esta seção, em particular, se destina a narrar parte das experiências, reflexões e estranhamentos que confluíram para a proposição de uma crítica contracolonialista a um conceito emergente e de grande tração mobilizadora de práticas coletivas no campo da alimentação, especialmente no âmbito das práticas que se pretendem sustentáveis.

Em 2017, iniciei minhas incursões no território quilombola Kalunga, reconhecido como o maior em extensão territorial da América Latina, com cerca de 262 mil hectares distribuídos entre Goiás e Tocantins. O território reúne 39 comunidades e abriga uma das áreas mais bem preservadas do Cerrado,

bioma de riqueza inestimável em biodiversidade e cultura. Apesar de seu reconhecimento como patrimônio cultural desde 1991, menos da metade da área possui titulação formal, revelando a convivência entre grandeza territorial e precariedade de direitos. Mas, para além dessa contradição, foi no Kalunga que me deparei com a força de uma ancestralidade viva, que resiste e se reinventa a cada geração. Um território atravessado por disputas, sim, mas também por abundância, memória e continuidade de saberes – e foi nesse espaço que dei meus primeiros passos como pesquisadora de campo, sendo interpelada a olhar para a alimentação a partir de outras lentes, mais enraizadas e coletivas.

Cheguei acompanhada de uma equipe majoritariamente branca. Desde o primeiro instante percebi que minha presença era lida de forma diferente: enquanto meus colegas eram tratados como visitantes externos, eu era acolhida no cotidiano das famílias de outro modo. Havia em mim um reconhecimento ancestral que transcendia minha origem urbana e minha formação acadêmica eurocentrada. Esse gesto de reconhecimento não era apenas simbólico; ele se materializava nos convites para sentar-se à mesa, nas conversas à beira do fogo a lenha, nos olhares que me devolviam pertencimento. Foi um aprendizado pedagógico profundo: não apenas o campo-sujeito se abriu diante de mim, mas minha própria identidade precisou se reconfigurar, dissolvendo fronteiras entre pesquisadora e interlocutora, entre quem observa e quem participa.

O que encontrei, porém, não correspondia às expectativas: as plantas estavam presentes nos quintais, nas roças e nas matas, mas não estavam no prato. Quando perguntava sobre determinadas espécies, recebia como resposta o silêncio ou um simples “não”. Esse **não** foi meu **primeiro ponto de inflexão**. No início, soava como um vazio da pesquisa. Mas com o tempo compreendi que o “não” também é dado etnográfico: recusa, resistência, indiferença, um modo de evitar capturas externas. Esse não desestabilizou minha gramática acadêmica e me obrigou a reconhecer o quanto meu olhar estava impregnado de uma lógica embranquecida. Não dava conta de explicar tudo o que eu estava enxergando, os *frameworks* das ciências sociais eurocêntricas embaçaram o caminho que eu devia seguir. O campo requeria de mim outras ferramentas, lentes orgânicas para compreender fatos circulares, afro referenciadas e guiadas pela ancestralidade.

Ainda em 2017, atravessada por essa experiência, voltei à obra de Kinupp e colaboradores (Kinupp; Barros, 2004; Kinupp, 2007, 2009; Kinupp; Lorenzi, 2014), que eu já havia lido inúmeras vezes. Agora, porém, a leitura era outra: feita com desconfiança, com as lentes de quem já havia experimentado no campo a força de um silêncio quilombola. As passagens que antes me pareciam libertadoras revelaram-se impregnadas de uma intenção utilitarista, de captura comercial, voltada a reforçar dinâmicas de distinção social.

Com destaque à obra mais popular do autor (Kinupp; Lorenzi, 2014), o livro considerado a “bíblia das PANC”, quando os autores afirmam que trabalharam

árdua e incansavelmente para que esta obra seja um divisor de águas entre as PANC consideradas apenas como alternativa alimentar para pessoas ou grupos de pessoas em situações de vulnerabilidade social e nutricional e que passe para o público em geral, que poderá tanto colhê-las no seu quintal, sítio, matas ou comprá-las nas feiras, mercados e, preferencialmente, encontrá-las incorporadas aos pratos dos cardápios dos restaurantes, desde os básicos do dia a dia até os restaurantes glamorosos (Kinupp; Lorenzi, 2014, p. 25, grifo nosso).

Com isso, o que vejo é um projeto voltado à **gastronomia de vanguarda** e à legitimação mercadológica de um sistema alimentar regido pelas molduras do capitalismo. Não se trata de democratização, mas de chancela elitizada. Do mesmo modo, ao escreverem:

Esperamos que muitas das espécies aqui ressaltadas saiam da categoria de PANC, ou seja, que possamos encontrá-las nos cardápios dos restaurantes, nas padarias, nas pizzarias, nos supermercados ou, ao menos, nas feiras e mercados locais, nos próximos anos (Kinupp; Lorenzi, 2014, p. 20).

Daí surge a pergunta inevitável: **quais restaurantes, padarias, pizzarias, quais mercados locais?** O horizonte não são os quintais quilombolas ou as feiras periféricas, mas os espaços de prestígio que definem o que é legítimo comer. E quando afirmam que “há matéria-prima sobrando na natureza, mas não existem pessoas ou **empresas dedicadas à exploração comercial dos recursos**” (Kinupp; Lorenzi, 2014, p. 22), o véu se rasga de vez: não se trata de soberania alimentar, mas de exploração comercial.

Esse contraste entre a experiência de campo e o discurso acadêmico evidenciou que havia algo que a noção de “não convencional” não podia responder. Foi em Kalunga, em 2017, que percebi: minha pesquisa não se tratava de inventariar plantas negligenciadas, mas de perguntar, com toda radicalidade: **não convencionais para quem?** Essa pergunta não nasceu em mim, mas dos movimentos sociais, das comunidades quilombolas e indígenas, dos terreiros, de pensadores como Tainá Marajoara e Nêgo Bispo. O campo apenas me ofereceu as lentes para reconhecê-la e assumi-la como compromisso.

Do não convencional ao não colonizado

Dois anos antes da minha primeira incursão em Kalunga, em 2015, participei de uma oficina de cultura alimentar com Nêgo Bispo e Tainá Marajoara na Casa de Cultura Mário Quintana, durante a programação do Fórum Social Mundial. Foi nesse espaço que recebi um presente que, à época, não compreendi por inteiro. Nêgo Bispo olhou para mim e disse: “Você não trabalha com plantas alimentícias não convencionais. Você trabalha com plantas alimentícias não colonizadas.”

Naquele momento, parecia apenas uma provocação. Mas, anos depois, especialmente em 2017, ao viver meu ponto de inflexão no território Kalunga, percebi a potência dessa formulação. A diferença entre “não convencional” e “não colonizado” não é apenas uma questão de linguagem. Trata-se de uma disputa epistêmica: enquanto o “não convencional” é definido a partir de uma perspectiva branca, urbana e acadêmica, que estabelece centralmente o que é legítimo comer, o “não colonizado” desloca o olhar. Ele parte dos quintais, roças, feiras populares e memórias de povos negros, indígenas e periféricos, reconhecendo a continuidade da vida apesar das tentativas coloniais de apagamento.

Esse movimento de crítica não nasce de súbito. A semente que foi lançada em 2015, no encontro com Nêgo Bispo e Tainá Marajoara, germinou em 2017, durante o ponto de inflexão vivido no território Kalunga, e amadureceu na dissertação de 2023. Ao longo desse percurso, compreendi que o que parecia apenas provocação se revelou chave epistêmica e política para reposicionar a discussão sobre alimentação e cultura alimentar.

As Plantas Alimentícias Não Colonizadas (PANC ancestrais) são, portanto, um conceito germinante de Nêgo Bispo que cultivo como tradutora e jardineira, em compromisso com a contracolonização. Elas não são tendências nem alternativas à alimentação industrializada; são expressões de culturas alimentares que persistem vivas, resistindo à padronização e à lógica do mercado. Alimentar-se com elas não é apenas ingerir nutrientes, mas firmar um pacto com a continuidade da vida. Reconheço em Nêgo Bispo o gesto inaugural de cunhar o termo Plantas Alimentícias Não Colonizadas, mas é no campo da alimentação e da nutrição, a partir da minha trajetória acadêmica e das ciências sociais, que assumo a tarefa de traduzi-lo e teorizá-lo. Sou jardineira desse conceito, inscrevendo-o nos debates sobre cultura alimentar e afirmando a centralidade das cosmopercepções afro-pindorâmicas.

Aqui ressoa a voz de Beatriz Nascimento (1989), ao afirmar que pessoas negras precisam contar suas próprias histórias com suas próprias palavras. Nomear, nesse contexto, é disputar poder. É também o que ensina Nêgo

Bispo (2015) ao lembrar que nomear é dominar. Assim, a denúncia de Carneiro (2005) não é apenas uma referência conceitual, mas um alerta de que chamar de “não convencional” o que sempre esteve vivo nos quintais é reencenar a violência da colonialidade. Beatriz Nascimento reforça que narrar com nossas próprias palavras é disputar os lugares de enunciação, sob pena de permanecermos dominados. Ambas se alinham à lembrança de Nêgo Bispo de que nomear é dominar, reforçando que a escolha por “não colonizado” é também uma escolha de futuro.

Esse debate se amplia quando trazemos Lélia Gonzalez (1988), que nos oferece o conceito de amefricanidade. Pensar as PANC ancestrais sob essa chave é compreender que elas são expressão de uma experiência transatlântica, que conecta saberes e práticas de povos negros e indígenas em todo o continente. É uma perspectiva que aproxima os quintais quilombolas do Brasil de outras cozinhas amefricanas, mostrando que o enfrentamento à colonialidade alimentar é, também, um enfrentamento geopolítico. Nesse horizonte, Ângela Maria da Silva Gomes (2009), em sua tese “Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: terreiros, quilombos, quintais da Grande BH”, demonstra como o mundo vegetal opera como mediador de memórias, espiritualidades e racionalidades próprias, tecidas entre terreiros, quintais e quilombos. Sua etnobotânica transatlântica mostra que as plantas são fios de continuidade histórica, conectando cosmopercepções africanas e afro-brasileiras que resistem ao epistemicídio. Tal compreensão dialoga diretamente com a noção de biointeração de Nêgo Bispo (2015), que nos lembra que a vida não nasce do isolamento, mas da relação contínua entre povos, territórios e todos os reinos de seres vivos. Aproximar essas leituras é compreender que as PANC ancestrais não são apenas categoria botânica ou gastronômica, mas parte de um tecido contracolonial que articula território, memória e futuro.

De modo complementar, Grada Kilomba (2019) evidencia como o racismo define quem pode falar. O debate sobre as PANC escancara esse mecanismo: enquanto vozes brancas e acadêmicas são legitimadas como referências, saberes de quilombolas, indígenas e periféricos permanecem relegados ao silêncio ou tratados como curiosidade. Essa assimetria discursiva se conecta diretamente ao que Aníbal Quijano (2005) chamou de colonialidade do poder, perpetuada na alimentação. Esse é um dos meus achados de pesquisa quando realizada uma análise sobre a branquitude que revela sua hegemonia no discurso corrente desse fenômeno social.

Dessa forma, não basta reconhecer a existência dessas plantas. É preciso transformar sua presença em prática de continuidade. Por isso defendo

que as PANC ancestrais sejam cultivadas como gesto de afirmação radical: fortalecer redes de agricultores familiares, quilombolas e indígenas; cultivar nos quintais, calçadas e florestas; praticar a coleta urbana para desvelar a abundância escondida; partilhar receitas e narrativas tradicionais como exercício de memória coletiva; e compreender que alimento é mais que substância, é cultura, política, memória e ferramenta de contracolônização.

As Plantas Alimentícias Não Colonizadas (PANC) ancestrais não buscam prestígio nos restaurantes estrelados nem legitimação em feiras gourmet. Elas seguem firmes no silêncio das avós, nas práticas que resistem ao epistemicídio e nos quintais que sustentam a continuidade da vida. Assumir essa categoria é mais do que um gesto conceitual: é reconhecer que sem contracolônização, sem biointeração, sem as cosmopercepções afro-pindorâmicas, não há soberania alimentar possível. Ao reafirmar essa categoria, compreendo que as PANC ancestrais não apenas recuperam memórias, mas também projetam horizontes. Nêgo Bispo nos lembra que a aprendizagem se dá em espiral e nessa circularidade não há ponto final. Nomear como não colonizado é reinscrever a continuidade da vida, desvelando que a contracolônização não é apenas crítica, mas projeto: um futuro alimentar enraizado na justiça, na biointeração e nas práticas de povos negros, indígenas e periféricos.

Constelações de vozes e circularidades

Quantas vezes nos disseram que o mato era daninho, que a raiz era selvagem, que o quintal era improdutivo? Quantas vezes a linguagem, essa ferramenta tão potente para criar e nomear mundos, foi usada para nos despir de nossos saberes, de nossos paladares, de nossa própria humanidade? Minha jornada, essa que se escreve e se reescreve em cada passo e em cada palavra, é também uma travessia por essas perguntas, por essas violências coloniais que insistem em se mascarar de ciência e modernidade.

O chão que piso, a cozinha que habito e as vozes circulantes encarnadas nas pessoas que me ensinam e inspiram me conduziram a um ponto de inflexão, um desassossego necessário que germinou a urgência de propor um novo “palavrear” para os alimentos que sempre foram nossos. É nesse solo fértil, irrigado pelo pensamento contracolônialista de Nêgo Bispo, que apresento as Plantas Alimentícias Não Colonizadas – PANC Ancestrais. Mais que um novo conceito, é uma dissidência, um grito de autonomia e uma bússola para re[ori]entar nossos caminhos alimentares em direção à ancestralidade.

As PANC Ancestrais são a materialização de um convite, um “presente” de Nêgo Bispo a mim para que eu o cultivasse como tradutora e jardineira

com um compromisso contracolonial. Elas se definem como: alimentos que fazem parte das culturas alimentares originárias e tradicionais, mas que foram invisibilizados pela colonização. Elas seguem vivas nos quintais, roças, pratos e memórias de povos indígenas, quilombolas e comunidades periféricas, resistindo à lógica do mercado e da padronização alimentar. Essa proposição não surge com a pretensão de sobrepor-se ao conceito já estabelecido de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), mas sim de ser uma provocação reflexiva para argumentar sobre os equívocos e insuficiências do termo original.

As PANC Ancestrais buscam ir além da simples identificação nutricional e gastronômica, compreendendo o alimento como um pilar de nossa existência, inseparável de nossa cultura, memória e política. Elas representam um chamado para: a) reafirmar a autonomia dos povos sobre seus modos de nomear, plantar, colher e cozinhar, descolonizando o prato e a mente; b) cultivar a biodiversidade, soberania e liberdade alimentar, desafiando a lógica da monocultura, da mercantilização e da “gourmetização” dos ingredientes ancestrais; c) promover uma reconexão com a ancestralidade alimentar, valorizando os saberes orgânicos e as cosmovisões politeístas que veem a terra como uma deusa, e as ervas não como daninhas, mas como parceiras na biointeração.

Este capítulo se constrói como crítica, mas também como oferta. Ao longo das páginas, mostrei que o conceito de Plantas Alimentícias Não Convencionais não responde às perguntas mais urgentes sobre alimentação, porque se ancora em uma lógica elitista e natureza totalizante, operando como uma atualização colonizadora dos saberes originários. A proposição das Plantas Alimentícias Não Colonizadas surge como deslocamento necessário, não apenas para renomear, mas para devolver às palavras e às práticas o peso de sua ancestralidade.

A comida não é castigo, mas convivência e compartilhamento. A perspectiva que desenvolvo por meio da contraposição das PANC Ancestrais busca resgatar essa lógica de reflexão e prática com a valorização da diversidade, da sazonalidade, promovendo encontros e confluências culinárias no compartilhamento comunitário. Adentrar nessa “guerra das denominações” em ação, enfraquecendo palavras coloniais como “não convencional” e potencializando o “palavrear” e as “cosmolinguagens” (Carnevalli *et al.*, 2023, p. 224; Santos, 2023) dos saberes oralizados. Minha escrita, que “não é mais euro cristã monoteísta”, mas sim “politeísta e africana diaspórica”, busca “encher de luz os cinzentos corredores acadêmicos”, como propôs Zora Neale Hurston.

Defender o uso de “não colonizadas” representa um caminho de reparação epistêmica onde as pessoas “silenciadas até hoje pelo cânone possam passar a ser sujeitas ativas” (Böschmeier *et al.*, 2020). Minha escrita, essa

que teimosamente se recusa a ser calada, é um convite à ação, para que possamos, juntas, descolonizar a mente, o prato e o mundo.

Essa defesa, no entanto, não é feita em solidão. Ela se ancora em uma constelação de vozes que, ao longo do tempo, nomearam, classificaram e transmitiram saberes sobre o mundo vegetal em chaves não coloniais. A pesquisadora Ângela Maria da Silva Gomes nos oferece a etnobotânica transatlântica, revelando a conexão entre folhas, terreiros e ancestralidade africana. Seu trabalho evidencia como o mundo vegetal é mediador de memórias, espiritualidades e racionalidades próprias, enraizadas em territórios negros. Gomes demonstra que a etnobotânica negro-africana não é apenas conhecimento sobre plantas, mas uma chave de leitura sobre continuidade histórica e diálogos transatlânticos.

Entre as raízes que se entrelaçam nessa constelação, Mãe Stella de Oxóssi, ialorixá do Ilê Axé Opô Afonjá, deixou uma obra vasta em que a centralidade das folhas é reconhecida como princípio de cura, educação e espiritualidade. No livro *O que as folhas cantam* (Oxóssi, 2020), ela reafirma que não há separação entre o mundo vegetal e a vida comunitária. Cada folha, cada canto, cada preparo carrega não apenas propriedades terapêuticas, mas histórias, cantos e vínculos de pertencimento. Suas palavras abrem caminhos para compreender que as plantas não são apenas recursos, mas entidades de relação e cuidado, com quem se deve estabelecer vínculos de reciprocidade e reverência.

Em diálogo com esse legado, Pai José Flávio Pessoa de Barros, em *A Floresta Sagrada de Ossaim: O segredo das folhas* (2015), reconstrói o valor simbólico e litúrgico das plantas nos terreiros de candomblé. Ele explora classificações de espécies, usos litúrgicos e terapêuticos, imagens e narrativas que fazem da floresta de folhas um espaço simbólico de cura, memória e convivialidade. Essa obra reforça que plantas não são simples matéria-prima nem mero recurso isolado: são fios vivos de uma relação ancestral que resiste ao apagamento, e que alimenta cosmovivências inteiras.

Somando-se a esses caminhos, Manoel Querino (1928), pioneiro em reconhecer a importância da culinária negra na formação da cultura alimentar brasileira, registrou em *A arte culinária na Bahia* saberes de mulheres negras que, na cozinha, preservaram e reinventaram tradições africanas, mostrando que o alimento é documento histórico. A leitura de Querino não apenas reforça a centralidade da cultura alimentar afro-brasileira, mas evidencia que a crítica à invisibilidade desses saberes é antiga, mesmo quando silenciada pela historiografia oficial.

Entre vozes contemporâneas, destaco Renata Sirimarco, bióloga, educadora e pesquisadora, que é uma das minhas irmãs interlocutoras, sem cujo diálogo minha dissertação não teria o mesmo fôlego. Desde 2020, ela vem formulando críticas ao conceito de PANC, afirmando que a nomeação “não

convencional” opera como mecanismo de apagamento. Sua proposição das Plantas da Negritude (Sirimarco; Boscolo, 2025) valoriza vegetais que integram os repertórios afro-diaspóricos – como vinagreira, língua-de-vaca, ora-pro-nóbis, licuri e araçá –, reconhecendo-os não como novidade, mas como expressões ancestrais de continuidade. Em suas análises, Sirimarco aproxima o conceito de PANC ao da noção de “columbusing”, termo que denuncia o gesto colonial de “descobrir” aquilo que sempre esteve presente nas práticas de povos negros, indígenas e periféricos. Sua leitura mostra que pratos como o efó, a galinhada de ora-pro-nóbis, o arroz de cuxá, bebidas com cacau e até o chá de hibisco não são experimentações recentes, mas permanências de uma cultura alimentar negra que insiste em sobreviver (Sirimarco, 2024). Ao nomear Plantas da Negritude, Sirimarco corrobora com um movimento de afro referenciar o caminho, evidenciando que essas espécies carregam uma herança de pertencimento e resistência, o que se articula a nossa crítica contracolonial às PANC e fortalecendo o campo das epistemologias negras da alimentação.

Lourence Alves, professora da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Alimentação, Nutrição e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e autora da tese “Onje: saberes e práticas da Cozinha de Santo” (2019), também irmã interlocutora presente em meu percurso, foi fundamental para tensionar e adensar esta reflexão. Suas contribuições me ajudaram a perceber como o conceito de PANC, quando tratado de forma simplista, produz apagamentos: ao reduzir plantas ancestrais a uma categoria genérica, perde-se a complexidade de histórias, memórias e práticas que sustentam a vida comunitária. Lourence propõe compreender esse debate a partir da noção de encruzilhada onde o espaço simbólico onde se encontram cosmologias, epistemologias e experiências cotidianas. Nessa encruzilhada, o alimento se revela como lugar de disputa, mas também como território de criação e continuidade: nele emergem tanto os efeitos da colonialidade quanto a persistência de saberes que resistem, se reinventam e se projetam para o futuro. Sua crítica reitera que falar de plantas, em chave afro-referenciada, é sempre falar de território, memória e política.

Essas referências ajudam a iluminar algo que venho defendendo: a pergunta “não convencionais para quem?” também precisa ser lida como “quem tem autorização para falar?”. O silenciamento de vozes negras e indígenas, ao mesmo tempo em que se consagra o discurso branco-acadêmico, é parte do que Kilomba (2019) descreve como a hierarquia das vozes autorizadas. As PANC, enquanto categoria social, se tornam um campo privilegiado para observar como o racismo estrutura até mesmo o debate sobre biodiversidade e alimentação.

Se o escopo deste capítulo não permite detalhar essas histórias, é preciso, ao menos, registrar que elas existem. São sementes de futuros capítulos, que mostrarão como mulheres negras, ao reencontrarem as folhas, encontram-se a si mesmas. A comida, nesse sentido, não é apenas um objeto de estudo, mas uma chave de reexistência.

E quando falo em reexistência, falo também de espaços concretos: das feiras populares, onde as folhas são vendidas embrulhadas em jornais e carregam o cheiro da terra molhada; dos terreiros de candomblé, onde o poder das folhas é rezado e cantado antes de ser preparado; dos quintais quilombolas, onde cada planta é conhecida pelo nome e pelo uso; das cozinhas periféricas, onde as avós ensinam sem nomear teorias, mas transmitindo práticas de continuidade. Esses lugares sustentam a vida sem precisar de chancela acadêmica.

Por fim, volto a Nêgo Bispo, que nos lembra que o conhecimento não se organiza em linha reta, mas em espiral. Essa imagem é convite e desafio: compreender que a escrita, assim como a vida, não se encerra, mas retorna transformada. Este capítulo não pretende concluir o debate sobre alimentação e colonialidade; pretende abri-lo em outras direções. Direções que nos devolvem às folhas como mestres, às cozinhas como espaços de ciência, aos quintais e terreiros como arquivos vivos de memória. O que aqui se semeia são perguntas e provocações que exigem continuidade: como cultivar sem reproduzir colonialismos? Como nomear sem repetir epistemicídios? Como cozinhar de modo a preservar não só o alimento, mas também a dignidade e a cosmo percepção de quem o plantou? Talvez seja esse o gesto mais radical: seguir recomeçando, tecendo novos começos, reafirmando que a contracolônização da vida é também um modo de manter o sonho aceso.

Referências

ABRAS, Michael Furtini. **Alimentação tradicional e biodiversidade**: práticas em comunidades rurais. 2018. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALVES, Lourence Cristine. Onje: saberes e práticas da cozinha de santo. Tese (Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde), 2019. 151 f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bit.ly/3RcoZ6t>. Acesso em: 21 out. 2021.

AQUINO, Délio Reis Matos; FLORES, Maria do Socorro Almeida. Plantas alimentícias não convencionais em Belém, Pará: conhecimento, usos e segurança alimentar. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 1, p. 73-97, jan./abr. 2021.

BARROS, José Flávio Pessoa. **A floresta sagrada de Ossaim: o segredo das folhas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

BASQUES, Messias Moreira Junior. **Zora Neale Hurston e a escrita negra no século XX**. São Paulo: Editora 34, 2019.

BEMERGUY, Telma. Lendo Zora Hurston: a obra *Mules and Men* e sua relação com a teoria e a história da antropologia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 1-25, 2021.

BIONDO, Eliane *et al.* Diversidade e potencial de utilização de plantas alimentícias não convencionais no Vale do Taquari, RS. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 61-90, 2018.

BÖSCHEMEIER, Ana Gretel Echazú *et al.* A tradução de Zora Neale Hurston para o cânone antropológico: Práticas de extensão desde uma perspectiva feminista e interseccional. **Mutatis Mutandis**, v. 13, n. 2, p. 228-254, 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARNEVALLI, Felipe *et al.* (orgs.). **Terra: antologia afro-indígena**. São Paulo: Ubu Editora; Belo Horizonte: Piseagrama, 2023.

CHAVES, Mariane Sousa. **Plantas alimentícias não convencionais em comunidades ribeirinhas na Amazônia**. 2016. 108f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

CUNHA, Manuela da *et al.* Plantas Alimentícias Não Convencionais na perspectiva da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 10, n. 3, e20610313306, 2021.

DUARTE, Gisele. **Levantamento e caracterização das plantas alimentícias não convencionais do Parque Florestal de Monsanto - Lisboa**. 2017. 99f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. *In*: DUARTE, Constância Lima. **Escritoras Mineiras: Poesia, ficção, memória**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FELISBERTO, Fernanda. Escrivivência como rota de escrita acadêmica. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrivivência: a escrita de**

nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana:** terreiros, quilombos, quintais da Grande BH. 2009. 220f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GRALHA, Thiago Signori. **As plantas alimentícias não convencionais (PANC) a partir do conhecimento da agricultura familiar no município de Rio Grande - RS:** um estudo de caso. 2020. 89f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

JACOB, Michele Medeiros. Biodiversidade de plantas alimentícias não convencionais em uma horta comunitária com fins educativos. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, e44037, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KINUPP, Valdely Ferreira. **Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS.** 2007. 590f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

KINUPP, Valdely Ferreira; BARROS, Ingrid Bergman Inchausti. Potencial das plantas espontâneas como alimentícias. **Revista Brasileira de Botânica**, v. 27, n. 4, p. 43-59, 2004.

KINUPP, Valdely Ferreira; LORENZI, Harri. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil:** guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2014.

KINUPP, Valdely. **Plantas alimentícias não-convencionais (PANCs):** uma riqueza negligenciada. Reunião anual da SBPC, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/4ncNUMh>. Acesso em 24 nov. 2022.

LIBERALESSO, Andréia Maria. **O futuro da alimentação está nas plantas alimentícias não convencionais (PANC)?** 2019. 77f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MONTEIRO, Marcus Vinicius de Carvalho. **A disseminação dos alimentos não convencionais como alternativa para o desenvolvimento regional:** um estudo de caso sobre a experiência dos agricultores familiares de Divinópolis - MG. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual de Minas, Divinópolis.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história negra. *In*: RATTI, Alex (org.). **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 1989.

OXÓSSI, Mãe Stella de. **O que as folhas cantam**. 2. ed. Salvador: Corrupio, 2020.

PAULA FILHO, Galdino Xavier de. Agroecologia e recursos alimentares não convencionais: contribuições ao fortalecimento da soberania e segurança alimentar e nutricional. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 10, n. 20, p. 227-245, jul. 2015.

QUERINO, Manoel. **A arte culinária na Bahia**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1928.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RANIERI, Guilherme Reis. **Levantamento etnobotânico das plantas alimentícias nos municípios de Areias e São José do Barreiro - SP**: um patrimônio nos quintais urbanos. 2018. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Teresina: EDUFPI, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). **A terra dá, a terra quer**. Brasília: Incra, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). **Pensar com a terra**. São Paulo: Ubu, 2023.

SILVA, Ana Claudia Matos da. **Uma escrita contra-colonialista do quilombo Mumbuca Jalapão-TO**. 2019. 107f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília.

SIRIMARCO, Renata. **Uma história que não começou com a escravização**. Entrevista concedida a Mesa Digital, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4pgeR87>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SIRIMARCO, Renata; BOSCOLO, Odara. Plantas da Negritude. Conceito em desenvolvimento apresentado em entrevistas e práticas educativas desde 2020. **Revista Mangút**: Conexões Gastronômicas, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 27-40, out. 2025.

SOBRE OS AUTORES

Aline Mendonça dos Santos: Doutora em Trabalho e Política Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Durante o ano universitário europeu de 2008, realizou estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), onde, posteriormente, trabalhou (2012-2015) e realizou seu pós-doutorado. Atualmente é pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea/PNPD) e consultora do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). E-mail: nocams@gmail.com

Bruna Pedroso Thomaz de Oliveira: Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mulher africana em diáspora no Brasil, mãe do Inácio e nutricionista, é ativista socioambiental, comunicadora ancestral e pesquisadora alimentar. Matrigestora da Crioula Curadoria Alimentar, ecossistema criativo que desenvolve soluções ecológicas e ancestrais para sistemas alimentares. E-mail: brunacrioula@crioulacuradoria.com

César Miguel Salinas Ramos: Doutor em Ciências Sociais pela Unisinos. Mestre em Estética e Filosofia da Arte pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Graduado em Sociologia com menção em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica do Equador. E-mail: cesarsalinasramos@gmail.com

Claudio Freitas: Doutor em Ciências Sociais com foco em Sociologia Digital pela Unisinos. Mestre em Administração e Negócios (stricto sensu) pela PUC-RS. Experiência Docente em Escolas de nível superior ministrando aulas em MBAs e cursos de extensão. Articulador em Inovação Social, Diversidade e Educação com projetos voltados à Educação Urbana e Convívio Empático. E-mail: claudiokfreitas@gmail.com

Cristian Andrei Tisatto: Pedagogo e cientista social. Mestre e Doutor em Ciências Sociais. Professor do Ensino Superior. Assessor de Pesquisa e Políticas Educacionais. E-mail: cristian-tisatto@hotmail.com

Diego Duque de Carvalho: Mestre em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Especialista em Ciências Criminais e Direito Civil pela Universidade Candido Mendes (Ucam). Advogado, é perito judicial pelo Conselho Nacional dos Peritos Judiciais da República Federativa do Brasil (Conpej). E-mail: diegoduque.direito@yahoo.com.br

Dorian Moreira Filho: Mestre em Ciências Sociais pela Unisinos. Jornalista com atuação regional e internacional, formado pela Faculdade dos Meios de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS),

realizou estudos (MBA) em Análise do Discurso Político ligado à Faculdade de Letras Modernas da Universidade de Paris-Créteil. E-mail: dorianfilhobackup@gmail.com

Erasmu Braz dos Santos: Doutor em Ciências Sociais pela Unisinos. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), onde atua como burocrata em projetos de extensão e esporte. Pesquisador da área de Políticas Públicas de Esporte nos âmbitos da extensão universitária, do esporte universitário e do esporte escolar. E-mail: erasbraz@gmail.com

Gustavo M. de Oliveira: Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: comanchi@hotmail.com

Ivan Osvaldo Calderon Arrueta Ribeiro: Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. Especialista em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Administrador de empresas pela Faculdade Cambury. Pesquisador da temática da migração e comércios transnacionais. Conselheiro e diretor de Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (CRA-DF), é coordenador e professor de cursos de negócios. E-mail: calderon.arrueta@gmail.com

Jamil Amorim de Queiróz: Doutor em Ciências Sociais pela Unisinos. Mestre em Educação pela UFMT. Coordenador do curso de Inteligência Estratégica, no Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos, é psicanalista e terapeuta educacional. E-mail: marjamil3@gmail.com

Janaína Perez Reis: Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos. Mestra em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional pela Faculdade do Vale do Cricaré. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade IDC. Graduada em Direito pela PUCRS. Pesquisadora vinculada ao grupo SIBITXI: Gênero, Justiça e Saúde em contextos africanos e latino-americanos. E-mail: janainaperezreis@yahoo.com.br

Licemar Vieira Melo: Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Unisinos e Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos. E-mail: licemarvm@gmail.com

Lorena de Sousa Ribeiro Calderon Arrueta: Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos. Mestra em Ciências da Educação pela Universidad DaVinci. Especialista-MBA em Gestão de Pessoas e Didática do Ensino Superior pela União Pioneira de Integração Social (UPIS). Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo). Conselheira eleita pelo CRA-DF. Pesquisadora da

Educação para o Empreendedorismo Social e Solidário no Brasil, é professora e coordenadora de curso. E-mail: arrueta.lorena@gmail.com

Marcia da Silva Cezar Gadea: Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (Prosuc) da Capes. Mestre em Ciências Sociais pela Unisinos, é economista pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). E-mail: marcia_cezarc@hotmai.com

Márcio Pereira Dias: Doutor em Ciências Sociais pela Unisinos, com pós-doutorado em Direitos Sociais, Novos Direitos, Construção de Sujeitos e Cidadania pela UCSal, onde é professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito. Mestre em Direitos Sociais pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Especialista em Educação pela UFRJ. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário da Região da Campanha (Urcamp). E-mail: marciopereiradias@hotmail.com

Robinson Henrique Scholz: Doutor e mestre em Ciências Sociais pela Unisinos, com pós-doutorado em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle. Administrador com habilitação em Recursos Humanos pela Unisinos, atualmente é professor universitário na Universidade La Salle e coordenador de núcleo na Cooperativa Sicredi Pioneira. E-mail: robinson.scholz@gmail.com


Vanessa Silva da Cunha: Mestre em Ciências Sociais pela Unisinos. Especialista em Direitos Humanos pela mesma instituição. Graduada em Direito pelo Centro Universitário FADERGS. E-mail: vanessasd.cunha@gmail.com

Vânia Marquez Saraiva: Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos, com pós-doutorado em Famílias pela UCSal. Advogada, é mestra em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: ainavsaraiva@gmail.com

Título	PPGCS-Unisinos: uma trajetória de ensino e pesquisa em Ciências Sociais
Organizadores	Marília Verissimo Veronese Monika Dowbor Carlos A. Gadea
Assistência Editorial	Sarita M. de Moraes Batista
Capa	Gabriel Luis Pereira
Projeto Gráfico	Vanessa Menegatti Fonseca
Preparação	Andressa Marques
Revisão	Ana Maltauro
Formato	16x23
Número de Páginas	308
Tipografia	Adobe Garamond Pro
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
1ª Edição	Junho de 2026

Caro Leitor,
Esperamos que esta obra tenha
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:
sac@editorialpaco.com.br

 11 98599-3876

Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.




Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

livros@pacoeditorial.com.br

11 4521-6315
 11 95394-0872

www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/

Todo mês novas chamadas são abertas:

www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/

Conheça outros títulos em
www.pacolivros.com.br

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100



Marilia Verissimo Veronese é doutora em Psicologia Social (PUCRS), professora titular na Unisinos e bolsista de produtividade em pesquisa nível 2 do CNPq.



Monika Dowbor é doutora em Ciência Política (USP), atualmente professora do PPG em Saúde Coletiva na UFRGS e bolsista de produtividade em pesquisa nível 2 do CNPq.



Carlos A. Gadea é doutor em Sociologia Política (UFSC), professor titular na Unisinos e bolsista de produtividade em pesquisa nível 2 do CNPq.

Esta coletânea reúne resultados de pesquisas originalmente desenvolvidas como dissertações e teses no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos-RS. Os textos apresentam contribuições para o campo das políticas públicas e práticas sociais, explorando desde temáticas clássicas nas Ciências Sociais como democracia e participação social, trabalho e empreendimentos solidários, até desafios contemporâneos em torno da educação como um direito humano, frente às tendências neoliberais em curso neste campo.

As desigualdades sociais são problematizadas em diferentes eixos: das heranças coloniais nas relações de gênero à persistência do racismo e desigualdades de classe que atravessam a organização do Estado e suas políticas, as relações cotidianas e intersubjetivas.

Desenvolvidas em diferentes contextos empíricos – brasileiros, latino-americanos e africanos –, as análises apresentadas possibilitam acessar modos de vida críticos ao capitalismo, assim como epistemologias anticoloniais, antirracistas e feministas.

Miriam Steffen Vieira

Doutora em Antropologia Social, professora associada do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRGS.



PPG
CIÊNCIAS SOCIAIS

ISBN 978-85-462-3172-0



9 788546 231720



/PacoEditorial



@PacoEditorial



@Paco_Editorial